A 858,408

Digitized by Google

University of Michigan Libraries
ARTES SCIENTIA VERITAS
Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

ANTONIO SARDINHA

NO PRINCIPIO ERA O VERBO

ENSAIOS & ESTUDOS

LIVRARIA PORTUGALIA
LISBOA

Digitized by Google

Digitized by Google

Ao Principio era o Verbo

Digitized by Google

DO AUTOR:

Tronco reverdecido. Poesias. 1910.
O valor da raça. 1915.
A Epopeia da Planície. Poemas. 1915.
A questão ibérica. De colaboração. 1916.
Quando as nascentes despertam. Poemas. 1921.
Na Côrte da Saudade. Sonetos de Toledo. 1922.
Chuva da tarde. Sonetos de amor. 1923.

A APARECER:

A aliança peninsular. Antecedentes & possibilidades.

NO PRELO:

Ao ritmo da ampulheta. Critica & doutrina.
Na feira dos Mitos. Idéas & factos.

Digitized by Google

ANTÓNIO SARDINHA

Ao Princípio era o Verbo

ENSAIOS & ESTUDOS

PORTVGALIA
EDITORA
75, Rua do Carmo, 75
LISBOA
1924

Digitized by Google

Digitized by Google

13-2. 155

11-21 45

«Quand bien même je serais incapable de porter dans les domaines philosophiques un esprit rèellement créateur, il y a aussi un rôle à jouer simplement, en mettant de la clarté dans les idées; de la clarté, de la distinction; en établissant entre elles des rapports justes et probes. Et cella aussi est une création.»

ÉMILE CLERMONT

Digitized by Google

Digitized by Google

SEJA EM LOUVOR
DAQUELA OBSCURA ESPERANÇA
QUE DOS MEUS MORTOS
HERDEI
E, CREPITANTE, COMUNICO
A QUEM A SOUBER ACOLHER!

Digitized by Google

Digitized by Google

Ao Princípio era o Verbo

Digitized by Google

Digitized by Google

«Ao Princípio era o Verbo...» E confessar o Verbo ao princípio de todas as coisas, é confessar o Espírito dirigindo o Mundo, é confessar a inteligencia encaminhando a acção. Nada mais próprio para se dizer á face do presente volume, onde se reúnem algumas páginas de forte e sincera campanha nacionalista. Por modestas que sejam, possuem historia estas pobres páginas! A idéa-madre em que se inspiram e que afincadamente propagam, — o regresso da sociedade portuguesa ás condições naturais da sua formação e desenvolvimento, é uma idéa hoje com eco em muito pensamento, com resonancia em muita bôa vontade. Mas houve tempo em que ninguem sequer a descortinava nos negrumes da desorientação geral! Portugal morria por falta duma doutrina, — Portugal morria ao desbarato, na feira das palavras que dividem. Um esforço se

Digitized by Google

tentou, — esforço salvador! E se no deserto imenso das almas a sementeira logrou vencer, o milagre temos que agradece-lo ao Verbo que existia ao principio da nossa obra de ressurreição lusitana!

Na aparente dispersão do volume que se vái abrir, transparece bem nítida a unidade que o conforma. Serão variados os temas, por vezes inesperados mesmo. Mas por diferente que se revele a posição assumida pelo autor, — ou no campo da história, ou nos dominios da critica, ninguem contestará que o propósito é idêntico, como idêntica è a directriz filosófica porque se pronuncía. Se o mal de que Portugal enferma deriva da influencia dezenraizadora da Revolução, destruir sistematicamente semelhante influencia deve ser para quantos trabalham com a pena a mais empenhada das suas preocupações. Carecemos de reparar, no doloroso momento de transição que se atravessa, o erro herdado das gerações que nos antecederam. Cabe-nos melhor de que a ninguem o grande ensinamento do neto de Renan: — «é preciso tomar o partido dos nossos Maiores contra o partido de nossos Pais» Tomar o partido dos nossos Maiores é reconciliar-nos com a essencia eterna da Patria, — é integrar-nos na sequencia tradicionel do nosso passado de ocidentais e de portugueses.

Digitized by Google

Quando aconselhamos esse regresso ás disciplinas sociais e morais da Tradição, bem podemos reflectir com Bourget que um doente que está a 40 graus de temperatura, *progride*, se recupera a temperatura normal. «Tradicionalismo» não é « obscurantismo » E' antes *continuidade* no *desenvolvimento*, — é, sobretudo, *permanencia* na *renovação*. Contra os falsos métodos racionalistas do século findo, levantamos o método positivo, — o método histórico, como reacção salutar. Porque os organismos humanos, — sem que o termo nos leve a infileirar entre os defensores da decaida escola organicista —, não se constituem segundo o individualismo desta ou daquela corrente politica ou sociológica, mas segundo as leis inscritas na sua estrutura e mais condições de vida. Tão evidente que a afirmação se nos apresente, desprezou-a por completo a orgia ideológica do Liberalismo. Donde o resultar, não só para Portugal, mas para todo o continente europeu, a instabilidade anárquica em que instituições e sistemas parecem esfarrapar se sem remédio.

Firmada, pois, a nossa posição de «tradicionalistas», definido fica o significado do nosso nacionalismo. Urge que, na floresta espessa dos mitos e superstições dominantes, nos não abandonemos cegamente ao encanto bárbaro da aspiração nacionalista. Acentuamos «encanto bár-

Digitized by Google

baro», porque, na sua ansia impetuosa ha na aspiração nacionalista que desvaira a Europa uma força de agressividade primitiva, — um total olvido da harmonia que é imperioso restabelecer nas relações dos povos, como assento sólido da Cidade-de-Deus. Entende-se assim que o «*nacionalismo*» — instinto profundo de vitalidade, se completa e depura nas regras que do «*tradicionalismo*» recebe, interpretado «*tradicionalismo*» como o produto da experiencia secular da humanidade. Se em relação a cada patria, o *tradicionalismo* supõe um *nacionalismo*, supõe tambem, em relação ao grande conjunto humano, um *universalismo*. Como á raiz de cada nacionalismo estão os mandamentos do Decálogo, dependendo a inviolabilidade e o vigor dos agregados nacionais dos termos em que se professem ou respeitem tais mandamentos, o *universalismo*, para não ser *cosmopolitismo* e aflorar como uma soma dos interesses dos diversos agrupamentos de nações, só pode ser o universalismo que a Idade-Media professou e a que Auguste Comte rendia tão calorosas homenagens: a sociedade internacional restabelecida e restaurada sobre as únicas bases duradoiras, — as da Christandade.

Se meditarmos no problema com atenção cuidadosa, verificaremos que a desaparição na Europa da sociedade internacional coincide com o «scisma das Nações», ou seja com o advento e

Digitized by Google

com o alastramento da Reforma Destruidora do principio da solidariedade dos povos e dos individuos, difundido pela religião de Christo, a Reforma inaugura em materia religiosa o individualismo, isto é, a sobreposição da *razão pessoal* à *razão geral*, a vitoria da *razão imediata* contra a *razão eterna*. O «scisma», aberto pela Reforma, com a revolução de 89 transitou da sociedade internacional para as sociedades nacionais. De modo que o triunfo obtido pelo Protestantismo em Westphalia, substituindo a antiga coordenação dos Estados pela supremacia variavel do mais forte ou do mais habil, seguiu-se de perto pela introdução, na existencia das nações, do regimen dos partidos, em manifesto prejuizo do regimen de unidade moral, em que até à data se tinha vivido. Não é dificil, por isso, concluir que ha um *universalismo* estreitamente vinculado ao *nacionalismo*, como ha um *cosmopolitismo*, vinculado não menos estreitamente à insania execravel do Liberalismo, sendo pelo Tradicionalismo que se opera a justa e prudente combinação desses dois elementos,— *nacionalismo* e *universalismo*.

Nacionalismo sem *universalismo* representa, derivadamente, ou um resíduo tumultuario do *principio das nacionalidades*, filho da Democracia e que hoje balkaniza a Europa, ou uma renuncia covardemente suicida à função que pertence a

Digitized by Google

cada patria no enriquecimento, sempre crescente, do patrimonio colectivo da civilisação. Encontra-se a primeira espécie de *nacionalismo* ao alcance das paternais admoestações, partidas de Roma recentemente. Traduz um apetite de sofrega dilatação que, de *nacionalismo*, se torna depressa em perturbadora exaltação imperialista. Quanto á segunda manifestação de nacionalismo, dimanada dum certo pacifismo enjoativamente romanesco, compõe-se ao modelo da Suissa, —«placa giratoria» da Europa, e não ambiciona para Portugal outras vantagens que não sejam as dum turismo promissor e condescendente. Destruido, portanto, o equívoco que, à sombra do vocabulo *nacionalismo*, se pode originar, compreende-se já porque o *nacionalismo*, esclarecido pelo *tradicionalismo*, é fundamentalmente «contra-revolucionario», e, como tal, «católico romano». «Contra-revolucionário,» porque o direito histórico dos povos se restaura das abstracções tirânicas da Democracia; «católico-romano», porque, para propria garantia da sua individualidade e prestigio de cada nação, necessita de reconstruir uma ordem internacional em que todas as patrias, pequenas ou grandes, se achem naturalmente enlaçadas por uma finalidade comum.

Este é o sentido do verdadeiro *nacionalismo*. Este é o verdadeiro sentido do *tradicionalismo*. Insculpi-lo no pórtico do presente livro é cor-

Digitized by Google

responder á invocação que simbolicamente lhe damos por titulo: *Ao Principio era o Verbo*... Porque «ao Principio era o Verbo», é o primado do Espírito que nós desejamos restabelecer por sobre todas as coisas. Aos direitos do pensamento confiamos os trabalhos preparatorios do «reaportuguesamento» de Portugal. Conhecidas são de sobejo as causas da nossa desnacionalização. As suas consequencias, de tão melancólica e convincente evidencia, desenrolam-se diante dos nossos olhos num cortejo de misérias e aviltamentos. Contudo, intacta e prodigiosa, a nascente secreta das nossas energias morais espera apenas pelo golpe fulgural que as liberte! Ninguem, como nós, no longo crepúsculo que envolve os destinos do Mundo e da Civilização, possúi motivos de firme e elevada esperança. A desgraça é que vivemos como estrangeiros dentro da nossa casa! A desgraça é que vivemos como ciganos de tenda às costas, ignorando a representação gloriosa que nos cabe defender e manter! E, afinal, porquê? Porque o Verbo deixou de reinar sobre a Acção, porque o Espirito se velou perante a apostasia geral, consentindo, para nosso castigo, que idolos grosseiros se apossassem do santuario desamparado e vazio... Mas ha que despertar, como que para uma segunda fundação de Portugal! Tarefa ampla, com espinhosas impossibilidades dificultan-

Digitized by Google

do-nos o caminho? Nada resistirá à dedicação constante e árdua com que, hora a hora, minuto a minuto, se refaçam os trilhos perdidos da gente donde descendemos! Num momento de espantosa e criadora transformação, como é o momento presente, nós não duvidamos das forças reconstrutoras que dormem o sono do Senhor, à espera do Terceiro Dia, no sub-consciente de Portugal. O que se nos impõe é restituir à Patria o sentimento da sua grandeza,—não duma grandeza rétorica ou enfática, mas naturalmente, da grandeza que se desprende da vocação superior que a Portugal pertence dentro do plano providencial de Deus, como nação ungida para a dilatação da Fé e do Imperio.

Dilatar a Fé e o Império, equivale a sustentar o guião despedaçado da Civilização. Os motivos de luta e de apostolado que outrora nos levavam á Cruzada e á Navegação, esses motivos subsistem. Talvez como nunca, o duelo entre o «homem ocidental» e o «homem oriental» atinge um dos seus embates mais dramáticos e mais decisivos. Categoria psicológica inconfundível, o «português», comungando com o «castelhano» na mesma sede insaciavel de Absoluto, contorna-se-nos perfeitamente como um exemplar representativo do«homem ocidental». «Ocidental», não como designação geográfica, mas como apelativo sociológico Expliquemo-nos, no entanto.

Digitized by Google

Sabido é que Wells divide a mentalidade humana em dois tipos,—o «ocidental» e o «oriental». O mais vulgar, o tipo mais dominante, é o tipo do «homem oriental», denominado tambem por Wells «homem legal», pela sua nenhuma preocupação em frente do futuro. O «homem legal», ou «oriental», conforma-se com o existente, sempre identificado com as situações criadas, ao passo que o outro tipo, — o tipo do «homem ocidental» é, ainda segundo Wells, de natureza dinâmica, e, como tal, «legislativo», isto é, «edificador», «impulsionador». Atacado da avariose filosófica dos nossos tempos, Wells contempla no «homem ocidental» um permanente valor revolucionario, esquecendo-se de que o «*revolucionario*» é, fundamentalmente, uma energia empenhada em subjugar o «*relativo*» e, por consequencia, em aprisiona-lo no individualismo das formas imediatas, ou seja, melhor dito, na «*legalidade*». O contrario sucede com o «homem ocidental», em minoria sobre a face do Globo, elaborador constante do futuro e que nos dois povos hispânicos encontra a sua encarnação acabada.

O que caracteriza, precisamente, a decadencia das duas nações peninsulares, de modo a volverem-se numa caricatura arcaica e completamente despida de sentido, é o seu aferro á concepção absoluta da Vida e, logicamente, o seu total desprezo pela idéa «legal» do Universo. Socorremo-

Digitized by Google

nos aqui, no enunciado duma teoria que contamos desenvolver um dia com segurança, dos reforços que á nossa tése nos trazem os estudos do publicista alemão Werner Sombart sobre as origens do «espirito capitalista». Saidas da manifesta influencia do Puritanismo, as modernas concepções económicas, — concepções que reinaram despoticamente durante o século passado, conduzindo nos à vil metalização social em que nos debatemos — , denunciam nos, por isso mesmo, a sua ascendencia judaica, provado como está que todos os elementos sociais e morais transitados do Puritanismo para as teorias capitalistas são de inegavel extração talmúdica. Não é possivel alongarmo-nos sobre tão interessante ponto. Mas, admitido que o Capitalismo tende a arrancar a sociedade do «estado pre-económico», para a lançar plenamente no «estado-económico», reconhece-se sem custo que outro objectivo se não procura obter senão a posse completa do «relativo» Eis no que consiste a linha psíquica do «homem oriental», — eis em que se baseia a identidade da sua acção «revolucionaria» com a sua superstição «legal», ambas demonstrativas do individualismo mais irrecusavel.

Vê se, pelo que sucintamente expomos, a antinomia irredutivel de portugueses e castelhanos, — de "hispanos", enfim, com tudo quanto se

Digitized by Google

traduza numa facil acomodação aos limites quotidianos da Existencia, — aos seus aspectos utilitarios e materiais. A loucura de D. Quixote volve-se assim numa paixão, com tanto de dolorosa como de sublime! Daí o caber-nos, na encruzilhada sinistra a que o "homem oriental" arrastou a sociedade, a dupla posição de "anti modernos" e de "ultra-modernos", — na palavra admiravel de Jacques Maritain. Daí o realizarmos com tocante humanidade esse tipo superior e constantemente sacrificado do "homem ocidental", que Wells magnificamente entreviu, mas que não soube nem poude justificar, perdido na selva escura de tanta filosofia bastarda.

Mas a que propósito tudo o que afirmamos? Apropósito da Fé e do Império, — de Nacionalismo e Universalismo, de Portugal e da Civilização. Apropósito da «mistica» que se acende na alma da velha Lusitania e que, no seu modesto alcance, o presente volume intenta alimentar e desenvolver. Singelamente, humildemente, — reconhecemos. Mas para que a visão christã do Portugal-Maior se descubra diante de nós, importa que se areje a torre fechada em que nos torcemos,— importa que se destrua nas pregas mais insignificantes da nossa sensibilidade ou do nosso conhecimento qualquer raiz daninha que para lá bracejasse. Atiradas a esmo, no fragor da batalha, as páginas que enfeixamos debaixo

Digitized by Google

de tão ardorosa inquietação, — desde a dor de Antero e do purgatório de Fialho á revisão de processos, como o de Gomes Freire e de D. Carlota Joaquina —, convem que generosamente se encarem como *detalhes*, sem a convergencia dos quais o *conjunto* não seria possivel.

Por anémicas e desvalidas que se nos apresentem, requeiro para elas a atenção do leitor esclarecido. Se nada nos dizem já hoje, fôram no instante da sua publicação actos arrojados de inteligencia, porque não hesitaram em derribar a idéa-feita, — o lugar-comum, consagrado pelo conúbio indecoroso do Estado com a Escola. Perdõe-se-lhe a sua bem explicavel veemencia, — a sua mal reprimida combatividade! Numa atmosfera de permanente intoxicação mental, como romper caminho, — como ganhar desafogo para a respiração, senão gritando, senão protestando, senão demolindo? Nasceram no tumulto duma trincheira. Dentre o tumulto duma trincheira as convoco outra vez para a guerra libertadora em que me ajuramentei como soldado. E como "ao Principio era o Verbo", que o Verbo lhes insufle o seu bafejo genesiaco, transfigurando-as em pão de Espirito, para gloria de Deus e recto juizo dos homens!

Elvas, Quinta do Bispo,
Fevereiro de 1923.

Digitized by Google

NOTA PRÉVIA

Entendemos necessario recordar que o «ensaio» sobre Gomes Freire foi o único protesto que apareceu na data do centenario do falso mártir da Patria,—centenario a que se associaram unânimemente, com essa excepção apenas, as «direitas» e as «esquerdas» portuguesas. E' tambem conveniente acrescentar que, tendo o senhor Leonardo Coimbra, num estudo sobre o pensamento filosófico de Antero de Quental, reconhecido o poeta dos *Sonetos* como um precursor das modernas filosofias da Intuição, já antes semelhante afirmação ficara feita em artigos publicados no jornal *A Monarquia*, —artigos dos quais alguns se reunem no volume presente.

Digitized by Google

Digitized by Google

MEDITAÇÃO DE ALJUBARROTA

Digitized by Google

Digitized by Google

Meditação de Aljubarrota

Nesta hora decisiva para a influencia da Península nos destinos do mundo e da civilização, o aniversario da batalha de Aljubarrota oferece-nos tema largo para que destrincemos a parte que ha-de sempre caber a Portugal, como nação independente, na finalidade comum, marcada por Deus aos dois grandes povos peninsulares.

Nunca é demais o acentuar-se que apenas *naciolismo* não basta. Reconhecimento exclusivo da realidade inconfundivel, ou duma raça, ou dum povo, o *nacionalismo*, como regra única de conduta, pode tornar-se até num forte agente de perturbação e anarquia

O *principio das nacionalidades*, na sua profunda essencia sentimental e romântica, é tal como se está vendo, em consequencias bem desastrosas, no exemplo que todos os dias nos apresenta a destruição da Europa-Central por obra das insignes mediocridades que tomaram repimpado assento na Conferencia da

Digitized by Google

Paz. Por isso o *nacionalismo*, elemento fecundo e imprescindivel, sim, mas tambem instintivo e tumultuario, não logra jamais estabilizar-se numa construção consistente e duradoira, se nele não interveem, como filosofia própria, — como método positivo de acção, as disciplinas claras da inteligencia, imprimindo personalidade consciente ao Estado e encaminhando para um desfecho, seguro e lógico, as forças cegas da Historia.

Pois o movimento da incontida explosão nacionalista que se corôa nos plainos de Aljubarrota com a nossa victoria sobre o exército castelhano, demonstra-nos largamente a verdade destas pequenas reflexões.

Noção, ou conceito moral de Patria, não existia por então ainda, definido e ancorado nos espíritos. O que existia era como que o sentimento natural duma *diferença*, a que o egoismo privado da dinastia dava as linhas necessarias para se guardar e defender. Não é negar o arcaboiço rijo da Patria-Portuguêsa! Na sua robusta unidade, é ela uma das mais antigas do nosso continente. Mas é salientar um facto que não pode nem deve escapar a todo aquele que não despreze, para compreensão do futuro, as lições terminantes do Passado.

Ora, ao findar o seculo XIV, com a crise aberta pela morte de D. Fernando, Portugal, não se furtando á lei geral da formação das nacionalidades modernas, dificilmente adquirira consciencia da sua personalidade política, já bem individualizada, sem duvida, mas

Digitized by Google

não dispondo de outra expressão que não fosse a da identificação da legitimidade do Estado com a legitimidade do monarca. Na idéa medieval da *honra,* na idéa da *fides* recíproca, saída do pacto feudal, consistia a ética por que se pautavam os deveres do agregado para com o seu soberano e chefe supremo. Depois, o Direito Romano, em pleno florescimento, contribuia para imprimir á indole do Estado uma estructura patrimonial ainda mais contornada. Assim, não fôram «traídores» — no sentido corrente que á palavra se liga —, os que, mantendo nos castelos a custodia da terra e o prestigio da autoridade, não acompanharam o partido revolto que pôs no trono o Mestre de Avís.

Precisamente, para não serem perjuros, para não traírem o seu juramento de *filhos-de-algo,* é que certos historiadores de vista curta costumam descrevê-los como vendidos a Castela e sacrificando a independencia da Patria ás suas baixas e criminosas ambições. Passemos por cima do lugar comum em que a dignidade da nossa historia jaz ha muito prostituida e amortalhada, recordando ligeiramente que, obedecendo a D. Beatrís, a nobreza de 1384 seguia os dictames das côrtes que a tinham jurado herdeira da corôa. Caiem, pois, em pecado mortal de ignorancia os que supõem que D. Fernando nos entregava de mãos atadas ao dominio odioso de Castela. Pelo contrario, D. Fernando acautelara com cuidado a nossa autonomia preceituando nitidamente que, enquanto D.

Digitized by Google

Beatrís não tivesse filhos, governaria como regente do reino sua mãi, D. Leonor Teles, subindo ao trono, como monarca independente, o filho que viesse a nascer do ventre daquela pobre e apagada princesinha.

Tanto a solução quadrara bem na parte mais esclarecida da nacionalidade que o Mestre de Avís, segundo uma versão recolhida em mais dum cronista, seria o primeiro a mandar recado a D. João de Castela, para que acudisse a sustentar os direitos de sua esposa. O povo revoltara-se, em todo o caso, desde logo,— revoltara-se o plasma poderoso da Nação, fermento nacionalista formidavel, apesar de, descoordenado e por vezes negativo. Mas o protesto dos reservatorios obscuros da raça só agravava as circunstancias, já de si gravissimas, pelo aspecto violento de *jacquerie* de que se revestia, — assassinatos de bispos, ataques á propriedade, incendios de igrejas e fortalezas.

Com a mentalidade e psicologia de todos os tempos, dificilmente se poderia estar com a gente da rua. No entanto, no clamôr da rua residia, confusa e epilética, a directriz vital da nacionalidade.

Epoca dolorosa de transição, como são sempre as épocas de transição, ela mostrava-nos, palpavel e dramatico, o conflicto entre o vento novo que irrompia, tumultuando, e os interesses criados, — os eternos *interesses criados!* — sempre custosos de se removerem. «Seja tudo contra Portugal e Portugal contra si mesmo!» — exclamava em Alenquer melancolicamente o

Digitized by Google

conde João Afonso Telo. Mas como ficar «com dous çapateiros dous alfayates», que em nada mais, para a moral altiva da classe nobiliária, consistia a reacção fecunda em que Portugal se abrazava de alto a baixo? A mesma interrogação sentia o Mestre, tímido, hesitante, ignorando ainda a admiravel personalidade que dormia dentro dêle.

Vimo-lo mandando recados para Castela. Vêmo-lo agora pretendendo para mulher a rainha viuva, que o repele energicamente. O facho da discordia crescia e crescia, num torvelinho de destruição, — labareda de odios devorando Portugal intestinamente e facilitando com isso a invasão já próxima das massas armadas de Castela. E' essa a altura em que o homem predestinado surge, — em que surge o varão mandado por Deus.

Mais que nos prodigios de que lhe anda constelada a crónica piedosa, mais que na humildade e no ascetismo da sua renúncia admiravel, é onde eu vejo o sinal inconfundivel da vocação sobrenatural do *Condestabre:* — é no arremêsso incondicionado e aberto com que ele, — um feudal, um homem da Cavalaria, se coloca á frente do populacho das ruas, e da desordem alastrando, raivosa e impotente, consegue tirar o penhor seguro da vitoria e da grandeza da patria de ámanhã. Visto de longe, nos frutos abençoados do seu esforço, dificilmente se compreende como o *Condestabre* é excepcional, quasi único. Saído das camadas aristocráticas, houve que vencer-se a si mesmo,

Digitized by Google

lutar contra a familia, contra os sentimentos da própria honra, contra o que então constituiria o que hoje chamamos «devêr patriotico». Não hesitá Nun'Alvares, — embora triunfe por virtude do medievalismo de toda a sua imaculada figura —, em combater contra o medievalismo que estrebucha, agonizante, e que o ascenso do Mestre ao trôno matará definitivamente entre nós. Estranha e paradoxal contradição que só nos revela como Nun'Alvares, pelo caracter providencial da sua missão, teria de terminar sobre os altares, oferecendo a Deus, com a sua espada, o lirio imarcessivel da sua clara alma de Galaaz! E qual é o ensinamento, qual é a inspiração, que, perante a atitude do *Condestabre,* no momento actual se impõe ao nosso patriotismo alarmado? Antes de mais nada, precisamos de reconhecer no caso de Nun'Alvares que, se Deus prepara e cria os acontecimentos, é sempre á vontade humana que cabe efectiva-los e completa-los. De outro modo, um fatalismo brutal conduziria a marcha da historia, negando totalmente a intervenção deliberada das iniciativas do homem, sem o quê a nossa liberdade interior não passaria nunca duma névoa, duma fórmula vã. E se pensarmos um pouco mais em toda a vida magnífica do *Condestabre,* vir-nos-ia, como bons portuguêses, o desejo de escrevermos uma *Imitação de S. Frei Nuno,* — especie de breviário quotidiano para a nossa dupla fé católica e lusitanista.

«*Raison et bon sens ne suffisent pas!*» — observou duma vez Renan, — o scéptico, exactamente, quan-

Digitized by Google

do nos degraus da Acrópole, invocava em Palas-Atheneia a claridade serena da sabedoria antiga. Porque, na verdade, «*raison et bon sens ne suffisent pas*», é que Nun'Alvares, colocando-se fóra do existente, voltando esplendidamente as costas aos Mitos, ás Normas, ás urnas vazias já de toda a essencia e de todo o conteúdo, venceu unicamente pelo poder supremo do Espírito. Rapaz e cabeça dum partido de rapazes, com as suas rapaziadas inconcebiveis, acendendo fogos no alto dos montes, tocando trombetas por entre a bruma cerrada, escavacando galhardamente tavolas de festim, aprendamos em Nun'Alvares o segredo da nossa crença nacionalista que une ao gesto rebelde, que destrói e purifica, o gesto que tanto nos afila as mãos para o Ceu, como no-las enclavinha, justiceiras e frementes, na coronha duma espingarda. E o resto acontecerá, por graça de Deus, desde que, em plena vontade nossa, saibamos querer o que Ele no seu plano eterno já concebeu e já quís!

*
* *

Interpretada assim a broxadas largas a figura do *Condestabre,* é imperioso que interpretemos igualmente o significado histórico da batalha de Aljubarrota. Por honra nossa e do sangue que nos queima as arterias, que nunca Aljubarrota seja uma data que divida, um grito que separe! Não hasteemos o pendão

Digitized by Google

do *Condestabre,* como bandeira de qualquer filarmonica de patrioteirice,— como diria Eça —, onde a patria, tornada tema de pura retórica, perca o seu sentido positivo e orgânico e não seja mais que um nome abstracto, destinado a não hostilizar aquilo que é contrario e adverso á sua estructura inalienavel. Entendidos, — não é verdade? Ora, da mesma forma não tomemos Aljubarrota como um simples acto guerreiro, desprendido de toda a sequencia e toda a relação com a vida posterior de Portugal. Ha que admitir na existencia dos povos uma finalidade, uma vocação, mais ou menos correspondente áquela *idea-directriz*, que já Claude Bernard assinalava como presidindo ao desenvolvimento íntimo dos seres. «O essencial na historia, — escreve no seu *Idearium Español* Angel Ganivet —, reside na ligação que prende os factos ao espirito do país em que tiveram logar.» Assim é, com efeito. E Aljubarrota, ao desenlaçar-se a crise do Estado-Lusitano, já consolidado e agora aberto para os horizontes largos da sua expansão, foi a garantia segura e indispensavel para que os Descobrimentos se realizassem e Portugal, nação do litoral, se metesse á empreza vasta das Descobertas.

Nas Descobertas se concentra, não só a base da nossa vitalidade nacional, mas a característica imorredoira do nosso genio de povo. De dois acontecimentos deriva a civilização moderna em todo o seu alto significado constructivo: —do Christianismo e das Descobertas. Os Descobrimentos deslocaram o eixo

Digitized by Google

da cultura humana dum mar interior, — o Mediterraneo —, para a bacia imensa do Atlantico. Esse esforço sem igual, que fez filhas de Portugal as idades vindoiras do Mundo, não seria possivel sem Aljubarrota.

E porquê ? Porque, unido Portugal com Castela, ou Castela seguia o pendor da vertente atlântica e abalava conôsco ao dominio do Mar, deixando pelas espaldas o Aragão, a politica do Mediterraneo e com ela o pesadelo do Turco e do Luteranismo, ameaçando subverter dentro de seculo e meio a ordem christã na Europa, — e a epopeia ultramarina da Peninsula resultaria incompleta, deficiente e mesmo estéril ; ou então, cedendo ao impulso da vertente mediterranea, o atalaiado reino da meseta volver-se-ia unicamente para os problemas internos do continente, incapacitando Portugal, anexado e amordaçado, de chegar até onde chegou na dilatação da Fé e do Imperio.

Sejamos calmos ! E na hora grave que passa, —insisto —, que nunca a data de Aljubarrota se celebre como um motivo truculento de divisão e de discordia entre dois países, cuja obra é comum nos seus lineamentos eternos de civilização e apostolado !

Num dos seus mais belos discursos, disse duma vez Vázquez de Mella que sentira um «*intenso afecto al pueblo hermano*,» ao visitar o mosteiro da Batalha, «*donde descansan los restos del vencedor de Aviz y del vencido de Toro, como se el fuese levantado, más que a discordia entre Castilla e Portugal, a*

Digitized by Google

una unidad superior a las dos.» Igual sentimento me tomou por completo, quando em Toledo, na capela dos *Reyes-Nuevos* e junto do túmulo do monarca destroçado em Aljubarrota, contemplei o estandarte, arrancado em Toro ao nosso Alferes-Mór e que a mão varonil de Isabel-a-Católica suspendera do alto das abóbodas. A unidade superior a Portugal e Castela, em que ambas as patrias se confundem e irmanam para a realização dum destino grandioso, — essa unidade, de que fala Vázquez de Mella, Toledo m'a revelou, como a Batalha a revelara ao ilustre tribuno tradicionalista. E' que nós fomos vencidos em Toro pela razão oculta e sagrada porque fôramos vencedores em Aljubarrota!

A hegemonia de Castela na Peninsula, como Estado interior, duraria enquanto durasse a Reconquista. Para lhe resistir á tendencia absorvente, o Aragão procurara na Italia e no dominio do Mediterraneo ocidental tanto como oriental, o seu eixo de apoio

Outro tanto sucederia ao nosso país, evitando a consolidação do bloco castelhano, primeiro pela politica inteligente, embora infeliz, de D. Fernando, e a seguir pela constituição do nosso poder naval. Passada a Reconquista, Castela, como uma grande nau balanceando, teria que escolher um dos dois caminhos marítimos: — o do Mediterraneo, ou o do Atlantico, para que não se sufocasse na sua clausura.

A propria conquista de Granada não se lhe tornava possivel, sabidas as pretensões da coróa de Aragão,

Digitized by Google

ou sem se unir a este, ou sem lhe opôr um elemento que pezasse tanto como ele. Colocada em tão apertado dilema, o juizo de Deus pronunciou-se em Toro, como já se pronunciara em Aljubarrota. Venceu o partido que se inclinava para o Aragão. E casada agora á monarquia oriental da Peninsula, Castela terminava a demanda secular da Reconquista, interrompida desde os tempos de S. Fernando, e envolvendo-se na política europeia que o Aragão lhe trazia com a a posse das Duas Sicilias, cumpria as secretas vias da Providencia, por cujo supremo dictame a Europa se havia de salvar depois, com Carlos V, da herezia protestante e do perigo otomano avançando até ás portas de Viena. Guardái-o bem com vós outros: —é preciso amar a Castela, porque Castela é, como Portugal, o pelicano sangrando!

Se, diversamente, nós tivessemos triunfado em Toro, isso equivalaria a perdermos Aljubarrota. Já com as Descobertas a desenrolarem a sua estrote ondulada, já com o dominio da Africa assente em posições numerosas, ver-nos-iamos de súbito envolvidos nas lutas caseiras da Península, com o Aragão a submeter, com o moiro de Granada ainda de pé, — e decerto que os *Lusíadas* não se haveriam escrito, cantando a acção máxima do Peito Lusitano, [illegible]em por momentos descansou sublimemente a sorte ameaçada da civilização. Deus reservava-no[illegible] cruzada do Mar, como reservava para Castela a cruzada da Terra. Sorrisse-nos a victoria em Toro, — e nem a ulterior política

Digitized by Google

europeia de Castela arrancaria a Europa ao cáos da desordem religiosa e social, nem nós, *por mares nunça dantes navegados,* levaríamos tão largo a semente incorruptivel de Christo. Eis porque Toro é o natural complemento de Aljubarrota. E outra não é a unidade superior a Portugal e a Castella que Vásquez de Mella admiravelmente surpreendeu debaixo das arcarias da Batalha e que, na minha amargura de exilado, me constelou o espírito de visões de grandeza, ajoelhado nas pedras da capela dos *Reyes-Nuevos* em Toledo.

Selada pelos designios soberanos de Deus, essa unidade patenteia-se-nos assombrosamente na circunstancia de Isabel-a-Católica, vencedora em Toro, ser tanto bisneta do desbaratado de Aljubarrota, como de S. Frei Nuno e do Mestre de Avís. Filha de portuguêsa, na dinastia débil e verdadeiramente incapaz, dos Trastamáras ela constitue uma súbita afloração de genio e de vontade, em que o sangue dos *altos Infantes,* transportado ao trono de Castela, mais uma vez se afirmava nas virtudes magníficas da sua magnífica hereditariedade. E será ainda o mesmo sangue que fructificará na pessôa de Carlos V, neto de Isabel, que, pela linha paterna, herdara tambem de Carlos — o Temerario o atavismo excepcionalmente dotado dos descendentes do Rei de *Bôa-Memoria.* E' desde então que o *Tosão-de-Oiro* circunda o escudo da Espanha unificada. E o que é o *Tosão-de-Oiro* senão o enlace simbólico da casa de Borgonha com a

Digitized by Google

dinastia que se fundou em Aljubarrota e que cavou para sempre, como individualidades politicas autónomas, a separação de Portugal e de Castela ?!

* * *

Meditação de Aljubarrota, — meditação da Esperança, profunda e ardente... Faltariamos á «*unidade superior,*» em que Deus congregou e abraça Portugal e Castela, se a comemoração da gloriosa data não assumisse para nós o caracter dum verdadeiro mandato imperativo, — o de cumprirmos irmãmente, portuguêses e espanhois, aquele alto destino que o futuro nos reserva na historia imortal. E' doloroso de incerteza o instante que corre,— bem o sabemos. Nos seus fundamentos a cidade tradicional parece estremecer ao arranco dos novos bárbaros. Não tardará que a Cruzada surja outra vez, como na Idade-Media, e que tenha de ser pela Tiara e pelo Scetro o que fôr, sem mais palavras, — simplesmente, pela civilização. Situada entre a Europa e a América, senhora das portas de dois mares, a Península necessita de devolver-se á sua comunhão espiritual perdida, — ao senso perdido da sua vocação secular. Que S. Fr. Nuno esteja conosco, como estava em Aljubarrota ao lado do Mestre, como esteve em Granada batendo nas veias de Isabel, como pulsou em Lepanto animando o coração heroico de D. João de

Digitized by Google

Austria! E o Portugal-Maior regressará á posse dos seus antigos roteiros, para que a energia da raça volte a salvar a beleza do mundo, já meio apagada no longo crepúsculo que sobre ela tragicamente anoitece...

Agosto, 1920.

Digitized by Google

O DRAMA DE FIALHO

Digitized by Google

Digitized by Google

O drama de Fialho

A genealogia intelectual de Fialho de Almeida é-nos dada com precisão pelo catálogo dos livros legados por êle à Biblioteca Pública de Lisboa. Percorreram-se ao acaso essas tantas páginas de simples resenha bibliográfica e ver-se-á que o escritor não procurou em vida senão documentar o seu abundante temperamento de impressionista.

Talento feito de arrancos e de inquietações arrojadas, à obra tumultuária de Fialho falta-lhe uma *idéa orgânica* que lhe imprima unidade e consistência dorsal. O título do volume *Á Esquina* é um símbolo que bem se poderia estender a todo o esfôrço literário do escritor. Ainda que observador e que crítico, Fialho foi na observação e na crítica um impulsivo admirável, em quem desertavam as faculdades serenas da inteligência, para predominarem mais as da adivinhação. Fialho, rotulando-se em arte como um realista, não passou nunca dum subjectivo que transformava

Digitized by Google

as suas sensações visuais em fundos desgrenhados de paisagem interior. Sobrepunha-se à posse dos factos excitadamente e êle mesmo confessava que nas criptas da sua personalidade existiam «fundalhas de loucura pensante, à espreita da hora» que o devia precipitar em Rilhafoles.

Com isto não pretendo usar das patologias agora na moda, quando se discreteia acêrca de alguem que não tenha já bôca nem mãos para se defender. O que eu desejo é alimpar o nome do escritor das enxurradas crescentes do lugar-comum e encará-lo por aquele ponto de vista superior em que a sua obra nos aparece como a parte mais viva e invencível duma individualidade tão rica como era a de Fialho. É importante o subsídio que nos fornecem *Os Gatos* ao aludir à «*tinta delirante*, — escreve êle mesmo —, *sob que eu vejo, de há uns tempos para cá, todas as coisas dramáticas ou triviais que me circundam*». Eis um depoimento que epigrafaria eloquentemente o estudo decisivo da psicologia do autor das *Pasquinadas*.

Não se recusa Fialho a declarar o seu cérebro «hereditàriamente propenso já de si às meias-visões macabras da alta nevrose». (*Os Gatos*, 2.ª edição, vol. I, pág. 121). O próprio escritor se encarrega de nos demonstrar a sua formação literária mais como um produto espontaneo de temperamento do que como uma raciocinada conquista intelectual. Não é outra a interpretação que sustento. E Fialho autobiogra

Digitized by Google

fava-se maravilhosamente ao deixar nas colunas de *Os Gatos* a passagem seguinte: — *A rudeza faz com que os homens do povo tenham o espírito em fragmentos, mesmo apesar do coração lhes bater d'uma só peça. Pela quási completa carencia de metodização no pensamento, a imaginação deles, como a razão, tem grandes noites, e só por instantaneos relâmpagos fulgura. É ouvi-los falar, reconhecer na conversação de muitos, pontos focais de rectidão, bom-senso e inteligência, rasgos grandiosos, finuras singulares, isto perdido num ossuário de disparatados e confusos solilóquios.*»

Na sua obra Fialho manteve sempre as virtudes instintivas do homem do povo. E por essa rudeza nativa se tornou admiravel e incompleto a um tempo. O espírito tinha-o em fragmentos também, sem o fio duma idéa condutora,—a *idéa orgânica,* cuja ausencia principiei por notar. A obra de Fialho, saída dum jacto das entranhas da criação, é como um bloco inacabado de Rodin. Num amontoado perdido de plebeísmos e invectivas arrenegadas, surgem braços que imploram, gestos que repelem, atitudes que nunca mais se olvidam pelo sôpro imortal que as arrancou para a luz. Depois são reticências, amplos vazios, restos dispersos dum laboratório em descalabro. Onde a inteligência intervêm para ligar, em Fialho intervinha a imaginação. Não a imaginação que fantazia — a imaginação dos inferiores e dos circunscritos. Mas a imaginação bem rara dos inspirados, — a imaginação que *cria* e é irmã-germana da verdade.

Digitized by Google

Como escritor, Fialho nunca se auscultou no mais leve, no menos preocupado dos exames de consciencia. Marchava por sistema à mercê dos ventos, reflectindo em si, numa espantosa projecção atávica, o vagabundo tão seu conhecido das solidões alentejanas. Levando por Lisboa uma vida dispersiva de mesa de café, era de noite, pelas ruas entrecruzadas da Baixa, que Fialho compunha mentalmente numa luta desesperada entre a concepção e a realização.

Assim se explica, não obstante essa base de improviso, a estrutura torturada da sua prosa em que os vocábulos se agatanham e comprimem numa suspensão de nervos sempre dispostos a desflagrarem-se. Comparo-o muito por isso ao Huysmans do *Á rebours* e do *Là-bas*. É certo que em Fialho cantava a luminosidade ofuscante dos largos horizontes peninsulares, enquanto Huysmans se constrangia trágicamente nas dobras misteriosas dum nevoeiro tão denso como os nevoeiros das suas paragens natais. Mas sôbre Fialho caía também a mesma hereditariedade, com apetites satânicos laivando-a de fogachos de delírio. Daí o arrepio extraordinário que lhe atravessa a obra, com confusões estrepitosas de sabat, no borborinho diabólico dos seus sarcasmos que lembram, não sei bem porquê, obscenidades escarninhas de gárgula medieval.

A prosa de Fialho, como prosa, ficou-se bastante longe da perfeição. A perfeição literária em Portugal só aclama um mestre único:—Eça de Queiroz. Esse

Digitized by Google

sim, que praticou as qualidades soberanas da inteligência na ironia e na análise! Não se cuide, porêm que Fialho seja menor do que Eça. Ambos, em frente um do outro, marcam com notavel nobreza para as nossas letras dois processos psicológicos tão diversos como interessantes. Eça é o processo reflectido, —é o processo objectivo do pensamento, exercido todo de fora para dentro. São as virtudes próprias da razão actuando na realidade tangível, — nos exclusivos domínios do concreto. Precisamos de recorrer à palavra «clássico», se quizermos fixar a linha mental de Eça de Queiroz. Ele é o equilíbrio, — ele é a medida. Pelo equilíbrio e pela medida a Grécia foi grande, o Classicismo venceu. Eça podia bem ajoelhar nos degraus da Acrópole e exclamar para o alto: — «Não se faz nada de grande na vida, fora das regras que tu, ó deusa, ensinas aos teus iluminados!»

Mergulhando mais fundo as raízes da sua personalidade, Fialho de Almeida tira de si, pelo contrário, uma arte sensacionista em que às vezes parecem ressurgir as velhas possessões dionisíacas. O seu processo é um processo de *vibração*,—e não de *definição*. O que há de maior na sua obra dirige-se sobretudo aos sentidos e flutua frequentemente em ondas indecisas de alucinação ou de sonho. Temos que contar em Fialho com a interferência dum elemento subjacente que nos obrigaria a lançar mão das teorias do inconsciente filosófico para lhe procurarmos a incógnita duma maneira satisfatória, se o trabalho recen-

Digitized by Google

tíssimo de Léon Daudet,—*L'Hérédo*, nos não resolvesse com toda a claridade esse curiosissímo problema de psicologia.

Considera Léon Daudet na composição da personalidade humana dois princípios tão contraditórios como preponderantes: — o *soi* e o *moi*. No *soi* traduzem-se as acquisições deliberadas da nossa vontade, — aquilo que constitúi o conteúdo próprio da consciência e que pelo nosso esfôrço nos individualiza e atribúi autonomia. No *moi* encarnam se, opostamente, as solicitações hereditárias que sem cessar nos sacodem e determinam numa subjugação dolorosa de autómatos. Assim para Léon Daudet a obra de arte «*est souvent un effort personnel de l'individu, en vue de se délivrer de la foule de personnages qui le hantent, empruntés à son ascendance.*» Debaixo dêste ponto de vista crítico Eça de Queiroz realiza um *soi* triunfante, emancipado de todas as obsessões ancestrais. É donde lhe vem a firmeza do juízo, o lance rapidíssimo da retina. Da estirpe dos Shakespeare, dos Balzacs e dos Camilos, Fialho representa um outro typo, inteiramente antagónico. Fala-lhe nas veias um mundo irrequieto de fantasmas, de que o escritor se liberta, libertando-os a êles na histeria frenética das suas largas evocações.

Como para um místico da Idade-Média, a realidade só vale para Fialho como o sinal visível dum oceano rumoroso de vozes e de sons, de que o escritor possúi o enigma. Certamente se lembram das

Digitized by Google

páginas supremas do *Violinista Sérgio*. Pois não se esqueceram então como, partido insensivelmente duma taverna escura da Mouraria, o escritor se perde e embrenha no universo agitado das suas imagens e dá conosco dentro de breve à margem de rios fantásticos, com o Diabo alongando-se em cavalgadas de pesadelo por sobre canaviais recortados em lucilações fugitivas de enxôfre.

Ao contacto dum tema sugestivo, a ancestralidade de Fialho acordava, poderosa, atirando para a nitidez da criação literária todo o cortejo de pavores amassados durante séculos na sensibilidade familiar do escritor. Fialho apercebia-se do fenómeno, quando afirmava:—«Entanto é certo que eu não fantasio, ao escrever *que vi* uma forma escarlate enredar nas suas espiras sinistras, a mulher». O reparo de Fialho justifica a opinião de Léon Daudet, que considera a obra de arte, espontânea e genial, como «*une émission de ces hôtes intérieurs, reliés les uns aux autres par des circonstances plus ou moins forgées, logiquement déduites de leurs contrastes.*» Fialho é assim uma contínua revivescencia de sentimentos tumultuosos que são mais dos seus mortos do que dele próprio. Recorda um purgatório confuso em que tudo se agita e nada se contorna. Os efeitos mais intensos da sua pêna são sempre, — ou dum claro escuro de limbo, como no *Entêrro de D. Luís;* ou, como nos *Ceifeiros*, dum excesso nervoso de côr, em que a noção da verdade se esbate, para dar lugar à inter-

Digitized by Google

venção dum picturalismo debochado de manicómio. Dum modo ou doutro, verifica-se a presença constante desse elemento subjacente, em que a personalidade de Fialho aloja as suas raízes vitais.

Não é necessário colocar Fialho entre os primeiros, porque é lá naturalmente a sua posição. O que se nos impõe a nós que o praticamos em sincero afecto de espírito é compreendê-lo e fazê-lo estimar em toda a maravilhosa abundancia do seu temperamento. Entre nós não se compôs ainda uma espécie de breviário em que se condensasse, pelo que respeita ao património das idéas, a herança intelectual da última geração, — da que, apesar do seu negativismo nefasto, soube ser *geração*. Faltam a Portugal os seus *Ensaios de psicologia contemporânea*.

Manifestamente que resulta daqui um juízo errado dos nossos escritores,— daqueles que em verdade pesaram nas direcções mentais do seu país. Não me proponho eu agora encarar Fialho através de semelhante propósito. É-me contudo agradável chamar a apreciação da sua obra para um terreno fora do alcance das interjeições pasmadas dos seus admiradores oficiosos.

Se há momentos em que desespero dos destinos da nossa pobre terra, é exactamente por via da crise de inteligência que ela padece, já com ares assustadores de doença crónica Nas coisas literárias e ar-

Digitized by Google

tísticas a desgraça sobe de mal a pior pela formação exclusivamente jornalística dos senhores e donos do mito, cada vez mais vago, que se costuma alcunhar de *cultura nacional*. Para aumento dos nossos pecados, a avariose política acabou de obliquar a percepção restrita desses profissionais da Ignorância.

As consequências contemplaram-se nos comentários bastante elucidativos com que se acompanhou o regresso de Ramalho Ortigão ao Catolicismo e à Monarquia. Continuamos fechados às aspirações profundas do nosso tempo pelo mais desastrado dos respeitos românticos a não sei que velharias ideológicas que já encerraram o seu curso. Não é de estranhar por isso que a leitura dos nossos escritores permaneça sem um roteiro que destrince neles o que é ocasional e momentâneo do que constitúi realmente a sua parte definitiva e sempre actual.

A tão longe chegou o desvario individualista que nós,— os da camada mais recente, quási que rompemos os vínculos que em tantos pontos nos ligam aos nossos imediatos antecessores na representação da mentalidade portuguêsa. Para me referir a dois ou três exemplos, só as suas tendências destrutivas se lhes aproveitam e propagam. É tristeza verificar-se que não existe em Portugal um sentido nacionalista dos nossos escritores! A Eça e a Ramalho obrigaram nos á viva força a figurar de arautos duma era nova em que tudo se esboroou na mais sacrílega das

Digitized by Google

profanações, desde o acatamento rudimentar da Tradição até á hierarquia inata da competencia e dos merecimentos! O que vale é a profecia de Eça apropósito do suposto espírito revolucionário de Ramalho! O que vale é o testemunho de Ramalho nas *Ultimas Farpas* sobre as intenções iconoclastas das suas campanhas fortes de sagitário! Tomou se-lhes, porêm, o lado episódico, meramente acidental, para não se atender ao alto desejo de renovação que já inflamava aquelas iras honestas. É o mesmo que sucede com Oliveira Martins, perpetuado unicamente nos resultados funestos da sua acção negativa. Não se sabe assim que há dois Oliveira Martins. Ha o Oliveira Martins, trabalhado por um hegelianismo confuso, a quem os piores vícios criticistas levariam ao desmentido dos fundamentos seculares da patria, — e o Oliveira Martins, formado económicamente pelas influências sociais de Lassalle e rectificado nos seus exageros doutrinários pelos ensinamentos históricos de Mommsen. Do segundo Oliveira Martins deriva o demolidor do Liberalismo nas adivinhações formidáveis do *Portugal Contemporâneo* e o político construtivo do projecto de lei sobre o Fomento Rural e do apêlo ao poder pessoal do Rei.

Ora o que sucede com Oliveira Martins, sucede, como vimos, com Eça de Queiroz e com Ramalho Ortigão. A Eça festeja-se-lhe sómente a mordacidade implacável da observação e, em vez de o olharem como um moralista que marca a ferro em braza o tar-

Digitized by Google

tufismo podre da nossa sociedade ultra-romântica, pouco falta para que o não inculquem como um autor pornográfico, lido às ocultas, com sabores proíbidos de maledicência secreta. Por seu lado, a Ramalho Ortigão apontaram-no como um desertor e como um apóstata, no desconhecimento absoluto do que seja, psicológicamente, uma conversão, — que outra coisa não é senão a aceitação, pela experiência, do valor de certas verdades indiscutíveis, como a Religião e a Monarquia, ao clarão das quais Balzac tanto se enobrecia de escrever. O critério político de partido, suplantando o critério moral de nação, abastarda e desvirtua tudo neste desordenado país! Fialho sofreu-lhe também o odio que não perdôa, quando dentro de si, numa hora grave, se procurou reconciliar com as razões eternas da sua personalidade.

É, pois, com a preocupação nacionalista de lhe determinar o seu verdadeiro significado social que eu reputo a obra de Fialho mais como uma obra de *vibração* que de *definição*. Fialho, sendo fundamentalmente um impressionista, ou intervinha por um instinto de bruxo no âmago das coisas, ou se ficava marginalmente a olhar para elas, suprindo em imaginação o que lhe não crescera em penetração. Em Fialho a observação é assim deformada pelas poderosas faculdades de projecção interior do escritor, sempre que não é viciada pela forte natureza literária da sua sensibilidade. Eis o motivo por que Fialho não consegue nunca levantar figuras que pertençam à realidade de todos

Digitized by Google

os dias,— que sejam o pão quotidiano da lufa-lufa vulgar. Ou a exuberância do scenário lhe dá indirectamente o conflito das almas, como no formidável conto *Os Novilhos*; ou então um secreto e mal disfarçado romantismo o ajuda a traçar a extraordinária transparencia da sua *Madona do Campo Santo*.

Eu disse: um secreto e mal disfarçado romantismo. Efectivamente, com a parte diminuta que a apreensão intelectual exerceu na obra do escritor, Fialho teria sido um comovido, um arrebatado, — um *sentimental*, porque não escrevê-lo? —, se o seu rude temperamento aldeão o não impelisse por preocupações de *realismo* para a expressão plebeática e para o sarcasmo violento. Em todo o caso, o impressionista predominou nele. E é ao impressionismo que Fialho deve a posse dos melhores recursos do seu estilo. Tais são as qualidades e os defeitos do escritor. Verdadeiro vagabundo de espírito, Fialho encarnava em si, na máxima intensidade, o irrequietismo nato do maltês da charneca alentejana. Adaptado à Cidade, a Cidade não desbastou em nada a sua estranha fisionomia de valdevinos das Letras. Como um parentesco misterioso liga o pobretão errante dos montados do meu Alentejo ao caminheiro sem destino das estepes russas, existe também por vezes em Fialho uma afinidade trágica que trágicamente o aproxima dos personagens dantescos de Máximo Gorki. Lembra-me agora, no *País das Uvas*, o conto *Pobres*, que é alucinante de miséria e de animalismo. «Cavas, opressas,

Digitized by Google

ouvem-se as respirações suflar bestialidade, e d'ambos os dois as sêdes são vorazes, e o resfôlego das duas máquinas irmana-se, rimando os urros e sofreguidões das suas virgindades envelhecidas a pontapés, sob os desdens carnais de toda a raça humana». E mais adiante no conto *A Velha* e no conto *Idilio triste* é o mesmo cantochão de revolta e de enternecimento, aquecendo na braza rubra do desejo os bocados dispersos de tanta vida sem centro. Maltês de faísca, em Fialho havia a sentimentalidade de criança e a cólera de deserdado que há no vadio dos grandes descampados. Assentemos neste aspecto. E eu creio que é quanto nos basta para se rasgar uma janela ampla sobre a personalidade contraditória de Fialho de Almeida.

De resto, o que em Fialho não foi espontâneo, não chegou a ser *verdade*, porque não passou de *literatura*. O *Antiquário* é, por exemplo, uma reminiscencia de Balzac na *Eugénie Grandet*. Ao longo de outras páginas do *País das Uvas* passa com frequencia o Alphonse Daudet das adoráveis *Lettres de mon moulin*. O escritor nunca se empenhou em completar o seu temperamento Pregunta-se de toda a parte porque é que Fialho não nos deixou um romance. Um romance é um estudo de caracteres, é uma operação serena e lógica de pura análise. Fialho não podia ser, por condição estrutural, um romancista, porque, sendo apenas um *intuitivo*, faltava-lhe o soberano equilíbrio da inteligência. Acontece até que o

Digitized by Google

escritor, ou se comprazia em cultivar a sua anarquia emotiva, ou nunca abrangeu nela a causa primacial das dissociações constantes que lhe fazem da obra uma serie de fragmentos de génio. Se precisássemos de provas, seria uma prova terminante e inabalável o catálogo publicado da sua livraria.

É principalmente o impressionismo literario que prende as atenções de Fialho na escolha dos seus livros. A história da arte espanhola interessa-o igualmente,— e com aplicado enlêvo. É até o único intuito concretizado na biblioteca desencontrada do escritor. Quanto ao mais, são livros e sempre livros, são livros ao acaso, sem a linha metódica dum pensamento, dum fim,— duma idéa. É o pensamento, é o fim, é a idéa de que a obra de Fialho carece em absoluto. Por essa falta, tendo-a já perscrutado, mas não tendo já coragem para a reparar, Fialho conheceria nos últimos dias da sua vida uma amargura estranha, — a amargura duma cumplicidade bem intencionada.

Folheando atentamente o catálogo dos seus livros, de onde em onde surge-nos o *Outre-mer* de Bourget, os *Essais de psychologie contemporaine* e *Le Disciple*, do mesmo escritor. Aparece Taine completo nas *Origines de la France contemporaine*, mas não vemos Renan na *Réforme intellectuelle et morale*. De Maurras existe um livro apenas, — e quási de literatura exclusiva. É o volume de notas de viagem — *Anthinéa*. Numa desproporção esmagadora, se-

Digitized by Google

guem-se estantes e estantes de romancistas, alternando com certa filosofia, — a filosofia *fin-du-siècle*, edição Félix Alcan, brochura verde. Avalia-se por isto com nitidez a crise orgânica da inteligência do escritor. Fialho padecia as consequências do seu romantismo congénito, agravado pela revolta sentimental duma infancia pobre e oprimida. Caíndo ao depois num curso superior, a mentalidade de Fialho reagiu contra a mentalidade oficial da Escola. A Escola vestiu-lhe, porêm, o colete de forças do racionalismo que então alcançava sucessos de verdade definitiva nos circunscritos mundos universitários. Fialho médico ressentiu-se assim no Fialho escritor da influencia perniciosa dos trabalhos de psico-anatomia em que o espírito materialista foi fecundo de 1875 para cá. Com que fundamento Léon Daudet nos fala da «*lourde sottise matérialiste de la seconde moitié du dix-neuviéme siècle, par que furent gâchées de belles intélligences*» !

A inteligencia de Fialho póde incluír-se nesse número. As asas da sua pequena Psyche impeliam-no irrequietamente para a revoada espiritualista. Mas não lhe consentia um vôo desabafado o nihilismo intelectual do escritor. Daí o constante desequílibrio da sua emoção, ora cedendo aos processos brutos de Zola nas descrições animais da vida inferior, ora abandonando-se a puras divagações de fantasia, quando o tomava e abrazava mais a sêde de infinito que a todo o custo se lhe mantinha na alma.

Digitized by Google

É êste o Fialho, homem de letras, na suab iografia moral e mental. No entanto, apesar da formação anárquica da sua inteligencia e do seu sentimento, eu seria injusto se não descobrisse lá bem no fundo do escritor notáveis desejos de construcção. Os correligionários passageiros duma véspera já distante apontaram-no como um renegado às vaias públicas, porque Fialho à volta de 1908 se colocou resolutamente ao lado da política anti-parlamentar do ministério João Franco. Não lhe perdoaram nunca, nem na morte! os companheiros de algum dia, essa espécie de deserção. Todavia, nada mais ordenado nem mais coerente em Fialho, — em Fialho, a encarnação mais viva das coisas descoordenadas e incoerentes! É que o republicanismo de Fialho, sendo o republicanismo de 91, tinha fortes predilecções ditatoriais, como se manifestam ainda em Basílio Teles, — como o próprio Basílio Teles as manifestou por ocasião da segunda ditadura franquista. Não era um republicanismo de *acção*, era antes um republicanismo de *reacção*. Não se apresentava como um *fim*,—com o fim de realizar a niveladora aspiração dos Imortais - Princípios. Mas apresentava-se com o *único* meio possível de restaurar a noção perdida do interêsse e da consciencia nacionais, contra o predomínio desaforado das diversas oligarquias do regimen constitucionalista. Não conheceu outras inspirações o republicanismo teórico de Ramalho nas *Farpas*. Vem da mesma fonte o republicanismo iluminado dos obrei-

Digitized by Google

ros da *Portugalia*. Compreende-se já por aqui o desalento duns e o regresso da maior parte.

A Fialho não escapara a causa primacial da ruína pátria. Diagnosticara-a com lucidez na plebe faminta dos partidos políticos, nos desperdícios sem conta nem medida dos bodos burocráticos e das sarabandas eleitorais. Tocava com um dedo amestrado de cirurgião na raiz aguda do mal. O que lhe faltou foi uma visão clínica exacta, para apreciar nos menores detalhes a curva histórica da doença. Fialho aproxima-se, dêste modo, de Oliveira Martins, de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão e até do próprio Antero. Não recebera, porem, como êles, as impulsões filosóficas do radicalismo semi-orgânico de Proudhon. Eis porque Fialho não poude elevar-se vitoriosamente sobre os seus preconceitos sentimentais, fortalecidos por um temperamento excessivamente romântico e pela lembrança do seu nascimento quási miserável. Mas se Fialho se não projectou tão largo na aceitação superior dos factos, quando morreu el-rei D. Luís, um comentário amargo deixou bem à mostra as intimidades do seu pensamento.

Verificara Fialho que o parlamentarismo falia entre nós, embora não falhasse, segundo ele, «por mau regimen, mas porque não há fórmulas eficazes para nacionalidades caducas como a nossa».

A ausencia duma doutrina positiva levava Fialho a confundir o efeito com a causa. Mas se nisso o escritor se atraiçoava lastimávelmente, já não acontecia

Digitized by Google

o mesmo ao examinar o espectáculo que lhe ia à volta. E num arremêsso de imprecações delirantes, com todas as cabalas da comédia burguêsa do Constitucionalismo exaurindo o país e derrancando a consciencia colectiva posta já num farrapo, Fialho legou-nos um rugido profético que as gerações novas de Portugal nunca deverão esquecer para que nunca ele se torne uma verdade dolorosa para a pátria. «Virá um dia em que o povo desnaturado por todas as lições de compra e venda, farto de ludíbrios e vexames,— exclama a ira sagrada do panfletário —, abdique por fim do seu ideal de autonomia, perca a noção do solo, encha d'excrementos as páginas da história... e permita Deus que o não ouçamos bramir, com desespe rada voz, aos ecos da fronteira:

«Livrem-me desta canalha que me fêz odiosa a liberdade, que em paga disso aqui lhes ofereço a minha servidão!»

Entristece e peza como uma manápula de ferro a desgrenhada indignação de Fialho. É um depoimento negativo, cheio de preocupações de suicídio nacional. Todavia, por anormal que pareça, êle contêm já em si o embrião que, desenvolvendo-se e ganhando corpo, há de de futuro trazer Fialho de Almeida quási às portas do tradicionalismo político. Fialho estaria hoje lá, se a morte o não colhesse de chofre, talvez compadecida pelo caír das últimas fôlhas das suas ilusões raquíticas. Eu me explico, porque não quero que

Digitized by Google

me imaginem cultivando o paradoxo sobre a impassibilidade duma pedra mortuária.

Com a sua natureza pródiga de camponês, Fialho não se refugiou jamais na calma scéptica dos jardins de Epicuro. Amava as posições de combate, por afirmação da sua personalidade abundantíssima. Assumiu-as destemidamente contra o nosso romantismo parlamentar, por desgraça identificado de mais com as instituições monárquicas. Á base, as suas pelejas democráticas resultam antes como puros trabalhos contra-revolucionários. Já assentámos no carácter teórico do republicanismo nacionalista da sua época, em nada enfeudado ás abstracções ideológicas da Revolução-Francesa, — em tudo assustado com os destinos obscuros da nacionalidade. Di-lo-ão, melhor do que eu, algumas passagens típicas da *Revista de Portugal*. São do segundo volume, a páginas 829 e seguintes, num artigo notabilíssimo, — *Novos factores da política portuguesa*, assinado modestamente por *Um espectador*. «Um tal desenvolvimento de republicanismo é obra recente dêstes últimos anos, — observa-se aí. E a sua causa tem sido simples e únicamente o descontentamento: isto é, o partido republicano tem-se alastrado, não porque aos espíritos democratizados aparecesse a necessidade de implantar entre nós as instituições republicanas como as únicas capazes de realizar certos progressos sociais — mas porque esses espíritos sentem todos os dias uma aversão maior pela política parlamentar, tal como

Digitized by Google

ela se tem manifestado, com o seu cortejo de males, nestes derradeiros tempos.» E sem levantar a pena, *Um espectador* continúa: — «O partido republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter, porque todas as reformas que, como partido republicano, lhe cumpria reclamar, já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. De sorte que se vai para a república ou se tende para ela, não por doutrinarismo, por urgencia de liberdade e de instituições mais democráticas, mas porque numa já considerável parte do país se vai cada dia radicando mais este desejo: *antes qualquer outra coisa do que o que está.*»

Chegamos agora ao lado verdadeiramente interessante do testemunho de *Um espectador*. Traindo o seu pensar íntimo, *Um espectador* acrescenta, inalterável e firme: «Esta é a mais recente e desgraçada fórmula política da nação. É a fórmula que se ouve repetida por toda a parte onde dois homens se juntam a comentar as coisas políticas. Ora que pode ser *essa outra coisa?* Não pode ser o governo pessoal para que apenas se inclinam alguns espíritos superiores, mas odioso à generalidade da nação, de todo democratizada, ou antes, irradicavelmente impregnada de liberalismo. Tem pois, na ideia dos descontentes, de ser a república, uma república que, eliminando pelo mero facto do seu triunfo, todo o pessoal do parlamentarismo e as suas práticas, proceda, sem desaten-

Digitized by Google

der os interesses conservadores, a uma reorganização administrativa e económica da Nação. Essa reorganização parece-nos a nós conservadores, que poderia ser realizada dentro da monarquia. Mas os descontentes respondem que a monarquia se acha inevitavelmente, fatalmente vinculada e soldada a esse passado do constitucionalismo, cuja incompetencia e corrupção eles julgam ter sido superabundantemente comprovada em anos já longos de desgovêrno; que resta portanto uma única solução, a república: e que o momento vem chegando de salvar por esse meio o país, que já não pode ser salvo pela monarquia».

Eu não me demoro a demonstrar a quimera duma república nascida para remediar entre nós as consequencias do sistema parlamentar, que pela força própria das circunstancias se veriam agravadas. Nem tão pouco destaco o desejo duma intervenção enérgica do poder central que a um grupo reduzido de gente culta se revelava já como o único processo de se acudir eficazmente ao mal que nos corroía. O que me importa é definir em termos precisos o republicanismo de Fialho de Almeida. Esse republicanismo está psicológicamente contido nas razões políticas enumeradas pelo artigo da *Revista de Portugal*. Ora as enfermidades públicas não melhoraram, nem pela ameaça do 31 de Janeiro, não obstante as iniciativas dedicadas que a hora aguda da crise convocou para a obra comum do revigoramento da Pátria. Faliu a tentativa grandiosa de Oliveira Martins, — e faliu na incom-

Digitized by Google

preensão geral, debaixo duma chuva de epítetos infamantes.

Os anos correram no desaforo crescente das insignificancias doiradas que o partidarismo alçava quotidianamente a uma omnipotencia irresponsável. A pouco e pouco, a lento e lento, Fialho *completou-se*, Fialho *pormenorizou-se*. Quem sabe o impulso que lhe dariam para isso o Taine e o Bourget da sua livraria ? O que eu sei é que o apoio de Fialho á desgraçada e desastrada ditadura franquista de 1907-908 não é senão a conclusão legítima do seu republicanismo, mais anti-parlamentar que democrático e revolucionário. Fialho emprestou á iconoclastia jacobina reforços de alto talentò, sem dúvida. Mas ele lavou-se a tempo, e com que nobreza ! no *Saibam Quantos*... das responsabilidades que por ventura lhe pertencessem na derrocada final. Tomando para o problema nacional a instrução especializada e técnica como fundamento essencial, ainda aí Fialho se agarra sôfregamente à *Démocratie vivante*, de Deherme, para se justificar, para se reconciliar consigo mesmo. Mais um passo,— e Fialho sentir-se-ia transfigurado, ao alcançar na contemplação das grandes verdades tradicionais o acordo definitivo da sua inteligencia com a sua impulsividade. Esse passo não o deu Fialho. A morte é o que o deu por ele. O seu martirológio, — cuspido, difamado, desterrado, — é o martirológio duma geração que, nascida no êrro involuntário, no erro involuntário viveu e morreu, unicamente para o expiar !

Digitized by Google

Aprendamos nós a meditar em Fialho o horror de uma existencia em quem adormeceram todas aquelas idéas que se bebem com o leite, que se transmitem pelo sangue e que são o élo fecundo e vivo que liga os homens entre si. Pela tragédia angustiosa de Fialho nós compreenderemos melhor como é que um Balzac se sentia senhor do seu destino ao proclamar bem alto no prefácio célebre de *La Comédie Humaine* que escrevia ao clarão de dois princípios eternos, — a Religião e a Monarquia. O calvário de Fialho é no domínio das letras a confirmação silenciosa das palavras austeras desse seu irmão mais velho no génio e na glória. Faltaram-lhe as certezas inatas e indiscutíveis, fóra da regra das quais ninguem se consegue possuir. No momento supremo da decisão, Fialho olharia para trás, para só achar o vazio, — um vazio pavoroso, sem remedio... É então que a morte se compadece dele, cerrando-lhe as pálpebras misericordiosamente.

Conta-se que José Falcão, desiludido e experimentado, exclamára pouco antes de morrer: — «Se a Monarquia pode salvar a Pátria e restaurar as fôrças dêste pobre país, que o faça! Nós não lhe pedimos mais!» Nas páginas derradeiras de Fialho é o pensamento alevantado que perpassa. No *Saibam Quantos*, o trecho *A Morte do Rei* é assim uma confissão geral que repõe o escritor na serenidade da justiça e do arrependimento. Custou-lhe os apupos da rua, que se alevantou contra ele com todo o pêso

Digitized by Google

das suas calçadas. Mas Fialho, impassível, buscou no seu arsenal de sagitário licenciado algumas frechas esquecidas. Apurou-as com o aprumo antigo e com o aprumo antigo fez de franco-atirador numa campanha em que o primeiro a aparecer foi ele, — o velho demolidor das Tiaras e das Corôas! E lá longe, no cemitério aldeão em que o escritor repouza debaixo do grande céu alentejano, a sua lousa tumular está esperando ainda que lhe gravem como epitáfio único um único grito: — o *Væ victoribus!* tremendo de todos os sacrificados.

Janeiro, 1917.

Digitized by Google

GOMES FREIRE

(REVISÃO DUM PROCESSO)

Digitized by Google

Digitized by Google

Gomes Freire

(REVISÃO DUM PROCESSO)

Os antecedentes

O dia de hoje,[1] feriado nacional, é um insulto cuspido á dignidade e ao respeito de todos os portuguêses. Cem anos de historia maçónica encontram a sua definitiva consagração! Apresenta-se ás homenagens da patria, honrado com as palmas de um falso martirio, quem não é senão merecedor de que lhe risquem o nome da nossa memoria, sepultando-o para sempre no mais obscuro dos esquecimentos. Faltava só que uma personificação completa de aventureiro, — mau caracter, mau soldado e mau patriota, se

[1] 18 de outubro de 1917. Sobre Gomes Freire, lembramos, pelo justo e exacto criterio que os inspira, um notabilissimo artigo de Barbosa Colen nas *Novidades*, n.º 5865, de 25 de maio, de 1903, e o estudo de Dom José Manuel de Noronha, *Gomes Freire na Russia*, critica ao livro do sr. Antonio Ferrão que tem o mesmo titulo. O estudo de Dom José Manuel de Noronha saiu no n.º 28 da *Revista de Historia*, dezembro de 1918, existin-

Digitized by Google

visse canonisada com os louvores da apoteose publica, para que a republica se nos mostrasse bem a inimiga natural de tudo quanto constitue a essencia viva do genio da nossa raça! Mas se nós nascemos para a expiação, como portadores que somos do futuro de Portugal, nascemos tambem para as grandes obras de justiça reparadora. Fique lavrado com a energia de quem sabe o que quer e para onde vái, o nosso protesto de moços que juraram á fé dos seus Mortos continuar a herança que eles nos legaram. E então a mãos ambas, com a serenidade dum dever impreterivel de consciencia, executemos segunda vez o traidor que ha um seculo, precisamente, expiou o seu crime, dependurado dos barrotes duma fôrca na explanada de S. Julião da Barra.

Mau caracter, mau soldado e mau patriota, — chamei eu a Gomes Freire. Sobre essas tres acusações, é necessario que incida a revisão do seu processo. Nascido lá fóra, em Viena de Austria, Gomes Freire, das primeiras familias de Portugal, é o tipo completo do desnacionalizado, em quem o nefasto philoso-

do dele uma *separata* de reduzida tiragem. Ultimamente, na revista nacionalista *Nação Portuguêsa*, a questão Gomes Freire começou a ser tratada duma maneira global e definitiva por Antonio Rodrigues Cavalheiro, um dos mais cultos e prevenidos espiritos da nova geração. E' de justiça mencionar tambem, como óptimo elemento subsidiario, o trabalho *Gomes Freire de Andrade, notas bibliograficas e iconograficas*, Coimbra, 1921, por Ferreira de Lima.

Digitized by Google

fismo do século XVIII ganhou bem cedo raizes profundas. Confunde-se muitas vezes a sua bravura pessoal de irreflectido com aquelas virtudes de obediencia e de precisão, que são as condições duma verdadeira capacidade militar. Gomes Freire nunca as possuiu. E' abrir a *Historia da Guerra Civil*, de Luz Soriano, — e ver-se-á que este honesto liberal, rendido á evidencia dos factos, repetidamente afirma que a fama atribuida a Gomes Freire como general de talento não é mais de que uma invenção sectaria da Maçonaria, procurando engrandecer se, engrandecendo a figura dum dos seus Gran-Mestres.

Bateu-se Gomes Freire, é certo, com destemperado arrojo em Argel contra os piratas berberiscos, e na Bessarabia e na Suecia, ás ordens de Catarina II, que lhe ofereceu uma espada de honra e o condecorou com a ordem de S. Jorge por ter sido dos primeiros a penetrar nas muralhas de Oczakow.

Daí lhe veiu toda a aureola que, ao longo da sua existencia, o circundou de loiros nem sempre de pura lei. Reproduzindo no seu feitio irrequieto e destemido o atavismo boémio de sua mãe, a condessa de Scagfoche, Gomes Freire é perfeitamente o mercenario antigo, talhado para romper caminho com a sua espada através de tudo, mas nunca para dentro dos quadros organizados dum exercito executar com prestigio e sciencia um plano premeditado. Prova-o a sua passagem pelo Roussillon, debaixo da chefia do pobre general Forbes de Skellater, a quem ele descredita

Digitized by Google

e cobre de injurias, como tambem, mais tarde, na desgraçada campanha de 1801, no-lo demonstra a empreza desastrosa de Monterey sobre a nossa fronteira de Traz-os Montes. E' ainda Luz Soriano o primeiro a verifica-lo, em presença da luz clarissima dos documentos. A mesma luz nos esclarece ácerca das qualidades baixas de intriguista e de caluniador de Gomes Freire. No Roussillon e na Catalunha acidenta de dissabores o comando do seu general. Abandona de noite as linhas ocupadas pelo proprio regimento, anda sempre metido por botequins e casas publicas, é um insubordinado que não só indisciplina os soldados, como os maltrata por vezes. Forbes intervem. Gomes Freire reincide, — e reincide, provocando e desafiando camaradas, indo até ao ponto de lhes assacar infundadamente graves responsabilidades de que em conselho de guerra são ilibados. Este é o homem. Gabarola e jactancioso, infeita-se com façanhas que não pratica. «Espirito de vertigem» lhe chamou com razão o amargurado Forbes de Skellater.

Certamente filiado na Maçonaria quando já alvorotava com a sua insensatez as nossas operações contra a França no norte de Espanha, as suas simpatias revolucionarias exprimem-se na comparação que Martins Pamplona, — socio dele desde as campanhas da Russia até aos caminhos escuros da traição —, estabelece lisongeiramente entre o frazeado das suas proclamações e o inchaço literario dos discursos de

Digitized by Google

Robespierre. [1] Gomes Freire gosta, como gostará mais tarde de acompadrar Junot e Lannes nos conciliabulos torvos que precederam a invasão.

Entretanto, a sua indole desinquieta acentua-se mais desordenada, mais violenta.

Em 1801 fracassa em Monterey, como técnico consolando-se depois com uma arremetida contra duas aldeiolas da raia, — Bosaens e Fézes, que lhe caiem nas mãos, sem maior resistencia. O marquês de La Rosiére, que comandava em Traz-os-Montes, repreendeu Gomes Freire pela ação de Monterey, que fôra de sua exclusiva iniciativa.

Nada abala Gomes Freire na sua carreira nem na sua prosapia. Dispõe de sólida valia na côrte e até da estima do Principe-Regente. Sobe de posto em posto, sem que nenhum acto militar capazmente delineado o nobilite.

A sua arrogancia com a sua turbulencia é que continuam de mãos dadas. Assim, em 1803, á frente do seu regimento, lança-se contra a Guarda Real da Policia e desenha a modo que um golpe de Estado, de harmonia com o duque de Sussex, principe inglês, que

[1] Forbes dirigindo-se ao ministro Luís Pinto de Sousa, dizia a tal respeito, referindo-se a Manuel Inacio Martins Pamplona: «*que anda agora publicando ser a representação, que o referido coronel fizera a sua alteza real por via de v. ex.ª uma d'aquellas inimitaveis peças de eloquencia de Robespierre* ..» Luz Soriano, *Hist. da guerra civil*, primeira epoca tomo III, pags. 198-199.

Digitized by Google

residia em Lisboa e que era dignitario dos mais graduados no mundo maçónico. D. João VI impõe-se ao seu hospede, lembra-lhe quem é o soberano,— e Gomes Freire recebe ordem de prisão.[1] Ficou um tanto escuro o alcance desse motim sem resultados de efeito. O que se assegura, porém, é que, antes de recolher á prisão, Gomes Freire entregou bastantes papeis ao duque de Sussex, demorando-se a falar em alemão com ele para não ser entendido dos oficiaes que o custodiavam. Bastava que os dois se entendessem...

Ás vesperas da invasão

Mas o mau soldado, indisciplinador e invejoso, vái, como mau caracter, revelar-se mau patriota. Percorra-se a *Historia da Guerra Civil*, de Luz Soriano, e pela simples exposição dos acontecimentos terminantemente se conclúi que a Maçonaria servia os designios de Napoleão através dos seus entendimentos com Lannes e com Junot, embaixadores de Bonaparte em Portugal. Não nos admiremos, pois, que o *partido-francês*, no poder quando se produz a primeira invasão, pense em entregar a Junot os destinos da Patria com

[1] Vid. *Correspondencia de Lord Robert, enviado britanico na côrte de Lisboa, na occasião das desordens do general Gomes Freire, sustentada com S. A. R. o duque de Sussex então residente na mesma côrte.* Na Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina n.º 51, fls 121-156.

Digitized by Google

os destinos da dinastia. O exame do problema é largo e levar-nos-ia espaço e tempo. Assinala-se por isso apenas a circunstancia de Junot ser cumprimentado em Sacavem por uma deputação da Maçonaria e de haver participado na sua correspondencia para o Imperador terem os maçons «*beaucoup servi pour faire rentrer le peuple dans la tranquillité*». Alguns testemunhos escritos dão Gomes Freire como ido a Arroios ao encontro de Junot com Alorna e não importa agora saber com quem mais.

O que importa saber é que em setembro de 1807 pouco antes da invasão de Junot, já Gomes Freire era veneravel da Loja *Regeneração*, que a 29 do referido mez o presenteava com um malhete de prata, conservado no Grande Oriente por dádiva do velho conde de Paraty e que seguramente na noite de hoje será empunhado pelo senhor Magalhães Lima, para com ele dirigir a tríplice bateria de honra em glorificação do executado de ha cem anos.

Tão escalonado na Maçonaria, compreende-se o papel que exerceria nos entendimentos secretos das Lojas com Lannes e com o invasor de 1807. A sua situação no mundo maçónico era de facto tão preponderante que, embora ausente de Lisboa nessa ocasião, em 1801 realizou-se uma reunião secreta da maior importancia no seu palacio, ao largo do Calvario, sendo aí conferido o grau de «Mestre» ao marquês de Loulé, Agostinho José de Mendonça. De modo nenhum Gomes Freire se alhearia, pois, dos trabalhos da Maço-

Digitized by Google

naria, quando se tramava no escuro o advento de Napoleão. Oiçamos uma passagem de Luz Soriano, a propósito das embaixadas de Lannes, que viera aqui deitar as bases dum entendimento com as associações clandestinas: — «A primeira idéa de lançar fóra dos seus empregos o intendente Manique, a que depois se seguiu o pedido de demissão do ministro dos negocios estrangeiros, D. João de Almeida, não teve seguramente origem em Paris, nem era projecto que anteriormente tivesse o governo francês; *mas teve-a na cabeça daqueles que, pertencendo ás associações secretas, e simpatisando com as doutrinas politicas de França, antepuzeram os seus pessoais sentimentos ás considerações da honra, do dever e do patriotismo.*» Tal seria o caso de Gomes Freire. A sua escolha para segundo comandante da «Legião Lusitana» acabaria de confirma-lo.

Ao serviço de Napoleão

Tem-se querido ilibar Gomes Freire das responsabilidades que lhe pertencem como sendo um dos organizadores da «Legião Lusitana».

Assevera-se que fôra coagido a seguir para França e ele proprio o declararia, em 1815, quando se procurava justificar para regressar a Portugal Nada mais falso do que isso! Napoleão, nas suas instruções a Junot, deu-lhe ordens terminantes para dispensar do serviço quem lh'o solicitasse. São de 20 de

Digitized by Google

dezembro de 1807. «Não percais um momento em vos desfazer do exercito português. O que é facil no primeiro mez, torna-se dificil em seguida. Que ele parta imediatamente, depois de prestar juramento. Encaminhai-o por batalhões para Bayona; concedei a reforma a quem a pedir, etc., etc.» Aproveitando-se desta faculdade, mais um oficial ilustre se afastou das fileiras. Afastou-se o infeliz Bernardim Freire, afastou-se D. Miguel Pereira Forjaz, — mais tarde o preparador da victoria. Porque se não afastou Gomes Freire? Porque ajudou o proprio invasor a reduzir o nosso exercito?

Ha uma circunstancia que é preciso destacar. Todos os oficiaes superiores que acompanharam a fortuna de Napoleão, — Alorna, Loulé, Pamplona, estavam filiados na Maçonaria. De Alorna, comandante da «Legião», dizia Junot para Paris ao Imperador: — «*C'est un homme d'honneur, dont l'opinion positive est que le plus grand bien qui puisse arriver á son pays est d'être dependant immediat de la France.*» [1] De resto, é a opinião que Alorna expressa bem nitidamente numa carta sua, de 18 de novembro de 1807, a Cailhé de Geisne,[2] emigrado francês ao serviço de Portugal. Se Alorna, pri-

[1] Vid. *Historia organica e politica do exército português*, por Christovam Ayres. *Provas*, tom. XII, pag. 133.

[2] Nome evidentemente deturpado. A duquêsa de Abrantes chama lhe oficial superior português (*Memórias*, tomo VIII).

Digitized by Google

meiro comandante da «Legião», assim o pensava, decerto o pensaria igualmente Gomes Freire, a quem foi confiado logo o posto imediato. Acontece tambem que havendo já saido a «Legião» para Espanha, Gomes Freire, que se demorara por cá ainda, vai em alcance dela, quando a deserção é já sensivel. Não lhe permitia a honra militar desertar? Menos lhe permitia servir os interesses dum inimigo do seu país, que em Fontainebleau retalhára Portugal a seu belo prazer e cujas disposições a nosso respeito já estavam então mais que divulgadas.

Mas a dedicação de Gomes Freire á estrela napoleónica não tardará a mostrar-se com maior evidencia. Numa coleção interessante de cartas publicadas pelo senhor Raul Brandão no seu livro *A conspiração de 1817* (livro declamatorio, de pinceladas romanescas á Michelet, sem nenhuma consistencia historica — diga-se de passagem) Gomes Freire preparando a volta ao reino, apresenta-se-nos como um violentado, quasi prisioneiro, das imposições de Napoleão. O homem do Roussillon, mentiroso e intriguista, renasce nesses documentos. Conhecem-se hoje as informações do ministerio da guerra do Imperio sobre Gomes Freire ao proprio Napoleão.[1] Pezava sobre Gomes Freire uma suspeita que o podia honrar: — a incerteza da sua fidelidade. Pois, se-

[1] Vid. *La Légion portugaise, 1807-1813. Par le commandant P Boppe*. Paris, Berger-Levrault et C. 18 97.

Digitized by Google

gundo as notas do ministro Clarke, duque de Saint-Fêltre, Gomes Freire o que deseja é fazer a guerra e servir o seu deus — esse Napoleão, a quem ele chamava Homem com letra maiuscula.

Mas antes disso Gomes Freire revelára se já publicamente despido dos mais elementares sentimentos de patriotismo e de dignidade moral. Foi no cêrco de Saragoça, onde apareceu com soldados nossos ás ordens do general Verdier, combatendo contra os espanhoes, revoltados e em causa comum conosco. Que outro fale por nós sobre o caso e seja o general Foy na sua *Histoire de la guerre de la Peninsule*,[1] tom. 3.°, pag. 298: — «O exercito recebeu um reforço de 800 portuguêses ás ordens do tenente general Gomes Freire. Este reforço consistia no 5.° regimento de infanteria e num batalhão de caçadores que ficara na Biscaya quando da passagem do corpo de tropas do marquês de Alorna, diminuido pela deserção crescente. *Assim, os soldados portuguêses, unidos aos francêses, iam combater, exterminar os espanhoes, emquanto em Portugal seus paes e seus irmãos unidos de coração aos espanhoes e fazendo causa comum com eles, sustentavam contra os francêses uma guerra de morte.*»[2] Eis o depoimento dum

[1] Paris, 1827

[2] «L'armée reçue encore un renfort de huit cents Portugais aux ordres du lieutenant-général Gomez Freire. Cerenfort consistait dans le 5° bataillon d'infantarie et un bataillon de chasseurs restés en Biscaye lors du passage du corps de troupes du

Digitized by Google

general do Imperio que entregamos á meditação de quantos hoje nas escolas oficiaes ensinarem as creanças a venerar em nome da Patria quem tão miseravelmente a traíu, ao mesmo tempo que será coberta de infamia a memoria de D. Miguel Pereira Forjaz. — o glorioso organizador da resistencia nacional. Seguir-se-ão agora, para completar a nossa prova, os

marquis d'Alorne, mais diminué par la désertion toujours croissante. Ainsi les soldats portugais unis aux français allaient combattre, exterminer les Espagnols, pendant qu'en Portugal leurs pères et leurs frères, unis de coeur aux Espagnols et faisant cause commune avec eux, soutenaient contre les Français une guerre à mort.»

Por a considerarmos interessante e altamente expressiva, reproduzimos a seguinte carta de Gomes Freire :

«Grenoble, le 14 Juin, 1809.

Monseigneur, le conseil d'administration qui, en consequence de vos ordres, vient de se rendre ici, m'ayant représenté qu'il était de toute nécessité que la cavallerie de la Légion pour qui M. le major de Jomilhac était resté à Gray pour y présider le conseil éventuel, envoyât à Grenoble uns officier pour gérer auprés de lui les affaires concernant cette arme,j'ai cru pour répondre à son invitation devoir supplier Votre Excellence de vouloir bien approuver que M. le capitain de cavallerie du 2.° régiment, de Vasconcellos que le conseil dèsire appeler auprés de lui, y soit employé en cette qualité. Comme M. le major de Cathelin. président du conseil, à l'honneur de vous informer particuliérement, Monseigneur, des motifs qui rendent la présence de cet officier necéssaire, je ne saurais me refuser de saisir cette occasion pour remercier Votre Excellence du choix qu'elle a bien voulu faire de ce dernier pour présider le conseil, où pour son le son activité, et l'amitié générale, qu'il a su se concilier de

Digitized by Google

dados que ácerca de Gomes Freire se encontram nos arquivos francêses.

Torno a repetir que Gomes Freire se defendeu depois, alegando que fôra coagido a servir Napoleão. Nada mais falso, — insisto —, do que essa desculpa tardia e em que ninguem poderia acreditar, mas com a qual procuram a todo o custo cobrir

tous les individus de la Légion, rend à celle-ci de jour en jour ce choix plus précieux.

«M. l'inspecteur générale d'infanterie Muller a eu l'honneur d'informer Votre Excellence que la Légion pourrait incessament fournir un quatrième bataillon d'élite, d s qu'on lui aurait réuni les objets nécessaires pour son habillement ; ces objets viennent d'arriver, et le conseil d'administration s'occupant de suite de la confection des habits, ce bataillon ne manquera d'être sous peu prêt à marcher.

«Permettez, Monseigneur, que je réclame á cette occasion votre bonté á mon égard, quand ce bataillon avait marché, la majeure partie de la Légion, tant cavalerie qu'infanterie, aura l'honneur d'être employée à la Grande-Armée, et il n'aura plus que le restant des cadres des régiments formant un dépôt d'environ deux cents hommes, qui se trouveront à Grenoble, je réclame donc vos bontés, Monseigneur, pour obteni la permission de rejoindre en cette occasion la Légion, et je vous laisse a juger combien je serais peiné si je voyais de no veau partir, sans être du nombre, quelque corps de celle-ci. Veuillez donc m'accorder cette grace, ne fut-ce que pour marcher en simple grenadier, car ancien militaire qui a fait onze campagnes, soit au service de Russie contre les Turcs et les Suédois, soit en l'an 1792 et 1793 comme volontaire à l'armée prussienne, soit au service de sa patrie, d'abord contre les Algériens en suite dans les Pyrennées-Orientales, et en 1805 (sic) con-

Digitized by Google

a figura torva do supliciado de ha cem annos. Ora escutemos a nota que sobre Gomes Freire o ministro da Guerra enviara a Napoleão em 24 de maio de 1809: — «A Legião portuguêsa é comandada pelo general de divisão Gomes Freire, desde que o marquez de Alorna partiu de Grenoble. Ele passa (Gomes Freire) por ter talentos militares adquiridos ao serviço da Russia *e encontra-se actualmente de mal com o antigo governo de Portugal*... Eu penso que seria conveniente que Vossa Magestade o chamasse, para o exercito, afim de aí ficar á frente dos Portuguêses, *ou lhe désse ordem de ir para Portugal onde a sua presença pode ser util aos interesses da França.*»[1]

tre les armées espagnoles, et qui enfin a eu, en dernier lieu, l'honneur de combattre en Espagne commandant une division sous les drapeaux français, il me serait trop pénible d'être condamné au repos et á l'inactivité pendant que les troupes portugaises ont l'honneur de partager les travaux et la gloire de la Grande Armée. Veuillez donc, Monseigneur, m'accorder la grâce que j'ose vous demander et recevoir avec bonté les assurances du profond respect avec lequel j'ai l'honneur d'être de Votre Excellence, Monseigneur, votre trés humble et trés obeissant serviteur».

Le Lieutenant-général commandant par intérim
la *Légion portugaise*
Gomez Freyre.

(*La Légion Portugaise*, de P. Boppe, pags. 386-388)

[1] Vid. P Boppe, obr. cit., pags. 108 109 : — «Depuis que le marquis d'Alorna est parti de Grenoble la *Légion portugaise* est commandée par le général de division Gomez-Freyre. Il passe

Digitized by Google

Não se imagine, porém, que é só isto! Já anteriormente, a 28 de abril, o general Muller escrevera uma carta ao ministro da guerra, recomendando-lhe Gomes Freire, sobre o qual pesava,— volto a lembrar —, a suspeita honrosa de não ser seguro, ao que parece. «Nada melhor para satisfazer o *extremo desejo que tem de servir o general Gomes Freire*, — declarava Muller, aludindo a certas dificuldades de serviço; *este oficial que se tem distinguido altamente em diferentes serviços e que ainda ha pouco comandou uma divisão francêsa em frente de Saragoça, cairia doente, se não tivesse esperança de entrar em campanha, ainda que não fosse, diz ele, senão com um batalhão, não me deixando duvida nenhuma o seu amor por Sua Magestade a maneira como o solicita todos os dias.*» [1]

pour avoir des talents militaires acquis au service de Russie. et il était tout á fait brouillé avec l'ancien gouvernement de Portugal.

«Il a, pour divers motifs, une assez grande influence sur l'esprit de ses inférieurs, avec lesquels il se familiarise beaucoup; mais il est d'ailleurs peu fait pour commander la Légion daus l'intérieur de la France.

«Je pense qu'il serait à propos que Sa Magesté l'apelât à l'armée pour y être à la tête des Portugais, ou lui donnât l'ordre d'aller en Portugal, sa presence pouvant y être utile aux intérêts de la France ..» (*Archives nationales*, A. F. IV, 1117.)

[1] «Rien de mieux que de satisfaire à l'extrême désir qu'à de servir le général Gomés-Freire; cet officier qui s'est absolument distingué dans differents services et qui, dernièrement, à commandé une division française devant Saragosse, tomberait ma

Digitized by Google

Vamos a outro testemunho tanto ou mais desconcertante para os devotos de Gomes Freire. E' um comunicado do duque de Feltre a Napoleão, de 22 de abril de 1811: —«O melhor, o mais habil dos chefes portuguêses que estão em França, é, sem contradita, o general de divisão Gomez-Freyre, que se encontra em Genebra. Serviu em tempos na Russia duma maneira distinta; *levado pelo amor proprio e tratado com alguma confiança, ele pode tornar-se util, tendo sofrido com muito desgosto a idéa de não ser empregado no exercito depois da sua entrada em França.*» [1] Se isto é já bastante, não é, no entanto, tudo ainda. Mais informes do duque de Feltre ácerca de Gomes Freire:— «Este oficial merece entretanto pela reputação militar que gosa entre os seus compatriotas alcançar um sinal da satisfação de Vossa Magestade e *seria doloroso para ele sofrer uma exclusão que poria em duvida a sua dedicação pelo vosso serviço.*» [2]

lade s'il n'a l'espoir d'entrer en campagne, ne fût-ce, dit-il, qu'avec un bataillon, sa maniére de le demander journellement ne me laisse aucun doute de son amour pour Sa Majesté.» (P. Boppe, obr. cit., pags. 107).

[1] «Le meilleur, le plus habile des chefs portugais qui sont en France. c'est sans contradit le général de division Gomez-Freyre, qui est à Genéve. Il a jadis servi en Russie d'une maniére distinguée; pris par l'amour propre et traité avec quelque confiance, il peut devenir très utile; il a supporté avec beaucoup de peine l'idée de ne plus être employée aux armées depuis son entrée en France ...» (*Archives nacionales*, A. F., IV, 1118.) Vid. P. Boppe, obr. cit., pag. 185.)

[2] «Cet officier mérite cependant par ses services, la réputation

Digitized by Google

Tratava-se da concessão da «Legião de Honra». E o duque de Feltre acrescentava: — «O sr. general Gomes Freire é o maior e o mais habil dos oficiaes portuguêses, aquele de quem a bravura e os talentos são mais notaveis. Importa bastante liga-lo a nós. *Despresado, tornar-se-ia talvez perigoso.*» [1]

Como instrução psicológica, não se carece de nada mais. Parece me desfeita de sobejo a mistificação sem nome que nos apresenta Gomes Freire como constrangido pela força cega das circunstancias a participar da sorte de Napoleão. Resalta bem dos depoimentos aqui exarados que, em torno do traidor, existia até uma nobre aureola de desconfiança, não obstante ter já aparecido no assédio de Saragoça. E' a altura de pulverizarmos tambem um dos suportes da lenda que teima, já agora inutilmente, em o impôr como bem-aventurado da Patria á nossa admiração e ao nosso respeito. Refiro-me ao facto de Gomes Freire não vir á Peninsula no exército de Massena, com Alorna, Pamplona, Loulé e outros tantos socios,

militaire dont il jouit parmi ses compatriotes, d'obtenir aussi une marque de la satisfation de Votre Magesté et il serait affligeant pour lui d'éprouver seul une exclusion qui mettrait en doute son dévouement pour votre service.» (*Archives Nationales*, A. F., IV. 1149. Vid. P. Boppe, obr. cit., pag. 390.

[1] «M. le général Gomez Freyre est le plus ferme et le plus habile des officiers portugais, c'est celui dont la bravoure et les talents sont les plus remarquables Il importe de se l'attacher. Négligé, il serait peut être dangereux.» (Vid. P. Boppe, obr. cit., pag. 91).

Digitized by Google

tanto na traição como na filiação maçónica. Interessa, porém, observar antes de tudo que, pelas informações do duque de Feltre, não fica de modo nenhum invalidado o nosso juizo sobre as qualidades militares de Gomes Freire. Vê-se que o ministro reproduzia apenas a opinião corrente. De resto, nem mesmo lá fóra se conhece uma ação de Gomes Freire em que a sua capacidade se manifestasse. Actos pessoaes de bravura, como os da tomada de Oczakow, se existiram, mantem o nosso juizo. Soldado, sim; general, nunca. E tanto é como afirmamos que num relatorio subscrito em Grenoble a 24 de fevereiro de 1809, pelo general Dumas, lê se o seguinte referente a Gomes Freire: — «*O tenente-general Gomes Freire que serviu na Russia e se encorporou depois na Legião, passa por um bom oficial; está ainda muito verde e mostra vivos desejos de entrar em guerra.*» [1]

Por seu lado Napoleão, em carta datada de Bunzlau a 25 de maio de 1815 e dirigida ao principe de Neuchatel e Wagram, Louis Alexandr Berthier, apreciava nestes termos Gomes Freire: — «*Je ne puis que vous témoigner mon mécontentement de ce que vous avez mis à la tête*

[1] Le lieutenant-général Gomez Freyre, qui a servi en Russie et est employé à la suite, de la Légion, passe pour un bon officier; il est encore vert; il montre un vif désir de faire la guerre.» (*Archives Nationales*, A. F. IV, 1117. Vid P. Boppe, obr. ag. 97).

Digitized by Google

du dépôt d'Iéna un homme aussi inepte et aussi étranger au service de la cavalerie que le général Gomez-Freyre. Cela est ridicule ; les pertes que j'éprouve en sont le résultat... Témoignez mon mécontentement au général Gomez de sa mauvaise conduite. »[1]

Gomes Freire na Península

Analizemos, pois, a asserção gratuita que nos dá Gomes Freire como escusando-se junto de Napoleão a vir a Portugal no exército de Massena. Não veiu realmente. Mas não veiu, porque significasse a Napoleão o mais pequeno desejo nesse sentido. Nos arquivos não existe nada que nos habilite a supô-lo assim. Foi outro o motivo porque o traidor não acompanhou Massena, como iremos vêr.

Escute-se Luz Soriano (Tom. 1.º da 2.ª epoca, da

[1] *Préceptes et jugements de Napoléon, recueillis et classés par le lieutenant-colonel Ernest Picard.* Paris, 1913, pag. 332. Tambem nas *Memorias para servirem á historia da campanha do Alemtejo em 1801*, manuscrito do brigadeiro José Maria das Neves Costa, dado á estampa em 1914 pelo então capitão e illustre bibliófilo sr Henrique de Campos Ferreira Lima, se encontra o seguinte a pag. 10:—«A creação dos corpos de caçadores, Tropa que só merece este nome pela farda, pelos cabelos cortados, e porque assim os quizerão chamar, mas não por algum outro principio militar, a creação ou esco ha e organização desta tropa he hũa das cousas que serve bem a marcar a capacidade ou conhecimentos militares do General em chefe do Exercito e daqueles a quem elle confiou esta tarefa (Gomes Freire.)»

Digitized by Google

Historia da Guerra Civil) : — «Quando Bonaparte projectava a expedição de Massena o ministro da guerra consultou pela sua parte os quatro generaes Pamplona, marquez de Alorna, *Gomes Freire* e Car· como Lobo, *sobre os meios de mais convenientemente se subjugar Portugal. Em consequencia das respostas que obteve, o dito ministro lhes pediu listas dos oficiaes da Legião que mais influencia podiam ter no animo do povo portuguez, donde resultou a nomeação dos diferentes individuos que vieram na dita expedição, sendo para este fim obrigados e sem consulta alguma previa da sua vontade.*» [1] Por seu lado Pierre Boppe conta·nos que, havendo Napoleão abandonado a idéa de enviar a Portugal a *Legião Lusitana,* apenas alguns oficiaes portuguêses fôram designados para seguirem no estado-maior de Massena. Entre eles não se nos depara, efectivamente, Gomes Freire. «O general Gomez Freire tinha recebido um outro destino,»[2]— explica-nos o comandante Boppe na sua excelente monografia.

Como o propósito de se mandarem a Portugal os nossos soldados ficara sem efeito, deixou-se Gomes Freire no comando deles, talvez ainda por não merecer a confiança de Napoleão, bem contra a sua vontade

[1] Todas as transcrições que não levarem indicação da fonte são de Luz Soriano.

[2] Obr. cit., pag. 139 e depois pag. 156-1·1. O destino recebido por Gomes Freire foi o de comandar as tropas portuguêsas que Napoleão resolveu empregar na anexação do Valois á França

Digitized by Google

em o servir na guerra, com tanta insistencia e tão choramingadamente traduzida. O que ha de Gomes Freire é um pedido para militar na Alemanha. Mas esse pedido subiu junto do Imperador antes de julho de 1809 por intermedio do então ministro da guerra, conde de Hunebourg, portanto, a um ano quasi de distancia da expedição de Massena a Portugal. Ora aqui nos surge sem duvida o motivo porque Gomes Freire, o oficial de *menos confiança* para Napoleão (Pierre Boppe indica-nos que, para o quartel-general de Massena, se viram escolhidos os oficiaes portuguêses de mais segurança), não esteve nem diante de Almeida com Alorna, nem na retaguarda do exército, como Pamplona e outros no Bussaco. Por patriotismo não foi decerto. Porque, se fosse, não havia ocasião melhor para se evadir, para os nossos, das fileiras inimigas, como, caíndo em si, alguns então fizeram. E tanto é como se assevera que em novembro de 1810, com Portugal invadido pela terceira vez, Gomes Freire se lastimava de não haver obtido ainda a *Legião de Honra*, afligindo-se por essa exclusão pôr em duvida a sua fidelidade á fortuna de Bonaparte, — como o duque de Feltre ponderava ao Imperador.

Na confiança de napoleão

Apesar de tudo, a confiança de Napoleão chegou. Chegou, embora tarde, — mas chegou. Designado para

Digitized by Google

fazer parte em 15 de abril de 1812 de *la Grande-Armée*, de 21 de julho a 6 de outubro do mesmo ano governou o districto de Dsjisma, na Lituania. Chamado a Moscow, encontrou-se com o exercito em Smolensk e retrogradou com ele para Kœnisberg. Depois de varios encargos, todos elles de reconhecida importancia, foi nomeado comandante superior de Dresde em 13 de agosto de 1813, caíndo prisioneiro com o corpo do comando do Marechal Gouvion-Saint Cyr em 11 de novembro seguinte. Com justificada razão observavam para o Rio os da Regencia, ao participarem a D. João VI o insucesso da conspiração de 1817: — «Eram já muito vehementes as suspeitas que já tinhamos contra o tenente general Gomes Freire de Andrade, não só pelo seu conhecido genio, e pela adhesão que patenteara pelo serviço de Buonaparte, achando-se empregado até ao fim da campanha de 1814 *em posto de tanta confiança, como era o de segundo comandante da guarnição de Dresde, que o mesmo Buonaparte deixara ocupada por uma fortissima guarnição quando se retirou para Leipsick*, mas pela circunstancia que depois soubemos que ele fôra eleito gran-mestre da maçonaria em Portugal, depois da sua volta para este reino.» [1] Certa-

[1] Possuo uma raridade bibliografica, que devo á amabilidade do meu chorado amigo o ilustre escritor militar, o general Rodrigues da Costa. E' um pequeno folheto de 30 paginas, impresso em 1809, provavelmente em Grenoble Intitula se: — «Estatutos da R.·. Loge Militar dos Cavalheiros da Cruz da Legião Portu-

Digitized by Google

mente, se Gomes Freire não se tivesse manifestado sempre uma criatura aberta á sedução da estrela de Bonaparte, não lhe teriam entregue um posto de tanto peso e responsabilidade. Napoleão era nisso cautelosissimo. Conhecem-se as suas palavras ao rei da Dinamarca, Frederico VI, a proposito da fuga de La Romana com as suas tropas: — «Fiquei extremamente desgostoso pela imprudencia que se cometeu confiando-se a guarda dos postos mais importantes a tropas que as circuntancias deviam tornar suspeitas.» Suspeito tambem por esta regra elementar de bom-senso, Gomes Freire pediu e tornou a pedir para ser contemplado pelo favor de Napoleão. Se não veiu a Portugal, estivera já em Saragoça a combater os espanhoes. E' licito admitir que não acompanhou Massena por não estar em crédito junto do Imperador. Conseguiu Gomes Freire conquistá-lo. E sem se lem-

gueza. Constituida debaixo dos auspicios do G.·. O.·. Luzitano. e filiada pelo Supremo Conselho (sic) do Cap.·. sob.·. dos Cav.·. da Cruz ao Or.·. de Pariz». São os *Estatutos* datados de Grenoble «aos 24 dias do segundo mez do anno da V.·. L.·. 5809» e assinam-nos: + *Gomes Freire*, Sapientissimo + Marquez de Ponte de Lima, 1.º Vig.·. S.·.P.· R.·.+; José de Vasconcellos, 2.º V.·. S.·. P.·. R .+; Visconde d'Asseca, secretario . . S · P.· R. .+; José Pereira Pinto, orador int.·. S.·. P ·. R.·. + ; Diogo Reixa, M.·. de Cer.·. S.·. P ·. R. . +; Bonicho, Thezoureiro S.·. P.·. R ·.+ Antonio Huet Bacelar, 1.º esperto S ·. P.·. R.· + ; Antonio de Faria Machado, 2.º esperto S.·. P.·. R ·. +; Nogueira, Hospitaleiro, S ·. P.·. R. . +.» Em face de tão ex.

Digitized by Google

brar que servia o expoliador da sua patria, aceitou das mãos dele o governo duma guarnição importante, marcando para sempre a sua memoria com este ferrete de ignomínia. Eis o patriotismo de Gomes Freire! Porque se não recusou a servir como D. Miguel Pereira Forjaz? Porque não aproveitou tantos ensejos de que dispôs para seguir com a sua pessoa o caminho que La Romana seguiu com as suas tropas, forçando as linhas francêsas na Dinamarca, ao saber o seu país revoltado, embarcando-se em navios inglêses e vindo ao depois defrontar os inimigos da Espanha no proprio solo natal? Grande exemplo, immorredoira lição! Porque não a soube aprender Gomes Freire? Porque era traidor, não por ele que talvez fosse sincero, mas pelo espírito revolucionário que o desorientava e que já havia levado a Maçonaria a receber Junot de braços abertos.

pressivo documento vê-se como Gomes Freire não interrompeu nunca a sua actividade dentro do mundo maçónico. Reza o artigo 65:° dos *Estatutos* :— «O Athêo, o Materialista, o Homem pusilanime, indiscreto, petulante, teimoso, egoista imoral, escarnecedor das leis, e da opinião publica, he indigno de ser admitido no numero dos Cav.. da Cruz: portanto deve o candidato ser de costumes irreprehensiveis, e gozar de huma reputação sem mancha; ter hum caracter constante e ser virtuoso, amante de Deus, da Patria e do seu proximo, submisso ás leis do seu paiz, e ao soberano, obediente ás authoridades maçonicas e de huma ordem honesta na sociedade.» Todas as condições exigidas, concorriam, na verdade, em Gomes Freire, traidor á Patria e ao Rei! Que hi pocrisia inqualificavel!

Digitized by Google

O ENVIADO MISTERIOSO

Perdoado, Gomes Freire regressou a Portugal. Não é possivel desfiar aqui os passos que ele empregou para voltar e em que condições voltou. Basta que se saliente o facto de a Maçonaria o eleger para seu Gran-Mestre tão depressa o traidor se instalou em Lisboa. Vamos surpreendê-lo agora conspirando contra a ordem legítima, de entendimento com agentes espanhois. A solidariedade revolucionária das lojas maçónicas da Europa constitue o motivo oculto dos estremeções sociaes que abalaram os países latinos nas primeiras décadas do século passado.

A' frente da Maçonaria, Gomes Freire é o chefe natural da conjura que se maquina em Portugal, com descontentes e aventureiros, contra as nossas instituições tradicionaes. Gomes Freire que ás vesperas de tornar a Portugal tanto conta com a clemencia e com a amisade de D. João VI, dispõe-se a tirar-lhe a corôa e a lançar a sua patria nas incertezas duma anarquia profunda.

Ha quem assevere que a conspiração não existiu, não constituindo mais do que um embuste odiento de Beresford e de D. Miguel Pereira Forjaz. Outros então quasi que juram que Gomes Freire não a inspirava e só de largo lhe assistia ao desenvolvimento. E' realmente Beresford quem previne a Regencia sobre o conlúio que se trama no escuro. Mas previne-a com

Digitized by Google

fundamento. Previne-a pelo aviso que recebera de Madrid de «que o General Cabanes, acompanhado do seu Ajudante d'Ordens, se achava em caminho para Lisboa, onde devia permanecer incognito a fim d'aplanar as dificuldades que podessem obstar nos projectos de sua Corte.» Quem seria este General Cabones e que projectos os da côrte de Madrid?

O general D. Francisco Xavier Cabanes, com José Valls, ao que parece, seu ajudante, partira repentinamente de Madrid em começos de março de 1817, declarando que ia tratar de negocios a Barcelona, terra do seu nascimento.[1] Mas em Portugal é que ele apareceu, informando o Intendente Geral da Policia a Regencia do Reino em 30 de abril seguinte de que Cabanes viera de Madrid para Lisboa em missão de caracter suspeito. «Dizia-se mais no citado oficio que entre as pessoas com quem tratava Cabanes *figurava o general Gomes Freire d'Andrade*, e Antonio de Sousa Falcão, *dando-se reciprocamente visitas e jantares entre uns e outros d'estes individuos*». Qual o fim da misteriosa missão de Cabanes?

Não se ignora que a Espanha pensava por essa altura em nos invadir, aproveitando se da situação em que o Reino se encontrava e procùrando responder assim á ocupação que na America fizéramos de Mon-

[1] Entre varios trabalhos de historia militar, o general Cabanes é autor dum projecto de navegabilidade do Tejo entre Lisboá e Toledo.

Digitized by Google

tevideu e da banda oriental do Rio da Prata. «Foi o general Beresford o primeiro que logo em janeiro de 1817 d'isto informou o governo, dizendo-lhe que rumores vagos corriam no publico de intenções sinistras por parte da Hespanha, com relação a Portugal, promovendo-se alem d'isto d'um modo encoberto a difusão de noticias tendentes, não só a indispôr o povo contra o seu soberano, fazendo-lhe crer que este era indiferente á sorte do país que regia na Europa e á felicidade dos seus habitantes, *mas até mesmo tendentes a adoçar os sentimentos hostis dos portuguezes para com os seus vizinhos espanhoes, coincidindo com semelhantes boatos outros ainda mais perigosos...*» E' Luz Soriano quem fala e por ele ficamos sabemos que em Portugal existiam tendencias para a fusão com a Espanha. Luz Soriano esclarece: — «Não admira pois no meio das circunstancias que temos relatado, o esquecimento que o soberano legitimo de Portugal mostrava ter pelos seus chamados vassallos da Europa, determinasse tambem n'alguns d'estes, por justa retribuição, o esquecimento para com o seu soberano, tão determinado como o o viam a antepôr o Brazil ao seu país natal; prejudicando este com as suas medidas para engrandecer aquele. Desamparados como portanto se viram d'ele, alguns houve, *talvez os que por meio das sociedades secretas mantinham relações com os revolucionarios de Hespanha, que se lembraram de fazer causa com eles no sentido liberal, constituindo as-*

Digitized by Google

sim hespanhoes e portuguezes uma só nação». Não é aqui o logar para discutir as responsabilidades que Luz Soriano atribúi á ausencia do Rei no Brasil com bastante injustiça. O que resaltamos é a importancia do depoimento de Luz Soriano, cuja proveniencia liberalista ninguem desconhece. Continúa Luz Soriano:

«Já em 1817 se persuadia o gabinete de Madrid, de que existia em Portugal um grande partido em favor da sua união com a Espanha. As informações que tinha recebido, *tanto as que lhe déra o brigadeiro Cabanes*, de que já falámos no anterior capitulo, como as que igualmente lhe deram alguns *outros espanhoes, que se suspeitava existirem em Portugal com o fim de promoverem semelhante união, e de participarem ao seu governo o andamento dos seus trabalhos em semelhante sentido*, haviam-lhe pintado com as mais lisongeiras côres para o seu intento o grande descontentamento dos portuguezes...»

Não se carece de nada mais! Aclara-se a missão de Cabanes, o desenvolvimento da sua teía por intermedio dos clubs secretos, e as suas entrevistas frequentes com Gomes Freire, já grão-mestre da Maçonaria. O Liberalismo surge então entre nós para as scenas do mundo com a sua evidente marca maçónica. O senhor Magalhães Lima, ao oficiar em honra de Gomes Freire, de avental á trolha, é, como autor do livro célebre *La fédération ibérique*, o sucessor em tudo de Gomes Freire de Andrade no malhete simbólico!

Digitized by Google

A correspondencia das nossas lojas maçónicas com as de Espanha era evidente. Luz Soriano é o primeiro a confessa-lo. Por seu lado a Maçonaria espanhola tornara-se de ha muito um centro de irradiação revolucionária. Na persistencia do seu esforço se filiou a revolução liberal de Napoles, «que foi uma perfeita imitação da que rebentou em Cadiz.» Quem se apodera em Napoles do poder? O general Carascozo e o marquez de Campo-Chiari, partidarios que haviam sido de Murat, «alem de outros mais individuos empregados no referido reinado e que tinham os mesmos principios politicos.» E' exactamente o caso de Gomes Freire em Portugal.

Regressado da França, reconhecem-n'o na Maçonaria como Gran-Mestre. Faz se naturalmente no nosso país o ponto nodal da conjuração que fermentava por toda a Espanha. A união-iberica definia-se nos meios maçonizados e liberalizados como a unica fórmula de existencia politica para Portugal. A's escáncaras o proclamava o «Campeão Portuguez,» jornal que se publicava em Londres e de que era redactor o ex-frade José Liberato, reputadissimo maçon. Por toda a parte se espalhavam quadras como estas:

«E's infeliz Portugal,
Pois promete abrir-te a cova
Quem contigo se apelida,
Antepondo Vila-Nova.» (1)

(1) Tomás Antonio de Villa-Nova Portugal, ministro no Brazil del-rei D. João VI.

Digitized by Google

«A tua sorte fatal
Pura compaixão me mete:
E's desgraçado com seis?
Porque não procuras sete?»

São nitidas as referencias a D. João VI e a Fernando VII. A cabala revestia assim dois aspectos, sendo o primeiro o dos intuitos belicosos do governo de Madrid e consistindo o segundo no entendimento admiravelmente cimentado dos nossos maçons com os de Espanha. Como a Espanha se achava em relação a eles, não tardou a verificar-se pelos acontecimentos da Galiza e da Catalunha e ainda pela projectada revolta de Valencia, descoberta pelo general Elio. Semelhantes sucessos evitaram seguramente a invasão de Portugal, que resultaria, — é facil duduzil-o —, no destronamento dos dois soberanos,— o nosso e o de Espanha, para se organizar talvez a tal federação de não sei quantas republiquetas peninsulares, a cujo plano tres anos mais tarde obedeceria Manuel Fernandes Tomás. A que viria, pois, o brigadeiro D. Francisco Xavier Cabanes a Portugal? Para quê, e qual o alcance das suas relações com Gomes Freire?

«Não se póde dizer ao certo qual fosse a verdadeira missão do brigadeiro Cabanes a Portugal no ano de 1817, e portanto se ela era de uma verdadeira propaganda liberal neste reino, ou se vinha por parte do governo espanhol sondar o animo dos descontentes portuguezes, e o estado do nosso exercito, como já noutra parte dissemos, afim do governo se

Digitized by Google

habilitar melhor a mandar invadir ou não Portugal;» — escreve, seriamente embaraçado, Luz Soriano, em conflicto manifesto o seu liberalismo sincero com a evidencia eloquente dos acontecimentos. «O certo é que o brigadeiro Cabanes, voltando deste reino a Madrid,» — prosegue Luz Soriano com uma honestidade que no-lo impõe deveras como um autor escrupuloso —, «ofereceu a D. Fernando VII, segundo participou para Lisboa D José Luiz de Sousa em oficio de 16 de abril do citado ano de 1817, uma memoria em que lhe representava o grande descontentamento em que o geral dos portuguezes se achava por causa da ausencia do rei no Rio de Janeiro e do comando em chefe do exercito, confiado ao general Beresford, *o que não podia deixar de trazer comsigo a facilidade das marchas e operações do exercito espanhol, encarregado da invasão de Portugal no meio de tais circunstancias.*»

Se tão categoricamente o general Cabanes se pronunciava deste modo ácêrca das possibilidades duma ocupação de Portugal pelas tropas do seu governo e se, por outra parte, o espírito que entre nós se encontrava disposto para a união-ibérica era preparado e desenvolvido pelos clubs secretos, eu pregunto, todos preguntam: — para que ocultos designios Cabanes conviveu com Gomes Freire, que, alem dum descontente é dum vaidoso violento, («levado pelo amor proprio, ele pode tornar-se nos util», — já lá dizia a Napoleão o duque de Feltre), possuia a agravante de

Digitized by Google

ser a primeira dignidade da nossa Maçonaria? *Talis vita, finis ita.* Quem só contribuira para a desordem e para a desgraça do seu país, desde o Rousillon até á maneira subserviente como se infiltrou na confiança de Napoleão, era bem um autentico extrangeiro do interior com que o outro, — o extrangeiro de alem — fronteiras, se poderia entender admiravelmente!

A CONSPIRAÇÃO DE 1812

E entendeu-se! Na sua flagrante culpabilidade, o juizo mais lisonjeiro que a respeito de Gomes Freire se subscreveria ainda é o do autor anónimo da *Histoire de Jean VI, roi de Portugal,* impressa em Paris no ano de 1827 e de acentuadas tendencias liberalistas. Damos essa passagem, transcrevendo-a da tradução que em 1838 dela fez Luz Soriano: — «O general Gomes Freire era um bom oficial, e de nobre ascendencia; havia servido sempre com distinção na Russia em as fileiras de Catharina, sendo um dos primeiros que subiram ao assalto de Oczakow; tinha-se distinguido tambem na campanha do Roussillon, servindo Bonaparte na legião lusitana, sem que todavia acompanhasse o exercito de Massena a Portugal; *mas, por outro lado, como homem leviano e inconsequente, era pouco capaz de conceber e combinar um plano, e muito menos de o executar. Ha porem fortes motivos para acreditar que o governo*

Digitized by Google

de Madrid não era alheio á conspiração, e é mui provavel que Gomes Freire e seus associados servissem de meros instrumentos de uma intriga, da qual não conheciam a origem, nem o verdadeiro fim.»

Não conhecia a origem, nem o verdadeiro fim? Então para que se visitava com o brigadeiro Cabanes durante a curta e disfarçada estada deste em Lisboa, e permutava com ele jantares e outros obsequios compromettedores? Porque é que entre Portugal e Espanha giravam constantemente mensageiros misteriosos, destacando-se Rodrigo da Fonseca Magalhães, que era o principal emissario de tão estranhas como incompreensiveis negociações? A traição está bem caracterizada,—não ha meias palavras que absolvam os criminosos!

A 24 de maio de 1817 prendiam-se consequentemente os conspiradores. Gomes Freire de Andrade foi para S. Julião da Barra, onde chegou pelas seis horas e meia da manhã. A 1 de junho D. Miguel Pereira Forjaz comunicava para Madrid ao nosso ministro, D. José Luís de Sousa, «não só o ter-se descoberto uma conspiração em Lisboa, mas até o haverem sido presos os que a promoviam, acrescentando que o respectivo projecto se ligava com o dos revolucionarios da Espanha, contando os de Portugal, que ao mesmo tempo que tivesse logar a explosão neste reino, a haveria tambem naquele, sendo muito notavel que o brigadeiro D. Francisco Xavier Cabanes,

Digitized by Google

que em Lisboa se supoz mandado pelo governo espanhol e com disfarce para cá observar as disposições do paiz, *tivesse intima comunicação e jantasse por diferentes vezes com Gomes Freire e outros mais individuos com ele comprometidos, os quaes por certo não tinham em vista favorecer outro qualquer partido que não fosse o de uma revolução contra o legitimo governo, como era facil de conhecer das suas proprias proclamações.*»

Igual participação seguiu para o Brasil,— para D. João VI, fundamentando-se as suspeitas já anteriormente havidas contra Gomes Freire no seu procedimento para com a patria durante a ocupação francêsa e na confiança que merecia de Napoleão, para que lhe entregasse o comando de Dresde. Acrescia a sua eleição para principe do mundo maçónico, depois do regresso a Portugal. «Esta circunstancia, junto á má vontade, que pelas razões já expostas nos nossos officios anteriores, existe contra o marechal general, explica o fenomeno que se observa de que não havendo aquele oficial (Gomes Freire) prestado neste reino, serviços alguns tão relevantes, que lhe atrahissem uma geral benevolencia, *antes pelo contrario, havendo-os prestado até ao ultimo momento ao seu mais implacavel inimigo, comtudo atribue-se-lhe grande merecimento, por não ter vindo combater pessoalmente na peninsula; suppõe-se-lhe grandes talentos militares, grande patriotismo, e era tal a disposição que os manejos da seita a que preside ti-*

Digitized by Google

nham conseguido espalhar no publico, que ainda agora mesmo uma grande parte da nação atribue este procedimento, mais a uma intriga do marechal, do que á verdadeira culpabilidade dos presos.»

Assim sucedeu, com efeito. Beresford, defendendo a sua situação pessoal e guardando ao mesmo tempo a lealdade que devia ao exercicio do seu cargo, procurou possuir-se de todos os meandros da conspiração, tão cedo de Madrid o informaram do que se tecia na sombra. Pois ainda agora se sustenta a inocencia de Gomes Freire acusando-se o marechal de o haver enredado com cinismo torvo num processo de lesa-magestade, para o perder irremediavelmente! A novela até neste ponto é de dificil consistencia. Nas cartas de Gomes Freire publicadas por Raul Brandão, vê-se como o traidor se sente orgulhoso com a estima que a Inglaterra lhe dispensa.

Não se cuide, apesar de á primeira impressão se nos apresentar como tal, que o seu impulso obedecia a algum sentimento nativista de protesto contra a presença dos oficiaes inglêses nos comandos das nossas tropas. Esses oficiaes constituiam até em avultado numero a população de muitas lojas maçonicas que se contavam entre nós. E' sabido que o duque de Sussex, principe britânico e companheiro de Gomes Freire nas turbulencias de Campo de Ourique em 1803, ergueu sempre à sua voz a favor dos nossos pedreiros-livres. Ergueu-a tambem na Camara dos Pares, em

Digitized by Google

Londres, a tantos de 1818, clamando contra o processo que condenara Gomes Freire.[1] Paralelamente, não ha papeleta maçónica nenhuma que não assoalhe que o marechal de campo, Archibaldo Campbell, governador de S. Julião da Barra e maçon professo, se esforçara para facilitar a evasão do traidor. De resto, não se poderia considerar de nativista um movimento, em que figurava o oficial hanoveriano barão de Eben! Sucede tambem que Beresford não era odiado por ser inglês. Era odiado mais por o conhecerem como adverso aos novos principios. Prova-o a iniciação na Maçonaria da viscondessa de Juromenha, D. Maria da Luz. «Esta iniciação teve por fim o saber-se pela viscondessa, quaes os sentimentos do marechal de Beresford a respeito de liberdade.» — conta «um maçon portuguez fiel ao rei e á patria» nas *Memorias em defesa da Maçonaria*.[2]

Beresford, para se justificar, fez escrever a um frade de opiniões ligeiras — o celebre *Padre Amaro*—, a *Memoria sobre a conspiração de 1817*.[3] Aí se publicam documentos que, auxiliados no sua interpretação pelo que já deixamos dito, nos não oferecem duvidas nenhumas sobre a existencia e fins da conspi-

[1] Vid. «Resposta á analyse critica dos redactores do Investigador» Num. LXXXV. por hum verdadeiro amigo da Patria. Parte I, pag. 96-97. Lisboa, Impressão regia, 1818.

[2] 8.ª Memoria, pag. 27, Lisboa, 1861.

[3] Lisboa, Impressão Liberal, 1822.

Digitized by Google

ração. «Bem examinados os documentos, — lê-se a paginas 72 —, resulta, tanto das proclamações, como das instrucções, formularios etc., huma especie de evidencia de que os individuos que dirigiam o plano da conspiração, sem se lembrarem, nem atenderem aos meios de prevenirem a anarquia, nem remediar tantos inconvenientes a que ficava exposta a nação, mostravam huma premeditação bem caracterizada sobre dois pontos, que pareciam absorver toda a sua atenção: *a proscripção da Dynastia Reinante, e a perdição de Lord Beresford...*»

Mas o interessante da aludida *Memoria* é identificar a conspiração de 1817 com a vinda a Portugal do general Cabanes, sustentando-se em todo o caso que Gomes Freire seria alheio a ela, não passando duma vitima do odio da Regencia, mórmente de seu primo D. Miguel Pereira Forjaz. Vingou a calúnia, bem provada nos provados entendimentos de Gomes Freire com o brigadeiro Cabanes e na precedencia maçónica da conjura. Importa agora ilibar D. Miguel Pereira Forjaz.

Parente de Gomes Freire, D. Miguel Pereira Forjaz assistira-lhe aos desatinos do Roussillon. Enquanto Gomes Freire se presta a colaborar com Junot e a servir Napoleão, D. Miguel afasta-se do exercito, aparecendo depois para a organização da nossa resistencia, de que ele é o fulcro admiravel. Entrando para a Regencia, D. Miguel representa dentro dela a ordem legitima, restaurada pela Santa Aliança, e procura

Digitized by Google

desembaraçar-nos de Beresford e dos inglêses. Não lh'o perdoou nunca o marechal. Donde a sua acusação pela pena mercenaria do *Padre-Amaro*. Quere o senhor Raul Brandão que D. Miguel se enchesse de rancor contra o parente, por Gomes Freire, de volta a Portugal, não se prestar a auxilia-lo na expulsão do residente britanico. Se assim é, tanto pior! Gomes Freire, escusando-se a isso, mostrava por uma parte que não eram vãs as suas ligações maçónicas com inglêses e, por outra, que se encontrava mais disposto a ajustes secretos com brigadeiros espanhois. Não perdera a balda de preferir extrangeiros a compatriotas!

Mas seja como fôr, a verdade dos factos, tal como se infere desta revisão do processo do falso mártir da Patria, absolve da mais leve suspeita a memoria de D. Miguel Pereira Forjaz. A maneira regular como decorreu o julgamento, não obstante tudo quanto se propala e se propalou em contrario, restitúi á plenitude do seu bom nome o português dedicado que o nosso país encontrou sempre consigo em horas das mais dificeis da nossa existencia. E no entanto, hoje, desde a mais modesta escola de aldeia até ao sinedrio do Grande Oriente, D. Miguel Pereira Forjaz é figurado como uma alma negra de esbirro! Para sua reabilitação lembremos que na casa Souto-d'El-Rey, herdeira da sua fortuna e dos seus arquivos, se guardavam documentos comprovativos da traição de Gomes Freire. Naturalmente seriam os papeis que se diz

Digitized by Google

ter D. Miguel desviado intencionalmente. Desviou-os talvez para beneficio dos apelidos que Gomes Freire usava e que não lhe pertenciam unicamente. Consulta-los detidamente é resolver sem recurso nem apelo uma questão que já está suficientemente esclarecida.

O PROCESSO

Eu asseverei a regularidade do processo. Temos que ajuizar dele, não em face da jurisprudencia actual, mas dentro daquela época, com as luzes daquele tempo. E' horroroso pensar a frio nesse suplicio ? E'. Mas a que suplicios os infelizes justiçados de 1817 não arrastariam o país inteiro, se lograssem triunfar ? Os espectaculos da Revolução Francêsa, *(les dieux ont soif !)*, decepando em dez anos 17:000 cabeças, enquanto a Inquisição com os seus piores exageros queimou em Portugal 1:500 pessôas durante o prazo largo de dois seculos, — os espectaculos da Revolução, prometendo renascer, levavam com certeza a uma necessidade grande de rigor os governos de tão agitado periodo histórico. Diante da questão que analizamos, a critica manda-nos apenas inquirir se o processo foi julgado, não como o julgariamos hoje, mas como se deveria julgar então. Colocado nestes termos o problema, não hesitamos em repetir e manter ter sido absoluta a sua regularidade.

Pelo exame da sentença, verifica-se materialmente

Digitized by Google

que a conspiração existiu. Confessaram-n'a por denuncia dois cúmplices dela; os reus, acareados diferentes vezes, confirmaram as bases da denuncia, reconhecendo como obra sua as proclamações sediciosas, produzidas no processo com os mais documentos apreendidos. Provado o crime, o seu julgamento ditar-se-ia pela letra da lei. Tratava-se dum crime de *lesa-magestade*, isto é, segundo o *Liv. V, Tit. VI* das *Ordenações do Reino*, duma «*traição contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado, que he tão grave e abominavel crime, e que os antigos sabedores tanto extranharão, que o compardrão á lépra...*» Por sua vez, o alvará de lei de 17 de janeiro de 1759 amplia as penas estabelecidas nos referidos livro e titulo das *Ordenações*. E' a jurisprudencia romanista das *Ordenações*, exacerbada pela sanha pombalina contra os Távoras, que cái em bruto sobre os conspiradores de 1817. Quem ponderar a sentença condenatoria não pode deixar de a olhar, em face dos textos legaes vigentes á sua data, como uma peça jurídica completa e bem definida.

Não compreendo como se lamenta Gomes Freire e se apoteotiza Pombal, quando,— ambos irmãos presumivelmente no mundo iluminado da Maçonaria —, um sentiu sobre si o rigor que o outro injustamente aplicara a uma familia inteira! E nem se diga que houve precipitação no processo, ou que se recusaram aos reus os elementos precisos para uma bôa e sólida defesa! Foi seu advogado um dos melhores advogados

Digitized by Google

de Lisboa e o espaço de cinco mezes que decorreu desde a prisão dos reus até ao dia em que a sentença se pronunciou, deu o tempo bastante para que o delicto se pesasse e tornasse a pesar com reflexão e madureza. Houve durezas, pêlos no coração? Não os teve o Rei, que usaria da graça do seu poder moderador certamente, tão inclinado como era á clemencia. De resto, Portugal não esquecera quanto havia sofrido com as tropelias de Junot e os bons oficios que ficara devendo áqueles que rodearam e serviram o intruso contra o respeito da sua terra natal. Desta forma, se entende como a pena foi, não injusta, em presença da lei, — repito, mas aplicada no seu maximo rigor.

Depois, não era outra a legislação contemporanea, até mesmo na livre e decantada Inglaterra. Os delictos contra o Estado viam-se ainda punidos com a severidade durissima do Direito-Romano, que introduzira a tortura nos costumes penaes da Idade-Média, tão christã e tão cheia de atenção pela vida humana, a ponto do nosso D. Afonso II determinar que nunca se applicasse a ninguem a pena capital senão vinte dias decorridos sobre o respectivo julgamento. Compare-se por isso o direito invocado na sentença que atirou para a forca Gomes Freire com o direito criminal inglês, por exemplo, — e ver-se-á que não diferem um do outro. O proprio marquês de Becaria, já imbuido de filantropismo revolucionario, reconhecia, no entanto, no seu *Tratado dos Delictos e Pe-*

Digitized by Google

nas, que um dos poucos casos para que se reservaria a pena última era esse em que a existencia de qualquer reu pudesse vir a ser nefasta á tranquilidade do Estado.

Creio invalidado mais este aspecto da lenda de Gomes Freire: — a insubsistencia jurídica da sentença que o condenou e o tão declamado atropelo com que se pretende encher de suspeições a serenidade dos que julgaram o processo.

Solemnia verba

Assim, na traição, viveu e morreu Gomes Freire de Andrade! Perdoêmos ao homem no nosso pensamento recolhido de christãos! Mas executemos nele a idéa que incarnou e que por fim tão tragicamente o perdeu. Essa idéa é a idéa maçónica, negadora da legítima ordem religiosa e social.

Ha cem anos que em Portugal domina como em coisa sua, envenenando-nos a inteligencia e os sentimentos. A mistificação do martirio de Gomes Freire demonstra-lo bem. Tão bem, que os descendentes ilustres de Rodrigo da Fonseca Magalhães, num gesto digno do maior respeito, não acharam nada de melhor para justificar o patriotismo do seu antepassado numa recente polémica, senão apontando-o como companheiro de conjura de Gomes Freire. Assim se perverteu em Portugal o sentido da Historia!

Pela perversão da Historia a republica foi possivel

Digitized by Google

e é ainda por onde se procura manter. O centenario de Gomes Freire, traidor na vida e na morte contra a raça de que nasceu, certifica-nos suficientemente do espirito anti-nacional que nos governa da sombra. E' a patria invocada com palavras sacrílegas para enaltecer a lembrança dum aventureiro que só trabalhou para a crucificar! Pois guerra sem tregua ao poder mascarado que á falsa-fé se empenha por esmagar a nossa formação tradicional! Guerra sem treguas aos caluniadores do nosso passado, traficantes duma historia que exila a verdade e que só honra a mentira!

A nós, nacionalistas, cabe, mais do que a ninguem, o encargo sagrado de conservar intacto o patrimonio que os nossos Mortos nos legaram. Porque somos os cavaleiros do Sangue e da Terra, Gomes Freire para nós não é sómente um enforcado que padeceu por justiça. E' antes um símbolo execrando que é nossa obrigação indeclinavel denunciar em toda a sua hediondez.

Na hora em que uma comemoração oficial se decreta para gloria daquele que nos trocou pela fortuna de Napoleão e nos quís entregar aos manejos da Espanha revolucionaria, é criminoso de lesa-patria o regimen que se solidariza com o traidor. Já que a nós nos foi dado executar pela segunda vez, na sua memoria, um renegado, seja-nos dado amanhã extirpar de todo no nosso pobre país o embuste secular que assim se beatifica com as palmas dum falso martirologio. Juremo-lo á face de Deus e dos homens! E que a Historia

Digitized by Google

de Portugal, restituida pelo nosso esforço á limpidez da sua pureza, apague bem depressa na boca das criancinhas o nome torpíssimo com que hoje lhe macularam a encantadora inocencia!

Paz ao morto, mas morte á sua obra!

Digitized by Google

O VERDADEIRO ANTERO

Digitized by Google

Digitized by Google

O verdadeiro Antero

I

Ao concluir nos *Essais de psychologie contemporaine* o seu notabilissimo inquérito sobre a depressão moral da França moderna, Paul Bourget era obrigado a reconhecer experimentalmente que a crise profunda de que o seu país enfermava não tinha outra origem senão no esquecimento sistemático das grandes verdades tradicionaes.

O pessimismo estudado por Paul Bourget, através dos tipos mais representativos da mentalidade francêsa, levava-o assim a aderir com inteira aceitação de espírito aos principios proclamados, em posições tão diversas, por um Balzac, por um Le Play e por um Taine. Essa base positiva do seu regresso ás fontes religiosas e políticas da Contra-Revolução não tardou a consagrar-se nos dominios da crítica psicológica como o único método dispondo de reaes possibilides scientíficas. A' sua luz é que nós precisamos de encarar tambem, na historia pregressa das nossas

Digitized by Google

doenças sociaes, a causa oculta do mal, que já entra em Portugal felizmente a caracterizar-se para muita atenção esclarecida pelas mesmas razões, que ha trinta anos tornaram celebre a reputação nascente de Bourget.

Segundo o processo empregado por Bourget, o que se nos impõe como imperiosamente necessario é classificar e inventariar as emoções e as idéas legadas á nossa geração por aqueles que a antecederam e prepararam no terreno da pura formação intelectual. Depois que a extraordinaria intuição artistica de Garrett, seguida de perto por alguns aspectos imorredoiros da obra de Herculano, naufragou sem sucessores que a mantivessem com nobreza na balburdia sentimental do nosso arrastado ultra-romantismo, é, sem duvida, em Antero do Quental e nos seus amigos que nós encontramos um pensamento literario e filosófico revestido da preocupação evidente de imprimir direções ao seu tempo e á nossa sociedade. Quando nada mais houvesse para o testemunhar, bastava-nos o propósito que inspirou as celebres *Conferencias do Casino* e a meia duzia de linhas enérgicas do seu programa demolidor, ainda não esquecido de todo.

«A decadencia nacional é o grande facto inexoravel da nossa historia, vai em tres seculos; a decadencia literaria é uma forma dela, nada mais,» — observava Antero em 72, apreciando o ensaio de Oliveira Martins, — *Camões, os Lusiadas e a Renascença em Portugal.* E a seguir o poeta esclarecia: — «Decadencia

Digitized by Google

irremediavel? pergunta o sr. Oliveira Martins nas ultimas paginas do seu livro. Não! responde-lhe a filosofia revolucionaria. A nossa renovação moral e literaria será possivel no dia em que, pela reforma das instituições sociaes, por uma nova e melhor compreensão da justiça, comece outra vez o espirito a circular neste grande corpo, mais inerte ainda do que acabado, volte a anima-lo uma alma, um ideal colectivo.» O ideal colectivo, desejado por Antero, era o ideal messiânico do seu ingénuo humanitarismo. O Poeta punha o dedo na chaga, ao diagnosticar-nos, com clarividencia absoluta, a falta duma finalidade. Mas errava de antemão a cura, quando, conduzido pelas ideologias dominantes na sua época, imaginava o nosso resgate possivel por obra e graça desses mesmos mitos que, falidos em 48, acabariam de abortar sinistramente, entre clarões macabros, com os incendiarios enraivecidos da Comuna.

Cheio da sua imensa fé na Revolução,—*in Ecclesia Revolutionis*, como ele tanto gostava de dizer —, Antero entendia, a seu modo, que as arterias imoveis de Portugal se rejuvenesceriam ao contacto violento das tendencias radicaes de que a marcha do seculo ia repleta. A influencia de Antero fez-se depressa sentir, — e tão profundamente, que numa hora em que apenas o partidarismo governava as aspirações e as vontades, ao seu lado se constituiu logo um núcleo de homens moços, destinado mais tarde a uma tentativa de alcance largo no campo da politica por-

Digitized by Google

tuguêsa. Não tocaremos nos detalhes da existencia agitada de Antero, — nem nas suas ligações com a *Internacional*, nem nos seus planos fantasiosos de *União-Ibérica*. Vítima dos erros funestos do seu socialismo inflamado e generoso, Antero procurava redimir Portugal pela nossa transfusão numa patria feita de todas as patrias, de que a Humanidade seria a consciencia palpitante e eterna. Mas com isto não suponhamos Antero um jacobino estreito, um sectario sem elevação!

Pela primeira vez entre nós, no drama duma inteligencia, se vivia e agitava o drama dum século inteiro, na sua ânsia de emancipação e na sua simultânea impossibilidade reconstructora. Daí o pessimismo de Antero, que não é de forma nenhuma a afloração dum temperamento psicopático, mas a resultante natural dum espirito envolto no tremendo conflito em que o seu tempo se debatia. Organização rarissima de afirmativo, é uso e costume descrever-se Antero como um semi-louco, levado aos encontrões da nevrose, na tortura pardacenta do seu tedio insaciavel. Consagrou-se o logar-comum, porque ninguem soube relacionar a tragedia mental de Antero com as correntes contraditorias a que baldadamente a sua cultura tantas vezes pediu a desejada unidade. Vê-se Antero apenas em relação ao nosso meio, com o *cache-nez* do duque de Avila ditando a lei e as cigarras do velho Castilho regulamentando o gosto.

Na ausencia total do mais rudimentar senso cri-

Digitized by Google

irremediavel? pergunta o sr. Oliveira Martins nas ultimas paginas do seu livro. Não! responde-lhe a filosofia revolucionaria. A nossa renovação moral e literaria será possivel no dia em que, pela reforma das instituições sociaes, por uma nova e melhor compreensão da justiça, comece outra vez o espirito a circular neste grande corpo, mais inerte ainda do que acabado, volte a anima-lo uma alma, um ideal colectivo.» O ideal colectivo, desejado por Antero, era o ideal messiânico do seu ingénuo humanitarismo. O Poeta punha o dedo na chaga, ao diagnosticar-nos, com clarividencia absoluta, a falta duma finalidade. Mas errava de antemão a cura, quando, conduzido pelas ideologias dominantes na sua época, imaginava o nosso resgate possivel por obra e graça desses mesmos mitos que, falidos em 48, acabariam de abortar sinistramente, entre clarões macabros, com os incendiarios enraivecidos da Comuna.

Cheio da sua imensa fé na Revolução,—*in Ecclesia Revolutionis*, como ele tanto gostava de dizer —, Antero entendia, a seu modo, que as arterias imoveis de Portugal se rejuvenesceriam ao contacto violento das tendencias radicaes de que a marcha do seculo ia repleta. A influencia de Antero fez-se depressa sentir, — e tão profundamente, que numa hora em que apenas o partidarismo governava as aspirações e as vontades, ao seu lado se constituiu logo um núcleo de homens moços, destinado mais tarde a uma tentativa de alcance largo no campo da politica por-

Digitized by Google

lidade de meridional, bem entretecida por uma solida estratificação católica. Desta maneira, não é necessario irmos tão longe, —á costela remota dos Bethencourts, reis das Canarias, nem á novela peregrina dum suposto scandinavismo, para que Antero francamente se nos descubra no segredo difícil da sua personalidade. Não confundamos tampouco as inquietações nobilissimas do seu pensamento com a marcha irregular das suas digestões! Muito em voga num periodo em que o materialismo triunfava nos meios scientificos e literarios, semelhante criterio repele-se hoje, por arcaico e por caricatural. Na insatisfação do seu criticismo, Antero sofreu o *mal da inteligencia*, com todas as formas de tristeza e diminuição de vontade que estruturalmente o caracterizam. Duma farta linhagem de místicos, Antero tinha a necessidade da crença,—a sede ardente do Absoluto. Perdidas as convicções inatas que se recebem do sangue e do leite, em vão bateu a todas as portas, chamando pela Esperança, que dentro dele teimava em agitar sempre a sua asa de pequena Psyché tiritante.

Para se ajuizar de Antero, é ainda Antero o melhor testemunho a escutar-se. «O facto importante da minha vida, durante aqueles anos, e provavelmente o mais decisivo dela, — confessa Antero na *Carta auto-biografica* a Wilhelm Storck, referindo-se á sua entrada na Universidade —, foi a especie de revolução intelectual e moral que em mim se deu, ao saír, pobre creança arrancada do viver quasi patriarcal de

Digitized by Google

uma provincia remota e imersa no seu placido sono historico, para o meio da irrespeitosa agitação intelectual de um centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as desencontradas correntes do espirito moderno. Varrida num instante toda a minha educação catolica e tradicional, caí num estado de duvida e incerteza, tanto mais pungentes quanto, espirito naturalmente religioso, tinha nascido para crer placidamente e obedecer sem esforço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrivel de espirito, partilhado mais ou menos por quasi todos os da minha geração, a primeira que em Portugal saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição.»

Com um admiravel poder de desdobramento e de destrinça, assim Antero de Quental equaciona o seu problema em termos iniludiveis. E' como Bourget encara tambem essa especie de «nausea universal», cujo negativismo obscurece cada vez mais os horizontes carregados da civilização. Efectivamente, na perda completa das certezas adquiridas pela fé e pela experiencia ancestral, é que implanta as suas raizes o sceticismo contemporaneo.

Muito ao contrario do que se imagina, vagueando embora por uma floresta de nevoas e subjectivismos cerrados, Antero não chegou nunca a ser um scético. A sua angustia derivou exactamente da incompatibilidade da sua consciencia de afirmativo com as soluções estéreis de quanto filósofo frequentou, na sua vida nomada de pesquizador de Todo-o-Saber.

Digitized by Google

Acentuámos já a bôa proveniencia mística de Antero. Sempre agarrado ao seu sub-consciente, o misticismo não o deixou naufragar nas seduções nihilistas de qualquer livre-exame de ocasião. E' que o misticismo, tantas vezes invertido, tantas vezes despolarizado na sua essencia, constitúi sempre, no fundo do individuo, uma vasta possibilidade de ressurreição para os seus valores morais e mentais adormecidos.

Não se verifica outra coisa em Antero. O seu proprio pessimismo, nascido da prática larga da metafísica alemã, não é para ele um fim, — não é de maneira alguma uma solução. Onde Antero está bem vivo, nos traços vigorosos da sua extraordinaria psicologia, é na sua *Correspondencia*. Mais de que nos *Sonetos*, mais de que em tanto farrapo avulso do seu poderosissimo genio, é ali que Antero nos aparece, tal como ele foi, fundamentalmente diverso das composições literarias que lhe adulteraram a figura, cercando-a duma falsa lenda de desespero e insubmissão.

Oiçamos o que Antero diz do pessimismo a Jayme de Magalhães Lima em data de 14 de novembro de 1886: — «O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. E' preciso passar por ele, mas justamente para saír dele. O pessimismo é a reducção ao absurdo do naturalismo e das mil ilusões filhas dele, ou para melhor dizer (porque se não trata de sistemas simplesmente) filhas do espirito humano na sua fase naturalista. Mas, sobre essas ruinas acu-

Digitized by Google

muladas pelo pessimismo, o que triunfa não é a negação, o que resta não é o vacuo. O que triunfa é o que fica, é aquilo que no homem não é já filho da natureza, mas superior a ela e autonomo: a vida da consciencia e a sua mais alta expressão, o sentimento moral.»

Quem traduzia uma tão profunda inquietação espiritualista, nunca se acomodaria certamente aos baixos conceitos do racionalismo então no Capitólio. Sem hesitar, eu considero Antero um precursor das modernas filosofias da intuição. Sentindo-os amargamente, ele viu como ninguem os exageros dissolventes do racionalismo. E como ninguem, procurou obter nas suas meditações de isolado e de contemplativo a aliança do Pensamento com a Acção. Ainda a Jayme de Magalhães Lima, Antero repararia: « - Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filosofo é que vai na frente, e depois o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filosofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente bôa, (é uma doença do seculo) por aquilo a que o Lange chamou o «excesso do principio da inteligencia.» Quem vai na frente é o santo, filosofo a seu modo, como os que o são, o homem de acção por excelencia, por isso que a sua acção é toda no sentido do bem. De resto, (e era isso que eu quizera dizer ao Renan) os que fundaram as coisas vitaes da sociedade tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filosofos.»

Digitized by Google

Documêntado com esta significativa passagem de Antero o seu anti-intelectualismo, não nos admirará muito que o poeta chegasse quasi á concepção do «*homem-interior*», que, por um lado, a Igreja nos oferece e, por outro, o pragmatismo nos confirma. «Não me agradou o livro do Nordau, — comunicava Antero a Oliveira Martins, escrevendo-lhe de Vila-Conde em 1890. Tantas ilusões, tanto optimismo e tão pouco espirito critico em sujeito que se apresenta como o representante da razão *scientifica*, em face das *mentiras* da sociedade actual, chegaram a irritar-me. De resto, parece-me homem muito moço, e nesse caso tem alguma desculpa; mas sempre queria dizer ao sr. Nordau, para seu ensino, que não está tudo em se saber *scientificamente* que uma coisa é erronea, para se condenar e sobretudo para se afirmar que póde ser substituida. Para isso era necessario que a mola real do homem e da sociedade fosse a razão teorica, e a sua preocupação principal a verdade. Mas a verdade humana não é a verdade scientífica. Os *scientíficos* não são capazes de compreender isto, exactamente como os *ideólogos* do seculo passado (com quem se parecem muito e julgo que para pior); e como o proprio de taes espiritos estreitos e sistematicos é a persuasão e o optimismo atrevido, a sua influencia será ainda mais nociva que a dos ideologos, que ao menos partiam de principios psicologicos. Decididamente a inteligencia humana é fraca e acanhada de mais para poder compreender, dominar e governar coisa tão

Digitized by Google

complexa como é o homem. O instinto, afinal, valia muito mais para esse fim. Infelizmente, o periodo do instinto passou, e é nisso justamente que está a crise: substituir, na direcção das coisas humanas, o instinto, que era suficiente, pela inteligencia que parece insuficientissima. Não vejo saída a este beco escuro».

Foi demorada a transcrição. Mas eu não conheço nada que melhor defina Antero como filósofo, ao mesmo tempo que mais seguramente nos inicie nas genealogias obscuras do seu sofrimento. Combativo por índole, homem de fé e de esperança, Antero pesava bem as consequencias nefastas do intelectualismo. Certos resíduos evolucionistas deixados no seu espirito pela grosseira superstição do Progresso impossibilitaram Antero de encontrar no Catolicismo a incògnita da questão que tanto o ensombrava e suspendia. No entanto, não fugia a declarar a Oliveira Martins: — «O grande filosofo é a Humanidade e desse grande filosofo o melhor e maior sistema (por ora) é o Christianismo catolico. Ha ali abismos de genio, uma visão prodigiosa dos mais largos horizontes ideaes, e ao lado disto um senso pratico, uma prudencia admiravel, um profundo sentimento da estranha combinação de grandeza e miseria que é a natureza humana, de tal sorte que quem não conhece e compreende o Christianismo, não póde dizer que conhece e compreende a Humanidade».

Transviado a dois passos do ancoradoiro final

Digitized by Google

pela fumarada das brumas naturalistas que do fundo de alma detestava, Antero não soltaria nunca o tranquilizador *Inveni portum!* da legenda antiga. «O meu amigo Oliveira Martins apresentou-me como um budhista, — repararia Antero ao Dr. Storck na sua *Carta auto-biografica*. Ha, com efeito, muita coisa de comum entre as minhas doutrinas e o Budhismo, mas creio que ha n'elas mais alguma coisa do que isso.» Havia realmente. E' que a *impersonalidade*, entrevista por Antero como a suprema libertação do espirito, não era o pesadelo lívido do Nirvana, trazendo nos seus flancos o fantasma pavoroso do Vacuo, do Não-Ser universal. «Vivendo cada vez mais para os outros, sentindo morrer em cada dia dentro de si mais uma parcela do *eu* egoista que tanto nos ilude, tanto nos faz sofrer e errar, — elucidava Antero a Jayme de Magalhães Lima —, ia entrando gradualmente n'aquela região de *impersonalidade* que é a verdadeira beatitude.» Teologicamente, não é outra a definição do Santo. Entendia Antero, porem, que, «sem arredar pé do terreno do espirito moderno», se podia chegar «teoricamente até aquela profundidade de compreensão do *homem-interior*, como eles diziam, a que os misticos chegaram».

Ultima ilusão do poder da inteligencia em quem se eximira á sua falsa soberania, Antero incapacitou-se por esses restos de vago criticismo de obter a pacificação das mil e uma interrogações que lhe ator-

Digitized by Google

mentaram a existencia dolorida. «Não sei se poderei realizar, como tenho desejo, a exposição dogmatica das minhas idéas filosóficas... — escrevia a Storck. Morrerei, porem, com a satisfação de ter entrevisto a direção definitiva do pensamento europeu, o Norte para onde inclina a divina bussola do espirito humano. Morrerei tambem, depois duma vida moralmente tão agitada e dolorosa, na placidez de pensamentos tão irmãos das mais intimas aspirações da alma humana, e, como diziam os antigos, na paz do Senhor! — Assim o espero!»

Mas não morreu, como quisera e sonhara! A depressão nervosa que a sua estada nos Açores agravara ao extremo por causas meramente físicas, empurrou-o, num momento de incontida irreflexão, para o desfecho trágico do suicidio. Nada mais lógico, nada menos inesperado, segundo o Antero da versão corrente. Se olharmos á sua *Correspondencia*, se o reconstituirmos conforme as indicações geraes da sua filosofia, nada mais para nos surpreender, — é nosso dever atalharmos. Seria decerto o que Antero pensaria no ultimo instante. E tanto que, ao esmigalhar o cérebro com duas balas de acaso, o seu corpo inanimado caíu junto a um muro, onde, numa velha lápide, se lia amorosamente: — «*Esperança*».

Tal é o Antero dos *Sonetos*, — o Antero de fisionomia cavada pelos combates duros da Idéa. «Os criticos alemães acharão talvez interessantes observar as reacções prevocadas pela inoculação do Ger-

Digitized by Google

manismo, no espirito não preparado dum meridional, descendente dos navegadores católicos do seculo XVI.» Neste periodo da *Carta auto-biografica* está enunciado por Antero o seu proprio caso. Nem sobrevivencias atávicas dum afastado normandismo, nem manifestações superiores de alta patologia! Simplesmente o desacordo dum forte temperamento afirmativo com as razões fundamentaes da sua cultura. E' tempo já de assentarmos com dignidade em qual seja o significado da obra de Antero. Não é outro seguramente. Antero padeceu as influencias da mesma crise que, na opinião de Paul Bourget, aparenta estreitamente entre si os nihilistas de S. Petersburgo, os livros de Schopenhauer e a dúvida elegante de Renan. Salvou-se Antero das suas garras fulminadoras. E salvou-se porque dentro dele a resistencia sentimental da raça não deixou nunca de elevar o seu protesto. Crucificado no seu drama intimo, Antero é um simbolo que se enche dum amplo sentido para nós. E assim, os seus olhos, ao coalharem-se no beijo frio da morte, a derradeira impressão que receberam do mundo foi confiadamente a da palavra «*Esperança*»!

Tenhamos esperança nós que, mais do que tudo, procuramos conciliar as inclinações da nossa inteligencia com as leis sagradas do nosso sangue. E' ainda a voz do grande poeta quem no-lo aconselha. Porque,— na exortação do seu verbo ardente —, cada vez mais presos ao exemplo herdado dos Avós, é ele

Digitized by Google

que nos manda seguir o nosso caminho com heroica resolução:

«Entre esses vultos mudos, mas amigos,
Na humilde fé de obscuras gerações,
Na comunhão de nossos pais antigos.»

Digitized by Google

II

Existencia truncada, incompleta, — incompleta e truncada ficou a sua filosofia. Antero caminhava evidentemente para a unidade do seu espírito. A conversão de Oliveira Martins e mais tarde o regresso de Ramalho Ortigão aos caminhos seguros da nossa bôa tradição católica e monárquica não valem apenas como casos individuaes. E' preciso considerar essa conclusão de duas inteligencias, experimentadas na dor e nos factos, como sendo a conclusão natural de toda a tragedia de pensamento de que Antero foi o centro e em que Ramalho e Oliveira Martins figuraram, á maneira clássica, como *dramatis personæ*.

Assim se compreende porque Antero, impossibilitado de atingir a plenitude da Fé, não achasse a fórmula definitiva da sua filosofia. A filosofia de Antero baseia-se na libertação do homem pelo Bem, mediante a sua máxima impersonalidade. A máxima impersonalidade para Antero é, como já vimos, a con-

Digitized by Google

cepção mistica do Santo, em que Antero via *beatitude e acção*,—o que importava o completo repúdio do budismo literario em que as explicações faceis de ocasião lhe procuraram encabeçar a atormentada psicologia. O erro de Antero esteve em que, fora dos estreitos horizontes naturalistas, ele pretendia, pelo puro exercicio da vontade, sem motivos interiores de exaltação religiosa, realizar o perfeito ideal do asceticismo. Evidentemente que, ferida de morte na sua essencia, a filosofia de Antero não se corporizaria nunca num sistema concreto de doutrinas. E quem recordar o seu estudo publicado na *Revista de Portugal*, — *Tendencias geraes da filosofia na segunda metade do seculo XIX*, ha-de até acha-lo despido de originalidade criadora, limitando-se apenas a uma exposição harmoniosa e tranquila das grandes correntes de que o seu pensamento sofrera a influencia.

Antes que outrem o viesse a perceber, Antero percebeu-o imediatamente. «Para mostrar o meu afecto ao nosso Queiroz, comecei a escrever com destino á Revista um artigo sobre as tendencias geraes da Filosofia na actualidade, coisa sumaria; mas o assunto apossou-se de mim, passou a ser quasi outra coisa o trabalho e no fim de tres mezes acho-me tendo produzido um estudo, que na Revista dará tres ou quatro artigos, e que depois, ampliado, dará um livro. Ficou reservada muita coisa que naturalmente não cabe em artigos de Revista. Escuso dizer-lhe que não é a *minha filosofia* (o italico é de Antero), aquela

Digitized by Google

que V. *sabe que eu tenho* (sic), com o seu método e teorias particulares. Essa infelizmente desisto de a expôr, porque está acima das minhas forças o fazê-lo, e depois ninguem me entenderia. Mas, em suma, são as minhas idéas, sómente expostas por um método impessoal, pondo de parte as minhas vistas originaes e processo proprio dialéctico, e apresentadas simplesmente como induzidas da evolução do pensamento moderno e mais especialmente das tendencias filosóficas dos ultimos oitenta anos. De sorte que, amigo, ainda depois de publicar um livro de filosofia ficarei sempre um filosofo inedito.» (1)

Esta confissão de Antero precedeu a saída da primeira parte do estudo. «Filosofo inédito», a sua filosófia condensa-se, no entanto, num ligeiro periodo seu, intercalado nas deduções do estudo em questão. «Se pois só a perfeita virtude, a renuncia a todo o egoismo, define completamente a liberdade, e se a liberdade é a aspiração secreta das coisas e o fim ultimo do universo, concluamos que a santidade é o termo de toda a evolução e que o universo não existe nem se move senão para chegar a este supremo resultado.»

Desfeita a fábula do negativismo filosófico de Antero, outro aspecto ha na sua vida de trabalhador da inteligencia que nos toca tanto como esse. Se de certo modo Antero adivinha a renascença espiritualista que

(1) Vid. *Correspondencia*. Carta a Oliveira Martins, 1890.

Digitized by Google

hoje encontra no regaço da Igreja a sua expressão consciente, tambem para o nosso nacionalismo apaixonado Antero, como político, representa uma lição que é preciso termos sempre bem presente. Vestiu Antero a blusa azul dos tipógrafos. E com o seu alvoroço romantico, filiado na *Internacional* e conspirador ideólogo da *União-Iberica*, não o suponhamos sacrificando incondicionalmente os fervores da sua mocidade ao humanitarismo burguês da Revolução-Francesa. Antero foi, sobretudo, um discipulo de Proudhon. Ninguem, como Proudhon, possuiu o senso da politica tradicional dos reis franceses e se revelou um adversario implacavel da diminuição social trazida á França pelos falsos dogmas de 89.

Apologista inflamado da educação clássica e do tipo patriarcal da propriedade, Proudhon figura hoje entre os mestres da Contra-Revolução. As utopias constitucionalistas mereceram-lhe criticas implacáveis e á hora em que o poder temporal da Igreja baqueava na cumplicidade da França excitada pela ventania jacobina, de Proudhon partiu a defesa do estado de S. Pedro e dos direitos pisados do Pontífice. Por isso no livro sensacional de Jacques Bainville,— *Bismarck et la France*, se lê na portada o nome de Proudhon ao lado da evocação internecida dos Zuavos pontifícios, caídos em combate, de armas na mão.

Antero reconhece na sua auto-biografia a direcção que recebera de Proudhon. Ela é manifesta logo nos seus começos literarios, quando deitou á estampa o

Digitized by Google

em carta a Fernando Leal, depois de verificar a banca-rôta do regimen burguês. Quem poderá dize-lo! E' o escolho onde até hoje teem naufragado todas as sociedades. Será que a sociedade, enquanto dividida em classes, que reagem umas sobre as outras e mutuamente se estimulam, e enquanto essas classes têem, como taes, um fim a cumprir, uma aspiração, um ideal, será, digo, que a sociedade, n'essas condições, constitua um *meio* mais proprio para a produção do civismo e para a tempera dos caracteres ? e que, realisadas aquelas idéas, cessando aquele estimulo, o homem que aquela luta levantára como acima de si mesmo, tenha fatalmente de cair na condição primitiva, na do animal de quem descende, só preocupado com materialidades e visionices ?» E a dúvida que Antero formulava, dando tanto realce á necessidade do *constrangimento*, negação do optimismo revolucionario e base verdadeira de toda a filosofia da Autoridade, — essa dúvida reaparecia na sua pena, apropósito duma brochura de Jayme de Magalhães Lima.

«Mas tudo isto é filosofia mais ou menos curiosa apenas, em face da urgencia de organizar o poder politico nas sociedades democraticas, — ponderava Antero. Confesso-lhe que não me parece isso coisa que se resolva do pé para a mão, nem creio que tamanha obra dependa simplesmente da aceitação de certas doutrinas. As da representação *adequada* e *efectiva* da nação, dos seus orgãos naturaes, e não de entidades abstractas, acho-a perfeita e é ha muito a

Digitized by Google

minha. Mas como dar consciencia a esses orgãos da sua realidade e autonomia? por meio da lei? mas a lei é impotente para isso, impotente para crear seja o que fôr n'aquela esfera profunda que só depende da espontaneidade social.»

Seduzido ainda pela miragem da Evolução, Antero entregava aos anos o desenlace da dificuldade. E de volta ao assunto, acrescentava na carta seguinte: — «Tinha ficado naquele tempo, em que, sendo a sociedade um organismo, a sua forma politica devia ser organica, efectiva, e não abstracta, natural e não matematica; e que se uma sociedade, por ser democratica, nem por isso deixa de ser sociedade, isto é, unidade organica, toda a questão, para as democracias, está em conhecer quaes são os seus orgãos naturaes, e partir daí para a remodelação politica. São as idéas do O. Martins, do Laveleye, e já hoje de muitos mais, entre os quaes está tambem o meu amigo. Achei pois que são tambem hoje as minhas, e persisto em crer que esse ponto de vista naturalista e realista deve vir combinar-se com o juridico e abstracto da Philosophia do Direito Classico, para dessa união saír a verdadeira teoria do Direito Publico.» Antero, visivelmente inclinado para as raizes da questão, continuava algumas linhas adiante: — «O que é que impede *verdadeiramente* a reorganização das nossas sociedades? E' apenas a ignorancia duma teoria, do sistema salvador? ou será um facto intimo, o *individualismo*, elemento psicológico que condiciona tudo o mais?»

Digitized by Google

Na sua casinha de Vila-Conde, carteando-se com os amigos, Antero agitava, pela inquietação ardente do seu espírito, as mesmas interrogações que se sentiam já na consciencia culta da época e a que o genio de Maurras daria mais tarde uma luminosa resposta. Continuando neste caminho da «organização da democracia pelos seus orgãos naturaes e efectivos». desenha-se nitidamente o fio que levou Antero a apoiar a politica dinástica de Oliveira Martins, — a sua outra metade, o S. João-Evangelista da sua sonhada obra de renovação social. Herdara Antero de Proudhon a mais fundamental repulsa pelo que ele proprio chamava «as ilusões do constitucionalismo». Na sua *Correspondencia* depara-se-nos mais duma alusão terminante á insania liberalista que desenraizara a nacionalidade. Assim a Henrique das Neves preguntava Antero: — «Terá este pobre povo, tão enfraquecido moralmente, e intelectualmente desnorteado por 50 anos de miserias partidarias e de ilusões liberaes, e a quem falta um forte sentimento nacional, terá capacidade ainda para tantas virtudes?» «Por outro lado, — asseverava o poeta a Frederico Diníz de Ayala —, a politica anti-portuguesa do partido regenerador nesta questão, *é mais uma completa manifestação da incompatibilidade do liberalismo com o nacionalismo*, cujas raizes e essencia são muitas outras.»

Nem constitucionalista nem jacobino, entende-se agora porque em carta a Sebastião de Arruda da

Digitized by Google

Costa Botelho, Antero escrevia de Oliveira Martins que este, ao enfileirar no partido progressista, levava consigo, desfraldada, a bandeira do Socialismo. Em que consistia esse socialismo? Em acabar com a aliança da burocracia com a finança, «que é a fatalidade do partido regenerador, origem da corrupção politica e de um sistemático desgoverno.» E impregnado dum entusiasmo desconhecido, Antero insiste, Antero explica: — «Destruir essa oligarquia burocrático-financeira, que nos domina e desmoraliza ha tantos anos, e impedir por meio de leis convenientes que ela possa de futuro tornar a formar-se, parece-me coisa muito mais importante de que uma simples alteração no caracter do poder executivo, cousa que deve ficar para depois, pois só as reformas economicas e financeiras tornarão aquela outra puramente politica, não só possivel, mas fecunda e duradoira.»

Do socialismo de Antero e de Oliveira Martins dissera o primeiro a João Machado de Faria e Maya: — «Eu e ele é que nos entendemos a esse respeito». Desguarnecido de todo o filantropismo revolucionario, não era senão a luta contra os excessos do Capitalismo pela conquista legal dos direitos do Trabalho. Descende de Proudhon o sindicalismo francês, já entrado na fase orgânica com Georges Valois por teórico da *Monarchie-ouvrière.*

Filho de Proudhon igualmente, o socialismo de Antero viria a definir-se em sindicalismo com as notaveis medidas económicas de Oliveira Martins, levado

Digitized by Google

precisamente pela feição socialista dos seus planos de governo ao encontro dum poder forte, a cuja sombra, sem se engolfarem em dissenções fratricidas, os diversos interesses conquistassem uma vida autónoma e próspera.

Em 1880 ainda o partido socialista apresentou o nome de Antero ao eleitorado lisbonense. «Se, por acaso, vires nos jornaes que sou candidato socialista por Lisboa, não tomes isso a serio, — comunicaria Antero pouco antes a um amigo. São cousas, que podem suceder a qualquer, independentemente da propria vontade e determinação, exactamente como apanhar chuva ou ter de ouvir um discurso massador.» No entanto, apesar deste aparentado indiferentismo, não exageremos se considerarmos notavel o manifesto de Antero. Nele se afirma: — «Representantes dum movimento hoje esgotado, o movimento individualista, liberal e burguês do primeiro quartel deste seculo, os partidos conservador, progressista e republicano, tiveram já a sua razão de ser, correspondendo aos aspectos da revolução que consumaram e da sociedade que fundaram.»

E Antero prossegue, revelando bem os fundamentos *nacionaes* do seu socialismo, em que é evidente o sinal da influencia proudhoniana:

«— Mas, á medida que essa sociedade burguêsa, transformando-se surdamente, entrou em decomposição, os partidos saídos dela e que a representavam perderam tambem gradualmente a sua autoridade social: de partidos, transformaram-se em bandos, en-

Digitized by Google

quanto os seus programas, a principio lemas juridicos, se fôram reduzindo ao estado de frases duma retorica tradicional.» Em seguida Antero declara-se antiparlamentarista em termos que seriam para ficar memorandos, se o eclipse da inteligencia colectiva em Portugal não tivesse começado só agora a desvanecer se.

«*No ambiente subtil e esterilizador dessa conspiração permanente, que é a essencia mesmo do parlamentarismo*, (os partidos) perderam a noção da realidade; e, enquanto o mundo se transforma, vão repetindo maquinalmente as costumadas téses duma filosofia politica caduca e que nem já compreendem» Classificado o parlamentarismo de *conspiração permanente*, Antero definiria adiante o jacobino como «*um conservador incoerente com frases de demagogo*». E numa critica cerrada contra a sociedade burguêsa, ligando monarquia-liberal e republica-parlamentar, Antero condensaria bem os motivos do seu socialismo, ao lançar a apóstrofe celebre: — «Burguêses radicaes, se a nossa republica não é mais do que a republica do capital, assim como a monarquia dos conservadores não é mais do que a monarquia do capital, que temos nós, Proletariado, que vêr com essa esteril questão de fórma? E' uma questão de familia entre os membros da Burguezia, nada mais.»

Posto de parte todo o subjectivismo democrático, a espectativa de Antero para com a Realeza tornou-se benévola. Foi com a sua decidida aprovação que

Digitized by Google

Oliveira Martins se alistou no partido progressista, embora, falseando a verdade como sempre, Teófilo Braga declare que Antero se indignara com a «apostasia» do amigo. Tanto não era assim que em 31 de março de 1886 Antero se exprimia deste modo a João Machado de Faria e Maya: «Os bons astrologos politicos dizem que o ministerio, tal como está, não pode durar muito, pois se acha dividido em dois campos rivaes, e preveem crise para depois do casamento do Principe. O campo de batalha é o novo ministerio, destinado a O. Martins e o programa financeiro e economico o do nosso grupo.»

Respondendo já em 1890 a uma carta de Oliveira Martins, Antero ia mais longe. «V. é homem de acção e o *terramoto* que se aproxima abre-lhe horizontes e promete-lhe um teatro digno da sua actividade», — escreve ele. E havendo Oliveira Martins significado a necessidade de Antero «*voltar á superficie*», o filósofo, depois de alegar o seu cansaço e o seu apego á idéa-pura, esclarece: — «E eu se-lo-ia — com que vontade e gosto, escuso dizel-o —, esse seu companheiro de luta, se me não conhecesse completamente incapaz para aquilo de que se trata. Tenho pois de me conservar no meu papel, quero dizer, na logica do meu caracter e das minhas aptidões. Serei simplesmente para v., como até aqui, amigo, confidente e critico encartado. De resto, quem sabe o que virá? Não recuarei diante de coisa alguma, senão só daquilo que repugnar á logica e harmonia do meu ser.»

Digitized by Google

E não recuou. Colocado á frente da *Liga Patriotica do Norte*, dirige a parte politica de *A Provincia* durante esse curto periodo de efervescencia patriótica. Na *Provincia*, onde Oliveira Martins sustentara as suas extraordinarias campanhas de morigeração e reconstrução politica, é que Antero acaba de confirmar o seu nacionalismo incondicional. «Pobre Portugalorio!» — desabafaria ele, cheio de enternecimento, com Oliveira Martins. E não se poupa a fadigas, a sua energia é a energia dum iluminado. Redige ele proprio o *Manifesto ao País*, debaixo da dôr aviltante do *Ultimatum*, não se chegando, porém, a distribuir, porque Antero destruiu todos os exemplares. «Neste documento, — elucida Joaquim de Araujo, — condenavam-se os partidos militantes, estabelecendo-se que deles, inclusivé o republicano nada havia que esperar.»

Algures Eça de Queiroz explica-nos como a *Liga* expirou. Chovia. A' sessão marcada só compareceram Antero, presidente, e o conde de Rezende, secretario. «Ambos se olharam pensativamente, deram duas voltas á chave da casa para sempre inutil, e vieram, sob o vento e sob a chuva, acabar a sua noite em Santo Ovidio.» E' que a expiação não chegara ainda. Chegou quando a geração que então despertava no berço se viu, quasi trinta anos mais tarde, com o encargo sacratíssimo de restaurar a Patria que seus páis haviam deixado perder de todo. O nacionalismo, que Antero considerava incompativel por natureza com o Liberalismo, não possuia raizes no espí-

Digitized by Google

rito desorientado da colectividade. Foi preciso que o sangue corresse, que se chacinasse um Rei, que a mocidade da terra portuguesa se oferecesse, gentil e heroica, á ira de Deus e á reparação da historia.

Hoje, sim, que a esperança já desce dos horizontes confusos e debaixo das lágeas tumulares se ouvem tinir armas como para um grande combate libertador!

Adivinhando-o nas dores impossiveis do seu pensamento e da sua carne, Antero de Quental é, na sua amargurada experiencia, um mestre a meditar-se. Os erros do seu tempo expiou-os ele por nós suficientemente, conduzido pela mesma crença dedicada com que, á custa do seu sacrificio, lançou mais uma pedra no caminho, para que os cavaleiros do Resgate, ao passarem, se não enxovalhassem na lama. Nem de largo lhe sorriram os indicios da vitoria! Mas na renascença espiritualista, que ele entreviu no eterno purgatorio do seu genio de filósofo, alguma coisa de Antero palpita, quando mais não seja senão a sua sede abrazadora de Absoluto.

Fiel ás virtudes ancestraes da nossa raça, não nos esqueçamos de que ele, regressado das ideologias românticas da Revolução, nos ensinou no seu exemplo a ter mais vivas as razões do nosso tradicionalismo e a servirmos com fé e coragem o desejado resurgimento de Portugal. Nada queremos da republica da burguesia, como nada queremos da monarquia dos plutocratas! Charles Maurras aceita a o de socialismo como valendo pela pene-

Digitized by Google

tração duma idéa social de utilidade no conceito histórico da propriedade. Comunitaria é a noção christã da sociedade,— comunitaria foi a nossa Realeza, povoadora e cultivadora nos seus mais profundos alicerces. Neste socialismo concluiria Antero, como Oliveira Martins concluíu. E se nós somos, de certo modo, o partido póstumo de Oliveira Martins, porque é que não havemos de contar Antero de Quental entre os nossos camaradas mais velhos ? porque não foi

Digitized by Google

Digitized by Google

MONARQUIA E REPÚBLICA

(ESBOÇO DUMA TEORIA)

Digitized by Google

Digitized by Google

Monarquia e República

(ESBOÇO DUMA TEORIA)

Ia um jornalista nosso adversario quasi dizendo a verdade quando escreveu que «o integralismo representa nem mais nem menos do que a doutrina duma Republica com Rei a dirigil-a». Esta observação, a que é preciso render uma certa homenagem pela inteligencia crítica que revela, iliba-nos da divertida nódoa de absolutistas que a toda a hora nos é assacada, ao mesmo tempo que assinala um progresso na inocencia mental em que por via de regra vive mergulhado o espírito dos nossos contendores. Claro que o *Integralismo* não é de modo nenhum a doutrina duma republica, com um rei por chave da abóbada. Esse foi o erro da monarquia constitucional, que Lafayette, nas vibrações românticas de 1830, festejava como sendo a melhor das republicas. Porque, assimilada pelo principio monárquico, a doutrina republicana nunca póde dar senão a sua bastardia. No entanto, concretizando um pouco mais o sentido que ás suas palavras quís im-

Digitized by Google

primir o jornalista em questão, talvez tenhamos que reconhecer que a liberdade teórica das republicas só se efectiva e garante á sombra da Realeza,— dentro duma Monarquia, mas das puras, das verdadeiras.

Ha entre os escritores da *Action-Française* uma fórmula que por si só define o problema. No seu advento ao trono de S. Luís, o Rei de França será, como outr'ora «o protector das republicas francêsas». «Republicas francêsas» são as comunas, são as administrações provinciaes, antigamente autónomas, mas agora garrotadas pelo centralismo burocrático, desde a vitória do Estado napoleónico.

De certa maneira, já assim o pensava Royer-Collard ao apresentar em 1822 um projecto de descentralização administrativa: — «Nós vimos a velha sociedade desaparecer, e com ela essa multidão de instituições domésticas e de magistraturas independentes que conservava no seu seio, — aglomerado robusto de direitos privados, autenticas republicas na Monarquia». E Royer-Collard concluía melancolicamente: —«E hoje o que somos? Somos um povo de administrados e governados por mão de funcionarios irresponsaveis».

Efectivamente, uma coisa é a Republica como doutrina politica, outra coisa é a Republica como noção histórica da governança ou do poder.

A doutrina da Republica exclue a concepção orgânica que antigamente se fazia do *facto-republica*. O *facto-republica* afirmou-se principalmente na Idade-

Digitized by Google

Média com as liberdades municipais e corporativas, fundamentadas no direito legitimo do homem a viver e com razão moral no profundo ideal christão daquela época. E', na verdade, da convergencia de tão variados elementos que resulta a necessidade da sua coordenação pela força unificadora da Realeza. Quando a Realeza se estabelece e desenvolve, em que bases é que nós a vemos assentar a sua profunda acção pacificadora? Nas comunas revoltas, no Terceiro-Estado em desavença constante com as arrogancias, por vezes despóticas, do mundo feudal.

Se, á falta de expressão mais idónea, a nós nos é lícito empregar a palavra «*democracia*», a Realeza é desta forma o único regimen estruturalmente democrático que se conhece na historia. E dizemos «*democrático*», porque só a unidade da soberania, como a Realeza a obtem e consolida, realiza o equilibrio das classes, sem predominio, seja ele qual fôr, dumas sobre as outras.

Detalhando melhor a nossa tése, não se suponha que floreamos com ela um paradoxo impertinente! O grande mestre que foi Fustel de Coulanges já sustentava que a «republica» só era compativel com a «aristocracia», enquanto que a «democracia» só se acomodava verdadeiramente á «Monarquia». Antes de avançarmos, entendo, porém, esclarecer o significado dos dois vocabulos na linguagem do ilustre historiador. «Foi a Grecia, — dizia Fustel —, que introduziu no mundo o governo republicano, e foi uma classe aris-

Digitized by Google

tocrática que o introduziu na Grecia». Mais tarde em Roma é a aristocracia que derruba a Realeza, substituindo-a por um Senado que deliberava e por magistrados que executavam as deliberações do Senado. Tanto na Grecia como em Roma, a aristocracia, fundando a república, teve logo o cuidado de afastar a multidão das funções directivas. Mais tarde, no momento em que a republica sucumbe, é substituida na Grecia pelos "tiranos„ clássicos e em Roma por Cesar que abre as portas ao Imperio. O que é depois o Imperio senão um mandato exercido em nome do povo romano?

Eis as razões em que se fundava a teoria de Fustel de Coulanges. São razões que perfilhamos, tão depressa tomemos «aristocracia» como sinónimo de «oligarquia». Realmente, as aristocracias representavam para Fustel, sobre os restantes corpos do Estado, a supremacia duma classe, a ditadura abusiva duma casta. Não é outro o espectáculo que nos oferece a Grecia dos tempos aureos. Toda a sua civilização, reduzida ainda ao perímetro estreito de *Cidade*, descansava descricionariamente na escravatura.

O número dos cidadãos, — dos que discutiam e tinham voto na governança comum, traduzia-se numa minoria insignificante perante o grosso da população condenada a trabalhar para os outros, sob a dureza duma lei tão opressiva como humilhante. Surgiram os *tiranos*. E Fustel caracteriza-os como «mandatarios do povo contra a aristocracia». E' o que sucede em

Digitized by Google

Roma, ao desabar da República. Cesar assoma aos varandins do triunfo, levado aos ombros da plebe. «Em Roma, — ensina-nos Paul Guiraud, biógrafo de Fustel —, a realeza era amada pela plebe e odiada pelos patrícios. Quando ela caíu, a sua queda foi lamentada pela multidão, que nunca mais deixou de mostrar uma tendencia marcada para o dominio dum só.»

Parece-me esclarecido com bastante suficiencia o sistema de Fustel. A realeza antiga encarnava fundamentalmente o tipo patriarcal da sociedade. Resurgido através da familia, é esse tipo que persiste na formação das monarquias medievais. Com estas vinha, porem, fecundar-lhes a obra a lei moral que faltara ás instituições do paganismo.

A consciencia christã, traçando limites ao poder, fazia dos Reis, não tiranos ao modo clássico, mas magistrados, conforme os Juizes de Israel. Contudo, mesmo assim, a teoria de Fustel subsistiu. Na pulverização do Estado, com as invasões da gente do Norte, só por meio do traço recíproco da protecção e da fidelidade a ordem se reconstruira. Nasce de aqui o feudalismo, que é dever dum pensamento honesto interpretar e considerar fóra das costumadas declamações sentimentais. Um momento surge, no entanto, em que a função do feudalismo se achou extinta naturalmente.

E' então que a Realeza corrige a desorganização em que a colectividade ia tombando de novo,—agora, não pela ausencia do Estado, mas pela dispersão incalculavel da soberania.

Digitized by Google

Percebe-se que, restringindo os privilegios excessivos dos barões feudais, a Realeza nunca poderia contar com eles como colaboradores pacíficos e submissos. Evidentemente que carecia de um apoio, — e dum apoio seguro. Onde é que a Realeza o encontra? Encontra-o nas Comunas, encontra-o nas Corporações, — no povo miudo e obscuro que cresce, não revolucionariamente para a sua imposição violenta, mas para a conquista das suas franquias, das suas isenções, das suas liberdades, enfim. A autoridade real, numa guerra de séculos quasi, defendia, no proprio interesse, o equilibrio social da preponderancia exagerada dum dos braços do Estado sobre os demais. Fustel não se enganava, como fica dito. Aristocracia exprime «participação no poder». A Monarquia, transformando a *aristocracia* em *nobreza*, tornava-a, de sua concorrente, em simples colaboradora.

As lutas da aristocracia contra a Realeza documentam largamente o nosso ponto de vista. Entre nós, já no espraiar da Renascença, como explicar, senão assim, a politica de D. João II contra a casa de Bragança e os fidalgos, seus sequazes? O fenómeno que se verificava em Portugal, verificava-se lá fóra, — em França, por exemplo. Em 1481, nos Estados-Gerais de Tours, quem invoca a soberania inicial da nação é um orador da nobreza, Felipe Pot de la Roche. Em contraste, o conego Jean de Rély, representante do braço do povo, incita o monarca ao exercicio pleno da sua autoridade, acrescentando

Digitized by Google

que o oficio do rei é levantar os pobres da opressão (*«rélever les povres de oppression!»*),

E' que praticando a detenção do poder contra a unidade da nação, bem expressa na unidade da soberania, a aristocracia de outr'ora desempenhou o mesmo papel perturbador que hoje os partidos desempenham. Os fidalgos ontem, ciosos da manutenção das suas jurisdicções privadas, os políticos da actualidade cada vez mais ávidos de absorver em proveito proprio a marcha e a direcção dos negocios publicos,

eis dois aspectos diversos dessa tendencia centrífuga que na vida dos Estados é imperioso corrigir, embora não anular, por uma forte organização das funções coordenadoras do Estado. A natureza oligárquica das democracias modernas ainda não ha muito que a demonstrou uma pena insuspeita. Refiro-me ao professor Robert Michels, da Universidade de Turim, no seu conhecido livro, traduzido para francês, — *Les partis politiques*.

Tambem assim o entende Georges Sorel, — o notavel teórico do sindicalismo francês, ao caracterizar a democracia como um governo de classe contra as outras classes. Dos ensinamentos de Georges Sorel deriva uma das correntes mais curiosas e mais positivas do pensamento contemporâneo. Estabelecida a incapacidade orgânica dos sistemas democráticos para resolver a questão social pela sua condição simultaneamente plutocrática e parlamentarista, ao proletariado só resta a Revolução ou o Rei. Georges Valois, ao

Digitized by Google

colocar o dilema, examina-lhe os termos detidamente. D'aí a hipotese da *Monarchie-ouvrière*, que nos meios operarios mais esclarecidos vai alargando o seu prestigio e a sua influencia. Discipulo de Sorel, Edouard Berth aplaude-a e aceita-a como o único processo eficaz de restringir o Estado ao mínimo da sua acção, sem levantar os horrores duma crise universal, em que certamente a civilização e a sociedade se subverteriam.

Na dissolução geral do Estado democrático, as razões apontadas por Fustel figuram entre as mais decisivas. Em outro campo bem diverso por principios e por formação, dir-se-ia que o tratadista espanhol Adolfo Posada as perfilha, quando atribúi a decomposição dos partidos politicos, especialmente dos partidos *liberaes*, á impossibilidade manifesta de determinarem, por vicio de origem, quais sejam a posição e a intervenção do Estado em frente dos problemas dominantes na economia actual. A essa causa de crise profunda, juntam-se as muitas outras que o conflito europeu veiu denunciar, sobretudo pelo que respeita á ausencia de *continuidade* e de *previsão*, visceralmente incompativeis com todo o regimen de precedencia electiva. E porquê? Porque, á unidade nacional, se sobrepõe a conveniencia dos partidos, a cupidez das clientelas. A integridade da Patria carece de quem duradoiramente a sirva e interprete. Só uma dinastia com ela se poderá identificar. Porque só uma dinastia realiza pela hereditariedade a coin-

Digitized by Google

cidencia do seu interesse com o interesse colectivo que é chamada a reger.

Descendo da teoria aos factos, reconhecemos que nas críticas de Georges Sorel á democracia resurgem as considerações que motivaram no campo da historia a atitude de Fustel de Coulanges. O predominio dissolvente dos partidos sobre as legítimas aspirações da colectividade equivale ás antigas querelas da Nobreza e do Clero contra a supremacia neutralizadora da Corôa. Ha uma diferença, no entanto, que é de justiça destacar. Nunca, a não ser em raras circunstancias, as discordias das classes privilegiadas atentaram contra a propria constituição do Estado. Orgãos robustos do mesmo, queriam expandir-se em detrimento da bôa harmonia do grupo. Porque a Realeza intervinha, exercendo o oficio de coordenadora, as dissenções afloravam, rápidas, assumindo por vezes um caracter extremo de violencia. Todavia, se as patrias ocidentais existem ao Clero e á Nobreza pertence um alto e extraordinario quinhão na epopeia admiravel da sua independencia e do seu desenvolvimento.

Não sucede outro tanto com os partidos políticos, — consequencia da liberdade metafisica dos utopistas do 89. Não chegam a ser orgãos do Estado, pois que não passam de elementos parasitários, mantendo-se á custa da corrupção e do favoritismo. O poder, quando o alcançam, sequestram-no em seu beneficio exclusivo, como se fosse coisa conquistada.

Digitized by Google

Por intermedio dos mil tentáculos duma burocracia opressiva e inerte, nós vemo-los impôrem-se na sua minoria atrevida e insaciavel á colectividade escravizada. São as maravilhas do Estado napoleónico, hoje em falencia estrondosa! De Bonald observava que Bonaparte, não tendo força nenhuma na sua constituição, se vira obrigado a emprega-la na sua administração. Efectivamente, a constituição dum povo, inscrita na sua historia, é mais *consuetudinaria* do que *teórica*. Assim sucede ainda um pouco com a Inglaterra. Assim sucedeu outr'ora com as nacionalidades europeias.

Saída da conformação natural da sociedade, essa constituição, que Le Play denominou «*constituição essencial*», não era senão o seu pleno reconhecimento. Firmando-se nas relações do sangue *(familia)*, da sociabilidade *(comunas)* e dos interesses *(profissão)*, só começou a alterar-se quando os Legistas exumaram da Roma antiga as normas dum direito já cadaverizado. E' a altura em que se inicia a grande Revolução, da qual,—na palavra feliz de alguem—, a Revolução Francesa não foi mais que um episódio. O absolutismo dos Reis entra a perverter a noção christã da Autoridade. Aparece de seguida a Renascença com a sua idéa naturalista do Poder e o seu centralismo excessivo, mesmo despótico. Pela primeira vez esse centralismo é empregado pelos príncipes contra os seus subditos, quando a rebeldia de Lutero quebra a unidade moral da

Digitized by Google

Europa. «*Cujus regio, ejus religio*». E' donde data a abominavel fórmula, atribuida aos católicos por uma história ainda mais abominavel. Entre tantos, o procedimento de Henrique VIII de Inglaterra ilustra-a suficientemente.

O Absolutismo triunfa sem reservas no seculo XVIII. E' conveniente acentuar que o Absolutismo não é, em todo o caso, a vontade caprichosa do Soberano,—o «*bon plaisir du prince*». «*Na Monarquia absoluta*,—escreve Amédée Bonde no seu *Droit Constitutionnel*—, o monarca reune em si todos os poderes...; ele faz a lei, mas a *lei promulgada por ele obriga-o tanto como aos seus subditos*.» [1] Não passa dum ilusorio engrandecimento do poder real o que o Absolutismo lhe confere. Destruíndo todos os organismos intermedios, o Absolutismo deixa apenas o Estado na presença do individuo, despojado já da rede miuda das associações domésticas e económicas, cuja eliminação Royer-Collard tanto lastimava. E' o conceito romano do Poder que ressuscita integralmente. E no dia em que o soberano fôr derrubado por um vento revolucionario, a posse do país torna-se pronta e facil, mercê do excessivo estadismo que, julgando aumentar o prestigio dinástico, só o enfraquece e ameaça de morte.

Compreende-se já como o Estado absolutista do seculo XVIII antecede logicamente o Estado meta-

[1] Paris, 1914.

Digitized by Google

físico e todo-poderoso das modernas democracias. Esse Estado é o Estado napoleónico, — insistimos —, baseado não na noção histórica da autoridade, derivada da *Familia*, da *Comuna* e da *Corporação*, mas no simples conceito materialista da *força* e do *dominio*. Eis porque, desfeitos os orgãos naturais da sociedade, só pela democracia e pela centralização o Estado napoleónico se mantem e defende na fragilidade evidente dos seus alicerces. D'aí o reparo de Bonald, a que já aludimos e que encerra consigo o julgamento dos regimens modernos, pelos quaes se amorteceram nos povos europeus as antigas condições da sua prosperidade e da sua autonomia.

Deste modo, só a Monarquia, restituida á sua verdadeira essencia, pode restaurar as velhas liberdades municipais e corporativas, que constituiam a estrutura *democrática*, reconhecida por Fustel de Coulanges á Realeza. Com a democracia,— doutrina e constituição jurídica, com essa é que jámais se conseguirá obter, por culpa de nascença, um mínimo de *descentralização*. Precisamente, nas republicas é que o despotismo administrativo se torna cada vez mais vincado. Prova-o a propria Suissa, que a mitologia politica em voga nos apresenta como uma república-modelo, mas onde a tendencia centralizadora cresce de anno para anno.

Ao contrario, em Espanha, a alta experiencia de Maura evitou os escolhos separatistas do regionalismo através do seu projecto de administração local,

Digitized by Google

que, descentralizador ao extremo, teve contra ele os liberais, os democratas e os republicanos, enquanto o votavam com entusiasmo os chamados grupos «reacionarios». Repetia-se quasi o caso bem sintomático da Restauração-Francêsa, que viu os seus propósitos de descentralização naufragarem perante o obstrucionismo inquebrantavel dos elementos avançados e dos homens do «*juste-milieu.*»

Quando os carlistas gritavam: — «*Fueros y el Rey neto*», eles enunciavam na voz ardente das suas reivindicações a dupla índole concentradora e descentralizadora da Monarquia. Confunde o Absolutismo *funções directivas* com *funções administrativas*. Exigindo para o Rei o exercicio independente da suprema magistratura, a verdadeira Monarquia orbita-lh'o, porem, pelo federalismo económico e municipalista. «*O Rei governa, mas não administra*». Herdada de Gama e Castro, tal é a fórmula politica do *Integralismo*. Não é outra a significação do «*poder-pessoal*» do Rei, que, de modo nenhum, é honesto baralhar com o conceito corrente do Absolutismo.

Aqui está porque não errava muito o jornalista nosso adversario quando ha dias, em conversa amena sobre *Integralismo*, nos apresentava como desejando uma republica com um Rei a dirigi-la. Se as nossas afirmações parecem exageradas, escudemo-las com uma passagem de Charles Maurras: — «A palavra *republica*, — diz o grande mestre —, tem um sentido admissivel. Mesmo depois do restabelecimento da

Digitized by Google

Monarquia, poderá ser conservada com aquele significado antigo que designava o «*conjunto dos negocios publicos*». Em compensação, *democracia* deve ser riscada, banida e esquecida, como puro sinónimo de degenerescencia, expressão da desorganização e da pulverização, especie de vestigio linguístico de quanto o regimen republicano teve outr'ora de mais funesto». Tambem nós assim o entendemos. Basta olhar reflectidamente para o passado, que logo a nossa Realeza tradicional se nos mostrará, consagrando o juizo exacto de Maurras. A aliança dos Reis e dos Concelhos já impressionara o espírito elevado de Herculano. Alguem que na correcção da historia nacional ocupa um logar de elevada dedicação, certamente pelo equívoco sociológico da sua época, não se cançava nunca de assinalar a feição «democratica»,— á Fustel —, da monarquia portuguêsa. Refiro-me a Luciano Cordeiro, tão digno de ser recordado pelas suas contribuições definitivas para um outro juizo mais sólido da nossa nacionalidade.

De resto, o episódio do vereador João Mendes Cicioso, as falas de Baltazar Coronheiro, a resposta do *Juiz-do-Povo* ao enviado de D. Pedro II marcam bem a «constituição» da nossa Monarquia. Não era uma constituição discutida, votada e impressa. Mas mais larga e mais positiva, inscrevera-se pela força do costume na alma das gerações, de cuja experiencia social gradualmente saíra. «*O foral que a vosso povo tendes dado e (he) marco e ley amte vos e*

Digitized by Google

ele», — clamariam em Côrtes, ao agonizar de Quatrocentos, os procuradores das vilas, traçando os limites naturais da Realeza. Já os determinara a propria letra da Ordenação. «*E' por isso chamado rei, para que haja de reger justamente o seu reino e manter o seu povo em direito e justiça: se assim o não rege, não merece o nome de rei. porque não conforma o nome com as obras*».

Se as falsas ideologias do Liberalismo nos não houvessem corrompido o senso político, consumando a obra iniciada por Pombal, embora já trazida de atrás pela influencia do Direito-Romano, irrecusavelmente que as nossas instituições se não teriam desviado do que, na essencia, formava o seu enraizado «meio-vital». E' a esse «meio-vital» qûe nós necessitamos de regressar, se, mais que tudo, a duração e a grandeza da Patria nos preocupam. A Idade-Media, carecendo de reparar a sociedade, sacrificou por vezes a *unidade* á *liberdade*. Mais opressivos e menos profundos, os tempos modernos sacrificaram a *liberdade* á *unidade*. E' imperioso obter o devido consórcio de duas tendencias tão antagónicas. «*Autoridade e competencia ao alto, liberdade e fiscalização á base*,— declarava Maurice Muret, na *Gazette de Lausanne*, resumindo as suas observações sobre a Guerra. *O homem que souber corrigir neste sentido as democracias contemporâneas, — a Belgica incluida — terá bem merecido da Europa e do mundo*». Não será um homem, — assevera-

Digitized by Google

mo-lo. Será antes um sistema, um principio. Será a Monarquia, porque só ela concilia a unidade com a liberdade, a concentração com a descentralização.

E são estas, sem duvida, as razões porque, vendo claro, o jornalista nosso adversario não andou muito longe da verdade, ao escrever que o *Integralismo* desejava uma republica, mas com um Rei a dirigi-la.

Setembro, 1918.

Digitized by Google

O REI FERNANDO

Digitized by Google

Digitized by Google

O rei Fernando

E' um dos nossos reis mais mal compreendidos esse D. Fernando, de quem as Crónicas dízem que foi grande amador de mulheres. Sem duvida que o seu reinado se confunde e emaranha numa crise em que a nacionalidade se ía abismando para sempre. Mas é preciso não atribuir á política de D. Fernando a total responsabilidade dos acontecimentos em que a nossa independencia esteve comprometida quasi sem remedio. A crise que geralmente se encabeça na leviandade de D. Fernando é, no fundo, uma crise de ordem geral. Traduz a passagem da Idade-Media para o espirito revolucionário da Renascença, já com outros conceitos, com outras noções muito diversas a encaminhar a sociedade. Fernão Lopes apercebia-se do fenómeno, quando observava com pasmo: — «Parece que um mundo novo se levanta e com ele uma nova geração de gentes.»

Claro que circunstancias especiais agravaram

Digitized by Google

quanto a nós os motivos de perturbação económica e social, em que a face da Europa se transformava rapidamente. E' aí que a intervenção de D. Fernando póde assumir, na realidade, o peso completo de quantas acusações lhe são dirigidas. Notemos, porém, que, apesar da inconstancia que séculos e séculos de erudição copiada lhe apuzeram ao caracter, D. Fernando marcou na sua acção governativa um remate digno do fomento admiravel dos nossos reis afonsinos.

A agricultura, próspera desde D. Dinis, encontrou em D. Fernando um proctetor desvelado. No seu reinado ainda nós exportávamos trigo, sendo deste modo apertadas as nossas relações comerciais com os mais concorridos mercados da Europa. Sucede assim que a frota portuguêsa no tempo de D. Fernando recebeu da parte do monarca o mais empenhado dos impulsos. O Tejo coalhava-se de navios nossos e extrangeiros, valendo á Corôa uma fonte de copiosas receitas. Datam de D. Fernando as célebres providencias das Côrtes de Atouguia, ano de 1376. Essas providencias, no sentido de se desenvolver a nossa marinha mercante, concediam os maiores privilegios aos proprietarios de todos os navios de mais de cem toneladas, entre eles o de tirarem gratuitamente das matas-reais a madeira necessaria para a sua construção. Na primeira viagem o armador ganhava os direitos alfandegários pela carga que exportasse, e metade, tratando-se de importação. Se o

Digitized by Google

barco se perdesse nessa viagem, os privilegios estendiam-se pelo espaço de tres anos, no caso de se fazer ou comprar outro navio.

Simultaneamente surge com D. Fernando o seguro maritimo. Por meio duma *bolsa* ou *caixa*, reparava-se a perda do navio maior de cincoenta toneladas. Os fundos da *bolsa* saíam de duas corôas por cento dos lucros liquidos, tanto dos fretes, como da fazenda transportada. Com estímulos tão enérgicos, calcula-se como o nosso comercio se engrandeceu e alargou, ao mesmo tempo que se engrandecia e alargava o nosso poder marítimo.

Era já a idéa da expansão, que dominava o pensamento de D. Fernando, mas em cuja directriz errou, por antecipado. Na realidade, não se compreende bem que um monarca tão interessado no incremento da riqueza pública a esbanjasse, por outras vias, em aventuras ruinosas.

Não esqueçamos que de D. Fernando é tambem a *Lei das Sesmarias*, contida no titulo 43, liv. 4, das nossas *Ordenações*. Em materia de fortificação Lisboa e muitas mais cidades do reino deveram-lhe empreendimentos assinalados na nossa historia militar. Sendo assim, é evidente que D. Fernando significa mais alguma coisa de que o amoroso sem vontade que á viva força nos representam nele. Possuidor dum alto tacto político, D. Fernando, pelo contrario, trabalhou como ninguem para consolidar a posição difícil de Portugal na Peninsula.

Digitized by Google

A' luz de semelhante critério é que nós precisamos de encarar a sua interferencia nas lutas de Castela e do Aragão, umas vezes ao lado deste, outras ao lado daquela. E' que D. Fernando pesava bem donde vinha o perigo para o nosso país. Na hora em que a monarquia central da Península se desembaraçasse do vizinho aragonês, Portugal sucumbiria decerto, esmagado pela sua ambição absorcionista. Na visão dos acontecimentos, eis porque D. Fernando se mistura em guerras constantes, levando o esgotamento ao erário, bem recheiado pelas economias dos monarcas anteriores.

Posto o problema nestes termos, D. Fernando é o iniciador do nosso imperialismo. Entalado entre Castela e o Oceano, Portugal carece de se expandir. O monarca pressente essa necessidade, — repara Manuel Bento de Sousa. Mas a expansão que seria naturalmente para o mar, D. Fernando, dominado ainda pelo conceito territorial da Idade-Media, empreende-a para terra. As suas oscilações, a sua aparente inconstancia, traduzem no intimo a mais rija e a mais raciocinada fixidês de pensamento. Unido ao Aragão, D. Fernando procura obter a corôa de Castela. Consegue Castela separa-los. Nem assim, com tanto insucesso, D. Fernando desanima. Vai ao encontro do duque de Anjou e oferece-lhe a sua aliança para recuperar os direitos do extinto senhorio de Maiorca e do Rousillon. Ao crescimento da hegemonia de Castela, D. Fernando opunha uma

Digitized by Google

força centrífuga, que paralelamente, pela posse do Mediterraneo ocidental, obrigava o Aragão a refrear-se. Nos mesmos propósitos negociaria D. Fernando a aproximação com o duque de Lencaster, de que resultou a vinda dos inglêses á Península.

Á face dos acontecimentos é obrigação nossa corrigir o falso juizo em que a figura de D. Fernando ordinariamente se amesquinha. Não lhe faltou o plano, nem a decisão. Faltou-lhe o exito, que em nada depende do jogo da nossa vontade ou da nossa prudencia. «Rei das Leonores»,— como lhe chamou a ironia fina de alguem — é através das tortuosidades diplomáticas em que se embrenha a cada hora, que a nós se nos impõe a revisão dos seus contraditórios negocios de amor. Enquanto o amor lhe não bateu á porta... Porque, ao bater-lhe, nós sabemos como D. Fernando se deixou prender nos encantos custosos da castelã de Pombeiro, — essa enigmática *Flôr de Altura*, que ainda hoje, depois de tantos séculos, persiste em ser para o historiador uma interrogação suspensa indefinidamente.

Só por Fernão Lopes não é facil avaliar de Leonor Teles, porque o Cronista interpreta a opinião do partido vencedor. Misteriosa e pérfida, Leonor Teles reflecte, sem duvida, na sua psicologia o elemento corrente da vida humana. Não a pioremos por isso, ao sabor de penas romanticas, com efeitos seguros de quinto-acto no desfecho final! Naturalmente ambiciosa, recordemo-nos de que não casou com o Mes-

Digitized by Google

tre de Avís só porque não anuíu á sua proposta. Nem tampouco a sua causa estava tão identificada com a do genro, que evitasse ser enviada por ele para o fundo dum mosteiro, em Castela. Senhora em absoluto do rei, a nobreza, a que pertencia, vira-a subir ao trono com desagrado. Percebe-se porquê. E' que a rainha, favorecendo a sua linhagem, «*trabalhousse de aver da sua parte todollos moores do reino por casamentos, e grandes officios, e fortallezas de logares que lhe fez dar.*» A familia dos Teles de Menezes, elevada ao de cima das outras, originou depressa a inveja e o descontentamento, a ponto de Diogo Lopes Pacheco incitar quasi o rei Henrique de Castela a invadir Portugal.

Não podemos alhear-nos da época, se não quizermos caír num criterio novelesco sobre Leonor Teles. E' na proteção dispensada aos seus que se fundamenta o odio que lhe cerca o nome. Entretanto, a historia regista dela provas significativas de zelo pelo bem comum. Assim, quando da derrota em Saltes da nossa armada. Amargurou-se o rei com a má noticia. «*Digo-vos, Senhor, que nunca eu outras novas esperei della em minha voontade, salvo estas que agora ouço; porque como eu vy que vós mandavees trazer os baraços cheos de lavradores e mesteiraes, e os mandavees metter com ellos, com outros agravos que fazieis ao poboo, sempre eu euidei em minha voontade, que tal mandado vos havia de vír dela como vos veio.*» ElRei callousse nam dando

a esto resposta, e muitos fallaram antressi dizendo que a Rainha dissera mui bem.»

Mais tarde, em seguida á morte de D. Fernando, «*os boons da cidade chegaram a ella*» que «*prouve de ouvir seu razoado*».

A situação é que se complica por si, nos fermentos de ambições em que o país se dividia. Notemos que, de modo nenhum, D. Fernando se sobrepuzera na sua vontade última á autonomia de Portugal. A herdeira da Corôa era D. Beatriz, mas as disposições de D. Fernando são terminantes quanto á nossa independencia. Morto, porém, o Rei, nos conflitos que imediatamente se desencadearam, o monarca vizinho achou pretexto para nos invadir. E' interessante que o Mestre de Avís, segundo o depoimento do cronista castelhano Pero López de Ayala, foi o primeiro a dirigir-se a D. João de Castela, pedindo-lhe para vir tomar conta de Portugal. Não se diminúi com isso o prestigio do Mestre. O que se reconhece é que ninguem nessa hora confusa acertava com o melhor caminho a seguir-se.

Começa que a Patria não existia, em patrimonio moral, tal como hoje existe para nós. O que existia era um forte instinto nacionalista nas populações concelhias que levantaram o guião da revolta. A nobreza enfileirou na maioria ao lado de D. Beatriz. Jurara-lhe fidelidade nas côrtes de Leiria. Detentora da autoridade e da terra, não transigiria nunca com o «*poboo do Mexias de Lisboa*». Depois, viera de Castela em grande parte, atraída por D. Fernando, quando da sua

Digitized by Google

pretensão áquela corôa. Em taís condições o espírito do tempo não consente que consideremos traidores os que se não bateram com o Mestre. O proprio Mestre, hesitante, no seu primeiro impulso, mandava mensagens para Castela. [1]

O procedimento escandaloso de D. Leonor Teles dificultava-lhe, entretanto, a regencia. As indisposições acumuladas de atrás, engrossavam, violentas. O povo que a principio sentira a sua voz acolhida, pelo menos em bôas palavras, pela rainha, insurrecionava-se agora. O mal não provinha de D. Leonor Teles. Provinha antes do galego do Andeiro. Eu creio que em Leonor Teles, ambiciosa e astuta, voltejava um projecto que nos asseguraria contra a sapata de Castela: — ser rainha por si, rainha independente, despachando e governando com o amante. O punhal do Mestre prostra-o depressa. A revolução dum salto estende-se por todo o país. Que fazer? Alvaro Pais lembra o casamento de D.

[1] Traslado para aqui uma expressiva passagem, muito cheia de apropósito, que neste momento encontro no livro de Nicolás Heredia, — *La sensibilidad en la poesia castelhana*. Ei-la: — «*En la Edad Media el concepto de patria no se determina claramente, porque apenas si se entiende. El feudalismo lo oscurece con frecuencia y el lazo intimo y dulce que hoy une al ciudadano con la bandera nacional, se sustituia con el deber de vasallaje que subordinaba el hombre al señor imediato en vez de subordina-lo á la nación. Entonces las fronteras no tenian la inmutabilidad que en las épocas posteriores: un testamento, un matrimonio entre principes, una bula papal, las alteraba profundamente, cuando no las os-*

Digitized by Google

João com a Regente. E a caminho de Alenquer, para onde a rainha se retirara, lá vai ele de embaixada com Alvaro Gonçalves Camelo.

Foi então que se deu o diálogo do conde João Afonso Telo com um escudeiro, do acompanhamento dos delegados do Mestre. «*Que bem viia como Castella era comtra Portugal, e Portugal contra sy mesmo; que bem devia emtender, que tal sandice, qual levantavom dous çapateiros, e dous alfaytes querendo tomar o Meestre por senhor que nom era cousa pera hir adiante e que por tanto ao menos por segurança de seus bens que leyxasse a Cidade, e se fosse para eles. Nunca tal vistes,* —disse o escudeiro—, *quando cá estou, parece-me que he assi como dizeis e depois que lá som semelhame que todos não valleis nada, e que quãto me fallais, que tudo he vento.*»

Na sua saborosa franqueza, este desabafo colocava bem a questão. De sólido, de positivo, nada havia. A proposta do Mestre, Leonor Teles nem de longe a admitira. Que ponto de apoio encontravam, os mesteirais de Lisboa? A razão dos factos achava-se do lado de João Afonso Telo. O pobre do escudeiro quasi que o confessava. Contudo, dentro dele erguia-se

cillaciones repetidas que las guerras producian.» E acrescenta se: — «*A' su vez, el vasallo en ciertas circustancias podia desligarse del juramento de fidelidad y en ese caso nada le retenia en el lugar en donde habia morado, yéndose á otras tierras en busca de soldada.*»

Digitized by Google

um sopro de esperança qus lhe dava coragem para o resto. Realmente, as virtudes moças da raça é que nos acudiram. Mas de que maneira, Santo Deus! O levantamento das populações manifestou-se sangrentamente em ataques ás vidas e á propriedade. Na ausencia do Estado, prova-se que todos os movimentos colectivos são sempre desconexos, desordenados, tendendo para a anarquia. Concordemos que Alvaro Pais não encarara mal o caso. Apesar de tudo, em D. Leonor Teles subsistia ainda a autoridade constituida. O Mestre pactuava,—e o mais desenrolar-se-ia de portas adentro, (oh, os Alvaros Pais de todos os tempos!) pacificamente, sem maior desarranjo. Não é outra a hipótese que prefiro. Porque a de Ximénez de Sandoval e de Oliveira Martins, supondo o Mestre apaixonado pela Regente, apresenta-se-me muito carregada de intenção romanesca.

Falidos os cálculos de Alvaro Pais, a situação, já irreparavel, precipitou-se na agudeza extrema. A *jacquerie* municipal subia como uma onda brava, tocando quasi as raias do que hoje se diria um *sovietismo* total. Basilio Teles aprecia bem esse conflito tremendo, ao escrever que não se tratava duma crise de dinastia ou de independencia, mas duma crise de classes, duma revolução ou remodelação estrutural do Portugal da Idade-Media. E Basilio explica: — «porque as classes que compunham o organismo da patria se movem entre si guerra, se deslocam e remodelam pela proscrição final da nobreza. porque o

Digitized by Google

equilibrio interno se desmancha e se restabelece mal, desse modo...»

* * *

Desencontrada e confusa se nos revela a época em que D. Fernando viveu e morreu. Pondo de parte criterios excessivos e em mais dum aspecto inteiramente desprovidos de base, importa que na obra inadiavel da correção á nossa historia o reinado de D. Fernando ocupe a atenção que em justiça se lhe deve dispensar. Ninguem, como ele, procurou servir o interesse da patria territorial, e, embora fossem por vezes erróneas as directrizes do seu espirito, ainda aí a culpa não era absolutamente do monarca. Era antes da encruzilhada em que ele se debateu, solicitado pelas idéas da idade nova que surgía e ao mesmo tempo ligado á concepção do mundo mediévico que expirava. O processo objectivo não basta, pois, para que o historiador interprete e sinta em toda a sua realidade a obscurecida figura de D. Fernando. E' preciso que penetre na alma desse fim de século em que o marido de Leonor Teles arrastou a tragedia da sua inteligencia e da sua hesitação, para que no-lo ressuscite dentro da verdade honesta que não é licito negar-se a ninguem. Basta apenas considerar a preocupação de D. Fernando em que Portugal se mantivesse sempre «reino sobre sy», para que o libertemos da velha calúnia

Digitized by Google

que no-lo apresenta como entregando-nos de mãos atadas á ambição aviltante de Castela. Puro engano, no fim de tudo! Exactamente, para esconjurar semelhante perigo, é que D. Fernando oferece ao Trastamara, já viuvo, a mão da pequenina D. Beatriz.

Adivinhando-se perto da morte, D. Fernando compreendeu que, sem mais sucessores directos que uma debil princesinha, a guerra civil se atearia em Portugal, levantada pelos Infantes seus irmãos. Naturalmente, Castela, que estava de atalaia, aproveitaria o momento para intervir em beneficio proprio, num país retalhado, empobrecido, esgotado. Caminha D. Fernando ao encontro dessa ameaça e pretende humaniza-la com a sua proposta de casamento. D. João I de Castela aceita-a, lavrando-se em Salvaterra o contrato nupcial aos 2 de abril de 1383. As clausulas eram de tal natureza que ha quasi duzentos anos D. Cristóbal Losano as apreciava do seguinte modo no seu curioso livro *Los Reyes nuevos de Toledo*: «*Vayase reparando y se verá, como he dicho, que al Rey de Castilla no se le daba con este casamiento sino un titulo honorifico, sin renda ni vasallos, y aun esto al quitar en teniendo hijo mayor. Conque no me espanto que los portugueses de una y otra parcialidad viniessen bien á ello, pues de cualquier modo les quedaba Rey ó Reina portuguesa que los gobernase y el de Castilla sólo por Rey de comédia*»

Efectivamente, as capitulações estipuladas em Sal-

Digitized by Google

vaterra garantiam totalmente a nossa independencia, pelo menos no papel, e admitindo a fé que num contracto se supõe sempre nas partes contractantes. Por força delas, caso D, Fernando não tivesse filho varão, suceder-lhe-ia na corôa sua filha D. Beatriz, podendo o rei de Castella, seu marido, usar o titulo de rei de Portugal, mas ficando entre nós como governadora a rainha mãi D. Leonor Teles, enquanto o filho ou filha que viesse a nascer do casamento de D. Beatriz não atingisse os doze anos. Ao atingi-los, porém, empunharia logo o scetro de D. Fernando, deixando imediatamente seu pai, o rei de Castela, de usar o titulo de rei de Portugal.

Ssgundo resulta do contracto de Salvaterra, D. Fernando até desherdava a propria D. Beatriz no seu desejo de salvaguardar a nossa autonomia. Como do anterior matrimonio de D. João de Castela com D. Leonor de Aragão ficara mais dum filho, sendo um deles o futuro Enrique III, não havia assim perigo algum de que se unificassem as duas corôas. Apelando desta forma para a fidelidade que o monarca castelhano devia ao contracto que recebera e jurara, D. Fernando mostrava-nos quanto o preocupava o futuro da patria que Deus confiara á sua guarda.

De resto, esse sentimento andava tão vivo no espírito de D. Fernando, que bem o testemunhou no seu último instante. Narra Fernão Lopes:— «*E sentindo sua morte muito cêrca, sendo já memfesta-*

Digitized by Google

do, requereu que lhe dessem o Sacramento; e quando lhe foi apresentado e contaram os artigos da fé, como é costume dizendo-lhe se cria assim tudo e aquelle Santo Sacramento que havia de receber, respondeu ele e disse: — «Tudo isso creio, como fiel christão, e creio mais que Elle me deu estes reinos para os manter em direito e justiça; e eu, por meus peccados, o fiz de tal guisa que lhe darei d'elles mui mau conto.» E dizendo isto, chorava mui de voontade, rogando a Deus que lhe perdoasse...»

Olhemos, pois, o pobre e desventurado soberano com mais respeito e com outra compreensão do seu grande esforço nacionalista. A estrutura económica da nacionalidade deveu-lhe com a lei das *Sesmarias* um impulso tão forte e tão fecundo que é ainda ás velhas medidas fernandinas de fomento que Portugal amanhã irá buscar, no seu regresso á terra, o segredo perdido do seu resurgimento agrícola. D. Fernando aparece-nos, através desse criterio, verdadeiramente enquadrado nas proporções exatas da sua figura. Que surja alguem a estudar lhe o reinado e a obra com amorosa atenção, — e então se verá que nada mais falso, nos estouvamentos politicos que se lhe atribuem, de que o epiteto de «formoso e inconstante», com que a Historia alvarmente o catalogou na procissão gloriosa dos nossos Reis!

Agosto, 1918.

Digitized by Google

OLIVEIRA MARTINS

Digitized by Google

Digitized by Google

Oliveira Martins

Por uma singular coincidencia, Oliveira Martins faleceu no mesmo dia em que setenta e quatro anos antes rebentara no Porto a revolução de 1820. Vítima como poucos do romantismo político que nos desorganizou a patria, Oliveira Martins foi o primeiro que historicamente lhe instruiu o processo. E' uma figura ainda hoje mal interpretada a desse homem que no seu drama mental incarna e simboliza o drama mental de toda a sua geração.

Não é indiferente lembrar aqui que o historiador encontrara no ambiente familiar a memória sempre viva do seu avô materno, o desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira. Membro dà Regencia do Reino logo em seguida á revolução do Porto, Gomes de Oliveira subiu depois aos conselhos do Estado, marcando com prestígio e com caracter o seu logar ao lado dos que mais de perto representaram entre nós os precursores da reacção contra os erros do Libera-

Digitized by Google

lismo. Oliveira Martins alude a ele com veneração no *Portugal contemporaneo*. E eu creio bem que, pelas leis misteriosas do sangue, o avô ressurgiria no neto, quando Oliveira Martins, cansado de peregrinar através de todos os mitos filosóficos, se reconciliou com as vozes ocultas da sua raça e da sua consciencia, abraçando rasgadamente a tradição católica e monarquica, de que a nossa patria é a obra admiravel.

Ha em Oliveira Martins duas fases aparentemente contraditórias que, na sua amarga experiencia, nunca será demais acentuar com precisão. Acordara o historiador para os cuidados do pensamento numa época em que as doutrinas, saídas do movimento de 48, perturbavam profundamente a Europa agitada por um vento novo. O socialismo teórico de Oliveira Martins não deriva inicialmente de outras origens no seu interesse comovido pelas reivindicações das classes humildes e desprotegidas. Se, por um lado, o levou ás proximidades da negação social, tambem é certo que, rectificada a sua inteligencia pelos ensinamentos dum Stein e dum Mommsen, nele acharia Oliveira Martins o caminho seguro duma politica toda cheia do reconhecimento da Autoridade, como sendo a única força capaz de restituir Portugal ao seu equilibrio perdido.

Nas inclinações profundas de Oliveira Martins para os trabalhos sérios da Historia, falando-lhe perfidamente á imaginação, Michelet e Carlyle deram-lhe

Digitized by Google

o gosto das pinceladas romanescas, onde o panfletário, em nome dum falso subjectivismo, se sobrepõe, nas suas fugas declamatórias, á serenidade imparcial do observador. E' quanto existe em Oliveira Martins das passageiras predilecções jacobinas da sua mocidade. Oliveira Martins crescera intelectualmente no convivio forte de Proudhon. E Proudhon, — ninguem o ignora hoje! —, foi um dos adversarios mais implacaveis das ideologias burguesas do 89.

Com a sua notavel acuidade crítica, Paul Bourget denuncía algures, apropósito de Amiel, o efeito corrosivo das idéas germânicas numa sensibilidade estruturalmente latina. Tal é, na maior evidencia, o caso de Oliveira Martins. O seu autodidactismo conduziu-o, por entre as inquietações do século, ao encontro dos pensadores alemães. O encanto da análise precipitou-o precocemente na impossibilídade da conclusão, entregando-o ás faceis sugestões da dúvida metódica, apesar da sua bela natureza de afirmativo. A teoria do Acaso, já bem transparente no livro *O helenismo e a civilisação christã* torna-se depressa a dominante das suas locubrações.

E' aqui onde Oliveira Martins acusa os resíduos protestantes dos seus mestres preferidos. O conflito da sua hereditariedade católica com os exageros do nihilismo filosófico, recebido da Alemanha, aboliu em Oliveira Martins o sentido imediato das realidades. Moniz Barreto chama-lhe um «homem interior», apontando-lhe, como linha preponderante da sua in-

Digitized by Google

teligencia, o que ele define por «imaginação psicológica», isto é, o dom de ver as intimidades da alma, de surpreender as diferenciais do caracter.

Compreende-se que, nesta disposição especial do seu temperamento, Oliveira Martins transportasse para o campo da historia o processo literario dum Shakspeare. O individuo prevaleceu sobre o corpo da colectividade, as gerações desapareceram atrás dos vultos que as conduziram ou sintetizaram. Carlyle traduz-se na sua concepção dos *heroes*. Mas Oliveira Martins, fazendo da nossa historia uma galeria de medalhões, foi a ele proprio que se reflectiu em quantas personalidades arrancou ao segredo dos tempos e á poeira dos arquivos.

O que é a *Vida de Nun'Alvares* senão o seu retrato psíquico, senão o espelho fiel do seu espirito, finalmente repousado num misticismo intelectual que lhe abriria as portas da conversão religiosa? No admiravel esboço que no *Portugal Contemporaneo* nos deixou de Alexandre Herculano, quantas vezes Oliveira Martins se debruça sobre si mesmo, tracejando os recantos mais inacessiveis da sua autobiografia moral. «O mundo era ele,— escreve —, e nada mais além da sua razão, da sua consciencia, da sua liberdade. E quando as feridas, as perseguições, os ataques, os ultrajes são profundos como os que o expulsaram da politica, — e tambem das letras, — Alexandre Herculano, o estoico, repetindo a historica frase do Africano, suicida-se... Não o mata o sceti-

Digitized by Google

cismo, mata-o o excesso d'uma incompleta doutrina.»

Foi o excesso duma incompleta doutrina que matou tambem Oliveira Martins. Sentia-o de antemão o escritor, ao levantar nos improvisos geniais da sua pena a sombra já obscurecida do solitario de Val-de-Lobos. «Via-se que lá dentro luctavam a doutrina e a lucidez», — acrescenta ainda ácerca de Herculano, numa outra passagem, Oliveira Martins.

«O «homem-interior» imprimia assim a sua individualidade abundante aos escorços nem sempre acabados das suas criações. Nesse duelo dos *principios* com os *factos* está toda a tragedia mental de Oliveira Martins. Atirado para as encruzilhadas do mundo, sem outro guia que uma profunda vontade de acertar, a Oliveira Martins aplica-se a confissão conhecida de Antero de Quental na sua célebre carta a Wilhelm Storck.

«O facto importante da minha vida, durante aqueles anos, e provavelmente o mais decisivo dela, — declara Antero —, foi a especie de revolução intelectual e moral que em mím se deu, ao sair, pobre criança, arrancada do viver quasi patriarcal de uma provincia remota e imersa no seu placido sono historico, para o meio da irrespeitosa agitação íntelectual dum centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as encontradas correntes do espirito moderno. Varrida num instante toda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza,

Digitized by Google

teligencia, o que ele define por «
gica», isto é, o dom de ver as i
de surpreender as diferenciais d

Compreende-se que, nesta dispos
seu temperamento, Oliveira Martins
o campo da historia o processo
kspeare. O individuo prevaleceu
colectividade, as gerações desap
vultos que as conduziram ou s
traduz-se na sua concepção dos
Martins, fazendo da nossa histo
medalhões, foi a ele proprio
quantas personalidades arrancou
pos e á poeira dos arquivos.

O que é a *Vida de Nun'A*
retrato psíquico, senão o espelho
finalmente repousado num mistic
lhe abriria as portas da conve
admiravel esboço que no *Portug*
nos deixou de Alexandre Hercul
Oliveira Martins se debruça sob
jando os recantos mais inacessiv
grafia moral. «O mundo era ele,
mais além da sua razão, da su
liberdade. E quando
ataques, os ultraj
expulsaram da
A

Digitized by Google

como caracterizando a fisionomia
or. No entanto, despreza-se e ca-
liveira Martins, o Oliveira Martins
o daquela em que, pela primeira
quem, regressado da babilónia ideo-
oca, procurou nobremente realizar o
amento com a Acção.

como vicio fundamental da obra de
ns, a influencia nefasta das idéas germá-
sensibilidade, conformada pelos serenos
os. Prova o largamente o *Systema dos*
*gios*os, escrito debaixo da fascinação da
nanha, numa hora em que «d'Alem Rheno,
seu biógrafo —, os *semitas* alemães enve-
catolicos do meio dia, e de cujas idéas nas-
calabro europeu, bem mais perigoso que o
ado pelo alfange, que viera do sul.»[1] Re-
liveira Martins, da sua subalternização a
ectária e falsa, o abuso de criticismo que
á nacionalidade portuguêsa, quasi ás
ondenação. Seduzido pela utopia da
que se filiara, não se apagaram
teligencia os vestigios dessa mira-
nde teve Antero de Quental por
so. Eis a génese do Iberismo de

Ayalla, *Os Ideaes de Oliveira Martins*.

Digitized by Google

tanto mais pungente quanto, espirito naturalmente relígioso, tinha nascido para crer placidamente e obedecer sem esforço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrivel de espirito, partilhado mais ou menos por quasi todos os da minha geração, a primeira que em Portugal saíu decididamente e conscientemente da velha estrada de tradição.»

Despojado das normas seguras em que a sua mentalidade necessitava de se vazar, — naturalmente crente como Antero, e como Antero disposto á obediencia voluntária e deliberada —, Oliveira Martins achou no racionalismo do século findo a fórmula satisfatoria de tantas das suas aspirações iludidas. Enquanto Maucaulay, Quinet e outros preceptores da dissolução monárquica e católica lhe ministram os primeiros ensaios nos dominios da historia, psicologia aberta ás indicações anárquicas duma cultura de improviso, Oliveira Martins não tarda a dividir-se, em relação aos grandes problemas da existencia, entre a metafísica de Hegel e o romance messianista da Evolução. Entregue ao mito do Progresso-Indefinido, o individuo será para ele a medida do Universo e ainda o possivel elemento capaz de transformar a humanidade na sua ascensão vagarosa e inconsciente.

Com este criterio, cristalizado definitivamente em teoria na concepção materialista do Acaso, é que Oliveira Martins lançou mão á sua *Historia de Portugal*. Livro desgraçado esse, é o que infelizmente

Digitized by Google

se repete e aponta como caracterizando a fisionomia espiritual do escritor. No entanto, despreza-se e calunía-se o outro Oliveira Martins, o Oliveira Martins da segunda fase,— o daquela em que, pela primeira vez entre nós, alguem, regressado da babilónia ideológica da sua época, procurou nobremente realizar o acordo do Pensamento com a Acção.

Eu já assinalei, como vicio fundamental da obra de Oliveira Martins, a influencia nefasta das idéas germánicas na sua sensibilidade, conformada pelos serenos moldes latinos. Prova o largamente o *Systema dos mythos religiosos*, escrito debaixo da fascinação da *Joven-Alemanha*, numa hora em que «d'Alem Rheno, — nota um seu biógrafo —, os *semitas* alemães envenenavam os catolicos do meio dia, e de cujas idéas nasceu este descalabro europeu, bem mais perigoso que o terror espalhado pelo alfange, que viera do sul.»[1] Resultou para Oliveira Martins, da sua subalternização a uma filosofia sectária e falsa, o abuso de criticismo que o trouxe, quanto á nacionalidade portuguêsa, quasi ás portas da sua condenação. Seduzido pela utopia da *Internacional*, em que se filiara, não se apagaram tão cedo na sua inteligencia os vestigios dessa miragem tresloucada, onde teve Antero de Quental por companheiro ardoroso. Eis a génese do Iberismo de

[1] Frederico Diniz d'Ayalla, *Os Ideaes de Oliveira Martins*, Lisboa, 1897.

Digitized by Google

Oliveira Martins que, começando por ser revolucionario, terminou imperialista e brigantino.

Neste estado confuso de espírito abordou Oliveira Martins a sua *Historia de Portugal*. O discípulo de Michelet reviveu no odio aos Reis e ao fanatismo dos Padres. O kantista puro só poude olhar para o passado, através dos seus restritos conceitos individualistas. Adormecida a sua educação católica e tradicional por um autodidactismo impertinente, só a teoria do Acaso subsistiu, dando-lhe soluções transitórias e limitadas, nesse profissional da dúvida metódica que foi Oliveira Martins. Com semelhante genealogia, a *Historia de Portugal* nunca seria mais do que o reflexo do seu autor, solicitado para desencontradas correntes pela loucura negativista do tempo. Contudo, em Oliveira Martins, o *historiador* existia. E porque existia, é que diante da Casa de Avís e da geração dos «altos-Infantes», ele reconheceria a Patria, não como um facto natural e eterno, mas ao menos como uma criação da vontade forte dos seus soberanos.

Vinham de atrás as simpatias cesaristas de Oliveira Martins. Silva Cordeiro quer descobri-las até no prefacio do seu *Phebus Moniz*. A' base, não passavam talvez duma sobrevivencia psíquica do avô que servira D. Miguel, depois de corrigido pela experiencia no seu vago romantismo politico. O que é certo é que, na meia penumbra da sua hereditariedade, esse apelo instintivo para Cesar volver-se-ia

Digitized by Google

no polo positivo do doutrinarismo de Oliveira Martins. Se ele denunciava a decadencia de Portugal, não lhe redigia, no entanto, sinistramente, o termo de óbito. Incorporado na vida moderna, Portugal salvar-se-ia pela seiva perigosa da Revolução. Mas a Revolução de Oliveira Martins não era a revolução burguêsa de Teófilo Braga, com quem ele, para honra sua, nunca se entendeu. Era a revolução social de Proudhon. inimiga das abstrações sanguinarias do Terror, confiada num ideal generoso de perfeição e justiça.

Sabe-se como Proudhon é hoje um dos doutores mais escutados da *Action-Française.* Pois bem! Proudhon traria entre nós Antero e Oliveira Martins á aceitação da Realeza. Nada mais dificil do que fixar a psicologia de Oliveira Martins em tão apertado ensaio. Mas, seguindo sempre o socialismo sincero da sua mocidade, nós acompanharemos o fio que directamente o conduziu a ministro da Corôa com el-rei D. Carlos. Não foi de modo nenhum um renegado, um apóstata, — como pretendeu o facciosismo jacobino. Na incerteza da verdade, Oliveira Martins adoptou atitudes superficialmente contraditórias. Todavia, procurando bem, a unidade da sua vida manteve se inalteravel, como um exemplo único de coragem e de abnegação.

Ia eu falando de Proudhon. Proudhon poria de alerta Oliveira Martins contra as ficções enganadoras do Constitucionalismo. No seu amor ao desafogo económico do proletariado, Oliveira Martins embre-

Digitized by Google

nhou-se no estudo aturado da organização socialista alemã. Por paradoxal que pareça, é aí que o crítico de *Portugal contemporaneo* se penetra da noção histórica do Estado, talvez já recebida de Hegel. Nos seus vicios estruturaes, o germanismo, para evitar o vácuo, encaminha-nos para o Absoluto. Donde a quasi divinização do Estado, com Fichte e Hegel por seus corifeus na patria de Kant, — no solar do *livre-exame*. Não nos espantemos, por isso, que Oliveira Martins lhe sofresse o contagio!

Tambem Antero o sofreu, a ponto de, surpreendido, se interrogar na sua *Autobiografia*: — «Como acomodava eu este culto pelas doutrinas de apologista do Estado prussiano, com o radicalismo e o socialismo de Michelet, Quinet e Proudhon?»

E' facil de se estabelecer em Oliveira Martins a passagem de Lassalle para Mommsen. A *Jovem-Alemanha* de 48 resolvera-se no imperio de 71. Oliveira Martins vê no cesarismo a satisfação das suas reivindicações mais queridas. A queda da Republica-Romana põe-lhe o problema nitidamente. A republica em Roma cái porque se sente organicamente incapacitada de solucionar a questão social. O advento de Cesar marca, pelo contrario, o advento duma paz duradoura entre as diversas classes em luta. A monarquia socialista é desta maneira o tipo apresentado por Mommsen a Bismarck para a consolidação do novo Imperio. Oliveira Martins medita e conclúi enfim. E não tardará que em critica ao livro de Antonio de Ser-

Digitized by Google

pa Pimentel,— *Da nacionalidade e da governo representativo*, terminantemente assevere: — «Da Alemanha, confessa o sr. Serpa que debaixo das formas constitucionaes é uma especie de cesarismo», afirmando-nos porém logo *ex-catedra* que a duração desse cesarismo será efemera. O tempo dirá que forma ha de durar mais, se o cesarismo dos imperios e as dictaduras das republicas,— ou as combinações equilibristas do parlamentarismo, invenção recente e que a demografia e a historia mostram serem apenas viaveis nas pequenas nações.»

Que não era viavel entre nós mostrou-o Oliveira Martins no *Portugal contemporaneo*.

Já em plena autonomia de pensamento, Olivetra Martins é nessa obra definitiva o historiador que se possúi. Mata-o, contudo, como ele dirá de Herculano, o excesso de uma doutrina incompleta. Como fórmula ou como mito, Oliveira Martins ainda acreditava na Democracia. Faltava-lhe a lição contra-revolucionaria dum Taine ou dum Renan. Não é, pois, para estranharmos que, no prefacio do seu livro monumental, o escritor declare, sem ocultar a hesitação: — «Mais de um abrirá o livro, confiado ou receioso de encontrar nas suas paginas as opiniões que passam por ser revolucionarias, e muitos acabarão chamando reacionario, — até miguelista! — ao que o escreveu.» No entanto, o Liberalismo encontrou no *Portugal contemporaneo* o seu processo inexoravel. O divorcio da natureza historica da nacionalidade

Digitized by Google

com os algebrismos inertes da *Carta*, Oliveira Martins o marcou em periodos que nunca mais se esquecem.

Com as suas reclamações de toda a hora equacionadas pela politica aprendida em Mommsen, Oliveira Martins quís ser o reformador da «pobre Turquia do Ocidente». Seguiu-o Antero, cheio de fé, sendo a última vez que Antero acreditou em alguma coisa. Na *Politica e economia nacional* e no *Projecto de lei do fomento rural* inscreveu Oliveira Martins solidamente o seu programa. Antecipado duas gerações, e vítima dos defeitos duma «doutrina incompleta», que já inutilizara Herculano, Oliveira Martins enganou-se, porém, quando supôs modificar a estrutura mórbida do Estado, ingressando num dos partidos constituidos. Choveram sobre ele os epítetos mais injuriosos. Ao lado de Braamcamp, Oliveira Martins, já no partido progressista, explicava ingenuamente: —«E' mister que o antigo partido *patuleia* se inspire numa politica nova e que, abandonando a preocupação exclusiva de juristas, mais ou menos radicaes, hoje que as questões de direito publico por toda a parte se subalternizam ás de economia social, mostre, perante a restauração da autoridade e da riqueza nacional e perante a proteção a dar aos desherdados da fortuna, o mesmo espirito democratico de que em outros tempos deu provas, quando se tratava de dotar o povo com garantias e direitos politicos.»

Digitized by Google

O periodo transcrito indica-nos bem como a tentativa de Oliveira Martins se destinava ao insucesso. As consequencias duma «doutrina incompleta» feriam-lhe sem remedio o sonho acalentado durante tantas e tantas provações, mas Oliveira Martins guardava consigo elementos seguros para uma séria reconstituição nacional. Desde as suas idéas sobre Fomento ás idéas sobre Representação, um plano vasto se desenhava, —e com bases mais que fundamentadas, para que a natureza histórica de Portugal se salvasse. Mas quê? A grande ilusão subsistia. E se Oliveira Martins apelava para o Rei, para o engrandecimento do seu poder, ele mesmo participava desse partidarismo que era imperioso exterminar!

Debalde Antero se colocou á frente da *Liga Patriotica do Norte*. Debalde o início do reinado de D. Carlos facilitava o esforço reparador. Os partidos puderam mais! Oliveira Martins, ministro, tropeçou depressa nas rabulices de Dias Ferreira. Mas a sua influencia no Rei manteve-se firme. «Uma *monarquia socialista*, como a dos Hohenzollern, que alie as *duas artes* — militarismo e reformas economicas, eis todo o ideal germanista dos Benst, dos Bismarcks, dos Mommsen, que por um conjunto de circunstancias se tornou o ideal politico de Oliveira Martins e que evidentemente está orientando o novo reinado», — observaria, já falecido Oliveira Martins, Silva Cordeiro no seu livro notabílissimo *A crise*. Efectivamente, D. Carlos adivinhara em Oliveira Martins o

Digitized by Google

seu estadista, o seu colaborador, muito embora as exigencias do pacto constitucional o impedissem de lhe evitar a queda. Tanto Oliveira Martins o reconheceu, que o seu *Principe Perfeito* seria dedicado ao moço Rei, mais tarde sacrificado pelos mesmos partidos que a ele lhe haviam imposto o pior dos ostracismos.

Entretanto, a morte vinha colher de surpreza Oliveira Martins. O misticismo filosófico que inspirara a *Vida de Nun'Alvares* atingira já as fontes vivas da Fé. Em perfeito acordo de si, pediu espontaneamente os auxilios da Igreja, confessando-se e comungando na manhã de 21 de agosto de 1894. Dois dias decorridos recebia a extrema-unção «com perfeito conhecimento do que se praticava, respondendo ás orações rituaes», — informa internecidamente uma pessoa de familia, talvez sua esposa. Não domino o desejo de continuar ouvindo esse piedoso testemunho do fim christianissimo do historiador. «Depois despediu-se de todos os seus parentes e domesticos, pedindo-lhes perdão. Pediu tambem que déssem saudades aos amigos e que se lembrassem dele com saudade. Beijou muitas vezes um crucifixo que sua mulher lhe apresentava, e perguntou a seu irmão: «isto ainda durará muito?» pensando que ia entrar na agonia». E ás seis da manhã de 24 de agosto, Oliveira Martins adormecia no Senhor.[1]

Assim terminou a sua vida setenta e quatro anos

[1] Vid. obr. cit.

Digitized by Google

contados sobre a revolução de 1820 quem foi em Portugal uma das mais ilustres vítimas do Liberalismo. Nosso precursor, Oliveira Martins ensina-nos que uma idéa não triunfa enquanto não alcança a sua franca maturidade e enquanto se não cria á volta dela um estado de espírito disposto a aceital-a. Oliveira Martins teve por isso mesmo a sorte de todos os antecipados. Só hoje, a distancia, o que aos olhos dos seus contemporaneos pareceu uma deserção, ou uma inconsequencia, se manifesta e revela como o acto mais corajoso e mais coerente duma existencia árdua de pensador. Nas suas dúvidas, no seu negativismo, Oliveira Martins padeceu por nós,—os mais moços, — as torturas dum século de instabilidade e mentira. Quando, ao cabo de muito erro sincero, se repousou na tranquilidade duma convicção dolorosamente conquistada, o escritor estava de regresso por *conclusão* áqueles principios que lhe deixara no sangue a herança quasi esquecida de seu avô materno. Sirva-nos de estímulo tão extraordinaria lição! E mais persuadidos do que nunca do valor das grandes verdades tradicionais, saibamos restaurar pelo exercício desassombrado da razão as instituições que, esclarecidos apenas pela experiencia, os nossos antepassados conservaram e defenderam através de tantas vicissitudes e desalentos. Se mais felizes do que Oliveira Martins nós o conseguirmos, é a continuidade da Patria que se reata,— será Portugal por si proprio retomando o curso suspenso da sua historia!

Agosto, 1918.

Digitized by Google

Digitized by Google

ALCACER-KIBIR

Digitized by Google

Digitized by Google

Alcacer-Kibir

A batalha seria ganha por nós, se vozes desencontradas não nos tivessem suspendido o avanço, quando já os cavaleiros portuguêses tocavam a liteira doirada em que se escondia o cadaver ainda quente de Abd-el-Melek, — o «Maluco» dos nossos Cronistas. Mas o capitão Pedro Lopes cravou de súbito no chão a sua alabarda, dando o sinal de alto. Brados de «Ter! Ter!» se seguiram por todo o campo. E enquanto na pausa do ataque, a nossa gente se sofreava um pouco, o exército inimigo fechou a sua meia lua e a sorte do combate foi mudada dum momento para o outro.

Assim a 4 de agosto de 1578 os areais sedentos de Alcacer-Kibir se embeberam no sangue generoso duma nação que, recuperando o sentido perdido da sua vocação histórica, tentava resgatar-se ali dos fumos dissolventes da India, onde a sua antiga energia quasi se desnaturara de todo. Era como que uma cruzada

Digitized by Google

póstuma essa em que Portugal inteiro se empenhava, atirando de novo o seu esforço heroico para o «Algarve-d'Além-Mar», — escola admiravel das virtudes da raça, que nele aprendeu com a geração dos altos Infantes a dilatar a Fé e o Imperio. Tarde acordavamos do sono de opio em que por quasi um seculo nos haviam desbaratado as aventuras mercantilistas do Oriente. Começava a definir-se o desvio que sofrera a nossa indicada expansão para o mar. E se alguem supõe que a jornada de Africa não passou duma cavalhada de loucos, é tempo já de se convencer que uma grande aspiração colectiva a inspirou e dirigiu!

A justifica-lo plenamente aí está a questão de Marrocos, pondo com toda a nitidez, diante dos nossos olhos, a importancia do objectivo que El Rei D. Sebastião procurava atingir. Já um escritor inglês observou, esclarecido pèlas ilucidações do passado, ser uma lei da historia que os habitantes da Peninsula dominem os que demoram do lado de lá do Estreito, se é que não querem ser dominados por eles. Não é, porém, sómente a sua segurança que a Peninsula coloca na posse da cabeceira de Africa. E' tambem a chave do Mediterraneo, chamando para as nossas mãos a supremacia dos dois mares que legitimamente nos pertence.

Esta unidade de designios e de interesses levou Portugal a achar a fórmula perfeita da sua politica externa na segunda metade da dinastia de Avis. «Depois que em Aljubarrota e Toro os portugueses e

Digitized by Google

castelhanos afirmaram reciprocamente a sua independencia contra mutuas tentativas de invasão, iniciou-se na Peninsula um período de inteligencias diplomáticas que dura um seculo e corresponde em Portugal aos reinados de D. João II, D. Manuel, D. João III, e em Hespanha aos reinados de Fernando e Isabel, de Carlos V, de Filippe II.» escreve o malogrado Moniz Barreto no seu estudo admiravel *A situação geral da Europa e a politica exterior de Portugal.* Durante esse período, que é o de maior prosperidade e grandeza dos povos peninsulares, a consciencia da força propria suprime desconfianças e temores e a identidade de aspirações e sentimentos cimenta as bases de uma aliança em que compartilhamos com a Hespanha a hegemonia no Mediterraneo ocidental e nos dois oceanos.» E Moniz Barreto continúa, como se as suas paginas tivessem saido da lição profundissima da guerra actual: «E' este pensamento que inspira os casamentos dinasticos, e se traduz por auxilios militares, que conduz um infante de Portugal á barra de Tunis, que faz combater os cavaleiros espanhois nos areais de Alcacer Kibir, que, encontrando interpretes condignos nos grandes poetas da peninsula, enche de elogios magnificos do genio hespanhol a epopeia das glorias portuguêsas, que dicta a Herrera a lamentação á morte do rei desejado, que em pleno reinado de Filippe IV leva o maior vulto do teatro nacional hespanhol a coroar com a aureola da poesia a memoria do Infante-Santo».

Digitized by Google

Ressaltada a importancia da questão marroquina, nós interpretamos agora milhor o alcance da empresa de D. Sebastião. Sucedia que precisamente nessa altura o desenvolvimento do Turco na Europa constituia um perigo de morte para a Christandade, que o mesmo é que dizer para a «civilização». Nestas condições retomar a nossa velha influencia em Marrocos representava não só um ponto de apoío para a consolidação do nosso imperialismo, mas para a propria defesa da Latinidade. A ameaça islamita engrossava de tal maneira, tornando-se de dia para dia um pesadelo inconjuravel, que já S. Pio V prégara uma cruzada, de que Lepanto foi o resultado de maravilha.

Refeita a Igreja do golpe que á sua unidade lhe atirara Martinho Lutero, — o «homem-alemão», o concilio de Trento, iniciando a Contra-Reforma, fixara o ideal da epoca numa nova rechristianisação dos povos Dá-lhe expressão poetica Torquato Tasso, escolhendo simbolicamente Godofredo de Bouillon para heroi do seu poema. Ninguem ignora que entre nós poetas e humanistas, com Camões á sua frente, incitam D. Sebastião a subjugar a «mauritana lança». Não se tratava duma rapaziada sem tino. Tratava-se dum movimento bem sentido e ardido na alma da nação. O entusiasmo era tamanho que «o pintor e arquiteto Francisco de Holanda, — conta Costa Lobo —, oferecia ao rei os serviços da sua arte para arvorar sobre a torre de mesquita de Marrocos uma imagem da Nossa Senhora da Guerra, e uma cruz so-

Digitized by Google

bre o monte Atlas» Por isso, nas suas exéquias, orando em Santa Maria de Belem diante da eça armada, mas sem o corpo do Rei, fr. Miguel dos Santos exclamaria: — «*Rei desde menino, creado em vontade com mimos, e com fumos de imperador de Marrocos, levantados com autoridade de muitas mentiras entonadas com tantos capelos, e sopradas com tantas letras e tanta nobreza, não era muito que no-lo levassem onde vimos!*»

E num gesto de apóstrofe larga, o monge confessava de cima do púlpito a culpa de todos, — a culpa da nação em peso:— «*Pois quem vos matou? Matou-vos o bispo, matou-vos o clero, matou-vos o frade, matou-vos a freira, matou-vos o grande, matou-vos o baixo, matou-vos o povo, matei-vos eu matamo-los todos quantos somos!*»

E' certo que, assinalando a razão bem portuguêsa da jornada de Africa, eu não procuro de modo nenhum encobrir a precipitação e a leviandade que procederam á sua preparação. Mas não nos percamos nos detalhes, que de nada valeriam se D. Sebastião houvesse vencido! O que é preciso é encara-lo como incarnando no seu ardor místico de Galaaz a consciencia religiosa duma patria, que, pela espada ao serviço da Cruz, encontrara a força moral da sua finalidade. Com os elementos decisivos que hoje a psicologia nos fornece, não podemos doutro modo explicar a figura de D. Sebastião. Será um crepúsculo de raça, o remate lógico dum atavismo doentio. Assim o encarou Ma-

Digitized by Google

nuel Bento de Sousa num livro que, afora a formação racionalista do seu autor, ainda é do milhor que sobre historia possuimos. Refiro-me, — é de ver—, a *O Doutor Minerva*. Tem Manuel Bento de Sousa o insuspeitissimo valor de ilibar os Jesuitas da responsabilidade que lhes assacam no desastre de Alcacer. E' bom que se declare desde já que nos Jesuitas e no cardeal D. Henrique achou sempre o partido espanhol a mais pertinaz e altiva oposição. «Foi o grande marquez de Pombal, grande em tudo, até em mentir, que no seu libello contra os jesuitas acumulou quantas culpas a imaginação podia levantar, como se os verdadeiros maleficios da Companhia não bastassem para a condenar,» — fala o anti-clericalismo honesto de Manuel Bento de Sousa; foi ele quem deu mais curso a tal inexactidão, fazendo do padre Camara um corruptor do moço rei por interesses da ordem.»

E é ainda o critico de *O Doutor Minerva* quem nos descreve o caluniado preceptor de D. Sebastião: — «Nos cargos superiores da Companhia governava os padres pela paz e tudo dirigia pela brandura, comovendo pelo sincero desapego deste mundo. Reitor do colegio de Coimbra, só tinha para os seus subordinados a mansidão, e baixado, por disciplina ou por experiencia, de reitor a cosinheiro da casa, sofreu a mudança com a mais angelical paciencia.»

Pertencia Luís Gonçalves da Camara ás mais nobres familias do Reino. Pois, apesar da sua origem e do seu nascimento, nas terras da Moirama, — prosegue

Digitized by Google

Manuel Bento de Sousa —, sacrificou á consolação dos cativos o tempo, o descanço e a saude. Viveu nas masmorras e foi adorado pelos prisioneiros, que se prostravam na sua passagem, beijando-lhe o habito, e pedindo com encarecimento o refrigerio da sua presença». De resto, o maior elogio do Padre Camara e de seu irmão Martim está nas seguintes palavras dum publicista espanhol, D. Alfonso Danvila y Burguero, extraídas da sua monumental monografia *Dom Cristobal de Moura*, ao acusar os Camaras como inimigos da penetração filipina: — «... *apoderados por completo de le voluntad del Rey... comenzaron a reinar sobre Portugal, constituyendo el arma principal de su poderio y el objetivo constante de su politica, el odio y la inimistad contra Castilla, considerada por ellos como la causa de todas las desdichas y la explicacion de todos os desaciertos de la Corte Lusitana*».

Discipulo dum espirito moldado em provadas virtudes religiosas e patriótricas, como fica visto, D Sebastião teve mais por aio a D. Aleixo de Meneses. O seu caracter recebeu bem cedo as direcções morais desses dois varões, dignos da moldura sobria dum Plutarco. O país reagia contra a desnacionalização da Renascença, — e reagia com fogo. O Rei na sua infancia era uma esperança em botão. Queriam-no criado á maneira antiga, livre de modas estrangeiras que o fariam de todos, menos nosso. E' um voto comovente o das Côrtes de 1562. «*Traba-*

Digitized by Google

lhay porque 'se crie nos costumes do antigo Portugal,— clamavam os Tres Estados do Reino —, *porque usos peregrinos são prejudiciaes. Tornai-lhe a guarda dos ginetes, tirai-lhe esta, que mais convem para El-Rei do Congo, que para Poderoso Rey de Portugal. Não se nomeiem diante dele Sumilheres, se assim lhe chamais; vista á Portuguesa com seu Camareiro-mór, coma á Portuguesa, cavalgue á Portuguesa, fale á Portuguesa, todos os seus actos sejam Portugueses, e com isto lhe fareis habito para que tenha grande amor ao Reyno e cousas dele.*»

Não se escutou inutilmente o apelo impressionante das Côrtes. No dia em que o Rei subiu ao trono, dirigiu-lhe D. Aleixo uma prática, que é ainda hoje para se meditar na educação dum príncipe. Como em resposta, D. Sebastião escrevia por seu proprio punho o celebre *Memorial*, donde arranco duas ou três passagens :—« *Terei Deus por fim de todas as minhas coisas e em todas me lembrarei dele .. Os meus embaixadores hão-de ir sempre vestidos á Portugueza... Serei pai dos pobres e dos que não teem quem faça por eles*».

Com tendencias tão assinaladas, el-rei D. Sebastião não é o epiléptico caracterizado, que no seu diagnóstico retrospectivo, — o que em bôa sciencia não é do mais admissivel—,o prof. Manuel Bento de Sousa pretendeu classificar. Saído talvez de hereditariedades enfermas, não negarei que D. Sebastião lhe não

Digitized by Google

padecesse as consequencias. Não ha, no entanto, direito para se entender o seu misticismo como sendo o indicio forte do desiquilibrio mental que se lhe atribúi. Não separemos D. Sebastião do ideal da sua epoca! Já conhecemos esse ideal. O Rei reflecte-o e incarna-o, lido e convivido nos exemplos da Antiguidade. Se atira para a Africa o seu impulso, de Camões ao mais humilde mesteiral, o país em peso o instiga e empurra. Oiçamos outra vez Manuel Bento de Sousa:—«E' que essa opinião era a de todos, não sofre duvida alguma. Basta vêr o impeto geral com que por esse tempo toda a população, desde o Cardeal D. Henrique até ao ultimo homem de oficio, concorre entusiasmadamente para a defeza de Mazagão com dadivas, armas e gente. Basta lembrar que nas côrtes de 1562 se insiste em não abandonar os logares da Africa, e se chega a propor — o abandono da India, «porque nada rende que com ela se não gaste», e se empreenda essa grande conquista da Africa «por mais conveniente para n'ella se estender o imperio lusitano».

Porque D. Sebastião deu forma ao desejo unanime da nacionalidade é que ficou para sempre o Rei-Desejado. Aponta-se a sua castidade como o selo evidente da degenerescencia que o roía. Mas, pelo amor de Deus, compenetremo-nos da psicologia do tempo! Nun'alvares condicionara a sua missão com a sua inteireza carnal. Compondo-se aos mesmos modelos, porque se elegera a si mesmo «Capitão de Christo»,

Digitized by Google

el-rei D. Sebastião não podia afastar-se das regras sagradas da Cavalaria que praticava e em que acreditava. Ninguem ignora o elogio que o temperamento psicopático mereceu a William James. «Ele possúi a intensidade, — essa inclinação tão essencial para o vigor moral pratico ; ele possúi o amor da metafisica e do misticismo que eleva a nossa atenção para alem dos limites do mundo sensivel.»

«Que ha então para estranhar, se semelhante temperamento é o mais adequado para nos introduzir em regiões de verdade religiosa, em recantos do universo que o sistema nervoso do tipo do filisteu robusto, todo orgulhoso do seu biceps e do seu torax e dando graças a Deus de não ter em si nada de morbido, não conseguirá nunca descobrir aos seus satisfeitos possuidores?» E o filósofo da universidade de Haward conclúi em termos categóricos :— «Se existe uma inspiração celeste, é necessario reconhecer que o temperamento nervoso constitúi um elemento capital para a sua receptividade.» Preço duma natureza superior, a anormalidade de D. Sebastião não o diminúi nas linhas excepcionais em que, adolescente de maravilha, a lenda lhe estilizou as feições. Não é outro o criterio, senão este da sua vocação a cumprir e da pureza que lhe devia guardar —, não é outro o criterio, repito, que nos permite apreciar com verdade el-rei D. Sebastião. Evitou por vezes o casamento pela razão que o Condestabre o evitara. Intacto é que ele se queria, como o lirio dos jardins de Dues ! Sa-

Digitized by Google

bemos bem o que os embaixadores estrangeiros mexericavam,—o que se mexericavam na Côrte. Quando, porem,da romaria a Nossa Senhora de Guadalupe, pensou a serio no seu casamento com a infanta D. Isabel. E num memorial a Filipe II, apropósito do anunciado enlace, o secretario de Estado Pedro de Alcaçova Carneiro receiava que o dilatassem «*por invento de cousas que o tempo ainda ha de mostrar, que serão, ou não serão...*»

Tal foi o rei que em 4 de agosto de 1578 se sumiu para sempre nos areais de Alcacer. Ao engolfar-se no mais duro da batalha, saiu-lhe da boca a formidavel palavra:—«*A liberdade real não se perde senão com a morte!*» Como mais tarde D. Miguel,I, como antes o principe D. Teodósio, el-rei D. Sebastião consubstanciou o que a alma da Raça tem de milhor e mais fundo no seu sub-consciente. Por isso, através dos seculo, ele ficou reinando —, e não ha poder nenhum que o destrone! —, na bôa e infortunada terra de Portugal.

A *Monarquia do Encoberto* é, estruturalmente, a energia de milagre que ainda hoje aguenta de pé a patria desventurosa. Nascida dos reservatorios líricos do nosso ethos, dispõe de invencivel força social que Georges Sorel entreviu nos mitos. Oliveira Martins chamou ao sebastianismo a «prova postuma da nacionalidade». Chamemos-lhe nós à sua mais bela afirmação de viver. Pois que é essa crença exasperada e ingenua senão a resistencia dum povo que acre-

Digitized by Google

dita em si com firmeza, e que renasce tantas vezes do sepulcro quantas o tentam atirar para dentro dele ? Instinto soberbo de vitalidade, cumpre-nos a nós, — os de hoje, darmos-lhe definição e consciencia. Só pelo regresso da nossa razão ás normas saidas do passado corresponderemos á voz que cresce das nossas veias e já encontra eco na nossa inteligencia. Perdeu-se o scetro dum rei vai em tres séculos e meio na confusão sangrenta duma batalha. Quem será o chefe que da confusão sangrenta em que nos debatemos levantará nas suas mãos gloriosas o sceptro perdido ha trezentos anos ?

Digitized by Google

TEORIA DA NOBREZA

Digitized by Google

Digitized by Google

Teoria da Nobreza

Nunca é de mais repetir-se que a base da sociedade é a familia,— e não o indivíduo. O êrro revolucionario, desprezando essa razão natural, levou-nos assim ao desmentido das regras eternas que condicionam a existência dos povos. E' de famílias que os municípios se compõem ; é de municípios que as provincias se formam, dando logar, por sua vez, à formação das pátrias. D'ai a fórmula lúcida de Le Play: — ao município o que é do município, à província o que é da província, ao Estado o que é da Nação. Se no município, como elemento dirigente, interveem os chefes de família e se a Realeza ao alto não é mais que o desdobramento da autoridade paterna tornada orgão colectivo duma família constituída de muitas familias, que fôrça representativa procuramos nós para a província no seu duplo aspecto moral e social? Impõe-se-nos, sem dúvida, uma selecção de valores qne, aos acasos funestos do arrivismo, substitua a segu-

Digitized by Google

rança no desenvolvimento do mérito pessoal e a sua conseqüente subordinação ao equilíbrio permanente da colectividade. E' o problema da Nobreza que nos aparece, suscitado não só como um meio legitimo de estimular a ascenção familiar, mas ainda como o único processo de se resolverem com eficácia algumas das preocupações mais graves da época presente.

Liga-se à solução do problema da Nobreza a solução de outros problemas, como o da volta à terra, de hora para hora mais imperioso com o excessivo urbanismo que tudo devora e que não termina nunca. Vêem de seguida a defesa da propriedade contra a concentração capitalista, a fixação das populações ao solo com autoridades sociais que as morigerem e norteiem, e, dentro de certos limites,uma atenuação sensivel nas crises do trabalho e nas crises da assistência. Constitúi-se ao mesmo tempo um viveiro de competências e de caracteres em que o Estado recruta, ponderados os devidos critérios da conveniência e do merecimento, os mais úteis e os mais infatigáveis dos seus servidores. Consagra-se dêste modo a capacidade superior de quantos honram o seu país, honrando-se a si próprios. E com êles se origina uma classe, aberta para a entrada e para a saída. Eis duma maneira geral o que vem a ser a teoria da Natureza.

* * *

Numa pátria derrancada até ao mais fundo do seu sêr pelas ideologias liberalistas, falar-lhe em Nobreza é falar-se em Privilégio,—é falar-se qùasi em Ba-

Digitized by Google

raço·e Cutelo. Ha gente que se preza de culta que acredita sériamente que, se não fôsse a Revolução Francesa, quem não nascesse em berço armoriado nascia para ser pouca coisa nas scenas cá dêste mundo, — tivesse as virtudes que tivesse! Costuma se trazer o feudalismo até aos fins do século XVIII, — às vésperas da declaração dos Imortais Princípios. Os nobres, metidos nos seus castelos, vivendo duramente do suor do povo, e o povo arrastando uma vida de bêsta de carga, debaixo do azorrague dos senhores que o exploravam, — tal é a visão simplista da história que em geral se professa. Deriva d'aqui um equívoco lamentável de idéas, que é bem a prova da calúnia sistemática em que durante mais de cem anos a mentalidade jacobina se extenuou a ennegrecer o Passado. Nós somos hoje as vítimas dêsse estado de espírito sectário que roubou à nossa inteligência todas as certezas morais e afectivas, das quais resultava para Portugal a posse duma verdadeira consciência nacional.

Penetrados da metafísica revolucionária, os conservadores portuguêses acham-se, como conservadores, absolutamente impossibilitados de vencer. Ignoram o corpo doutrinário que lhes cumpria defender por dever e por índole. E não dispõem, por outro lado, do prestígio arrebatador dum sentimento que, como a utopia igualitária, lhes dê multidão para o combate, — gente que se sacrifique com frenesim e com frenesim insista pelo triunfo. Ha uma *mística* republi·

Digitized by Google

cana. Mas não ha uma *mística* reaccionária. Os nossos monárquicos organizam-se, — se se organizam! -, não como *convicção*, mas como *partido*. Falta-lhes a escola da violência. E com a violência falta-lhes o que é tudo: — a finalidade.

Por isso nós, os integralistas, partilhamos da opinião do marquês de la Tour du Pin. Não somos *conservadores*, — dada a passividade que a palavra ordinàriamente traduz. Somos antes *renovadores*, com a energia e a agressividade de que as renovações se acompanham sempre. O nosso movimento é fundamentalmente um movimento de guerra. Destina-se a conquistar,—e nunca a captar. Não nos importa, pois, que na exposição dos pontos de vista que preconizamos se encontrem aspectos que irritem a comodidade inerte dos que em aspirações moram conosco paredes-meias. E' êste o caso da Nobreza, reputada como um arcaísmo estéril em que só se comprazem vaidades espectaculosas. A culpa foi do Constitucionalismo que reduziu a Nobreza a um puro incidente decorativo, volvendo-a numa fonte de receita pingue para a Fazenda. «*Foge, cão, que te fazem barão!*» — chacoteava se à volta de 1840. «*Mas para onde, se me fazem visconde?!*» E nas cadeiras da governança o *cache-nez* célebre do duque de Àvila e Bolama ia esgotando os recursos do Estado em matéria de heráldica.

Deixou se ao poder executivo a concessão e a fiscalização dos títulos. Premiaram-se assim eleições,

Digitized by Google

mercadejaram-se assim honrarias. De que valiam, no entanto, essas mercês, se a elas não correspondia a realidade duma classe com a sua moral e os seus compromissos ? Com a adulteração progressiva da Nobreza, os grandes nomes declinaram, —declinaram ae grandes casas. E' uma verdade que hoje verificamos com lástima profunda ! A Nobreza, como autoridade social, não a possuimos. Ha *titulares*, mas não ha *nobres*. Ora, sem autoridades sociais, não é possível transformar a circunstância política duma restauração no princípio fecundo do ressurgimento de Portugal.

Se abertamente pugnamos pela reconstituìção da nobreza nacional, como factor imprescindível para a reorganização do nosso país, é porque de ha muito reconhecemos ser a Nobreza um facto inerente à natureza do homem. Posta a familia como base da sociedade, não existe familia nenhuma que, desenvolvida normalmente, não atinja êsse grau de luzimento e de distinção que se exprime por *nobreza*. O primeiro impulso duma família recente é libertar-se do trabalho salariado. Atingida a suficiência económica bastante para lh'o permitir, esforça-se logo por cimentar um pequeno património, em que assente os alicerces da abastança ambicionada. Seguindo um squema invariável, a família transita por meio da fortuna média do plebeísmo para a burguesia. A ascen ção acentua-se, criando se com o desafôgo dos bens outros habitos, outras necessidades, A família avança devagar, mas avança com segurança, alargando o seu

Digitized by Google

mundo, seleccionando-se, fixando-se. O desejo que a conduz é sempre o desejo crescente de adquirir.

Adquire a riqueza e imediatamente lhe vem a ansia de alcançar um nome e de o doirar em seguida. Os casamentos, o exercício de certos cargos, quando não fosse um acto superior de vontade, de inteligência ou de sacrifício, — tais os muitos caminhos por onde se ingressava na Nobreza. Foi ontem assim. Se-lo á também àmanhã, se a sociedade, anarquizada até aos seus fundamentos, vier a recuperar o sentido perdido das grandes verdades tradicionais.

Enganam-se os que proclamam a Nobreza uma casta. A Nobreza não é fechada, existe nela um duplo jôgo de assimilação e de eliminação. Eis a diferença que o marquês de La Tour du Pin estabelece entre o organismo vivo duma classe social e o mecanismo inerte duma casta. E' uma caracteristica que concorre tambêm na Nobreza. Oiçamos um espírito interessante do nosso tempo, ainda que bem pouco inclinado à maior parte das nossas conclusões. «Quando nas camadas pobres se nos deparam indivíduos bem equilibrados, sóbrios, inteligentes e trabalhadores, é preciso que não tenham nenhuma sorte, ou que se encontrem num meio absolutamente desfavorável para continuarem pobres toda a sua vida,» — escreve Vacher de Lapouge no seu curioso livro *Race et milieu sociale.* (1) Infiltram-se pouco a pouco no pequeno patronato, — prossegue escrevendo —, ou então me-

(1) Paris, Marcel Riviére, 1919.

Digitized by Google

tem-se de muito novos no comércio, chegando os filhos, e algumas vezes êles próprios, a situações invejáveis. Assim se elevou a classe dos artífices urbanos, anteriores ao maquinismo contemporâneo, que aos operários de outrora, já possuidores dum certo nível mental, substituiu os mecânicos de hoje, recrutáveis mesmo entre os deserdados da inteligência. Os netos dos sapateiros, dos pedreiros e dos carpinteiros do século XVIII formam as nove décimas partes da burguesia actual.»

Essa lenta operação, através da qual as famílias ascendiam do mais espêsso anonimato à abundância menos preocupada, Vacher de Lapouge, tomando uma expressão feliz a Dumont, a designa por *capilaridade social*. Ha dêste modo para Vacher de Lapouge uma tiragem permanente de quantos elementos se encontram na massa informe do povo por si próprios dignos de superiorização. «Em todas as épocas — afirma Vacher de Lapouge —, o acesso das camadas elevadas foi aberto às classes pobres, até aos escravos e aos servos pela porta da alforria, e é o que parece ter sucedido em toda a Europa.» Só na hipótese duma casta conquistadora, sobrepondo-se a uma raça subjugada, é que se admitirá uma nobreza fechada, ainda assim vencida depressa na sua impermeabilidade pelas exigências duras da renovação. E' como pensa Vacher de Lapouge ao acrescentar significativamente que «para uma família pobre do tempo dos Gauleses ter continuado sempre pobre até aos nossos dias atra-

Digitized by Google

vés de sessenta gerações, é preciso que a fortuna lhe haja passado perto sem lhe atirar um favor, ou que êste favor haja caído nas mãos dum homem incapaz de o fazer frutificar». As observações de Vacher de Lapouge conduzem-no á condenação irremediável da miragem democrática pela inferioridade reconhecida das classes pobres. «Elas não são sòmente enfraquecidas sem cessar pelo jôgo da capilariedade social, que as priva dos seus melhores elementos, mas pela perversão dos seus próprios degenerados, como são tambem o receptáculo de todos os degenerados das classes ricas, de todos os dejectos que tombam das escalas mais crescidas da sociedade.»

Vacher de Lapouge apoia-se em dados estatísticos para assegurar a sua opinião. Começa por acentuar que a «classe operária emprega em se aniquilar a maior parte do acréscimo dos seus salários, porque a sífilis e o alcoolismo espalham-se hoje progressivamente naqueles meios onde a falta de recursos pecuniários limitava outrora «*l'usage du cabaret et des promeneuses du trotoir*». Encosta-se Vacher de Lapouge de seguida ao livro notável *Les classes pauvres*, de Alfredo Niceforo, cujas origens socialistas tamanha modificação haviam de sofrer! Niceforo constata por verificações experimentais que, em relação às classes elevadas, «as classes pobres apresentam uma proporção centesimal abundantissima em caracteres de degenerescência, um menor desenvolvimento físico e ainda uma mentalidade baixissima» «Estas con-

Digitized by Google

clusões,—comenta Vacher de Lapouge — surpreenderam bastante gente, porque, quer por cegueira ou por desprezo da realidade, quer com fim idêntico ao de Tácito quando elogiava os germanos para incitar Roma a suster-se na carreira da decadência, os filósofos do século XVIII, com uma eloqüência que ainda hoje nos domina, descreveram-nos as classes superiores como degeneradas, e as classes inferiores como sàdias e fortes, robustas de corpo e de espírito, verdadeira reserva da grandeza futura.»

Mas, como vimos, a história da formação das classes pobres ensina-nos que só se manteem os seus elementos improgressivos, engrossados pelo rebotalho patológico que cái de cima. O aumento dos salários reflecte-se logo no aumento do número de tabernas e "a curva do consumo do alcool acompanha exactamente a dos salários ha meio século para cá». Juntas as razões apontadas, nós não nos podemos abandonar em verdade às utopias dos filantropos do século XVIII sôbre a bondade e a virtude do homem do povo. D'aí a visão pessimista de Vacher de Lapouge. «As classes mais bem dotadas são pouco fecundas, — reflexiona êle. As famílias que ocupam o alto da escala social terminam naturalmente na degenerescência. Os seus degenerados e os da classe rural fundem-se na classe pobre. A miséria é já de si um factor de degenerescência. A posterioridade dos degenerados, mesmo quando aliados a famílias sãs, é ferida de degenerescência por uma hereditariedade quasi

Digitized by Google

inevitavél. Os bons elementos das classes pobres não permanecem nelas, elevando-se como se elevam pelo recrutamento das classes superiores. Concluâmos Se não nos decidimos bem depressa a praticar a selecção sistemática, o futuro da raça está em perigo e o movimento democrático que tende a transferir toda a importância social para as classes pobres e degeneradas, é um verdadeiro suicídio da humanidade.»

Vacher de Lapouge, um dos chefes mais subidos da escola antroposociológica, excede-se no seu pessimismo implacavel de scientista. Nem tudo é degenerescência, nem tudo é negação! No entanto, como reconhecimento da ascensão incessante das famílias para uma média de caracteres superiores, sem a qual não ha *nobreza*, é de pêso incontestável o seu autorizado testemunho. Com êle se dissipa a idéa corrente da Nobreza como casta e toma maior relevo a sua compreensão como classe. Pelo que fica dito, a Nobreza corresponde, pois, a um facto inerente à própria natureza do homem. Ocorre-me agora, para reforçar a minha tése, uma passagem notável de Renan no *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*. Falando dos seus, assim discorre o mais scético de todos os scéticos: — "*Là était le centre du clan des Renans, bonnes gens venues du Cardigan, sous la conduite de Fragan, vers l'ans 480. Ils vécurent là treize cents ans d'une vie obscure, faisant d'économies de pensées et de sensations dont le capital accummulé m'est échu. Je sens que je pense*

Digitized by Google

pour eux et qu'ils vivent em moi.» E' em fórma literária, e com uma antecipação impressionante, o ponto de vista sustentado por Vacher de Lapouge.

De modo que no desenvolvimento duma família verificam-se três estadios fundamentais. O primeiro é o da constituição da família sujeita ainda ao trabalho salariado,— como já acentuámos. Temos assim o *plebeismo.* Segue-se-lhe a conquista do desafôgo económico, em que o dinheiro constitúi o objectivo principal. Eis a *burguesia.* Vem depois a *nobreza,* com a acquisição da notariedade e as responsabilidades conseqüentes dum nome criado. Pregunta-se: — mas, sendo assim para com o passado, sucederá que hoje em dia a Nobreza seja uma necessidade com a transformação profunda dos tempos e dos costumes? E' o aspecto central da questão e por melindroso que pareça, o que mais de pronto se resolve.

Reconhece-se como natural nos individuos a aspiração de subir. Se nos colocamos dentro do mero interesse pessoal, é pelo arrivismo que teremos de optar, porque, sendo a vida curta, a vida será para aqueles que mais depressa chegarem ao destino que se procuram. E' lógico êste criterio fóra de toda a moral e em face das doutrinas revolucionárias, que consideram o indivíduo com o princípio e fim da sociedade. Mas para o sociólogo e para o tradicionalista o individuo vale apenas pelo grupo a que pertence. Se o esfôrço dêsse indivíduo se sobrepõe à órbita que o conforma, torna-se logo num valôr centrífugo, numa

Digitized by Google

quantidade errante, que não deixa atrás de si nada de duradoiro e que as mais das vezes se volve num forte motivo de perturbação. Foi essa a pior das desordens introduzida pelo vento atrabiliário dos Direitos-do-Homem. E' que o esfôrço do indivíduo, para aproveitar à colectividade, precisa de incidir não só sôbre o individuo que o realiza, mas também sôbre a família ou sôbre a profissão em que o mesmo individuo se enquadra. Assim o praticou a sociedade antiga, cheia do instinto das grandes verdades tradicionais, antes que a aluíssem até á base os falsos dogmas de 89. De então para cá é um desfazer constante de teia, não havendo família que dure, por muito alto que algum dos seus membros tenha ascensionado. Ora uma família nobre é, na clara percepção de Paul Bourget, uma família que *dura*. Antigamente, pelas leis da *capilariedade social*, todas as famílias chegavam àquela fase definitiva em virtude da qual ficavam durando. Lá dizia o velho estribrilho francês:

«De charron soldat,
De soldat gentilhomme,
Et puis marquis,
Si la fortune en dit.»

E' que a acção do indivíduo exercia-se pela família, elevando-a consigo debaixo da preocupação unânime da *honra*. O novo nobre não punha em si a finalidade da sua aspiração. Sacrificava-se por essa aspiração, — morria por ela, para que a sua família *durasse*, conservada pelo nome que lhe tinha legado.

Digitized by Google

Não nos esqueçâmos de que a sociedade antiga operava mais com as realidades de que a sociedade do nosso tempo, tão absorvida nos seus utilitarismos rendosos. Como os indivíduos só contavam pela família que os representasse, o engrandecimento individuo pautava-se pelo engrandecimento familiar. O individuo e a familia coïncidiam-se numa reciprocidade admirável. Havia bem na transmissão do sangue a solidariedade dos vivos com os mortos de preceito ïluminado de Auguste Comte. Era tamanha essa solidariedade que quem tivesse servido o Estado nas armas ou nas letras, — magnifica hereditariedade moral! —, podia comunicar os seus serviços por testamento ou por doação. Requeria-se a recompensa mediante um processo de habilitação. A recompensa vinha numa pensão, num ofício, numa mercê, desde que a prova estivesse feita e conforme fôssem as circunstâncias do peticionário. Na Torre de Tombo guarda-se um número infinito de processos de semelhante natureza. Consultá-los ao acaso, num passar rápido de fôlhas, é entrever a forte constituição da família portuguesa, que, firmada em tão sólidos vínculos morais, conseguiu resistir ao golpe fundo que o Constitucionalismo lhe atirou quando introduziu entre nós o sistema sucessorial do Código-Napoleão.

Tocqueville confessava um dia que começara o estudo da antiga sociedade, cheio de preconceitos contra ela, para o acabar possuído do mais entranhado respeito. Sucede o mesmo em Portugal com o senti-

Digitized by Google

do que temos do Passado. Não se conhece a história da família portuguesa nem das instituições locais que se desenvolveram à sua sombra. Ha assim uma manifesto desprezo pelos graves assuntos sociais que o problema de Nobreza envolve consigo. Como Tocqueville, também partilhámos da opinião liberalista dum século inteiro de equívocos e de difamações. Como Tocqueville, também concluíremos nas homenagens devidas ao espírito construtivo das gerações que nos precederam. Porque a sociedade antiga baseava-se no conceito da *honra* para a descriminação dos seus valores. O conceito da *honra* era o seu critério de competencia. Servir o Estado, — a coisa pública (*res publica*), como então se dizia, importava desinteresse e abnegação. Viver à *lei da Nobreza* equivalia a viver desinteressadamente da sua própria fazenda, a ser-se «limpo de mãos». E' que a «honra» excluía o «proveito». Eis a razão tão increpada, mas afinal tão compreensível, por que o nobre não podia negociar! Não nos esqueçâmos de que a Nobreza *servia*. Servia cargos que, sem outra remuneração que a da *honra*, constituíam dêste modo um custoso apanágio. (1) «*Nobreza obriga*», — ainda agora se exclama. Na mesma ordem de idéas, é bem elucidativo o trecho que passo a trasladar do livro

1 *Parcourez la généalogie quelconque d'une famille noble de race, et, à presque chaque génération, vous êtes assuré d'y lire cette mention concernand l'un de ses membres : mort ou blessé en service du Roi.* Baron André de Maricourt, *Foch*, pags. xv.

Digitized by Google

Privilégios da Nobreza, e fidalguia de Portugal dado à estampa em 1806 por Luís da Silva Pereira Oliveira, cavaleiro professo na Ordem de Christo e corregedor da comarca de Miranda do Douro. "Pois quantas vezes vê o homem Nobre vir a bala, — escreve o nosso corregedor —, e não se abaixa só porque julga ser deshonra desviar-se de que ela o passe de parte a parte! Quantas vezes sahe elle em quartos das mãos de seus inimigos só por não sofrer a deshonra de fugir! Quantas vezes antepõe elle a vontade alheia ao gosto proprio, só por não comprometeter a sua honra! Quantas vezes, emfim, desperdiça elle os bens e a saude por umas meras etiquetas e pontos de honra! Não he portanto sem razão o dizer-se que quanto quizermos ter de nobres e de honrados, tanto teremos de martyrisados."

E' inato e legítimo em toda a criatura o desejo de passar duma situação inferior para outra mais graduada, isto é, — transitar de classe. Ordenando essa ambição instintiva, a Nobreza tornava-a um facto impulsionador da sociedade e obtinha-se por ela a *selecção dos melhores*. Vieram os mandamentos revolucionários com os seus igualitarismos frenéticos. Aboliu-se a Nobreza, baseada no privilégio e na excepção, conforme salivava a fúria oratória dos declamadores. Mas triunfou, porventura, a democracia? A democracia pura, — o govêrno do povo pelo povo, em nenhuma parte o vimos aînda subir ao Capitólio. *Le peuple est roi*,—observa Clémenceau um dos mais

Digitized by Google

ortodoxos na matéria. *Il règne. Mais il ne gouverne pas. Il a, comme les dieux d'Homère, la fumée des hécatombes.*»

Deslocada a origem da autoridade para o seio das multidões, o poder entrou a exercer-se por delegacia. Em vez da nobreza, como classe social, invertidos todos os valores morais e mentais, deram em aparecer as clientelas e os partidos com o seu interminável cortejo de sicofantas e de aventureiros. Taine chamou à Revolução-Francesa, com um laconismo tão sangrento como verdadeiro, «uma simples translação de propriedade.» Os bens nacionais, vendidos por baixo preço e arrancados por meio da violência aos seus legítimos possuìdores, enriqueceram a canalha dos delírios macabros do Terror, abrindo as portas de entrada à moderna plutocracia. Por outro lado, a extinção do regimen corporativo da Produção iniciou com as funestas conseqùências que hoje padecemos o predomínio desaforado do Capital sôbre o Trabalho. A Nobreza, derivada da lei humaníssima do sangue, apoiava-se na terra e cumpria com brio as funções sociais da propriedade. A guerra da Vendéa motivou-se mais na dedicação dos camponeses aos nobres do que propriamente no seu lealismo pelo rei ausente e desconhecido. «*Possesseurs*, — elucida o visconde Georges d'Avenel referindo-se aos nobres, senhores de vasto domínios —, *ils ne l'étaient que bien imparfaitement des prairies, pendant quatre mois — de mars à fin de juin — chaque année;*

Digitized by Google

ils n'étaient que nominalement de vastes terrains soumis à la pâture banale et de superficies grevées, moyennant quelques sous, d'"usages", innombrables pour chauffage, pacage, charpentes, meubles et utensiles de toute sorte, em profit des paroisses riveraines." No marquês de la Tour du Pin nós encontramos o éco dessa responsabilidade da Natureza quando o grande sociólogo tradicionalista nos conta a palavra que um dia ouviu da bôca de seu pai: — "*Mon père, en me préparant à lui succeder dans le bien de famille, la* terra avita, *où je finis mes jours, m'a laissée cette leçon: "Rapelle-toi que tu ne seras devant Dieu que l'administrateur de cette terre pour ses habitantes.*" A Revolução, individualizando a propriedade, libertou-a de semelhantes encargos. D'onde o escrever ainda Georges d'Avenel: — "*Il se produisit ainsi un phénomène qui semble un paradoxe, mais qui fut un fait positive: pour certains patrimoines nobles, l'abolition du régime féodal fut un bienfait et ils se trouvérent grandement accrus par la Révolution.*"

Eis como a democracia, no seu feliz advento, engendrava logo uma pequena oligarquia de *parvenus* enriquecidos, desapossando as populações rurais de benefícios tantas vezes seculares. Nas cidades o mal iria a pior com a dissolução das corporações de Artes-e-Ofícios, que deixava o artífice abandonado às contigências caprichosas da concorrência. O barão da Finança assomava no limiar da história contemporâ-

Digitized by Google

nea. A' nobreza da terra e do sangue substituiam-se as potências do oiro e da especulação. A selecção agora operava-se às avessas. Dantes a Nobreza corrigia a influência das fortunas na sociedade, submetendo as pela nobilitação ao interesse supremo do todo. Desembaraçado de quaisquer disciplinas que o limitassem e contivessem, o argentário campou como maioral omnipotente a que tudo se inclinava, — homens e coisas.

Foi êste o resultado colhido pelas prégações revolucionárias. Surgiu do inesperado uma multidão de amigos-de-povo e de «*brasseurs-de-affaires*», cuja fome de sete anos ficará para sempre lendária. «*La démocratie, c'est l'envie*». E Proudhon, classificando dêste modo a panacéa da igualdade política, marcou-a com um ferro em braza ao chamar lhe «patriciado da mediocridade».

No abaixamento dos caracteres, só o apetite do mando e do oiro cresceu insaciávelmente. A tanto nos levava a concepção materialista da sociedade, saída dos "Direitos-do-Homem", com o indivíduo por princípio e fim de si mesmo. Desprezaram-se as fôrças espirituais que são o segrêdo fecundo da boa saúde colectiva. No seu furor de negação, deitadas abaixo todas as chamadas "diferenças sociais", apenas ficou de pé a conquista da Riqueza, mais sôfrega, mais desabalada do que nunca. A velha Nobreza, de formação christã, firmada na propriedade e na familia, — dois factos naturais e eternos —, desapareci

a

Digitized by Google

da scena do mundo, acoçada violentamente pela aristocracia do dinheiro. Escutemos Vacher de Lapouge: — "E' um facto histórico o facto de toda a aristocracia ter começado pela riqueza, mas esta riqueza adquiria-se pelo talento político, pelas virtudes guerreiras e pela autoridade moral. A nobreza feudal tinha por base a posse da terra, mas a posse da terra supunha originàriamente um certo valor pessoal, um mérito qualquer que colocava fóra do comum o fundador da família. A nossa aristocracia do dinheiro não se parece em nada com a antiga: — para adquirir fortuna o acaso é o grande auxiliar e as qualidades necessárias para isso não se contam entre as mais elevadas. Ela não dispõe de merecimentos e difere assim pelo seu princípio das aristocracias que a precederam".

E Vacher de Lapouge continúa com uma visão penetrantíssima e um penetrantíssimo poder de destrinça: — "A maior parte das causas que fazem entrar um homem na classe rica são mais ou menos fortuitas: sucessão, casamentos vantajosos, loterias, subida de valores comprados por palpites felizes, valorização de mercadorias por acidentes atmosféricos ou económicos, construção de linhas férreas, abertura de bairros, descoberta de minas, etc. Estas diversas circunstâncias favorecem desigualmente os indivíduos com mérito e os indivíduos sem êle: é a selecção do acaso." A plutocracia representa assim, por via de regra, um agente de perturbação e de iniqüidade.

Digitized by Google

Dantes as desigualdades sociais, derivadas da Nobreza e com motivo na honra e no merecimento, não provocavam a hostilidade das camadas pobres, porque elas instintivamente reconheciam o direito da superioridade moral ou mental a uma situação de destaque. As camadas pobres encontravam na Nobreza, como é conveniente não esquecer nunca, a sua natural representação. Escrevendo acêrca da Nobreza, o grande Bonald lembrava a palavra do Evangelista: — "*Que aquele que quer estar acima dos outros, seja apenas o seu servidor.*» Era o que praticava a Nobreza, cuja lei fundamental foi sempre o mais fundamental desinteresse. Voltou-se, porêm, a direção do mundo com as teorias enfáticas da Liberdade e da Fraternidade. Como a ascensão dos indivíduos se não faz já por familias, mas em relação a cada um de per si, quando o arrivismo, estatuído em norma de conduta pública, não produz tragédias como a que Paul Bourget analiza no seu romance *L'étape*, cria, pelo menos, o ódio do inferior para com o superior, visto a superioridade agora assentar na riqueza e a riqueza não vir do mérito, mas sim da sorte ou das contingencias da vida. Daí o estado de guerra latente em que a sociedade se diminúi e enfraquece. A êste, outros factores não menos nefastos se aliam. "O regimen plutocrático tem, pois, o grave inconveniente de colocar bem em evidência, e como exemplo para o resto da Nação, um certo número de indivíduos possuidores dum poder imenso e desprovidos totalmente

Digitized by Google

de mérito», — prossegue Vacher de Lapouge na sua implacável observação. Se eu digo indivíduos, é com ntenção. A aristocracia do dinheiro é uma aristocracia quasi pessoal. A' segunda, à terceira geração, a fortuna pulveriza-se nas mãos dum rebento incapaz de a utilizar com inteligência e mesmo de a conservar: êle esbanja em cavalos e em mulheres o capital amontoado pelo fundador da sua dinastia. Então a família desaparece, — ou se extingue, ou regressa à plebe, donde nunca devêra ter saído. E' um fenómeno raro vêr brotar destas famílias ricas de aventureiros homens de talento que ennobreçam a fortuna adquirida por baixos meios ou por circunstâncias do acaso.»

Tais são as galantes consequências da Democracia! Declarando todos os cidadãos iguais perante a lei, — excepção feita a seus talentos e virtudes —, se aboliu a hereditariedade moral e social, deixou ficar intacta a hereditariedade económica. Se desapareceram assim as desigualdades que estimulavam o verdadeiro valor, com o ingresso da plutocracia robusteceram-se precisamente aquelas que o entravam e o aprisionam. "Outrora,— pondera De Lamarzelle —, não havia necessidade senão duma pequena quantia para alguem se estabelecer, para adquirir os meios precisos para o exercício duma profissão comercial ou industrial, para se tornar independente. Hoje já não sucede o mesmo, porque o capital subalternizou uma infinidade de pessoas que antigamente seriam autónomas.» O pro-

Digitized by Google

blema da ascensão social põe-se desta fórma, em tempos de igualdade política, unicamente a favor dos privilegiados da fortuna. «Se eu sou professor na Sorbonne, — sorrie-se a ironia velada de Émile Faguet —, não é às minhas virtudes que eu o devo, nem aos meus talentos. Sou-o, porque meu pai me fez educar com cuidado à custa do seu dinheiro, embora não tivesse muito. Mas a diferença é mil vezes maior entre o homem que tem pouco dinheiro e o homem que não tem nada, de que entre o homem que tem pouco dinheiro e o milionário.» Por outro lado, não nos passe da memória a espirituosa frase daquele jornalista francês: — «*Aujourd'hui, pour être décoré, une seule condition est exigée, mais indispensable, il faut être du monde où l'on décore.*»

E' o que acontece realmente nas altas esferas da Democracia. Conhece-se a adorável sátira que é o livro de Robert de Jouvenel, — *La rèpublique des camarades.* As oligarquias politicas e as oligarquias financeiras cerram-se com um exclusivismo áspero de casta. Eternizaram-se já os deliciosos *fils-à-papá* das eras democráticas que estão correndo para edificação futura das gentes. E' significativo o depoimento de Chailley-Bert no seu *Enquête sur l'enseignement secondaire.* Vái em francês para se lhe não prejudicar o sabor. Diz Chailley-Bert: — «*Tous ces beaux fils qui auparavant refusaient d'entrer dans la carrière paternelle du commerce, de l'industrie ou de la banque et qui par suite laissaient la porte ou-*

Digitized by Google

verte aux fils de la democratie élèves de notre enseignement secondaire ou supérieur, tout ceux-là sont aujourd'hui, et par la force des circonstances et par leurs préférences mêmes, inclinés à continuer l'œuvre paternelle, à succéder à leur père. Par suite, le commerce, l'industrie, la haute banque, se recrutent désormais, pour ainsi dire, parmi les propres membres : il faut être le fils, le neveu, le filleul ou l'ami d'un homme dans les grandes affaires pour pouvoir y entrer soi-même avec l'espoir d'arriver à s'y faire un situation, et il à peu près impossible à un jeune homme d'un autre milieu, á un fils de professeur, de fonctionnaire, a moins de circonstances exceptionelles, de se dire : «Je vais entrer dans le commerce par la grande porte, je vais faire partie du grand état-major commercial.»

A nova ordem de factos pretende estabilizar-se recorrendo quasi aos processos da hereditariedade nobiliárquica. Mas como repousa na noção única do interesse individual, não atingirá nunca a força e o prestígio de que se revestiam as velhas autoridades sociais. Eu quereria que se atentasse um pouco na meditação de tão singular fenómeno. Só pelo dinheiro actualmente se sobe e domina, sendo excepção raríssima a coincidência do dinheiro com o merecimento. As classes pobres que pelas leis da capilariedade tão alto ascendiam antigamente, são hoje esmagadas nas tenazes duras do mais duro exclusivismo económico. «Outrora, — é ainda De Lamarzelle quem fala,—,

Digitized by Google

grande número daqueles que não disfrutavam os benefícios da propriedade individual, tinham pelo menos á sua disposição a propriedade colectiva: — faziam parte duma comunidade proprietária. A Revolução destruiu o domínio corporativo, impedindo a sua reconstituição. Por meio dêste facto, retirou à maioria a possibilidade de se tornar proprietária: — de maneira que, se o não criou, facilitou e desenvolveu largamente o proletariado.»

Se a Nobreza era uma profissão, — a profissão de servir o Estado —, a Profissão era, por seu turno, uma espécie de nobreza. O artífice antigo via-se rodeado de isenções e de foros que o tornavam uma realidade digna de pêso e de conta. Recordemo-nos, em relação a Portugal, da Casa dos Vinte e Quatro e do «muito honrado» Juiz-do Povo, falando claro aos Reis e sendo recebido em palácio entre brandões acesos. D. João IV admitira a ler no Desembargo do Paço, com dispensa da mecânica de seus pais e avós, os filhos bacharelados de pessoas que houvessem servido nos vinte e quatro ofícios da cidade de Lisboa. A procissão do «Corpo-de-Deus» constituía a grande festa dos nossos mesteirais, que fôram sempre a coluna forte da monarquia tradicional. Enleados na oratória salivosa dos tribunos, os operários contemporâneos desviam-se do amor da profissão para o bêco sem saída das agitações políticas. Não passam de carne para a barricada e de degrau ingénuo para os exploradores da credulidade alheia. Não se lhes fechava em outros tem-

Digitized by Google

pos a Nobreza. Occorre-me à lembrança o caso do arcebispo Cenáculo. D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas tivera por pai um serralheiro. Não lhe proìbiu essa deficiência de origem que brilhasse pelo seu talento e que alcançasse as maiores dignidades eclesiásticas. Como a elevação do indivíduo se efectuava pela elevação da família, logo suas sobrinhas se viram contempladas com a mercê do fôro de fidalgo-cavaleiro para quem casasse com elas, «sendo capaz da referida graça».

Preocupada apenas com os sucessos materiais, a nossa época não se demora a reflectir sobre verdades tão fundas como esta! Mas se o oiro é quem governa e na demanda do oiro, segundo velocino, as ambições gerais unânimemente se congregam, como premiar a capacidade traduzida na inteligencia, e o heroismo que se exprime no sacrifício da própria vida? Ora é aqui que a razão central da Nobreza nos surge com o mais irreductível dos vigores. Se a fortuna se herda, porque é que o mérito e a honra se não hão-de herdar, com as mesmas vantagens sociais de que a fortuna se acompanha? Se a fortuna concede facilidades de acesso e de triunfo, porque é que um nome por si só não ha-de valer socialmente, pelo menos tanto? Oiçamos Blanc de Saint-Bonnet a êste respeito: — «Quando se fala do mérito, grita-se imediatamente:—o mérito, sim; *mas o mérito pessoal*... Isto não é, porém, assim. O sábio ou o magistrado, que teriam consumido a sua existencia no estudo, o

Digitized by Google

militar que houvesse dado a vida na guerra, veriam então os seus filhos caídos na pobreza ao lado daqueles cujos pais teriam levado os seus dias a angariar fortuna? Nêste caso «*l'épicier du coin*»,—como se diz em França—, o mais pernicioso dos agiotas andaria com juizo, porque, enquanto seus filhos levantavam a cabeça, os filhos do militar e do magistrado iriam esconder-se na última das obscuridades.» E Blanc de Saint-Bonnet insiste com energia: — «Se não quereis que o mérito e a honra sejam uma herança, que fortuna o não seja também: destruí toda a hereditariedade! Porque senão, dáis a preferência ao homem cúpido sôbre o homem que se dedica ao Estado, aos seus semelhantes ou a Deus. Evidentemente que quebrais a segunda coluna da civilização e secais assim num povo a fonte dos homens superiores.»

A questão acha-se nitidamente formulada. Desconhecendo a Nobreza, a filosofia revolucionária gerou as oligarquias financeiras. A' selecção lenta e segura, obrigada pela capilariedade social, sucedeu a selecção do acaso, dando a primazia aos menos idóneos, aos menos dignos. Daí a definação exactíssima de Paul Bourget quando assevera que o valor do individuo está na razão inversa do individualismo professado pelas leis e pelos costumes. Sofremos uma estiagem de personalidades, — sufoca se debaixo duma nuvem de medíocres aparatosos. Contudo, nesta «poeirada de homens»,—na imagem vivíssima de Taine—, observa-se uma tendência inata para a aristocratização. A

Digitized by Google

América do Norte é um exemplo frisantíssimo. Como ha uma física da natureza, ha tambêm uma física da sociedade. Cedo ou tarde, sob pêna da vida se virar ao contrário, retomarão o predomínio os princípios obliterados dessa física, da qual o tempo antigo, se não possuiu a consciência, possuiu, pelo menos, a intuição.

Na organização das *élites* futuras, para que não se volvam em sistemas oligárquicos, o critério a seguir-se será, sem duvida, o critério da Nobreza, deduzido do sangue e determinado pela honra. O problema não consiste, pois, numa hipotética *igualdade* de situação, como a Democracia pretende. Consiste antes numa justíssima *possibilidade* de ascensão, como a experiência reconhece e os factos o proclamam.

Foi sempre assim a Nobreza,—classe francamente aberta para a entrada e para a saída! Não confundâmos *nobreza* com *aristocracia*. A *aristocracia* participa do poder. E, como o prova o triste fim da Polónia, como no-lo mostra a impotencia da Alemanha durante séculos para se unificar, é mais um agente de perturbação e de lutas intestinas de que um elemento de ordem. A Nobreza, não participando do poder, serve-o, no entanto, como corpo que é do Estado. Em todas as épocas a Nobreza consagrou o princípio geral da *possibilidade* de ascensão. Mas o privilégio? Mas a hereditariedade? Se tais espectros ainda se nos aninham no sentimento, depressa se vencem pelas simples indicações da história que é

Digitized by Google

história. Remontando à origem feudal da Nobreza, nós descobrimos logo aí a aplicação imediata da chamada *capilariedade social*. E' outra vez a Vacher de Lapouge que vamos ouvir: — «De resto, o servo corajoso e destemido, cujo lugar era na vanguarda, chegava à cavalaria pelas armas. A nobreza feudal recruta-se muito mais entre os homens de armas e escudeiros de condição servil do que na classe dos homens livres, vivendo àparte nas suas terras ou nas dos burguêses das cidades. O servo ennobrecido, uma vez dotado dum domínio, tornava-se tronco de nobres de raça. No fim da Idade-Média, a nobreza secundária havia quasi suplantado as grandes casas dos primeiros tempos do feudalismo. O sangue dos nobres carolíngios não se continuava já senão por via feminina. Esta selecção mantinha a nobreza na sua fôrça e a plebe na sua fraqueza.»

E' bom que acabemos com o preconceito que entre nós existe contra a sociedade feudal. Semelhante preconceito vem-nos da influencia nefasta dos Legistas que quiseram vêr entre os nobres e os não-nobres as diferenças com que em Roma o Direito separava os patrícios dos plebeus. Contràriamente, a sociedade feudal hierarquizava-se pela terra e pela família numa correspondência admirável de direitos e de deveres. Senão, comparemos com o trecho transcrito de Vacher de Lapouge uma passagem igualmente valiosa do nosso Alberto Sampaio na sua monumental monografia "*As "villas" do Norte de*

Digitized by Google

Portugal». Ei-la :—"Tal era a sociedade cujos traços fundamentais encontra a tradição nos documentos precedentes. As batalhas incessantes, que seleccionaram e nobilitaram os combatentes mais valorosos, levaram a liberdade às ultimas camadas da população rural ; metodicamente armada pela necessidade do ataque e defesa, apresentava-se já, antes de se fundar o Estado português, exercida por igual na guerra e no trabalho ; a cada passo o apellido arrancava-a das cabanas, dos pardieiros e quintanas, reunindo-a no campo da peleja. Acontiados pela corôa, os nobres são os cavalleiros de profissão ; residindo em casas sem luxo, vivem em intimidade com o povo, ora na melhor harmonia, ora em questiunculas de proprietarios minúsculos, mas sempre protegendo-o. Destes os mais pobres combatem a pé, e peões formam a admiravel infanteria portuguesa medievica. Dos herdadores abastados saem os cavalleiros villões, que na batalha ocupam o logar honroso da vanguarda ; dado o primeiro choque, confundem-se com os cavaleiros nobres, e sel-o-ão tambem se a fortuna e a sorte das armas os ajudar. O cavaleiro em cujas mãos reside a ultima defesa do país, e o rico homem. governador da terra, com pendão e caldeira, assentam-se ambos, no tempo de paz, á mesa do lavrador, e comem do seu pão. Acima de todos está o Rei, senhor do seu reino, com o imperio absoluto, que os de Santa Maria d'Alvarelhos definiam no responso tradicional — «*Tua est potencia, tuum Regnum,*

Digitized by Google

Domine.» Apesar do poder supremo, tão pouco exigente, contenta-se com o aceio que os foreiros lhe fazem no paço e com a comida rustica que sabem preparar. A disciplina distingue os homens, mas liga-os a irmandade do sangue, assim como os iguala a mesma vida do espirito e uma pobreza forte.»

E' um quadro extraordinario da sociedade medieval que nos demonstra bem a condição larguíssima da nossa nobreza afonsina. A essa nobreza militar substitúi-se mais tarde a nobreza de toga e a nobreza municipal. Mantem-se a mesma possibilidade de admissão, facilitada pela carreira das Descobertas e da conquista maritima em que Portugal inteiro se lançava. A propriedade trazia consigo o ingresso na governança concelhia. Os «homens-bons» dos nossos municipios fundavam sempre casa. A nobilitação advinha-lhes pelo exercício das pequenas magistraturas locais e pelo cuidado extremo que empregavam em viver «á lei da Nobreza». Viver á lei da Nobreza era não traficar, era tratar-se com criados e cavalos, era não exercer oficio remunerado, era ser-se limpo de mãos, com visível e provado desinteresse...

«E' uma ilusão de óptica o acreditar-se na posse exclusiva dos cargos civis e militares, ou da grande e da média propriedade rural, pela classe aristocrática, — exprime-se algures, pouco mais ou menos, o visconde d'Avenel. A ilusão consiste no facto de outrora, á medida que as famílias enriqueciam, se tornarem simultâneamente nobres.» Temos assim a

Digitized by Google

Nobreza corrigindo a fortuna e tirando dela uma função social. Desgraçadamente, são bem diversos os espectáculos que recolhemos da plutocracia contemporânea!

A prova da facilidade de admissão à nobreza por parte de quem não fôsse nobre depara-se-nos em qualquer tratado nobiliárquico. Por exemplo, em Alvaro Ferreira de Vera, *Origens da Nobreza politica*, lê-se no cabeçalho do capítulo VII: — «*Se o humilde, e de nascimento commum pode ser nobre, e o nobre pode vir a ser vil.*» Enunciada a matéria, o autor opina que «*he muito mais nobre, e digno de maior honra aquelle que com sua virtude, e industria alcançou nobreza do que aquelle, que só por ser filho, ou descendente de semelhantes, goza d'este titulo de nobre, louvando-se da proeza de seus passados.*» Idêntica lição se encontra no capítulo XI debaixo da epígrafe «*Quaes devem ser admitidos no governo de huma Republica, se os de nascimento commum sendo sabios; ou os nobres sómente por serem Illustres?*»

Podem-me obtemperar: — mas as *provanças*, ou justificações de linhagem, que se exigiam para a entrada nas Ordens Militares, para os chamados lugares de Letras e para o reconhecimento de cadetes ou guardas-marinhas? E' conveniente não esquecer nunca que o conceito social da Nobreza era o conceito da *honra* e foi êsse o critério de competencia que a sociedade tradicional professou, não podendo professar ainda o

Digitized by Google

da competência técnica em toda aquela amplitude com que hoje se pratica. A preferencia dada aos nobres para certos cargos representava a seu respeito uma presunção de maior capacidade de *honra*, pois que viviam à lei da Nobreza e a lei da Nobreza excluía todo o proveito. «*Reconhecida cousa que os popullares não conhecem que cousa he politica nem sabem que cousa he honra nem quando deve a honra preceder o proveito*», — clamavam em Côrtes no reinado de D. João II os procuradores dos Concelhos, protestando contra a intromissão desabusada dos «*prebeos dos mesteres*» na governação municipal.

Escusado é significar que a *honra*, — razão de Nobreza, não se reveste do carácter exclusivo da honorabilidade pessoal. E' mais um sinónimo de prestígio de autoridade, de abnegação e espírito de sacrifício, de que raramente as classes baixas são susceptíveis, absorvidas como andam pela preocupação imediata das suas necessidades materiais. Ora as *provanças* referidas, exigindo nobreza ao candidato por si, seus pais e quatro avós, não tendiam senão à verificação da *honra*. Sucedia muitas vezes que a *honra* não concorria no pretendente, conforme a letra da Ordenação. A falha via-se, no entanto, suprida, se se alegassem serviços ao Estado que déssem do nobilitando e da sua progénie as garantias suficientes.

Sente se bem agora como o desenvolvimento individual se regrava pelo desenvolvimento familiar. Não

Digitized by Google

se corria o perigo do arrivismo nem os valores autênticos se sentiam desprezados. E quem não possuisse atrás de si nem serviços nem avós, e contasse apenas com o mérito próprio? Nem mesmo assim, se o mérito se impunha realmente, a sua legítima expansão se diminuía e embaraçava. Em tal hipótese é que surgia a nobilitação directa por graça especial do Rei. "*A todos que esta minha carta virem... seja para sempre sabido e notorio que assim como Deus por sua Justiça e Bondade infinita aos que neste mundo temporal vivem bem e honestamente, dá no outro eterna gloria e galardão immortal, assim é causa justa e muito rasoavel que os Reis e Principes que na terra seu logar têm, por seu exemplo honrem aos que corporalmente com fidelidade e memoraveis serviços virtuosamente os servem, e não sómente com graças, favores e mercês os contentem em suas vidas, mas ainda por bom exemplo e sua gloria, galardôem e honrem a elles e os que delles descenderem com outros premios e honras que desta mortalidade sejam isentos de todo...*" Eis o fragmento duma carta de nobilitação, passada a Bento Maciel Parente e inserta nos *Brazões ineditos* de José de Sousa Machado. Patenteia-se bem o carácter christão da Nobreza e como ela se não recusava a quem tão alto merecesse subir. Constituía um forte estímulo, como o são sempre os estímulos morais. E com razão exclamava já no seculo XVI um escritor francês:

Digitized by Google

«*que l'ont doit donner courage et espoir aux gens de bas ètat, de parvenir par vertu et par industrie au plus haut degré.*» E' o pensamento que repassa todo o formulário das cartas de nobilitação: — ... "*lhe fazemos mercê do dito titulo de fidalgo de solar conhecido assim a elle como a todos os que delle descenderem por linha direita legitimamente para sempre e o removemos do numero geral dos homens e conto plebeu, e o reduzimos e habilitamos e trazemos ao conto, estimação e participação dos nobres fidalgos de limpo sangue*; e *para que os populares se ascendam na virtuosa inveja e desejo de nos fazerem semelhantes serviços para lhes serem assim como resplendor por nós satisfeitos*, etc., etc.»

Clarissimo está que as justificações de linhagem, reclamando a garantia familiar, em nada prejudicavam a manifestação do verdadeiro merecimento. Na garantia familiar residia a regra legal que acautelava a sociedade das perniciosas improvisações do acaso. Quando se dava a excepção, para a excepção havia logo um meio de excepção tambem. Discutindo com o conde de Haussonville a propósito da tése de *L'étape*, judiciosamente lhe recordava Paul Bourget um passo de Bonald: — «A natureza é avara de homens superiores, e distribúi com abundancia homens medíocres. O homem autenticamente superior aos outros homens, aquele que a natureza faz nascer para cumprir os seus desígnios sôbre a sociedade,

Digitized by Google

eleva-se sempre, apesar de todos os obstáculos, à situação que a natureza lhe aponta. Porque se êle tivesse como os outros homens a mesma necessidade do favor das circunstâncias ou do socorro da educação, êle não seria superior...» Sem se tratar únicamente de homens superiores, a nobilitação intervinha como excepção para a excepção, sempre que se revelassem as capacidades acima do vulgar, desassistida, porêm, de toda a caução hereditária.

Reparou-se, sem dúvida, como a nobilitação abrangia pelos séculos fóra o nobilitando prolongado na família. Tambem quando um descendente requeria documento da nobreza herdada, a idéa da solidariedade familiar transparecia com igual relêvo: — «...*me pedia elle supplicante que para a memoria de seus Progenitores se não perder, e Clareza de sua Antiga Nobreza*..» Tal era o formulario do estilo. Por si só é o bastante para nos convencer da formidável união dos vivos com os mortos, de que a antiga sociedade tirava os seus recursos, e sem a qual não endireitaremos caminho seguro,—nós outros que nos julgamos em avanço extraordinário sôbre as gerações passadas! A Nobreza é, principalmente, como processo psicológico, uma fixação de carácter. A fixação do carácter não se obtem senão pelo acatamento a um património moral que nos conforme o espìrito e signifique para êle uma disciplina voluntáriamente aceite pela nossa inteligência, de acôrdo com as fôrças mais íntimas e mais secretas da nossa personalidade.

Digitized by Google

Só a família, perpètuando-se indissoluvel, no sangue e na tradição, nos póde fornecer um quadro que tenha assim tanto de continuidade como de maleabilidade.

Numa conferência realizada em Paris no *Foyer* pelo eminente clínico e professor ilustre que foi o dr. J. Grasset, o conferente, ocupando-se da familia, insistiu debaixo do ponto de vista médico e moral pela "preparação da hereditariedade». Partia do princípio de que cada geração tem a responsabilidade da geração seguinte. «Os pais comeram tantas uvas verdes que os dentes dos filhos ficaram embotados», — reza nas Escrituras a palavra de Deus. Para o dr. Grasset coìncide o preceito religioso com a noção biológica. E eis como concluia com a autoridade extrema do seu nome scientífico: — "Quando um homem tem o vício do, alcool, do éter ou do ópio, quando se expõe voluntáriamente ao perigo de contrair doenças hereditárias, quando se conduz mal, esquecendo as regras mais elementares da moral e desce vertiginosamente para a imoralidade e para o crime, não pratica únicamente um atentado contra a sua pessoa, contra a sua vida: prepara uma descendência lamentável de degenerados, de doidos, de desequilibrados, de criminosos. Toma sôbre os seus ombros a responsabilidade de todos os atentados contra a sociedade que os seus filhos e netos hão-de praticar no futuro. Deixa de cumprir o mais absoluto dos deveres sociais: — *a preparação individual da hereditariedade.*» Ora

Digitized by Google

a esta preparação individual da hereditariedade corresponde a função psíquica da Nobreza, quando *nobreza.* Porque nós precisamos de trazer bem presente a sentença memorável do nosso Alvaro Ferreira de Vera: — «*E' a nobreza um resplendor e claridade, que se communica áquelles que descendem de pessoas que fizeram assignaladas façanhas. Aos que se jactam de nobres não o sendo nos costumes, poucas vezes aproveita a nobreza herdada.*» Quem assim o não entenda, é, com licença da imagem bíblica, tal e qual como um sepulcro caiado por fóra, mas podre por dentro!

* * *

Creio desvanecidos pelo que toca à teoria da Nobreza os preconceitos liberalistas que envenenam a nossa mentalidade. Julgo ter conseguido duas coisas: — provar que a Nobreza é inerente à natureza do homem e que ela não é mais que a regularização da legítima tendência humana para se ganharem os cumes sociais. Baseia-se na verdade experimental de que a sociedade se compõe, não de indivíduos, mas de famílias. Como é inata a ânsia de transferência duma classe inferior para outra superior, se essa transferência se opera apenas pelo indivíduo em si-cái-se no êrro revolucionário, com os funestos resultados do arrivismo. Se, porem, a ascensão pessoal se submete ao equilíbrio do grupo, é a família que sobe

Digitized by Google

com o indivíduo, efectuando-se assim uma *selecção* casada com uma *duração*. E', pois, mais uma vez a *permanencia* no *desenvolvimento*, — como a natureza o indica e a reflexão o reconhece.

Mas eu esqueci-me na devida altura de aludir a duas dúvidas que se podem ainda suscitar. E', em referencia à velha Nobreza, a eterna discussão da hereditariedade dos cargos e do desfruto de certos privilégios. De leve rasparei pelo assunto, — e é para lembrar novamente, e sempre, que os cargos na antiga sociedade não se *exerciam*, — *serviam-se*. «Exercer» um cargo importa um critério técnico que só a época contemporânea rigorosamente possúi. «Servir» um cargo obedece, pelo contrário, a um conceito social, incompatível até certo ponto com a complexidade crescente da vida moderna. Pois os cargos antigos serviam-se. Pertenciam a êsse número os cargos da governança concelhia, — pequenas magistraturas de natureza local, e os postos das Ordenanças, de alferes até capitão-mór. Eram os nobres os escolhidos. Mas quando não havia nobres, recebiam-se os «homens-bons», que incorriam assim implícitamente na nobilitação. Outros ofícios se contavam, como o de guarda-mór de Saúde em tempo de péste, o do monteiro-mór do Concelho, para o efeito do extermínio dos animais daninhos à agricultura, que, ou se davam a nobres, ou nobilitavam quem os desempenhasse. Na «honra» estava a sua única compensação. De êste modo se formava a nobreza rural, — fonte e viveiro

Digitized by Google

da grande nobreza do Reino. Vinha depois a propriedade de certas serventias, — como a de juiz dos Orfãos, como a de escrivão da Câmara, etc., etc. Confirmada pelo poder central, essa propriedade transmitia-se. Cá temos a «terrível» hereditariedade dos cargos! Eu podia desenrolar aqui uma teoria bem actual apropósito da aptidão funcional mais apurada no médico que é filho de médico e que dispõe portanto dum sub-consciente melhor trabalhado num dado sentido, de que no médico, que é filho, ou dum jurista, ou dum simples cultivador sertanejo, a não ser que seja uma vocação excepcional, — e com as excepções não se argumenta!

Limito-me, porém, a uma transcrição. E' de João Pinto Ribeiro na *Uzurpação, Retenção e Restauração de Portugal*. Não se carece de mais nada para se compreender a razão política e social com que outrora se praticava a hereditariedade dos ofícios. «*Era ley inviolavel nascida do antigo costume que sempre nisso guardarão os Senhores Reys dest e Reyno, que por fallecimento dos Pays, que procederão bem em seus offícios, se déssem a seus Filhos. Era tenção dos Principes Portuguezes obrigar com este favor, e esperanças, a que os Pays levados do amor dos Filhos, se esforçassem a viver ajustadamente na guarda de seus regimentos, para que assim lograssem os vassallos a quietação e bons procedimentos dos officiaes e a Repulbica fosse bem servida, que ninguem, sem es-*

Digitized by Google

perança de premio· se ajusta com o bem publico.»

Um trecho semelhante desanuviará os meus leitores da má-impressão em que porventura se achem ainda para com os famigerados privilégios da Nobreza. A Nobreza, constituindo o orgão representativo da população dos campos, tinha sôbre si pesados encargos territoriais. Sabemos já como só precariamente pertenciam à nobreza francesa os seus vastos domínios. Viviam dêles colectivamente os camponeses dependentes das várias castelanias. Verificava-se assim um débil vestígio do que fôra a organização feudal, tão mal tratada pelos sectarismos da opinião liberalista. A Inglaterra salvou-se do spasmo revolucionário que os países continentais padeceram, exactamente porque manteve essa organização, que assentava na soberania da propriedade e na continuìdade da família. As diversas regiões britânicas encontraram sempre nos nobres, por isso mesmo, os seus representantes naturais. Âlêm de ser instituìção nacional, eis tambem o motivo porque o parlamentarismo inglês levou tanto tempo sem se perverter. Não escapou a Taine a observação do facto. Conta o filósofo no seu volume *Notes sur l'Anglaterre*: — «*Quand un homme riche achète une terre, il ne faut pas qu'il se mettre en frais ni prévienne personne; si, d'esprit, de caractère et de façons· il est nn gentleman· au bout de quinze jours on le saura, et ces familles voisines viendront d'elles*

Digitized by Google

mêmes lui rendre visite. — Mais, même adopté, il n'aura pas encore tous les privilèges des autres; il ne pourra pas être envoyé de là au parlement; s'il se présente, le public dira: «Il est trop nouveau, il n'est pas encore du pays.» Il y est implanté, mais il n'y a pas pris racine. Son fils peut-être, son petit-fils sera nommé, mais non pas lui. Pour répresenter un district, il faut y tenir par tous ses intérêts, par toutes habitudes y plonger depuis plusieurs générations et profondement par toutes ses fibres. La première condition du commandement autorisé est la résidence ancienne, et tout aristocratie forte est locale. — De même en France, si pendant la Révolution, la Vendée seule a suivi les gentilhomomes, c'est que seuls en France, les gentilhommes de la Vendée, provinciaux et chasseurs, vivaient à demeure et en commerce intime avec les paysans.» Ora da residência local da Nobreza resultavam os privilégios. O que êsses privilégios eram, — em que é que, afinal, se resolviam, vái no-lo dizer agora ingénuamente a prosa encaracolada dum nobiliário. Fala Manuel da Costa Juzarte de Brito, Governador das Armas da província do Alentejo e ascendente que foi dos condes de Avilez, no «*Livro Genealogico das Familias desta cidade de Portalegre*», manuscrito da nossa Biblioteca Nacional, a pag. 56. Discorre o linhagista dos seus antepassados. «*O Infante D. Luiz*, — arrasta-se êle numa grafia tão enrolada como a expressão — , *lhe*

Digitized by Google

deu hum Alvará, q. viu meu Pay m.tas vezes, e meu Thio Ant.º Juz la de Souza o Velho a quem o ouvi m.tas vezes, q. se consumio em caza de meu Thio Manoel da Costa de Souza; em que lhe fazia m.as as d.º João Nunez da Costa, de lhe couttar o Pego dos Barbos da sua Erd.a (herdade) *da Rib.a de Ceda p.a que ninguem pudesse pescar nelle com rede, senão o d.º João Nunes da Costa, e seus descendentes: e lhe fazia esta m.ce pellos m.tos serviços q. lhe tinha feyto, e pella utillid.e que se seguia aos Gados bebendo agoa boa em que senão deytassem embudes, e troviscadas, como se fazia nas pescarias, e pela conveniencia de fertillizar de Pexe o d.tº Pego dos Barbos á Rib.ra de Ceda porq.a era m.tº fundo e rico de Pexe.»*

Conhecida a razão social da Nobreza, o privilégio não consistia no fundo senão numa medida de proteção local. João Nunes da Costa, senhor da pesca no pégo dos Barbos, à ribeira de Seda, não passava do guarda da mesma ribeira. Era o que sucedia com tantissimos outros privilégios. O privilégio das saboarias, o privilégio da colheita do sal, representavam impulsos individuais ao desenvolvimento de certas riquezas públicas, quando não apareciam como medidas de policia ou de fiscalização num tempo de deficientes recursos governamentais. Privilégios houve que se denunciaram logo como vexatórios. Neutralizava-os prontamente a acção real, vivendo numa íntima harmonia com as necessidades do povo. Foi o que, por

Digitized by Google

exemplo, aconteceu com a centralização da justiça, a despeito das arrogâncias jurisdicionais de muito donatário.

Infelizmente a história, que se pratica ao sabor de opiniões dominantes, é uma história de paixão que para ser escrita, nunca se baseou num documento. Herculano foi grande na história das nossas instituições municipais porque nada mais viu que os documentos e deixou à entrada dos arquivos as sua prevenções liberalistas. Oliveira Martins negou-nos bastantes vezes, porque só falaram nêle as simpatias filosóficas que lhe ennevoavam o cérebro com mil metafísicas de contrabando.

E' desta deturpação sistemática da história nacional que deriva a causa mais funda da nossa ruina. Se não nos compreendemos, não compreendendo os valores dinâmicos da alma ancestral, como é que se ha-de arrancar caminho direito por entre as incertezas que nos fecham o horizonte? O que é preciso é refundir de alto a baixo a desgraçada mentalidade que hoje nos governa! O que é preciso é reparar numa geração os estragos morais e materiais de que nós acusamos implacávelmente as quatro gerações que nos precederam. Alguma coisa de grande se anuncia nas jornadas vindoiras de Portugal. Paul Bourget diz-nos algures que no sossêgo do seu trabalho não pensava senão em preparar a biblioteca dêsse inevitável Monk com que os acontecimentos futuros inevitávelmente brindariam a França. Nós não

Digitized by Google

devemos contar com Monk. Devemos antes contar, — o que é mais belo! —, com os rapazes da nossa terra. Pois o que importa sobre tudo é que a juventude portuguesa possua uma finalidade. Colocando mais uma pedra na obra exaustiva da nossa reconstrução, aí fica a teoria da Nobreza. A Nobreza aparecerá à gente moça do meu país como uma realidade eterna, filha da eterna ansia do sangue para se perpètuar e ser digno. Não é Nobreza a nobreza que esqueceu as obrigações sociais de sua gerarquia. Não basta usar-se anel armoriado nem ter o brasão lançado no *Livro do Armeiro-Mór do Reyno*. Como em Portugal não ha um *destino*, como em Portugal não ha uma *idéa directriz*, tambem em Portugal não ha uma *nobreza*. Com a Profissão e com a Nobreza é que o Rei de Portugal, — e não o minúsculo rei dum partido! —, empreenderá a restauração da Pátria pela Monarquia.

Possa êste meu estudo ajudar os homens de bôa-vontade a vencerem os seus preconceitos e pôr na sua inteligência uma outra visão do Passado. Compensar-me-ia assim da estranha melancolia com que o termino, olhando ao longo do mar uma tarja negra, em que parece que tudo se suspende e acaba de vez.

Agosto, 1916.

Digitized by Google

OS NOSSOS REIS

Digitized by Google

Digitized by Google

Os nossos Reis

Foi o mesmo em toda a parte o ataque da Revolução contra a ordem social constituida. O descrédito do Passado serviu-lhe de arma certeira no seu plano de subverter com as instituições tradicionais a legitimidade do poder e a sua natural hierarquia. A perversão da historia facilitou assim o caminho a essa obra metódica de dissolvencia e destruição. Proclamado o individualismo nos costumes e nas inteligencias, as velhas disciplinas que haviam tornado possivel a grandeza e a cultura da sociedade antiga encararam-se de pronto como gargalheiras impostas á nossa liberdade e aos nossos direitos. A Patria não significou mais que o triunfo momentaneo das nossas opiniões de partido. Pretexto aparatoso para em bôa retórica se disfarçar a ambição dos mandarins e dos arrivistas, perdeu se-lhe a continuidade e a razão eterna de existir, desde que os de hoje se levantaram contra os de ontem, apeando os simbolos e des-

Digitized by Google

truindo as realidades, a cuja sombra se tinha com nobreza e segurança vivido e morrido.

Ora a Patria, no seu sentido concreto, na verdade frisante das suas caracteristicas, é um facto positivo que se não improvisa nem subjectiva, mas que se reconhece e aceita tal como é, e nunca como a nossa imaginação, ou o nosso capricho desejem que ela fosse Patria vem de «*terra patrum*»,— a terra dos Avós, a terra dos Antepassados. Amar a Patria é respeita-la na fisionomia sagrada que os nossos Mortos lhe imprimiram. Nunca é demais falar em Fustel de Coulanges. Sem ser um crente, no seu testamento, Fustel de Coulanges mandou-se enterrar catolicamente. «Eu desejo um enterro conforme o uso dos francêses, — escrevia o historiador —, isto é, um enterro religioso. Eu não sou, em verdade, nem praticante nem crente; mas devo-me recordar de que aqueles que me precederam na vida eram católicos. O patriotismo exige que, quando se não pense como os nossos maiores, se acate ao menos o que eles pensaram.» Este conceito humanissimo de Patria, excluindo o patriotismo revolucionario e romântico, é exactamente o seu conceito scientifico e experimental.

Sendo assim que a Patria tangivelmente se nos manifesta, é preciso honra-la, não só nas forças politicas que a geraram e mantiveram, mas até nas grandes idéas colectivas em que a sua alma secular se fixou e definiu. Talvez um pouco pitorescamente, não era outro o motivo que Jules Soury invocava, ao decla-

Digitized by Google

rar se simultaneamente ateu e clerical, materialista o católico-romano. A notoriedade de Jules Soury advinha-lhe da teoria celebre dos neurones. Pois os neurones, que. numa tradução barata empurraram entre nós para o livre-pensamento dos comicios certo psiquiatra já falecido,—esses mesmos neurones do prof. Miguel Bombarda, dando a Jules Soury as bases fisiologicas do patriotismo, levaram-no a concluir, não pela fé, que a não possuia, mas pelo pensamento que tanto amava, na apologia da Igreja como representando a mais forte e a mais bela educadora do sub consciente dos individuos e dos povos.

Não chegaram a Portugal tão nobres e insuspeitos exemplos. Apenas a negação se importou numa avidez doentia de suicidio. Tão fundo a avariose liberalista nos corroera, que as proprias doutrinas de Comte, de critica cerrada e implacavel aos falsos dogmas de 89, Teofilo Braga as deturpou e restringiu, adaptando-as ás exigencias sectarias da sua psicologia farisaica de jacobino! Deste modo, estabelecida a luta contra a estrutura histórica da nossa sociedade, não tardou que um pseudo-intelectualismo reproduzisse contra a Monarquia e contra a Religião as diatribes, ás vezes sinceras e iluminadas, dum Michelet ou dum Quinet. E' daí que se socorre a mentalidade republicana, quando prega a guerra santa contra a sinfluencias do Passado, consideradas obscurantistas pela sua linguagem tatuada e tronitroante.

Auxiliam-lhe o trabalho desorganizadôr o criticismo

Digitized by Google

agudo dum Oliveira Martins, ou a cegueira ultra-romantica dum Pinheiro Chagas. sem aludir a Herculano naquela parte, em que, saíndo do dominio dos documentos, se pôs a fazer historia para combater, — na propria frase —, a Reação. A Patria, para esses autores, apresentava-se, não no significado objectivo dum patrimonio a continuar, em que a tomava Fustel de Coulanges, mas como dirigida e condicionada por um principio, — o principio herdado da Revolução e expresso nas ideologias anárquicas do Liberalismo. Não fôram assim historiadores. Fôram antes panfletarios. Como panfletarios os vemos convocados a depôr sempre que seja necessario activar a campanha subversiva contra as grandes verdades tradicionais.

Felizmente, na renovação da inteligencia portuguêsa, a Historia é hoje compreendida como o elemento mais decisivo para a vitoria do nosso nacionalismo. Como mentiras insubsistentes, esvaem-se as calunias divulgadas a esmo pela *Deducção-Chronologico-Analytica*, quando Pombal entendeu desacreditar pelos processos mais baixos a acção moralisadora e cultural da Companhia de Jesus. E' onde começa entre nós a historia sectaria,— a historia parcial e criminosa, que Fustel dizia levar á guerra civil. Histo, ria de guerra civil, efectivamente, a historia sectaria, inciada por Pombal, aumenta e cresce com o advento do Constitucionalismo. A maneira como os homens de 34 ennegreceram sem escrupulo os seus irmãos ven-

Digitized by Google

cidos afere-se bem pelo rancôr com que a republica está difamando tudo quanto represente um reflexo do nosso passado católico e monárquico!

Não irá, porém, longe o seu proposito facciosol A nova geração dispõe-se a velar pelos direitos da história nacional, que o mesmo é que velar pela unidade moral da Patria. O alarme já se sente nos arraiais inimigos. A eterna exploração contra a Realeza sofreu uma derrota mortal nos últimos episódios parlamentares (1) em que a figura de D. João VI suplantou com toda a sua nitidez a acusação sem consistencia que a pretendia toldar. Mal dissimulando o desbarato, ainda insistem os do campo contrário. E insistem, afirmando que o espirito monárquico se dedica a levantar agora vultos secundários e poluidos, em porfiado menosprezo por outros que são cumiadas na nossa jornada do povo.

Não é dificil atingir o alcance da insinuação. Querem os nossos adversarios inculcar com ela que nós, reabilitando os nossos Reis, esquecemos a Patria, para só nos preocuparmos com a Monarquia. Bem opostamente, porque a Patria é o principio e o fim das nossas aspirações, é que nós defendemos nos nossos Reis a vontade persistente e enérgica de que Portugal resultou engrandecido, ao longo do exemplo admiravel de quasi oito séculos de vida. Eis por-

(1) Alusão á sessão legislativa de 1918,—consulado de Sidonio Pais, em que o autor, como deputado, defendeu no Parlamento a personalidade politica de D. João VI.

Digitized by Google

que, na identificação de Patria com a Monarquia, a história de Portugal é a história dos nossos Reis. Uns mais dotados, outros mais obscuros, nenhum deles faltou aos deveres pesados do seu oficio, conduzindo sempre o país ao caminho da honra e da prosperidade. Quando erraram, — os poucos que erraram! —, erraram na idéa de que serviam no prestigio da sua corôa o prestigio da nacionalidade.

Porque o interesse dinástico coincide necessariamente com o interesse nacional, Renan, chamando á Realeza o «cérebro» duma nação, não hesitava em proclamar que um chefe electivo é sempre inferior ao soberano, por mediocre que este seja —, elevado ao trono pelos acasos da hereditariedade. Se Renan o observava, de olhos postos na França, nós tiramos a prova-real das suas palavras; arripiando a nossa reflexão ao largo das três dinastias, a quem Deus confiou a salvaguarda de Portugal.

Logo ao alto, o que seria das tendencias separatistas das gentes de Entre-Douro-e-Minho, se, em seguida ao esforço preliminar dos condes portucalenses, D. Afonso-Henriques não desposasse na sua ambição a causa duma patria que se queria constituir? A sua obra não é apenas uma obra do guerreiro que protege e alarga o territorio. O político revela-se, procurando na Santa-Sé o apoio externo que á pequena nacionalidade faltava no concerto internacional da *Republica-Christiana*. Adulterado, quando não diminuido, esse acto do nosso primeiro rei mostra nos que,

Digitized by Google

ao lado do guerreiro impulsivo, havia o estadista habil, demandando sanções juridicas e morais para o reino emancipado pela sua espada de cavaleiro.

Transposta a fase embrionária, — o periodo instintivo, a Patria encontra na Realeza o cérebro que, realmente, lhe define as preferencias e lhe estabelece a finalidade. Ao longo da dinastia afonsina nós vemos que o desenvolvimento de Portugal é o desenvolvimento do poder dos seus Reis. Ha uma directriz que se executa e que se cumpre, ininterruptamente. A D. Afonso Henriques sucede D. Sancho, seu filho. Se um conquista, o outro estabiliza. Se o pái dilata os limites da terra, o filho arroteia-a e povôa-a. Virá D. Afonso II garantir depois a unidade da Patria sustentando a unidade da soberania. Na dispersão jurisdicional das regalias da Corôa, o seu pulso domina a tentativa feudal que ameaça pulverizar o Estado ainda recente. D. Afonso II evita o escolho, para bem depressa ele reaparecer na menoridade do seu sucessor, durante a fraqueza duma regencia. São as regencias a falha das Monarquias. Mas o que é a Republica senão a regencia perpétua ?

Neste sentido, a obra da Realeza se desenha e continùa. Declara-se a crise de 1384. Mas ainda é a Realeza quem salva a Patria, corrigindo-se dos defeitos do reinado anterior. Não desprestigiemos D. Fernando! Camões é injusto com ele, quando lhe chama «fraco Rei.» A sua politica de fomento é admiravel. Arruinou-nos nas lutas com os vizinhos,— é certo. Mas

Digitized by Google

D. Fernando adivinhava a nossa necessidade de expansão, ao mesmo tempo que o perigo absorcionista de Castela. Errou, porém, na rota a escolher. A expansão seria para o mar e só o poder naval nos salvaria da ameaça crescente da unificação castelhana.

Eis que surge a Casa de Avis. A Grey adquire então a plenitude das suas virtudes sociais. Ha o desvio da India que empobrece e esgota as nossas energias. Que Reis magnificos, no entanto! Aos primeiros não me refiro, tidos e havidos como tal pelos publicistas de todas as côres. O que levanto são as acusações carregadas sobre D. Manuel e D. João III. D. Manuel achou em Luciano Cordeiro um reabilitador consciente nas suas esplendidas monografias *O premio da Descoberta* e *A segunda duquesa*. Quanto a D. João III, a quem Oliveira Martins chama significativamente o «Rei colonizador», é doloroso declarar que os estrangeiros lhe prestam mais atenção de que nós, — nacionais. Ninguem amou como ele o desenvolvimento da nossa cultura, já trazendo para Portugal os mais afamados humanistas, já instituindo lá fóra as «*bolsa-de-estudo*», por cujas expensas os nossos sobresaíram bem alto no festim erudito da Renascença. Repara o escritor espanhol D. Alfonso Danvila y Burguero que entre nós se faz um conceito injusto de D. João III. É assim asvera que «*la colonizacion del Brasil, la reforma de la Universidad y su traslación á Coimbra, el procurar por todos los medios possibles enfrenar la orgia de la India*

Digitized by Google

y suprimir las mutilaciones y marcas de hierro de los criminales, actos en los cuales tuvo D. Juan III una activa parte, quitan un tanto de valor à la severa afirmación de Pinheiro Chagas y de Herculano.»

O mesmo sucede com D. Sebastião e com D. Henrique. De D. Sebastião é já conhecido hoje o espirito profundamente nacionalista de todo o seu reinado. Não é, no entanto, inutil recordar que o exercito da Restauração se organizou sobre os regulamentos e reformas militares, decretados pelo Rei-Desejado. Exausto, quasi no fim da fim da vida, D. Henrique é o crepúsculo duma raça. Contudo, Manuel Bento de Sousa apresenta-o como chefe do partido oposto á influencia castelhana, traçando dele um retrato que o dignifica. Esse juizo é confirmado pelo insuspeito Danvila y Burguero. Subiu ao trono, teve que aceitar a fatalidade do destino, na certeza, porém, de que não entregava submissamente Portugal á Espanha.

Não foi bem uma incorporação, de resto, o que occorreu. Foi antes uma união, uma especie de monarquia-dualista, como a Austria-Hungria. Provam-no, por exemplo, a introdução das armas de Portugal no escudo espanhol, a vinda de Felipe ás côrtes de Tomar e a constituição do Conselho de Portugal em Madrid.

A administração ruinosa dos outros Felipes, tendendo a tornar Portugal numa simples provincia, é que provocou o nosso arranco libertador. Entretanto,

Digitized by Google

por força do valor que Georges Sorel reconhece aos mitos, governa-nos a «*Monarquia-do-Encoberto*». Mas o Encoberto apareceu um dia,— conforme a lápide da Porta—dos—Nós em Vila-Viçosa. Inicia-se então com D. João IV a dinastia de Bragança, sobre a qual desabou um chuveiro de falsidades e de infamações. Diminuido e caricaturado, D. João IV, quando mais não tivesse por si senão a sua entrevista com o Cavalheiro de Jant e o cèlebre papel que, debaixo da designação de *Procurador dos descaminhos do Reyno*, mandou lançar na caixa das Côrtes, possuía o bastante para se nos impôr como um grande monarca. Mas ha mais, — ha mais e muito mais: diplomata habilissimo, a ele se deve a organização interna e externa que facilitou as vitorias do reinado seguinte, e consequentemente, a independencia. Joaquim de Vasconcelos e Edgar Prestage restituiram já, e definitivamente, D. João IV ás reais proporções da sua envergadura.

Uma pausa se deprime agora com D. Afonso VI. A sua inferioridade pessoal não enfraquece, em todo o caso, a força unificadora do principio que representa. É no seu reinado que se ganham as batalhas decisivas da autonomia e é ele que até ao fim aguenta com firmeza o homem que, apesar dos seus defeitos, foi a alma enérgica que supriu a frouxidão natural do monarca. Não me é possivel aqui abordar o problema da deposição de D. Afonso VI. Só direi que, no regimen de partidos em que o Paço se divi-

Digitized by Google

dia, o acto que conduz o infante D. Pedro á regencia, foi na sua origem um acto da responsabilidade total da Nação.

D. Pedro, dos menos dotados dos nossos soberanos, revela na sua politica externa uma tal firmeza que chegou a desfazer as cabalas de Luiz XIV. «*Se ele é meu discipulo e os bons discipulos honram os mestres!*»—eis como disfarçou o *Rei-Sol* espirituosamente o seu despeito. Increpam-no pelo tratado de Methuen. Apesar dos encargos que nos trouxe, garantiu-nos as colonias. A subida de Felipe de Anjou ao trono de Espanha mudara a França, de inimiga tradicional, em aliada fiel da côrte de Madrid. Ameaçados duma nova absorção, sem Paris a secundar-nos, tivemos que nos valer da Inglaterra, como nosso apoio exterior. Depois, o dominio dos mares já não era nosso. Nas mãos da Inglaterra, só a sua aliança nos permitiria a comunicação livre com o Ultramar português.

Morto D. Pedro II, seu filho, D. João V, é um dos nossos Reis mais propositadamente obscurecidos. Dum país depauperado pela guerra em que a Grã-Bretanha nos metera, para nos abandonar em seguida á nossa sorte, D. João V consegue tirar o Portugal que esteve para ser árbitro das contendas europeias, graças a uma neutralidade forte e respeitada. Protector das artes e das sciencias, é da epoca de D. João V não só o estilo que caracterizou o seu reinado, mas um numero infinito de construções todas destinadas

Digitized by Google

a servir o bem comum. A grandeza do Rei valeu, e acertadamente, para D. João V como sendo a grandeza do reino. E' este o traço dominante do seu governo e o que melhor o impõe aos agradecimentos de Portugal.

D. José — o herdeiro, veiu numa hora em que o Absolutismo corrompera já a estrutura das monarquias tradicionais. Se com D. João V as qualidades proprias do monarca servem ainda de correção ao vício congestivo que se ia apoderando da Realeza, essa qualidades desertam em D. José, que se abandona por completo á influencia do seu valido. *O Rei ao torno e o Marquês no trono*»,— ou então, mais exatamente, o epigrama que afixaram na estatua do Terreiro do Paço: *Statua statuæ*. Tanto basta para que a ditadura de Pombal se aprecie devidamente. A critica dela está encerrada, julgando-se economica e socialmente prejudicial para a nação. Subscrevo esse juizo, que de hora para hora os factos realçam cada vez mais. Já assim não acontece com D. Maria I, que preside, talvez como reacção contra os geometrismos despóticos do Marquês, a uma verdadeira revivescencia nacionalista, de que são principais elementos os eruditos da Academia.

Mas o falso naturalismo do seculo minava já a sociedade antiga. Não obstante, de D. Maria I data uma série de reformas que libertaram a terra, sem caír nos apriorismos insensatos de Mousinho, e que desenvolveram consideravelmente a agricultura e a

Digitized by Google

instrução especializada. Renovando o pensamento de D. João III, mandam-se lá fóra pensionistas que se experimentam nas sciencias agronómicas e químicas, então nascentes. A loucura da rainha não invalida o trabalho reparador do seu reinado. Durante a regencia do Principe do Brasil, cria-se o Conselho do Almirantado que nos dará uma esquadra, — inveja e cubiça de Napoleão. Não nos deixaram as invasões ir mais adiante. E hoje sabe-se como, retirando-se para o Rio, D. João VI salvou com a integridade da dinastia a integridade da Patria. O resto é quasi do nosso tempo, para que nos ocupemos a desfia-lo.

O advento do Liberalismo acabou de desorganizar a natureza histórica das nossas instituições sociais e politicas, complicando a crise que se desencadeara entre nós com uma sanguinolenta disputa dinastica. Encarnação magnifica da raça, a D. Miguel I só no exilio é que lhe consentiram que ele revelasse a firmeza comovente da sua dignidade real. A nação inteira aclamou-o não apenas como rei, mas como o simbolo do seu desejo ardente de voltar áquela continuidade, em cujas normas Portugal crescera e se cobrira de gloria. Não o permitiram os principios do seculo, sustentados de armas na mão pela conjura internacional do Maçonismo.

Na alteração politica que transmite a corôa a D. Maria II, o imperador D. Pedro, vítima do figurino romantico de libertador de povos, desmancha em cavalhadas sem perdão a sua linha corajosa, só porque

Digitized by Google

Bolivar lhe subira á cabeça e lhe atravessavam o cérebro de quando em quando uns vagos fumos de napoleanismo de contrabando.

Superiormente conformada, D. Maria II afirma um temperamento de mulher que lhe legitima bem depressa a sua «quasi-legitimidade»,—à Luís Felipe. Do que foi como rainha fala a tradição que deixou no povo e ainda as suas cartas, recenpublicadas, em que se marca bem a energia dum caracter nascido para afrontar situações dificeis, como as que D. Maria II por mais duma ocasião afrontou. Penetrado da nevoeirenta melancolia germânica, D. Pedro V é um rei-filósofo do seculo XVIII, vindo ao mundo postumamente. A precocidade mental dos Braganças assinalou-o duma maneira notável. E eu creio que nesse monarca, eivado dum filantropismo inconsistente e dulçuroso, não habitava a personalidade que muitos supõem. O traço que o fixa é o seu idilio com D. Estefania, — idilio que recorda um pouco o de Henrique e Carlota Stilglizt.

Por detrás da sua eça, desponta agora D. Luís. E' a dissolvencia maxima do Constitucionalismo que o Rei atenúa com as claridades do seu coração e da sua inteligencia. Resignado á fórmula hipócrita de que «o rei reina e não governa», D. Luís traduz Sakspeare e é de sceticismo do seu primo do Brasil, amigo de Victor Hugo, — o tal que ralhava em verso ás Corôas e ás Tiaras. A sua existencia esconde-se na apatia dum orgão sem função,— inutilizado

Digitized by Google

pelo monstruoso sofisma em que a magestade da Monarquia se aviltava irreparavelmente, jogada dum lado para o outro na feira dissoluta dos partidos. D. Carlos a levantará, resgatando com o sacrificio do seu sangue a culpa original que manchava o direito da sua dinastia.

Rei bem nacional, — até nas suas predileções de lavrador alentejano, D. Carlos manifesta-se um Bragança perfeito na sua psicologia de artista exigente, em quem a diplomacia traduzia a qualidade tónica do seu atavismo belamente dotado. Abateram-n'o como um lobo a uma esquina. Nesse momento Portugal suicidava-se. Olhando á posição que D. Carlos conquistara nas côrtes e chancelarias da Europa, é licito perguntar o que seriamos hoje, com esse soberano excepcional á nossa frente? A D. Carlos estaria talvez destinado no desenlace da grande guerra o papel que as circuntancias iam reservando a D. João V.

Através de tantas gerações de monarcas, nós vemos assim Portugal identificando-se sempre pelas responsabilidades do sangue com as instituições que tradicionalmente o representavam. Tal é virtude primacial da Monarquia. Ela que fez a Patria, ela a restaurará. E, deitando os olhos ao mapa do Passado, nós constatamos como, efectivamente, Portugal é a criação magnifica dos seus Reis!

Deixamo-los insultar e difamar. No dia em que essa conspiração se consumou, consumou-se o maior atentado contra as razões mais sagradas do nosso

Digitized by Google

patriotismo. Restaurar a verdade na historia é restaurar a unidade da Patria. Só a Monarquia a serve e garante como ninguem! Tudo o mais são evasivas de momento, — são mesquinhas soluções provisorias. Contemplemos de frente, sem preconceitos, como homens livres, a face da questão. «A toda a nacionalidade corresponde uma dinastia, na qual se consubstanciam o genio e os interesses da nação, - pondera Renan; uma consciencia nacional não é fixa nem firme senão quando ela contrata aliança indissoluvel com uma familia, que por esse contrato se obriga a não ter nenhum interesse distinto do da nação.» Não é outro o caso da Monarquia Portuguêsa. Eis porque Patria e Monarquia, fundidas uma na outra, dão uma palavra somente: — Portugal!

Agosto, 1918.

Digitized by Google

A CONVERSÀO DE BOCAGE

Digitized by Google

Digitized by Google

A conversão de Bocage

Na decomposição da nossa sociedade tradicional, Bocage é um nome que simboliza inteiramente a anarquia intelectual e moral do espírito naturalista da Enciclopédia. Vítima dos erros do seu tempo, serviu-os Bocage com o fulgor da sua sátira,— com a viva intensidade do seu temperamento de inadaptado a uma regra superior que o disciplinasse. Por isso de Bocage não ficou para a maioria das gentes senão a lenda grosseira da sua extravagancia de frequentador de botequins. No entanto, em Bocage palpitava por vezes a scintilação do genio e as nossas formas poéticas deveram-lhe aqui e alem um significativo esforço de renovação literaria.

Reinava a Arcadia com a tirania do seu falso classicismo, quando Bocage a escalou, levado pela fama de improvisador incomparavel. Falar de Bocage é recordar a decadencia dos nossas letras, esmagadas por completo na imitação servil e bastarda dos grandes au-

Digitized by Google

tores da Antiguidade. Esse seculo XVIII é por vezes um crepusculo de morte na historia do pensamento e da sensibilidade nacionais! Obliterara-se o veio lirico da raça que, florindo através dos *Cancioneiros*, ainda achara em Seiscentos com Francisco Rodrigues Lobo um amoravel continuador, embora o Parnaso já houvesse declarado o despotismo da sua dureza formalista. A incompatibilidade da nossa condição emotiva com as raizes todas racionalistas do ideal clássico encontram neste facto uma valiosa demonstração. Ninguem desconhece o empenho de D. João V em restaurar o perdido esplendor da nossa literatura. Pois não se foi alem da inevitavel chusma de vates de abadessado, revirando para as madres os olhos de carneiro mal-morto, por entre orgias largas de *manjar — branco* e *trouxas-de ovos!*

O excessivo aparato humanista da nossa educação conventual e universitaria abafara-nos a espontaneidade do sentimento. Da poesia não se possuia outro conceito senão o duma virtuosidade maior ou menor em se compôr o discurso, segundo os cánones proclamados como bons. A teoria desse falso classicismo definira-a com nitidez Pedro Correia Garção na sua *Dissertação terceira*. Ali se sente bem a diferença que existe entre os morcegos da Arcadia e um Corneille ou um Racine, em quem a lição dos Antigos valera, não como um decalque paciente e submisso, mas, sobretudo,—posta de parte a economia e a arquitectura da produção —, como um conhecimento profundo da

Digitized by Google

natureza e das paixões humanas. Ao contrario, o Classicismo entre nós influiu apenas no tom convencional da paisagem e das figuras, e, paralelamente, na rigidês geométrica da composição.

Compreende-se, de resto, porque assim fosse. Mais cerebral do que emocional, o genio francês triunfara e possuia-se ao contacto dos mestres greco-latinos, no jogo equilibrado da Tragedia, pelo contraste perfeito dos caracteres. Era já um exercicio sereno de observação que preparava, mais de três seculos antes, o sucesso do romance com um Balzac, um Flaubert ou um Paul Bourget. Lembremo-nos de que Molière é contemporaneo da *Athalia* e do *Cid*, e que o *Discurso do Método* em pouco antecedeu a *Arte-Poetica*. A essencia do Classicismo não difere das razões do intelectualismo. A França achou-se, por isso, à vontade dentro duma tendencia que vinha clarificar e condensar as prefereneias congenitais do seu espirito.

Não aconteceria o mesmo em Portugal. Nós não marcámos nunca pela análise e o nosso intelectualismo manifestou-se sempre um intelectualismo de escola e, por consequencia, de importação. Já Fradique Mendes reparava com agudeza, puxando pela cigarrilha numa negligencia elegante, que «poesia subentendia emoção» e que «a genuina expressão da inteligencia francêsa era a prosa». Subscrevo absolutamente o juizo de Fradique, em antecipada coincidencia com a opinião de Léon Daudet, que caracteriza

Digitized by Google

a arte da prosa como sendo «*la science de l'analyse, des ressorts intellectuels et moraux*». Eis bem evidentes os motivos porque nós nunca nos notabilizámos no romance, ao passo que a novela propriamente dita assume por vezes em Portugal as linhas duma verdadeira criação. Eça de Queiroz, por exemplo, não se emancipa da imitação do naturalismo parisiense na sua escolha decidida pelos aspectos inferiores da existencia, enquanto o romance constitùi a sua preocupação absorvente. Transita um dia, porem, do romance para a novela, — e a *Illustre Casa de Ramires* aparèce-nos logo como uma jornada definitiva na nacionalização do gosto e dos processos literários em Portugal.

Ora porque «poesia subentende emoção», — na palavra categorizada de Fradique —, é que nunca o ideal clássico se acomodaria á extraordinaria opulencia do nosso lirismo instintivo. Os poetas de Quinhentos com Sá de Miranda, Camões, Antonio Ferreira e Diogo Bernardes transportaram ainda as virtudes intimas da sua alma de líricos para a sonoridade pomposa do decassílabo. Camões, no episódio da morte de Inês de Castro, tem por esse lado do coração a grandeza duma scena de Corneille, posterior a ele um século seguro. Mas quando, fixado pela pedagogia humanista, o Classicismo se radica entre nós, não ha ninguem que não saiba como os poetas seiscentistas nos cansam e prostram com as suas arrastadas epopeias que, invadidas agora pela degenerescencia do cul-

Digitized by Google

teranismo, se emparelham e rematam na mais absoluta imobilidade, tanto plástica como emotiva. Salva-se o *Viriato-Trágico*, porque, numa intuição feliz, mercê da sua irrequieta vida de soldado, Brás Garcia de Mascarenhas, de certo modo, identificou com o caudilho dos Lusitanos a sua aspiração de português batendo-se na fronteira pela independencia da Patria.

Sacrificada à parte formal, a poesia definha se depressa em Portugal na secura dogmática que a pretendia regulamentar. «Os mais finos conhecedores francêses, — prosseguia Fradique no *appartement* do Hotel-Central, contemplando, descuidado, o fumo da cigarrilha —, os mais finos conhecedores francêses prefereriam sempre os poetas cuja poesia se caracterizasse pela precisão, lucidez, sobriedade, — que são qualidades da prosa; e um poeta tornava-se tanto mais popular quanto mais visivelmente possuia o genio de prosador. Boileau continuaria a ser um clássico, um imortal, quando já ninguem se lembrasse em França do tumultuoso lirismo de Hugo.»

Decididamente, Fradique, pela sua acuidade crítica, merece-nos, no ponto presente, a confiança que se deve a um pensador de sisudos óculos professorais! Porque o Classicismo nos pedia esse espírito de análise que não se conjuga com a feição naturalmente espontanea da poesia, é que a nossa decadencia poética, ao entrar o seculo XVIII, nos oferece o mais degradante de todos os espectáculos.

Digitized by Google

Quere Teófilo Braga ver em semelhante facto a acção depressiva do monarquismo e catolicismo extremes da nossa sociedade tradicional. Não nos demoremos a destruir a sua observação sectária! Católica e monárquica, saída das mãos de Richelieu para as de Luís XIV, não atingiu precisamente a França com o Rei-Sol, e depois das *Dragonadas*, o apogeu doirado do seu grande século? As causas que agiram tão desastrosamente entre nós são, duma maneira geral, as expostas. Entregue apenas á bôa observancia dos preceitos da métrica, a nossa poesia teria que se enfraquecer e diminuir no seu profundo significado psíquico, porque não dispunha, para se defender, do poder analítico do génio francês. O que ocorreu com o Classicismo, ocorreu mais tarde com o Parnasianismo. O vigor da descrição é em Leconte de Lisle, — e secundariamente em José Maria de Heredia —, a sobrevivencia das velhas qualidades clássicas (ou intelectualistas) da França de sempre. Comparemos com eles os nossos parnasianos. Inutilizam-se no xadrês diligente do pormenor e da rima rebuscada. E se fora do interesse documental das antologias, algum subsiste, é, sem dúvida, o conde de Monsaraz, — não o conde de Monsaraz da *Catarina de Ataíde*, mas o conde de Monsaraz do regionalismo forte e desempedido da *Musa alentejana*.

Inversamente, a nossa intensa crepitação lírica não deixa que os nossos romanticos, — Garrett e Herculano, sobretudo —, se precipitem no deboche franco

Digitized by Google

da imaginação, como aconteceu em França com os delirios sentimentais do Ermo e do Lago. O Romantismo em Portugal traduz até, em reacção consciente contra a rigidez dos moldes literarios, o regresso ás profanadas nascentes da nossa poesia natural. E vem apropósito notar ainda sobre lirismo e intelectualismo um caso eloqùentemente elucidativo. Aludo ao Padre José Agostinho de Macedo. Na historia das idéas portuguesas, este formidavel panfletário, dotado da insolencia genial do seu contemporaneo Rivarol, marca a plenitude da inteligencia na sua mais rematada compreensão crítica. Pois, com tão eminentes predicados mentais, nós sabemos como as tentativas poéticas de José Agostinho de Macedo resultaram monótonas e medíocres, sem côr nem elevação.

* * *

Tal o quadro da literatura nacional, quando Bocage levantou no horizonte a sua figura em todos os sentidos desproporcionada. Insere-se Bocage psicologicamente nesse tipo moral de tumultuoso e desencontrado que Léon Daudet no seu *Hérédo* considera como o produto dum permanente duelo entre hereditariedades contraditorias. E' donde visivelmente dimana a ondulação da personalidade de Bocage, tanto na sua abundancia de improvisador, como no estouvamento febril da sua existencia desgarrada e sem

Digitized by Google

centro. Desertor e arruaceiro, em Bocage encarna-se bem o «libertino», — na acepção em que se tomava outróra o individuo despojado de regras de vida interior e para quem uma baixa felicidade naturalista era, na vertigem quotidiana do mundo, o único estimulo capaz de lhe arrancar algum esforço de monta. Se quizermos ter de Bocage a idéa justa do que foi e do que valeu, não podemos abstraír nem da sua formação moral nem da época que o emmoldurou e perdeu.

Vigorosamente sustentada pelo punho de Pina Manique, a nossa sociedade tradicional defendia-se. Mas semelhante defesa estava apenas confiada a uma acção coercitiva do Estado. Nos cérebros imperava já a maior das desordens. Exactamente como em França, antes de descer aos clubs secretos, a Revolução passeiava-se nos salões, protegida pelo disfarce leviano da curiosidade intelectual daquele tempo. Quem lhe serve entre nós de reposteiro-mór é o pedantismo erudito do duque de Lafões, em comércio apertado com os ideólogos lá de fora. Na sua roda medram e escondem-se muitos dos mais conhecidos «bota-fogos» lisboetas, entre os quais o abade Correia da Serra. Por «bota-fogo» designava a Intendencia pitorescamente os jacobinos que trazia debaixo de olho. A luta de Pina Manique contra o alastramento da lepra revolucionaria só terminou quando Bonaparte nos impôs a sua demissão. Sereno e vigilante, era no velho magistrado que a Maçonaria esbarrava invariavelmente

Digitized by Google

na sua tarefa daninha de sapar os alicerces da nacionalidade. E tão depressa Pina Manique caíu, logo a invasão francêsa se tornou possivel, de acordo com os conlúios tramados no escuro das associações maçónicas de Lisboa.

Costuma a pena facciosa dos nossos escritores liberalistas empregar as tintas mais densas dos seus recursos romanescos se escolhe para tema o reinado de D. Maria I. A insurreição sentimental e social de Bocage, que o chegou a levar ás admoestações inquisitoriais, interpreta-se como um sinal da marcha trágica do «*espirito-novo*» dentro duma sociedade fechada no mais opaco dos obscurantismos. Mas nós sabemos já hoje o que era o «*espirito-novo*» !

Nascido do racionalismo corrosivo da Renascença, ele atingia agora o seu pleno florescimento. Facilitara-lhe o caminho a concepção absolutista do Poder, tão bem concretizada na ditadura de Pombal. Debalde, com um ou outro esforço isolado, procurámos levantar-lhe barreiras. Ha um livro desse estranho momento, — *O Filosofo Solitario*, aparecido em 1785, com licença da Real Mesa Censoria, em que a inspiração de Rousseau é mais que transparente. Escreve-se no prólogo, dedicado «*aos Filosofos que vivem na Sociedade*» : — «*Todo o mundo julga que a sociedade é a bem-aventurança da Terra. Que engano ! Se vós estais por esta maxima sois Entusiastas. Os Filosofos não devem adoptar os axiomas do povo. Quem busca as causas naturaes*

Digitized by Google

dos efeitos naturaes, deve habitar nos montes : porque a Natureza fálà por uma bocà na solidão e por outra nos povoados.»

Impresso na Regia Oficina Tipográfica, e autorizado, como vimos, pela Real Mesa Censoria, o *Filósofo Solitario* revela-nos, com efeito, a decomposição duma sociedade, já penetrada pelas ideologias anárquicas de Jean-Jacques. Só folheando os papeis da Intendencia se avalia bem da indisciplina em que tudo se esboroava e subvertia. Debalde Pina Manique tentara providenciar! O mal vinha de largo, — vinha da desnacionalização em que nos debatiamos e com raizes tão fundas, que os golpes certeiros do bom desembargador não as poderiam nunca debelar.

Na inquietação colectiva dos sentimentos e das inteligencias, Bocage representa assim a Revolução na sua primeira jornada, — na jornada sarcástica, na jornada voltaireana. Ele é entre nós, pela sua atitude de melancolia revolta, a significação acabada de Rousseau. Dispondo dum raro poder de expressão, entende e traduz como poucos a natureza. Lírico de revoadas nobres e belas, consegue pela sua intima comoção humedecer com sobresaltos de vida as paisagens convencionais da Arcadia. Bocage é já de alguma maneira um *romantico*, se atendermos ao seu gosto pelo isolamento e pela contemplação. Destinado a acentuar talvez no nosso débil *pre-romantismo* uma tendencia igual á dos poetas do Lago, Bocage dispersa-se, porem, á banca dos botequins, nos su-

Digitized by Google

cessos faceis da sua veia satirica, — da sua musa insubordinada e demolidora.

E' por aqui que Bocage se identifica em todas as suas linhas dominantes com a categoria psicológica, analisada por Léon Daudet no *Hérédo*. Individualiza-se ela pela inteira abdicação da vontade ás influencias descoordenadas da nossa ancestralidade. Não é outra a forma porque se explica que muitas vezes o desiquilibrio psíquico coabite com a verdadeira exaltação criadora. Diz Daudet que o *hérédo* nos oferece um semblante atormentado e febril, em bastantes casos desdenhoso e altivo, mas dando-nos ao mesmo tempo uma forte impressão de estranheza e de tortura. O olhar do *hérédo* é sempre irrequiéto e brilhante, os seus movimentos impacientes, a sua palavra precipitada e nervosa. Se nos recordarmos agora do retrato corrente de Bocage, de nada mais carecemos para incorporar o poeta na classificação de Daudet. Ajuda-nos neste juizo o conhecido soneto, *Desenho de Elmano*, de Tomás Antonio dos Santos Silva, quando nos fala dos

«Estreitos olhos baços em que ardia
Um fogo innato que amedronta ao vê-lo,»

referindo-se de seguida num verso, que tem o cunho dos medalhões, ao seu

«Genio instavel, sem repouzo nem parage.»

Digitized by Google

Coando a historia através da sua razão scientifica, Daudet encara psicologicamente a Revolução Francesa «*comme une vaste insurrection d'hérédos.*» Na sua rebeldia contra as regras tradicionais, Bocage inclúí-se ainda por semelhante aspecto na justa observação desse mestre soberano da polémica e do romance. A sua hereditariedade, confusa e discordante, — em Bocage brigava uma costela portuguêsa com outra francêsa —, encontrou no enciclopedismo enfático do seculo XVIII o meio proprio ao seu natural desenvolvimento. Assim a vida do impulso se sobrepôs no poeta á vida da reflexão. *Rousseau ou le naufrage du soi*, — sintetiza Léon Daudet. Nosso pequeno Rousseau, embora maior que o autor das *Confessions* nas revoadas líricas, se Bocage não é o naufrágio da personalidade, é, pelo menos, o seu esfacelamento!

Definida a rebelião instintiva de Bocage, não se torna necessario desmentir o erro crítico que ordinariamente no-lo pinta como um sacrificado aos preconceitos da sua época. Sacrificado, bem ao contrario, pelas falsas idéas que desencadearam dentro dele as forças destructivas da individualidade, Bocage constitúi, para a nossa formação contra-revolucionaria, uma convicente experiencia psicológica. Ele abraçou no giro tonto dos seus dias a carreira nefasta do optimismo grosseirissimo dos Enciclopedistas. Não nos deixou por isso outra memoria de si, senão os detalhes fugidios da sua existencia de vagabundo do

Digitized by Google

sarcasmo e da iconoclastia. Efectivamente, o drama moral de Bocage desaparece na vã popularidade da sua biografia anedótica. Ardendo em «uma inquietação por cousas nunca alcançadas»,—eis como o poeta se objectivou. Mas o que ha de grande e valioso em Bocage, é o Bocage escondido no escuro, é o Bocage da conversão, é o Bocage reconciliado com a regra, sem a doce aceitação da qual a paz inteira jamais se conquista.

Nascido num período de transição profunda, Bocage sofreu-lhe como poucos as consequencias, agravadas pela fatalidade do seu temperamento excessivo. Socialmente, o amanhecer da Revolução, desviando-o do ideal católico e monárquico, fez dele um *inadaptado* constante, — como que um sonambulo dirigido ao acaso pelo borborinho dissonante das suas dissonantes vozes hereditárias. Literariamente, o artificialismo da Arcadia garrotaria, pelo constrangimento dos seus modelos postiços, a incomparavel riqueza emotiva de Elmano, a que se aliava uma singular facilidade de realização. Não se perdeu, contudo, no limbo das coisas inuteis o seu exemplo de imolado ao bonzismo das falsos deuses!

O bucolismo rebuscado dum Delille ou dum abade de Saint-Piérre, — bucolismo de jardins amaneirados e de florestas bordadas a missanga, transfigura-se em Bocage numa inesperada compreensão da natureza com perspectiva, movimento e côr adequada. Salientámos já a melancolia do poeta, que o aparen-

Digitized by Google

tava de perto aos contemplativos do Lago. Era o admiravel lirismo da nossa raça. herdado com a costela lusitana, que em Bocage o elevava, nas asas da tal «*inquietação por cousas nunca alcançadas*», a essa espécie de tristeza confidencial, que mais tarde, já em pleno desafogo da sensibilidade, seria o segredo encantador do estro de Musset. Se, desta forma, Bocage rompia com a regencia pesada da Arcadia, tambem a dor do seu arrependimento nos testemunha o acordo tardio da sua personalidade com os apelos indominaveis da sua consciencia. O *soi*, porfiando, acabaria por jugular o *moi*, — como diria Léon Daudet. Bocage afirma-nos aí o poder da sua libertação psíquica. Não se trata da capitulação atribulada dum enfermo no ancoradoiro amplo da Fé. Bocage, documentando a sua conversão, anota-a como um acto autónomo do seu pensamento unido á sua vontade:

> E para crer num braço autor de tudo,
> Que recompensa os bons, que os maus castiga,
> Não só da fé, mas da razão me ajudo!

Entre os grandes rebeldes, Bocage é dos poucos que nos lega, no completo repúdio da sua existencia fragmentada e negativa, a mais alta e impressionante de todas as confissões. O regresso de Bocage a Deus obedece ao império da sua inteligencia já emancipada dos mitos que a obscureciam. O poeta apalpa e sente, primeiro que ninguem, as responsabilidades sociais do escritor, — do homem que pretende influir á

Digitized by Google

sua volta pelo ministerio da pena, ao lançar-nos aquele seu grito inolvidavel :

Já Bocage não sou !.. A' cova escura
Meu estro vai parar desfeito em vento ..
Eu aos ceus ultrajei ! o meu tormento
Leve me torne sempre a terra dura !

Conheço agora já quão vã figura
Em prosa e verso fez meu louco intento.
Musa !... tivera algum merecimento
Se um raio da razão seguisse pura !

Eu me arrependo ; a lingua quasi fria
Brade em alto pregão á mocidade,
Que atraz do som fantastico corria :

Outro Aretino fui ! .. A santidade
Manchei !... Oh ! se me crêste gente impia,
Rasga meus versos, crê na eternidade !

Como apendice aos exemplos invocados por Daudet, este de Bocage ilustra-lhe extraordinariamente a teoria do *Hérédo.* Se Bocage é na abundancia ruidosa do seu *eu* sub-liminar uma revolta projeção de tipos ancestrais antagónicos, nós verificamos como a supremacia da consciencia ele a obteve pelos procéssos teológicos do sofrimento, de inibição e mesmo da penitencia, que Léon Daudet nos aponta como sendo os unicos com segura eficacia, até dentro do puro ponto de vista clínico. Estudado através da sua humanidade tantas vezes decaída, mas tão intensamente resgatada, Bocage quasi se torna um espelho, -- o

Digitized by Google

espelho em que nós nos reflectimos no duelo constante das nossas paixões com a nossa ansia sagrada de depuração. Moribundo, o poeta dita um soneto que é de sempre, — que é eterno. Esse soneto pertence ao florilégio da alma christã, — é irmão dos acentos doloridos de Santa Terêsa e de S. João da Cruz. Dante coloca-lo-ia na boca daqueles a quem o Purgatorio prepara para a visão suprema de Deus. E ninguem, debruçado sobre si próprio, no momento final, se retrataria tão fielmente, ao desenlaçar-se pela morte o conflito místico das duas naturezas contraditorias do homem.

Se a obra de genio vale, sobretudo, pelo que contem de universal e humano, o soneto de Bocage moribundo não tem segundo na literatura de todo o mundo. Ele mesmo, estertorizado, fixou a tragedia da agonia, repartida entre os sobresaltos da nossa condição inferior e os clarões já visiveis da aproximação divina. «A agonia, — repara apropósito Léon Daudet —, pode ser considerada como o derradeiro esforço da hereditariedade contra a individualidade, — dos elementos transmitidos e caducos contra o principio pessoal e imortal.» Sucede, pois, que a serenidade perante a morte, — fenómeno bastantes yezes observado em temperamentos inquietos antes desse minuto decisivo—, tende a significar a libertação subita do *soi* (*individualidade* ou *alma*) pela derrota e subjugação do *moi* (*ancestralidade* ou *determinismo*.)

Digitized by Google

Não se me afigura que seja outro o caso de Bocage. A clarividencia que lhe inspirou o seu soneto célebre é a prova melhor a invocar-se contra a lenda sectaria que no-lo descreve coacto pela pressão inquisitorial e pelos mórbidos receios religiosos do seu espírito abatido. Aqui lançamos, asseverando o contrario, a nossa interpretação, baseada em sólidos fundamentos psicológicos. Bocage, convertido e arrependido, foi mais *livre* na condução da sua vontade que o Bocage dos risos demolidores e da «pavorosa ilusão da eternidade.» Enquanto o Bocage da primeira fase, «devoto incensador de mil deidades» e «inimigo de hypocritas e de frades,» dosperdiça a sua excepcional opulencia lírica, subalternizando-a aos caprichos soltos da desordem afectiva, o segundo Bocage, ao adormecer tranquilamente no Senhor, morria realizando o trabalho dificil da unidade do seu ser indestrutivel. A introspecção psíquica que marca a culminancia duma consciencia, repassa linha a linha, palavra a palavra, o arranco de Bocage agonisante:

> Meu ser evaporei na lida insana
> Do tropel das paixões que me arrastavam;
> Ah! cego eu cria, ah! misero eu sonhava
> Em mim quasi imortal a essencia humana.

O assalto último dos seus fantasmas ancestrais, Bocage o repelia vitorioso para a confusão da noite infernal. E luminosamente, na transparencia da dor

Digitized by Google

e da esperança, o seu génio conhecia a crepitação inegualavel do Salmista ao soluçar com internecida contrição:

> Deus, oh Deus! Quando a morte á luz me roube,
> Ganhe um momento o que perderam anos,
> Saiba morrer o que viver não soube!

Na sua singeleza, — singeleza duma velha gravura contornada a agua-forte —, eis o drama de Bocage. O que restava do «palido, estranho moço,» de que nos fala lord Beckford, — aquele «senhor Manuel Maria», que a curiosidade fleugmática do viajante inglês achava ser «a criatura mais extravagante, mas talvez a mais original que Deus ainda criou»? Onde é que iam os estouvados tempos em que Elmano, «entusiasmado pela Revolução Franceza», declamava entre enfático e convencido:

> Liberdade, onde estás? Quem te demora?
> Quem faz que o teu influxo em nós não caia?
> Por que (triste de mim!) por que não raia
> Já na esfera de Lisia a tua aurora?

Nada subsistia da sua anarquia sentimental de ideólogo que não hesitara em saudar Napoleão, — «Graças, ó Corso excelso, á tua espada!» —, como um «novo redentor da natureza.» Reconciliado com as normas eternas da vida, Bocage transpunha pela humildade os umbrais da única gloria que não perece. O vento

Digitized by Google

da Enciclopèdia passara por ele, — vento estéril, vento do deserto, com a desgraça habitando-lhe as entranhas. Bocage, convertido, ensinava-nos agora que, — ontem tomo hoje! —, só ha um caminho para a sociedade e para o individuo, se, tocados pelo sopro maléfico, não quiserem sossobrar numa catástrofe sem remedio: — o caminho da Igreja. Tal é a conclusão que se desprende do fim de Bocage. Não aproveitou, pela vagabundagem filosófica do século findo, aos que vieram antes de nós. Mas, restituido ao seu significado verdadeiro, com ele se introduz na historia crítica de Contra-Revolução um depoimento ignorado, - o depoimento da sensibilidade portuguesa.

Setembro, 1918.

Digitized by Google

Digitized by Google

O "COPIADOR„ DE JUNOT

Digitized by Google

Digitized by Google

O "copiador„ de Junot

Perdido pelo Quartel-General no tumulto da batalha do Vimeiro, por largos anos jazeu ignorado entre as coleções da Biblioteca da Ajuda o interessantissimo copiador da correspondencia de Junot para Napoleão, quando da primeira invasão francêsa. Mas, benemérito ilustre das nossas letras, o conhecido escritor militar, senhor Christóvam Ayres, acaba de prestar mais um serviço ao seu país, arrancando ao esquecimento o valioso manuscrito e enchendo com ele, debaixo do titulo «*Diario de Junot*», um dos volumes da sua «*Historia organica e politica do exército português*», — o volume XII das «*Provas*» respectivas.

Alem de o reproduzir textualmente, acompanha-o o senhor Christóvam Ayres dum vasto e conscienciosо comentario, em que toda a época é reconstituida no trama tantas vezes obscurecido dos acontecimentos que a entreteceram. Importa para nós, especialmente, um exame demorado o trabalho do senhor Christó-

Digitized by Google

vam Ayres, pela luz que derrama sobre um dos períodos mais confusos e mais incompreendidos da existencia de Portugal. Claro que, reflectindo o critério liberalista de quem a escreveu, a nossa historia é, a respeito das primeiras décadas do século passado, uma historia apaixonada, — uma historia parcialissima de partido. Sobretudo, esse tempo calamitoso das Invasões persiste em continuar deformado, através de conceitos com tanto de simplistas como de sectarios. A retirada da Familia-Real para o Brasil e o envio a Bayona duma comissão de notaveis pedir um rei a Napoleão, são motivo de indignadas declamações contra os dois principios, — a Religião e a Monarquia, graças aos quais Portugal se consolidou e por cuja virtude conseguirá ainda arrancar-se da desgraça. Desde que haja pretexto para as infaliveis declamações jacobinas, de nada mais se inquire, — nem da maneira como os francêses entraram, nem das facilidades que entre nós viéram encontrar por parte das associações secretas. Ora o estudo do senhor Christóvam Ayres marca o começo duma salutar reacção.

Evidentemente que a vinda de Junot fôra preparada muito de atrás nos clubs revolucionarios. A Maçonaria não se alargava, porém, nas suas simpatias por Napoleão, receiosa da luneta sempre vigilante de Pina Manique. Conseguiu Bonaparte impôr-se, de modo a obter a demissão do Intendente e a queda do chamado «partido-inglês», então no poder. O «partido-inglês» era o partido da guerra, — era o partido que, apoia-

Digitized by Google

do na aliança britanica e tendo D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida á sua frente, não queria da França senão o estado de hostilidade aberta, portanto, uma aceitação honrosa da luta. Pelo contrario, o «partido-francês» preconizava a neutralidade, que, comprada a peso de oiro, não só descurara a defesa nacional, como ia trasladando para os cofres de Bonaparte todos os recursos do nosso exaurido erário. Hesitando entre duas correntes opostas, o Principe-Regente não ocultava a sua preferencia pelo «partido-inglês», que nessa hora representava indubitavelmente o interesse de Portugal.

Porém, a atitude da Espanha e as negociações da Inglaterra com o Primeiro-Consul, seladas na paz fragilíssima de Amiens, não tardaram a deixar-nos ao abandono perante as arrogancias de Napoleão. E' a altura em que Lannes aparece embaixador em Lisboa com a sua brutalidade sem limites de caserneiro. Exagerava-a ele em proveito próprio, encarregado como estava de organizar em Portugal uma facção favoravel aos designios de Bonaparte. Di-lo José Acursio das Neves, — um contemporaneo, na sua, infelizmente incompleta, «*Historia da invasão dos Francêses em Portugal*», deixando-o tambem transparecer o insuspeito Luz Soriano. Afim de executar os seus danados projectos, exige Lannes a demissão do Intendente. Saem do poder os ministros acusados de afeição á Inglaterra, dentro em pouco a braços com o bloqueio continental, a que, em Til-

Digitized by Google

sitt, aderiria o imperador da Russia. Chegado o momento do «partido-francês», ascende ao ministerio Antonio de Araujo e Azevedo, mais tarde conde da Barca. Antonio de Araujo e Azevedo, nosso ministro na Haya e em seguida negociador de convenções entre Portugal e o Directorio, só se define na sua psicologia incerta de diplomata e de "*dilettanti*", — como diriamos hoje —, se nos recordarmos dessa nobreza do seculo XVIII, mordida do filosofismo enciclopedista e que no seu amor romantico pelas coisas de natureza primitiva, — indios, insectos, conchas, etc. —, não significava mais que uma versão bucólica do "*Contracto social*".

Na sociedade portuguêsa o academismo infantil e pretencioso de Lafões é o seu tipo rematado. Ora Antonio de Araujo viajara, pervertera se um pouco ao contacto das idéas de Revolução, e com certeza que aos seus merecimentos ligava a correspondente maleabilidade de caracter, para que Talleyrand o estimasse, como parece que o estimava. Não me restam a mim dúvidas nenhumas sobre a cumplicidade do futuro conde da Barca com os planos de Napoleão, para a entrega do Principe-Regente e da ocupação pacífica de Portugal. Num folheto raríssimo, — «*Provas da falsidade e injustiça com que o editor do Correio Brasiliense intentou desacreditar Antonio de Araujo de Azevedo*», impresso em 1810, pretende o ministro de D. João VI desembaraçar-se das acusações mais que fundamentadas que lhe envolviam o nome e o

Digitized by Google

procedimento. Perante o rei conseguiu-o ele, só talvez por clemencia do monarca, que o condecorou com um titulo, tendo-o promovido antes á dignidade de Grã-Cruz na ordem de Christo por carta regia de tantos de Março do mesmo ano.

Mas se Antonio de Araujo o conseguiu perante o rei e se as razões invocadas contra ele na «*Resposta pública à denuncia secreta*», por ventura se inutilizam em face da sua argumentação, — o que não se me apresenta admissivel pelos documentos que as confirmam e reforçam —, o copiador de Junot, agora saído da sua grafia miuda e empalidecida para a letra de estampa, oferece-nos uma pequena passagem, em que se apalpa e desenha todo o entendimento do nosso ministro com os planos do invasor. Ei-la: — *Mr. Herman ne pût voir ni le Prince, ni Mr. D'Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu...*»

Refere-se Junot á retirada para o Brasil. Ao chegar a Abrantes, ainda em Lisboa se não sabia do avanço de Junot. «*J'entrai en Portugal, sur ces entrefaites, et j'étai déjá prés d'Abrantes, qu'on ignorait encore à Lisbonne la marche de mon armée*». — informa o general para Paris. Avisado Junot do embarque da Familia-Real, envia prontamente Hermann a Lisboa. Entretanto, já por intermedio dum emissario de confiança, Antonio de Araujo se carteara com Junot. E' certo que Junot diz: — «*Mr. D'Araujo crut m'attraper et me retarder, en expe*

Digitized by Google

diant Mr. Barreto avec la lettre ci jointe N.° 1... Il était chargé pour moi de beaucoup de propositions, si je voulais m'arreter; mais il vit bien qu'il n'y avait rien á faire».

E' certo ainda que, mais adiante, Junot acrescenta: — «*... j'appris à Santarem que tout était prés pour le départ. Je trouvai alors Mr. Barreto, & quoique j'eusse bien deviné l'object de sa mission, je fis semblant de le croire, & je le réexpediai (sic) sur le champ à Lisbonne, par le Taje, avec Mr. Hermann; mon intention était seulement que l'on seût que j'étais trés prés de la Ville, et que elle put déterminer le peuple à empêcher l'escadre de sortir*». Em todo o caso, se estas passagens soltas da correspondencia de Junot atenúam por acaso as responsabilidades de Antonio de Araujo, nem por isso se despe da sua evidencia comprometedora o informe do futuro duque de Abrantes já reproduzido e que convem repetir: — «*Mr. Hermann ne pût voir ni le Prince, ni Mr. D'Araujo; celui-ci lui fit que tout était perdu...*» Se a Familia Real se encontrava já a bordo e o objectivo mais assente de Junot era impedir-lhe o embarque., colhendo a Côrte de surpreza, o que seria então que Antonio de Araujo considerava perdido no pânico da abalada?

De resto, José Acursio da Neves é bem explícito ao declarar: — «...o quo porém posso atestar agora he, que o ter-se traçado a surpreza de toda a Real Familia, dos parentes de casa, e das personagens

Digitized by Google

mais distintas do reino, e a sua remessa para França, são factos assás significados, para se poderem dar como indubitaveis. Devia praticar-se em Portugal o que alguns mezes depois vimos em Hespanha...»

Era o desfecho duma larga e ramificada intriga. Quando se redigiu e assinou o celebre tratado secreto de Fontainebleau que nos distribuia por diversos possuidores, «achavam-se ainda por embaixadores de S. A. R. o conde de Ega em Madrid, e D. Lourenço de Lima em Paris; e não sei se cumpriram os seus deveres. O publico os acusa altamente...» — repara José Acursio das Neves.

Não cumpriram, — demonstraram-no os factos depois. Já em 11 de setembro de 1807 o conde da Ega sabia perfeitamente da concentração em Bayona do exército de Jnnot e, no entanto, em Lisboa a tranquilidade acerca da conduta da França não podia ser mais completa. Conforme umas curiosas cartas de Ega, reveladas no «*El-Rei Junot*», de Raul Brandão, Manuel Godoy, principe da Paz, contemplado com a soberania do Alentejo e do Algarve pela letra do acordo de Fontainebleau, enleava fortemente a nossa autonomia nas malhas estreitas duma rede de que ele, Ega, participava, sendo com desvergonha o seu principal agente. Numa dessas cartas, Ega comunica a D. Lourenço de Lima: — «Eu continúo hoje a minha jornada para Lisboa havendo-me demorado dois dias com o meu amigo o Marquez d'Alorna que possuido como eu do verdadeiro interesse do So-

Digitized by Google

berano, a quem servimos, — da Patria que nos deu o ser, nos somos lastimados, (com incorreção, francezismo e tudo!) de que o nosso governo não conhecesse mais cedo o melhor partido que deveria abraçar».

Transparentemente, Ega aludia á ruptura da côrte de Lisboa com a Inglaterra e á nossa adesão ao bloqueio continental, com Portugal já retalhado no pensamento de Napoleão.

Quanto ao marquês de Alorna, não nos admiremos de que se ajustasse tão bem com as idéas de Ega. Nas suas «*Memorias*», a duquesa de Abrantes oferece-nos uma carta dele, que o define em dois traços pela mais absoluta sujeição ao falso espirito francês. Junot recomendá-lo-ia daí a uns anos a Napoleão como um elemento da maior confiança. Vejamos nós no seu copiador em que termos o faria o antigo sargento do cerco de Toulon. "*Le lieutenant Général Marquis d'Alorna me sera trés utile por cette nouvelle organisation; c'est un homme précieux dans ce pays ci par la confiance dont il jouit, dans le public et dans l'armée: c'est un homme d'honneur dont l'opinion positive est*, — e Junot sublinha —, «*que le plus grand bien qui puisse arriver á son pays, est d'être dépendant immédiat de la France,*» «*Um mot de V. M.*, — insinua ainda Junot— *le lui acquerrait inviolablement; il pourrait nous être fort utile ici.*»

Tratava-se da organização da famosa e infortunada

Digitized by Google

«Legião Lusitana», de que Alorna foi primeiro comandante. Já se calcula por isso o pleno entendimento de Ega com o marquês. Mas a cabala é muito mais nítida, quando, dirigindo-se a Godoy, Ega lhe diz: — «... te rogo incessantemente queiras, como sempre o fizeste, prestar os teus auxilios em beneficio de huma nação a que tambem pertences...» Observa Raul Brandão:—«Esta frase de «huma nação a que tambem pertences» não será alusiva ao tratado de Fontainebleau, que Ega devia conhecer?» Naturalmente. Embora uma sobrinha ou prima do principe da Paz houvesse casado em Trás os-Montes, semelhante circunstancia não ocorreria a Ega, nem nunca entre dois aventureiros constituiria razão para se ponderar. (1).

De modo que, nos bastidores emmaranhados da diplomacia da época, a conjura contra D. João VI é um facto assente e comprovado Não se consegue ilibar Antonio de Araujo das suas mais que manifestas relações com os agentes de Bonaparte. Nada melhor o confirma do que o final do discurso de Canning em 21 de janeiro de 1808 sobre os sucessos de Lisboa. «Ha certamente razão de crer, — asseverava ele —, que houve traição em alguma parte do Governo Português, e a essa parte se deve atribuir a vitoria que por vezes alcançou a influencia francêsa. A ela se deve imputar o segredo guardado sobre o

(1) Godoy reputava-se descendente dos Farias de Portugal e, alem deles, do nosso D. Pedro I.

Digitized by Google

adiantamente das tropas Francêsas, ao mesmo tempo que se recebiam garantias de que elas não passavam da fronteira; mas todo este negocio será submetido a uma rigorosa investigação, e até que se veja o resultado dela, melhor é não dizer mais nada sobre o assunto.»

* * *

Auxilia-nos poderosamente o senhor Christóvam Ayres, como dissemos, a desenlaçar o sub-solo da primeira invasão, não só com a publicidade dada ao copiador de Junot, mas tambem com o largo e bem construido comentario que lhe dedica. Já se conhece a opinião em que Junot tinha o marquês de Alorna. Pois ao apontá-lo ás graças de Bonaparte como um colaborador dos mais valiosos, o futuro duque de Abrantes elucida ainda: — «*Il y a aussi quelques autres officiers généraux qui méritent la bienveillance de V. M. Puis-je leur permettre qu'ils seront traités comme en France, les uns en activité, les autres en reforme et en retraite?...*»

Sem duvida que entre esses oficiaes superiores dignos do favor de Napoleão não figuravam nem Francisco de Paula Leite, nem Bernardino Freire de Andrade, nem o organizador da resistencia, D. Miguel Pereira Forjaz. Mas, logo á frente deles, apareciam Pamplona e Gomes Freire.

Pamplona, na retirada do Bussaco, deixou no campo de batalha o seu diario. Tirou-o do inédito o falecido e prestimoso bibliófilo Aníbal Fernandes To-

Digitized by Google

más. E' o espelho perfeito de Pamplona, — da sua alma dúbia de traidor, elaborando a frio os itinerarios que norteariam em Portugal a soldadesca de Massena. Para Pamplona os que se batiam na defesa da Patria seguiam simplesmente o «partido-inglês». Não se comove diante da terra invadida e até corrige a proclamação de Alorna aos sitiados de Almeida. Só o perturba um certo ciume do marquês, que vai e vem, em galopadas misteriosas. Pelo que toca a Gomes Freire, segundo comandante da «Legião Lusitana», — não hesitou o indisciplinado do Roussillon em acompanhar Junot na vistosa parada de 21 de fevereiro de 1808. «*A Memoria historica da invasão dos francezes em Portugal* terminantemente nos diz que ele o fez por «gosto ou por política», apesar de Gomes Freire, em carta de Paris de 22 de junho de 1815 a D. Miguel Pereira de Forjaz, a quem chama afectuosamente «*Meu primo do C.*», apreciar nos seguintes termos a sua nomeação para a segunda divisão das tropas que Junot enviara para França: —«Conheci que esta nomeação não era senão um meio de que se usava para tirar-me de Portugal ..» Lamurias do exilio para lhe abrirem as portas da patria que mais uma vez trairia!

Está tambem provado que Junot contava com o concurso da Maçonaria, como se infere do seu copiador. Em nota para Napoleão esclarece ele que em Sacavem recebera em visita «*beaucoup de monde, dont la plupart francs-maçons*», que,—nas proprias palavras—,

Digitized by Google

«*m'ont beaucoup servi pour faire rentrer le peuple dans le tranquillité*». Exercendo na Maçonaria funções de alto dignitario, Gomes Freire participou do mesmo calor por Junot, embora amigo do duque de Sussex e suposto como inclinado aos ingleses. Se na realidade o fosse, nunca Junot lhe entregaria um cargo de confiança pessoal, sendo, palpavelmente, um dos generaes para quem solicitara «*la bienveillance*» de Napoleão.

Foi igualmente o vínculo maçónico que empurrou Pamplona para o serviço francês. Tanto as associações secretas se tinham subalternizado ao inimigo, que até, por intermedio do celebre «*Conselho Conservador de Lisboa*», manobrado pelo velho José de Seabra da Silva, Junot se puzera em contacto com o movimento restauracionista, de maneira que a conspiração «*marchait toujours á la vue et quelquefois sous l'influence inaperçue du général français*,» — esmiuça-nos Foy no seu estilo discreto. E a nossa historia, — a historia que anda impressa em situações de novela, ao paladar de todos, o que é que nos ensina? Ensina-nos a venerar como varões imorredoiros os que traíram o nome português, — ou por sugestão insensata de principios falsos, ou por efeito duma ambição desensofrida. Tipificam-se admiravelmente em Bento Pereira do Carmo, então juiz-de-fora em Ançã e volvidos trinta anos ministro do Constitucionalismo com o regente D. Pedro. Pediria ele, á testa da camara da sua presidencia, um rei a Bonaparte,—mas um

Digitized by Google

rei constitucional, portador de toda a mitologia politica da Revolução.

«Já não ha Pirineus, dizia um rei de França no começo do seculo passado, quando seu neto vinha ocupar o trono de Espanha,» — discursava ele em 20 de maio de 1808. «Nós com maior razão diremos agora que já não ha barreiras que separem um povo do outro povo. Cessarão já duma vez os odios e antipatias nacionaes, pois o genio imortal do grande Napoleão tem afastado todos os tropeços, ou levantados pela nobreza, ou nascidos de preocupacões vulgares» E o verboso magistrado proclamava sem rodeios: — «Os francêses, italianos, portuguêses, espanhoes e napolitanos, não formam daqui em deante mais do que uma grande familia de irmãos regida por um sistema uniforme e luminoso».

E' uma síntese acabada da doutrina maçónica na sua negação social e histórica do que sejam as realidades eternas da patria. Não evitou a atitude bem caracterizada do juiz-de-fóra de Ançã que ele subisse um dia aos conselhos da Corôa e, antes, se visse deputado nas Constituintes de 1822. Historia de partido, a nossa historia concede-lhe loiros de glorificação, enquanto ennodôa e insulta a deputação mandada a Bayona, como se fosse mendigar um rei a Napoleão. Mas em 1871 no seu folheto «*Breves reflexões sobre um escripto recem-publicado em que se ofende a chamada deputação portugueza que foi a França, em 1808*», já o marquês de Rezende pulverizava essa

Digitized by Google

calunia insubsistente. Agora o copiador de Junot restitúi energicamente a verdade á sua limpidez original. Verifiquemos.

Em dezembro de 1807 Napoleão ordenara a Junot que lhe enviasse umas sessenta pessoas das mais ligadas em lealismo á dinastia ausente. Sucedera que a 16 do mesmo mez Junot, oficiando para Paris, tinha já participado: — «*Ce que l'on appelle, ici, le Conseil de Regence m'a demandé l'autorisation de faire une deputation a V. M. Je vais la leur accorder & la composerai d'individus dont j'ai besoin de me defaire.*» E decorridos quatro mezes, a 8 de março de 1808, Junot anunciava: — «*J'aurai l'honneur d'adresser à V. M. par le premier courrier la liste des personnes les plus marquantes du pays que j'envoye en France; Elles partent ces jours-ci et doivent être rendus a Bayonne, au plus tard le 10 abril... J'ai donné à leur envoy la forme d'une Députation, sans quoi aucun d'eux eut allé de bonne volonté et les envoyer par force aurait certainement occasioné quelque évenement que j'ai crû devoir éviter...*»

A lenda injuriosa da deputação a Bayona esfarela-se assim, totalmente desbaratada. Repetida durante um século inteiro pela má-fé jacobina, o seu fim não era outro senão lançar um labéu sobre as forças tradicionais que constituiram a Patria.

Nobres houve que pactuaram com o inimigo. Mas os que pactuaram, como Alorna e os seus sequazes.

Digitized by Google

obedeciam aos cánones da Maçonaria, — não passavam de valores arrancados á sua justa inserção no quadro geral da sociedade. A' frente dos outros, — dos que marchavam compelidos, para que Junot, reputando-os perigosos, se desembaraçasse deles, distinguia-se o austero marquês de Penalva. Autor da «*Dissertação a favor da Monarquia*», é hoje um dos mestres venerados da nossa Contra-Revolução. Contribuiu para lhe aclarar singularmente o prestigio o trabalho definitivo do senhor Christóvam Ayres. Assinalando o verdadeiro acontecimento, que é a publicação do copiador de Junot, prestamo-lhe a nossa homenagem. Torna-se essa homenagem muito mais significativa, se nos recordarmos que em 18 de outubro de 1817, exactamento ha cento e um anos, recebia Gomes Freire na esplanada de S. Julião da Barra o premio devido ás suas combinações enigmáticas com o general espanhol Cabanes!

Outubro, 1918.

Digitized by Google

Digitized by Google

A ORDEM-NOVA

Digitized by Google

Digitized by Google

A Ordem-Nova

Comentando as impressões da sua viagem á Russia bolchevista, observa algures o catedràtico e socialista espanhol Fernando de los Rios — «*El Estado russo se ha visto arrastrado a una consecuencia que era fatal, dados los principios de su organización centralista y la actitud que se habia adoptado respecto de la economia; se ha constreñido a convertir el trabajo obligatorio en trabajo forzado, porque la fuerza del trabajo en si mesmo ha advenido propriedad del Estado...*» (1) Efectivamente, no *Memorandum* apresentado ao IX Congresso do Partido Comunista (1920, 29 de março a 1 de abril), Trotzky declarava sem rodeios: — «A liberdade do trabalho é propria da sociedade burguêsa. Para execução das ordens correspondentes ao trabalho forçado, obrigatorio para todos, sem distinção de sexo, deve ser em-

(1) *Mi viaje à la Rusia sovietista.* Madrid, 1921.

Digitized by Google

pregada a força armada. Os operarios deverão ser incorporados nas empresas, introduzindo-se nelas um regimen severo, com aplicação de penas disciplinares. Unicamente as pessoas cheias de preconceitos burguêses se poderão insurgir contra um tal sistema.»

Respondia Trotzky com estas palavras francas ao voto expresso de Bujarin, Osinsky e outros elementos da esquerda comunista, — porque ha tambem uma «direita» comunista! —, os quais não hesitaram em reclamar para o trabalho a sua inteira militarização debaixo duma completa disciplina de ferro. De resto, já antes no jornal *Pravvda*, Trostzky afirmara num artigo seu: — «A adaptação do trabalho ás necessidades comuns e a intensificação da produção estão determinadas em grande parte pelo interesse pessoal dos trabalhadores; e o que importa em semelhante caso não é o regimen juridico sob que se haja de gozar dos fructos do nosso esforço, mas a parte efectiva que nos haja de corresponder.»

Em face de tão significativos depoimentos, nós vemos a que escravatura inesperada conduzem as aplicações do dogma marxista de «luta de classes». Insuspeito na evidente formação revolucionaria do seu espirito, o prof. Fernando de los Rios considera o drama que se passa na Russia como o «*eclipse dos direitos do homem*». E não vacila em asseverar, perante essa espantosa paranoia colectiva, que, segundo os preceitos e as realizações da ditadura bolchevista, «*não ha direito para a consciência, porque*

Digitized by Google

não ha um elemento humano geral, visto os homens na Russia serem hoje absolutamente insolidarios», acrescendo que o direito ali existente é apenas um precario direito objectivo e só ao titular do Poder pertence defini-lo.

Dificilmente o despotismo encontraria caracteristicas mais acentuadas. A tanto leva nas suas extremas consequências a lógica do principio democrático! O individualismo sentimental de Jean-Jacques Rousseau torna-se assim, passado um século, no «insolidarismo total» do prof. Fernando de los Rios. Todos os germens anti-sociais da era liberalista afloram agora na terra ennevoada dos Czares, revestindo-se, para efeitos mais sinistros, duma espécie de religiosismo frenético, a que não é estranha a hereditariedade mongólica de Lenine. Mas, pondo de lado as condições de meio e de raça, o pensador e o sociólogo necessariamente verificarão no excessivo estadismo da experiencia russa o fundo centralista e absorvente do Estado moderno, saído da Revolução Francêsa e que, tão bem autopsiado por Taine, recebeu de Napoleão a expressão jurídica definitiva. A diferença consiste apenas em que essa noção de Estado computava até agora o individuo unicamente como «homem politico — como «cidadão», ao passo que a ditadura de Lenine o classifica apenas como «homem económico», como simples «produtor».

Mas a compreensão exacta de quanto na desenrola na Russia não nos é possivel, se não considerarmos

Digitized by Google

o parentesco legitimo que liga o tipo de Estado, aproveitado por Lenine, ao tipo de Estado que Napoleão nos legou. A crise em que a Europa se debate é, sobretudo, onde se filia. Nascidas duma concepção meramente *doutrinaria* da sociedade, com o crescente altear dos problemas contemporaneos, tão complexos e tão agudos nas suas múltiplas manifestações, as instituições políticas do nosso continente, não possuindo raizes na historia, dificilmente acompanhariam as exigencias cada vez mais clamorosas da realidade. Recolhem-se por fim os frutos da sementeira louca do 89! E na destruição dos organismos tradicionais,—ou seja daqueles «corpos que entre os individuos e o Estado tornavam outrora facil e resistente a vida social, não era impossivel de prever que, vítimas das oligarquias financeiras e parlamentaristas, os povos, arrastados pelo desenvolvimento dominador do industrialismo e do capitalismo aos abusos execraveis da plutocracia, acordariam em peso para mais uma utopia — a utopia da ditadura do proletariado, em que, afinal, acabarão por se sentir escravizados como nunca, se tão grande desgraça houver de desabar por sobre o ocidente europeu!

Oscilando, deste modo, entre as duas barbarias, — a barbaria argentária e a barbaria sovietista, a sorte do mundo, se o facho da civilização tiver de se manter aceso, não dependerá seguramente nem da vitoria dos barões da Finança, nem do avanço da cavalgada da Apocalypse. Quer se trate do Estado bur-

Digitized by Google

guês com o seu cortejo interminavel de retóricos e correctores de Bolsa, quer se trate do cearismo vermelho de Lenine, precisamente o dever da nossa inteligencia é empenharmo-nos sem descanço no combate imediato a essas duas formas de desorganização sistematisada, incestuosamente geradoras uma da outra. Se digo «geradoras uma da outra», é porque na pantomina trágica representada em Génova presenciou-se claramente o conluio estreito que enlaça o cosmopolitismo criminoso dos banqueiros á demencia universal do sonho bolchevista. E tudo, porquê ? Tudo porque, «*au surplus, les deux barbaries ne font qu'une: fruits, l'une et l'autre, du desordre de l'ésprit, du tumulte des passions et du dechainement des appétites, la barbarie ploutocratique et la barbarie bolcheviste sont filles du même sang corrompu*», — escreve Georges Valois. *Sœurs ennemies et amies, l'une riche, possedée par les biens du monde, l'autre pauvre, ancieuse des richesses de la premiére, l'une et l'autre également agitées par la passion de jouir et par le désir d'échapper à la loi du travail, l'une et l'autre vivant de rapines et de pillages, l'une agissant au coin des banques, l'autre au coin des rues, elles se jalousent, se redoutent, se combattent en se ménageant, s'appuient l'une sur l'autre et se servent une de l'autre.*

Tais são as duplas algemas em que as velhas patrias christãs agonizam estranguladas, desde que, vai para seculo e meio, a filosofia naturalista dos ideólo-

Digitized by Google

gos da Enciclopedia as atirou para fora do grande caminho da Tradição. Formado pela obra laboriosa e lenta duma longa elaboração da historia, o Estado, já então corrompido pelo virus absolutista do Direito Romano e da Renascença, de instituição coordenadora e complementaria que era, volveu-se abertamente num como que instrumento do dominio, depressa utilizado pelos profissionais do Poder como o mais seguro e eficaz agente de exploração social. O conceito individualista da sociedade, sobrepondo-se a tudo e a todos num delirio de reformismos niveladores, apenas atendeu á excelencia abstracta das suas hipóteses. E eu não instruirei aqui o processo dessa mentira nefasta que Napoleão formalizou e o Liberalismo tornou exequivel, visto que temos bem á mostra, na lição da Russia, a soma dos seus resultados desastrosos!

Não aplaudindo a herança do romantismo revolucionario, não é, por isso, de defesa a posição que assumimos em frente da falencia inevitavel do Estado democrático. Não é tambem á negação do Estado em si que as nossas reflexões se dirigem, se, ao confessarmo-nos anti-parlamentaristas no politico e descentralizadores no administrativo, nos declaramos conjuntamente sindicalistas no social e no económico. O nosso trabalho é um trabalho simultaneo de destruição e de reconstrução. De destruição, — quando no campo do pensamento e dos factos nos esforçamos por dissipar até ao seu ultimo equívoco, a influencia

Digitized by Google

funesta da mitologia revolucionaria. De reconstrução, —quando, por sobre os alicerces combalidos da sociedade, procuramos terraplanar o hiato aberto pela passagem perturbadora do Liberalismo e achar as bases sólidas em que a Ordem-Nova se estabelecerá, para prestigio da Christandade e aumento da civilização.

* * *

Não consente duvidas a ninguem que, colocado dentro da doutrina marxista da luta das classes, Lenine raciocionava com firmeza, ao asseverar, em março de 1919, no Congresso da Terceira-Internacional, que «a ditadura do proletariado manifesta-se inteiramente legitima, não só como um meio de derrubar os opressores e de suprimir a sua resistencia, mas ainda como uma necessidade absoluta para as massas trabalhadoras, por ser a unica forma de defesa contra a ditadura da burguesia, que originou a guerra e está preparando novas guerras.» Nesta sequencia de idéas, «a essencia do poder sovietista consiste, — ainda segundo Lenine —, na circunstancia de se tomar por base constante e exclusiva de toda a autoridade do Estado e de todo o mecanismo governamental a organização em massa dessas mesmas classes que estavam debaixo do capitalismo, isto é, dos operarios e dos semi-proletarios», nos quais Lenine congloba os camponeses que não exploram o trabalho alheio e que vendem parcialmente a sua força manual. Instrumento duma di-

Digitized by Google

tadura, — a da burguesia, Lenine utiliza o Estado, para servir a ditadura do proletariado, enquanto durar o periodo de necessaria transição e o comunismo não tiver aplicação integral. Desde que nas democracias a razão do Estado reside no criterio da opinião publica e na lei da maioria, não se negará a Lenine uma recta dedução nas suas considerações. Se a sociedade não é mais de que um composto aritmético de individuos, não se entende que a parte mais numerosa viva sujeita ao egoismo e aos interesses parasitários dum grupo reduzido de politicos e de banqueiros, — exploradores privilegiados do Oiro e do Poder. Sucede isto em regimens que enfaticamente se rotulam como «liberaes». Eis porque Lenine, atacando a «democracia pura», nos oferece uma definição admiravel da «liberdade», que, sem ofensa para o ilustre mestre da Contra-Revolução, o proprio Charles Maurras não duvidaria em acolher. «Os capitalistas, — diz o cesar vermelho de Moscou —, chamaram sempre «liberdade» á facilidade com que os ricos podem fazer os seus negocios, enquanto os pobres vão morrendo de fome.» E a consciencia antidemocràtica de Lenine é tão nítida e acentuada que, numa entrevista reproduzida pelos jornaes de todo o mundo, não fugiu de exprimi-la ao coronel Raimundo Robins, presidente da Cruz Vermelha norte-americana. Assim falou Lenine: — «Talvez que o coronel veja baionetas estrangeiras atravessar a Russia; talvez que veja mortos os chefes dos *Sovlets* e as

Digitized by Google

trevas envolver de novo o nosso país. Mas a luz que surgiu dessas trevas destruiu a democracia politica em toda a parte e para sempre. Quero dizer que a idéa da democracia politica morreu.»

Pregunta-se: — mas o que será para Lenine a «democracia politica? Evidentemente que é o Estado segundo o modelo das constituições escritas e em que os homens não são «produtores» — e sim «cidadãos». A que chegou na Russia o «produtor», sabemo-lo nós, com o trabalho militarizado e considerado, tal como a propriedade, pertença indiscutivel do Estado. Na pulverização crescente do sociedade, o «individuo» dos idílios solitarios de Rousseau dera logar ao «cidadão» dos festins eleitoraes do Liberalismo. Por seu turno, o «cidadão» do Liberalismo, no alargamento opressivo do Estado moderno, volveu-se sem demora no «produtor» da metafísica bastarda de Karl Marx. Rotos os laços que o prendiam á colectividade, simplificado, como um estômago que digere, em mero «homem-economico», o «produtor», não sendo mais que uma máquina que trabalha e uma boca que pede pão, viu-se de súbito despojado de toda a relação moral e social, nesse pavoroso «insolidarismo» da definição inolvidavel do prof. Fernando de los Rios.

Traçado assim a genealogia dos fenómenos de dissolução geral que, mais marcadamente desde o século XVIII, veem roendo os fundamentos da civilização, compreende-se facilmente que a essa como que ten-

Digitized by Google

dencia da sociedade para o atomismo, em que o patrimonio do passado se perde e com ele os estimulos sagrados do futuro, corresponda, como elementar recurso de coesão, o estadismo mais abusivo e mais arbitrario que se haja de conceber, a ponto de na Russia não existir outro direito, — insistimos, — que não seja um grosseiro direito objectivo, ainda por cima ditado exclusivamente pelo titular ocasional do Poder. O facto é tanto mais para impressionar, se nos recordarmos que o bolchevismo, representando uma reacção contra o que apelidaremos a «ordem-burguêsa», é tambem, e fundamentalmente, uma reacção contra o criterio histórico do Estado. E não se deixe de assinalar agora um detalhe de alta significação para o nosso fim. Ao passo que o «individuo» de Jean-Jacques se eleva por vontade propria, e progressivamente, á aceitação da disciplina do Estado, o «produtor» de Lenine surge-nos, ao cabo de operação inversa, isto é, depois de decompôr a estrutura da sociedade existente, tentando realizar uma especie de errata ao vicio original da democracia.

Se na democracia, o individuo, entregue aos desvarios metafisícos da "liberdade», subalternizou e anulou as instituições que o amparavam contra a omnipotencia do Estado, tais como o Municipio e a Corporação, no bolchevismo pretende-se, por um instinto atrabiliario e cego, mas lógico dentro da falsidade dos príncipios, substituir a imprescindivel força coordenadora do Estado por uma sérle sucessiva de assembleias, ou *soviets*, que, partindo de grupos eco-

Digitized by Google

nómicos rudimentares, termina no *soviet* central, — vértice em que se recolhem as linhas de tão imprevista e descomunal pirâmide.

O que resulta, pois, como clara lição das coisas da Russia, é que o sindicalismo, mesmo na forma absoluta que procurou assumir na desgraçada terra dos Czares, carece de um agente que, federando-o e regulamentando-o, o preserve da anarquia e assegure simultaneamente, para com as corporações, a independencia individual e, para com os indivíduos, a autonomia corporativa. Não lhe sendo possivel obte-lo na sua quimera estulta de emendar a sociedade segundo as preferencias sociológicas de meia dúzia de ideólogos em delírio, o bolchevismo, a braços com o dilema de se negar a si próprio, ou de caír no perigo mortal da sua inteira desfibração, não teve outro remédio senão recorrer, — como recorreu —, para a mais dura e inflexível ditadura pessoal.

* * *

Ora, aceitando do bolchevismo a sua crítica ao conceito individualista da sociedade, neste desfazer incontestavel das superstições políticas e económicas do Liberalismo, qual a posição que nos cabe a nós, — «renovadores», e não «conservadores», perante o drama em que a Europa parece desconjuntar-se? Se repelimos desde logo o inqualificavel mito romântico da «Bondade-Natural» do «cidadão», com não

Digitized by Google

menor energia repelimos tambem o fermento de desagregacão que o marxismo comporta consigo, nos terriveis enunciados da sua «luta de classes». Para nós, na esteira dos melhores mestres e conforme os ensinamentos da verdadeira sociologia, a sociedade é constituida por *familias*, e não por *individuos*. Os *individuos*, quando nascem, nascem já dentro duma *familia*, e caracterizam-se em seguida, ou profissionalmente pelo *grémio* ou *corporação* a que pertencem, ou institucional e economicamente pelo *municipio* ou *provincia* em que residem. Ha assim um *direito social*, ou *natural*, que resulta intrinsecamente da condição do homem, para o qual, ao contrário de Rousseau nos seus improvisos sociológicos, a sociabilidade é qualidade inseparavel da existencia.

Não estranharemos, pois, que, ao lado do tradicionalismo político e filosófico dum Maurras, se constitua no campo da sciencia objectiva uma forte corrente doutrinária, de que é condutor e porta-voz o catedrático da universidade de Bordeus, Mr. Léon Duguit. Encontra Mr. Léon Duguit na «solidariedade» um facto fundamental da vida do homem, porque dispõe duma base instintiva, como que fisiológica, muito antes de receber a sanção das leis e das instituições no campo superior do direito.

Assim, para Duguit, «a sociedade não existe porque os homens queiram viver em comum, mas sim porque os homens viveram sempre em comum, visto não poderem viver doutro modo...» Com o positi-

Digitized by Google

vismo de mestre Duguit é o velho tema do «direito-natural» que resurje, — não do «direito-natural», como a metafísica da Revolução o concebeu e divulgou, mas como o compreendia S. Tomás e toda a magnífica coorte dos seus comentadores peninsulares da Contra-Reforma, com o insigne Francisco Suárez á cabeceira. Sabe-se que, para S. Tomás e seus discipulos, a «comunidade-perfeita», nascida da razão original das coisas, prevalecia sobre o individuo e condicionava o desenvolvimento da sua curva vital. Em que consistia, conforme os Escolásticos, a «comunidade-perfeita» ? Na comunidade que se basta a si mesma. A comunidade que se basta a si mesma é evidentemente aquela que possúi dos seus destinos o sentido solidário e contínuo que Duguit nos aponta e que só é possivel pela subordinação harmónica das partes ao todo, desde que o todo seja regido e impregnado, — como queria Claude Bernard para os organismos físicos —, pela permanencia duma idéa-directriz.

De nada mais se carece para que se saliente a concordancia, ou, para melhor me exprimir, o paralelismo, que se surpreende entre o pensamento de Mr. Léon Duguit e os sistematizadores, tanto antigos como modernos, das grandes verdades tradicionais. Visto que, para uns e para outros, os fundamentos da sociedade assentam no *grupo*, e não no *individuo*, implicitamente que á sociabilidade dos escritores tradicionalistas, filha da lei natural, e não ao ato-

Digitized by Google

mismo anárquico dos Imortaes-Principios, é que devemos ir buscar os motivos primários e inalteraveis da sociedade constituida. Um reforço de valia nos surje aqui, partido dos dominios das sciencias experimentais, contra o inqualificavel abuso que, em nome das teorias de Darwin, se pretendeu exercer durante largo tempo nos ambitos agitados da sociologia. Considerando o homem como uma espécie fixada ha muitos séculos e com caracteres próprios que o distinguem dos outros sêres vivos, o eminente dr. Grasset conclúi do estudo da biologia que «*a lei biologica fundamental da sociedade humana não é a lei darwiniana da luta e da concorrencia*», mas que, pelo contrario, os homens são «*regidos pela lei biológica humana do auxilio mutuo, do amor, da solidariedade e da colaboração.*»

Não é caír no optimismo dissolvente da «Bondade-Natural» e dos vários mitos congéneres. Mas, corrigindo a fatalidade animal que nos convida a cada momento a escutar as solicitações da nossa índole inferior, é antes elevar-nos pelo gosto da perfeição e pela prática das disciplinas interiores a esse tipo excelso de humanidade que o Christianismo gravou dentro das nossas almas e que é o segredo fecundo da marcha do homem através da Historia. Palpita-se bem o alto e dramático sentido do dogma christão do «pecado original» e da sua remissão pelas graças da Igreja e, em cada um de nós, pelo exercício heroico da vontade.

Digitized by Google

Substituida, portanto, pelo reconhecimento da «solidariedade» ou «interpendencia» humana, a falsa filosofia da Revolução, — na hora em que a tragédia russa, realizando entre os homens o «insolidarismo total», representa para nós a ilustração mais viva e mais tocante da cilada que se esconde nas páginas do *Contracto-Social* —, quais são os roteiros que se abrem diante dos que acreditam nas possibilidades do futuro, —venha ou não venha a catástrofe, venha ou não a civilização a padecer paixão e morte ?

Pensamos como Guglielmo Ferrero que estamos no fim dum mundo, — que o mundo se vái, desfeito pelo excessivo materialismo que lhe corrói as entranhas. Mas sem compartilhar das inquietações dolorosas do ilustre historiador, cremos ainda que a sociedade encontra dentro de si os elementos necessários para a sua ressureição: «*Rien n'est perdu tant qu'il reste dans une nation quelques intelligences lucides et des volontés ardentes,* — observa Georges Valois no seu último livro *La reconstruction économique de l'Europe*. «*L'Europe n'échapperait pas á la catastrophe si elle n'avait pour la sauver que ces libéraux anglais, qui ne pensent qu'á faire leurs affaires, ces libéraux français qui font les affaires des premiers, et ces libéraux russes qui ne font les affaires de personne, ou encore ces conservateurs de tous pays, qui n'ont jamais conservé que le mal et qui sont convaincus que rien ne peut arretêr la*

Digitized by Google

marche du socialisme revolutionnaire. Mais toutes ces jeunes forces qui se sont groupés en France autour de Maurras, en Belgique, en Suisse, en Espagne, au Portugal, autour d'hommes jeunes, en Italie á l'appel de Mussolini, toutes ont repris et tiennent haut le flambeau de la civilisation. L'Europe retentit d'appels qui entend une jeunesse frémissante. Giovanese ! Giovanese ! *c'est en Italie, le premier cri d'un chant qui rythme les pas des jeunes hommes sur la terre latine. Nous ne sommes pas en décadence; nous sommes au seuil d'une renaissance.*»

E porque nos sentimos alentados com o verbo do ilustre economista francês, empenhado como nós na restauração duma maior e mais bela Christandade, é bom que o oiçamos ainda nas suas reflexões incisivas e reconfortantes. Insiste ele : — «*Le péril n'est pas dans l'âme des peuples. Il est dans l'esprit des gouvernements qui sont sous le contrôle de la ploutocratie. Ce sont les ploutocrates et leurs serviteurs qui troublent l'Europe autant et plus que les idées révolutionnaires ; ce sont eux qui ouvrent nos frontiéres á la révolution Un Nitti, un Briand, un Lloyd George, un Stinnes ou un Rathenau, qui croient utiliser l'anarchie pour leurs desseins, sont em Europe les fourriers de la barbarie. Daniel Halévy dit que la societé russe est tombée en ruine aprés quatre ans de guerre. Eût-elle fait cette chute si les libéraux russes n'avaient été alimen-*

Digitized by Google

tées par les banques de Londres ; si les caisses des bolchevistes n'avaient été remplies par des banques judéo-americaines et judéo-germaniques ? Tous ces hommes d'argent qui ne voient le monde qu'à travers des traités et de billets de banque, perdent la notion des réalités ; ils croient que tout se meut ou s'arrête selon les ordres données em Bourse. Ces hommes pratiques vivent dans l'illusion, habitués aux fortunes qui se font et se défont en une année, en un mois, en une semaine, en un jour, ils ne savent plus que la vraie fortune des peuples est celle que produit sur la terre le labeur séculaire du paysan. La révolution russe est pour eux une affaire. Allez leur faire entendre qu'elle peut-être une catastrophe de l'humanité! C'est contre eux autant que contre les bolchevistes, qu'il nous faut défendre l'Europe.»

Exactamente, na defesa da Europa contra os dois bolchevismos, — o bolchevismo do argentário e o bolchevismo do agitador, é que o nosso plano de campanha necessita de se desenvolver e detalhar quanto antes ! Soldados duma nova cruzada, é na luta pela Ordem Nova que a nossa inteligencia se fortalece e o nosso braço se inspira ! O património que recebemos do Passado oferece-nos consigo os mais imprevistos germens de triunfo. O que á nossa volta está desabando é toda a ignóbil constituição ideológica do espírito da Enciclopédia. Incapacitado de responder ás interrogações que o assaltam de hora para

Digitized by Google

hora, cada vez mais opressivamente, na sua rota desesperada de naufrago, o Estado parlamentarista e plutocrático não tardará a ruir. Deixemo lo baquear para que a sociedade, restituida ás suas proprias forças, se refaça, finalmente, do adormecimento vegetativo em que ele a lançou com o peso das suas insaciaveis oligarquias parasitárias! No entanto, evitemos que, num estremecer de pupilas hediondas, a Horda, que espreita e avança na sombra, se precipite para o saque desejado, como um bando primitivo de gorilas! Na missão que a Providencia lhe distribúi, cabe-lhe arrastar á última capitulação a firma de banqueiros sem escrúpulos que exploram por sua conta os beneficios do chamado «Progresso» e teem os interesses da humanidade como um alto e lucrativo negócio. Enquanto eles se abismam na escravidão infame da Matéria, confessemos nós o poder invencivel do Espírito, ajoelhados diante dos átrios misteriosos da Cidade Futura! E' bem singelo o nosso programa, que todo se condensa *em regressar primeiro, para progredir depois.*

Mas *regressar* é devolver-nos ás condições normais da vida social, efectuando pela harmonia e colaboração mútua aquela lei biológica humana, que o dr. Grasset opõe energicamente aos conceitos darwinianos com que o século findo, no seu racionalismo grosseiríssimo, envenenou o ambiente contraditório da sociologia. Reconstituamos, pois, a sociedade, reconstituindo a *Familia*, agrupamento funda-

Digitized by Google

mental e primário, na sua intima composição monogâmica e territorial. Da *Familia* iremos ao *Municipio* e á *Corporação*. Do *Municipio* e da *Corporação*, somados organicamente na *Provincia*, sairá a *Patria*, servida nos seus fins superiores pela acção coordenadora do *Estado*. Assim encontraremos, pelos caminhos eternos e sempre remoçados da Tradição, essa ordem que é natural e humana, sem a qual não ha civilização nem existencia possivel, como o «cidadão» de Rousseau nos acaba de demonstrar, rasgando na Russia o *Contrato-Social* e caíndo no «*insolidarismo total*,» pela sua volta ao tropel errante dos símios na floresta.

Oferece-nos o sindicalismo a estrada larga das suas realizações. E quando escrevo «sindicalismo», quasi que prefiro escrever «*gremialismo*». Baptizado pela Igreja, o gremialismo ha-de colocar em equação o problema momentoso da produção da riqueza e da sua respectiva distribuição Confiado em funções centrais de direção, ao Estado pertencerá unificar, com vista á mesma finalidade, as varias autonomias económicas e extraír delas a colaboração necessária ao bem geral do agregado. No regimen conjunto, ou paralelo, da propriedade privada e hereditária, e da corporação sábia e fortemente constituida, achará por certo o dia de ámanhã o equilíbrio tão dolorosamente ambicionado por todos nós. Adivinha-se desde já, como numa comunidade descentralizada e hierarquizada ao mesmo

Digitized by Google

tempo, o Estado intervem, garantindo com a sua norma reguladora, a justa expansão das diversas actividades productoras, quer sejam colectivas, quer sejam simplesmente individuais. *Ni individualisme anarchique, ni étatisme abêtisseur et paupérissant,* — escreve A. L. Galéot; *mais des organisations corporatives ouvertes, prenant soin des leurs et répartissant les frais de secours sur la profession, le tout synthètisé, coordené par l'organe central de cohésion nationale, le «roi du travail», le monarque héréditaire* » Porque se o chefe unico é imprescindivel para se ganhar a guerra, não é menos imprescindivel para se estabilizar a paz, afim de que a riqueza se desenvolva e se distribua equitativamente, assegurada como carece de ser por uma autoridade legítima, consciente e contínua.

* * *

Tal é a Ordem que se desprende da desordem, — tal é a Ordem que arrancará a Europa da carreira do abismo, ou que fará florir outra vez a civilização no nosso continente, se a desgraça tombar por sobre nós! Essa Ordem é a ordem de sempre, porque a Ordem é só uma e define-se singelamente por tudo quanto seja o inverso da Desordem. Através das suas múltiplas formas, como um monstro de muitas cabeças, a desordem já nos ilude

Digitized by Google

mais, porque na experiencia russa achou o limite máximo que poderia atingir. «Um principio triunfa, — racionava Berryer —, quando ele se aplica e produz o bem. Ele triunfa da mesma maneira, quando se aplica o principio contrario, e este só produz o mal».

Eis que, por sobre um cortejo de mentiras, a nossa verdade alcança um triunfo inesperado! Julgando quebrar as grilhetas de todos os preconceitos, nós assistimos, com a ditadura de Lenine, ao advento duma tirania sem nome, que prostitúi a dignidade do trabalho, reduzido agora a uma vil tarefa de besta puxando ao carro. Respondamos-lhe nós sem trepidações, entoando um daqueles admiráveis hinos com que Georges Valois entremeia as suas não menos admiráveis criações económicas. «Homem, porque trabalhas tu? — «Trabalho, porque sou o instrumento da vontade de Deus, que me manda pôr ao serviço divino todas as faculdades e todas as graças que do Senhor recebi em usufruto!» Pois, penetrados dessa certeza solene, restauremos os direitos de Deus na sociedade, para que o Trabalho se dignifique como uma virtude e retome nos Lares e nas Oficinas a sua antiga realeza moral. Pela extrema desagregação a que o Estado chegou entre nós, talvez que a Portugal esteja reservado o destino glorioso de inaugurar a Ordem-Nova na Europa. Se fôr assim, — e eu creio que ha de ser! —, teremos recuperado a nossa vocação apostólica

Digitized by Google

de povo conquistador e descobridor, levantando, contra o tufão maximalista do Oriente, o maximalismo christianissimo do mundo ocidental.

Junho, 1922.

Digitized by Google

D. CARLOTA JOAQUINA

Digitized by Google

Digitized by Google

D. Carlota Joaquina

I

Andam-me sempre na memória certas palavras de Fustel de Coulanges, um dos mestres mais amados do meu espirito. «Os nossos historiadores, de ha cincoenta anos para cá, teem sido homens de partido. Por sinceros que eles fossem, por imparciais que julgassem sê lo, obedeciam apenas a uma ou a outra das opiniões politicas que nos dividem. Investigadores ardentes, pensadores vigorosos, punham o seu ardor e o seu talento ao serviço duma causa. A nossa historia parecia-se com as nossas assembléas politicas: distinguia-se nela uma direita, uma esquerda e até situações intermédias. Era um campo fechado onde as opiniões se debatiam. Escrever a historia de França representava uma maneira de trabalhar por um partido e de combater um adversàrio. A historia tornou-se assim entre nós uma espécie de guerra civil em permanencia. O que

Digitized by Google

ela nos ensinou, sobretudo, foi a ódiar nos uns aos outros.»

Podia este testemunho de Fustel de Coulanges epigrafar a revisão que está por fazer de toda a nossa historia nacional. Historia de partido, — e dum partido vencedor, não passa dum tecido de calúnias, escritas com o fel mais vivo e a mais viva sede de difamação. D. Carlota Joaquina é uma das suas vítimas, talvez aquela mais maltratada pelo furor sectário do Liberalismo. Nunca ninguem cuidou em analizar a sua figura, colocando-a dentro da época contraditória em que se moveu, nem tampouco se lhe relevaram os defeitos do seu temperamento pelas altas qualidades que a distinguiram e que se volveram sempre na causa maior das inimisades que suscitou. Num período em que a Maçonaria escavava os alicerces seculares da ordem tradicional, D. Carlota Joaquina encarna em si o espirito instintivo da Contra-Revolução que nunca veiu a vingar. Daí o enxovalho com que a atiraram para a posteridade pênas que participavam mais dos seus interesses do bando que do respeito que a si próprias se deviam.

E' um ilustre escritor brasileiro, o senhor Oliveira Lima, em nada disposto á reabilitação da esposa de D. João VI, quem encara, rialmente, o problema através dum criterio que reputo em harmonia com as regras fundamentais da crítica histórica, ao escrever no seu *Dom João VI no Brazil*

Digitized by Google

que D. Carlota Joaquina «sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei.» «A natureza, de facto, enganou-se, — continúa Oliveira Lima —, fazendo com tal alma desta filha dos Bourbons uma mulher, ou, antes, lhes foi o fado supinamente inclemente, reduzindo-a á inacção e á impotencia, quando a dotava para querer e dominar, ver e resolver por si, para ser uma Isabel d'Inglaterra ou uma Catarina da Russia. Por uma triste ironia, no entanto, nem sequer lhe foi dado mandar em sua casa, onde todos tinham mais voz do que ela, em cujo espirito primavam num grau notavel os predicados que se conveio denominar masculinos: a energia, a actividade, a vontade.» (1)

As aventuras indecorosas que se atribuem ao procedimento de D. Carlota Joaquina não teem outra origem, na sua maior parte, senão o livro escandaloso de Dom José Presas, *Memorias secretas de la Princesa del Brasil, actual Reina viuda de Portugal, la señora Dona Carlota Joaquina*, saido a lume em Bordeus no ano de 1830. D. José Presas, um aventureiro da mais rara gema, fôra secretario de D. Carlota Joaquina no tempo em que ela se apresentou ao lealismo das colonias da América espanhola como representante dos Bourbons cativos de Napoleão.

Eis como se exprime Oliveira Lima acerca da

(1) *Obr. cit.*, pag. 261-262.

Digitized by Google

idoneidade de Presas: — «Previne-nos com muita razão o escritor Paul Groussac contra o perigo dos depoimentos singulares, lembrando-nos que é hoje um logar comum de critica, assim como do processo judiciario, a escassa fé que merece o testemunho único, por mais sincera e imparcial que seja a testemunha. Nossos sentidos e nossas reminiscencias são outras tantas fontes de erro, e sómente pela análise comparativa e prova contradictoria se logra extraír a particula da verdade envolta na massa enganadora. Outro principio, corolario do primeiro, é, no dizer do eminente autor argentino, o de não aceitarmos, mesmo condicionalmente, qualquer opinião interessada senão na parte que pareça contraria, ou pelo menos indiferente, ao seu interesse. Presas oferece todas as condições negativas: é uma testemunha indigna de crédito, a que nenhum impulso levantado instigava e que só agia com mira no lucro». (1) Tanto é como Oliveira Lima o supõe, que a publicação da *Memorias secreta* sobedeceu do lado de Presas a uma tentativa de extorsão pecuniária sobre D. Carlota Joaquina, que a repeliu com desassombrada inpedendencia.

Inutilisada, deste modo, a base principal de quantos aleives alvejam e ennodôam a memoria de D. Carlota Joaquina, que resta mais, com subsistencia, a alimentar o juizo corrente a seu respeito?

(1) Oliveira Lima, *Obr. cit. pags. 285-86.*

Digitized by Google

Acusações dispersas, alguns planfletos dos emigrados liberais, em cujo número se destaca o infamissimo *Dom Miguel*, de Barreto Feio, estampado em Paris em 1830, como sendo dum «*portugais de distinction*». Detalhemos, porém, um pouco, para melhor nos justificarmos. Imputa-se a D. Carlota Joaquina, além da sua conduta irregular, a porfiada ambição que a levou a atormentar a existencia, já de sima argurada, de D. João VI. E' frequente pôrem-na á frente da conspiração que em 1806, durante um agudo ataque de neurastenia do Principe-Regente, procurou forçá-lo a abandonar o poder. Sem dúvida que ocorrencias anormais se produziram então. D. João VI caíra numa grave depressão nervosa, em que se via já repetida a loucura da Rainha-Mãi. Aproveita o ensejo o *partido-francês*, que manobrava na sombra, para afirmar as suas posições. E' bom recordar que, segundo o testemunho de José Maria Xavier de Araujo nas suas *Revelações e Memorias*, foi por essa altura que politicamente a Maçonaria deu os seus primeiros sinais de vida.

Entre os conjurados, destacam-se o marquês de Alorna e mais outros fidalgos, que mais tarde abraçariam o serviço de Napoleão. No fundo, quem operava era o representante de Bonaparte em Madrid, Beurnonville, cujo plano consistia em «fazer passar o governo de Portugal ás mãos do principe da Paz, entrando no jogo o rei de Espanha na qualidade de tutor natural do seu neto, o Principe da Beira, uma

Digitized by Google

vez repelida Dona Carlota pelo país como indigna da regencia.» (1)

Mas, se tais intenções inspiravam o manejo secreto da cabala, nós podemos asseverar que, querida pelo país, nunca D. Carlota Joaquina seria esbulhada da regencia e que a sua intervenção na lamentavel intriga se limitou a reclamar para si um direito de que não devia abdicar. Conta algures Antonio Ribeiro Saraiva:(2) — «Foi o caso que, indo eu ,uma tarde, creio que no verão de 1824, com meu Pai ás Picôas, visitar o Principal Freire, que como sabem os que o conhecessem, era homem franco e decidido em seu fallar, veio na conversação o mencionar se o facto... de achar-se a Imperatriz e Rainha como presa em Queluz, em resultado das intrigas e calunias da mesma gente que preparava a Portugal a usurpação de D. Pedro, depois da morte de seu pai... Por tal ocasião disse-nos o Principal:

«A rainha tem sido muito injusta e falsamente acusada de tirar o governo a seu marido. Isso já vem de longe, pois, quando D. João VI, ainda Principe Regente, esteve doente, de sorte que se receou muito que perdesse o juizo, como a rainha sua mãi, e se tratava de ver quem o havia de substituir na regencia, desejava certo partido e procurava fazer, que em

(1) Oliveira Lima, *Obr. cit. pags.6.*

(2) *O Miguelista em Londres...* nº. I. Londres, 1870, pags. 34-36

Digitized by Google

tal caso, fosse a princesa viuva, D. Maria Benedicta tia do principe regente, e se excluisse da mesma regencia a princesa D. Carlota, a quem, no impedimento do principe seu marido, competia substitui-lo no governo do reino. Pois, apesar de tal estuche, D. Carlota não fez mais que mandar prudente e confidencialmente apalpar e tentear, se vindo a dar-se com efeito o caso do alienação mental do Principe, ela seria apoiada em sua legitima prerogativa de exercer por ela a regencia durante o impedimento do marido. Poucas mulheres, em tal posição e circumstancias, se haveriam portado com a mesma prudencia e moderação.» (1)

São assim os periodos históricos, em que o espírito

(1) O livro recente do moço publicista espanhol D. Julián Maria Rubio, *-La infanta Carlota Joaquina y la politica de España en América (1808-1812)*, Madrid, 1920, projecta alguma luz sobre tão confusa questão. Escreve Rubio: — «*Por el ano de 1806 ocurrió en Portugal un hecho de gran transcendencia para la vida de Dª. Carlota Joaquina, y de ese hecho data su separación del Principe regente. El hecho fué que, hallandose el principe enfermo de gravedad y sospechandose que padecia la misma enfermedad que su madre, se formó una conjuración, compuesta por el conde de Sabugal, el marqués de Ponte de Lima y otras importantes personas de la corte, con el objecto de elevar a la infanta sua esposa a la regencia, lo cual hace suponer que aquella dama formaba parte de la conjuración, o por lo menos prestaba su asentimiento a ella.*» E D. Julián Maria Rubio acrescenta: — «*A proposito de tal hecho he tenido recientemente la fortuna de hallar tres interessantissimas cartas, dos de la infanta Dª*

Digitized by Google

de facção predomina! Pela transcrição de Ribeiro Saraiva nós vemos como as responsabilidades de D. Carlota Joaquina na conspiração de 1806 se transfiguram, assumindo um aspecto claro de legalidade. Não pretendemos com isso illiba-la de tanto passo precipitado na revolta da sua subalternidade, que não se resignava ao exercicio modesto das virtudes domésticas. D. Carlota Joaquina, fixada com mestria psicológica no retrato moral que dela nos traça Oliveira Lima, é bem o tipo moral dos deslocados ou dos inadaptados. Não tardará que consideremos a pertinácia admiravel da sua ambição e mesmo a largueza do seu génio político. Encarnação desencontra-

Carlota, dirigidas a su padre Carlos IV la una, y a su madre Maria Luisa la otra; y la tercera que debe ser del marqués de Ponte Lima, según se deduce de la que D^a. Carlota dirige a su padre. Esos tres documentos dan luz sobre la conjuración fraguada, y por ellos se observa que el proyecto tuvo mayor importancia de la que generalmente se le ha dado, puesto que, según se deduce de dichas cartas, se trataba nada menos que de la intervención armada de España. En la primera la infanta cuenta a su padre como el principe su esposo está muy enfermo de la cabeza, por lo que gran parte de la corte se ha congregado alrededor de la infanta, que pide se la auxilie en sus propósitos, enviando un enérgico ultimátum al principe para que le conceda intervención en el gobierno. De esto modo, dice, se evitará una guerra civil entre sus partidarios y los del principe, y se conseguirá que el pueblo portugués tenga um gobierno en que la cabeza no esté desequilibrada. Esta demanda la hace como pediendo protección para ella y para sus hijos que

Digitized by Google

da duma época antagónica nas suas múltiplas tendencias, D. Carlota Joaquina trouxe para a sua existencia de rainha os defeitos da educação libertina dos finais do seculo XVIII. O resultado colheram-no os seus inimigos, pintando-a como uma dissoluta esgalgada e feia, a quem não bastava a insatisfação dum temperamento tão abundante como vicioso.

Devagar, no entanto! E seja para restituir á verdade das suas linhas o caracter notavel duma mulher de raça que, no desabar inglório da sociedade antiga, soube defender até á morte, com nobilissima intransigencia, os direitos pisados da Realeza na agonia!

se ven menospreciados. La carta a Maria Luiza es unicamente para que apoye con eficacia la anterior pretensión ante Carlos IV. La tercera carta, muy curiosa por certo, demuestra, entre otras cosas, que la conjuración se estendia bastante; es notable quando en ella se habla del principe y de la infanta, pues dice: «O nosso Homem (el principe) *está cada dia pior e pouco falta para se declarar completamente alienado, já todos dizem claramente q. ele não pode ver a nossa Divindade tutelar* (la infanta).» *En esta carta se ve parte de la organisación del complot, pues se da a entender que tratan de atraerse al embajador de Portugal en Paris, por medio de de España; se habla que la princesa debe ser la salvaguardia de los conjurados para lo que debe avisar a su pais y de aqui enviar socorros»*

Conhecidos os comentarios de D. Julián Maria Rubio, seguem na integra os documentos revelados por ele:

Señor:

«*Papá de mi corazón, de mi vida y de mi alma. Voi a los*

Digitized by Google

II

Era D. Carlota Joaquina dotada de qualidades de talento e, apesar do desmazelo em que se criou e se fez mulher, recebera especiais cuidados na formação

Pies da V. M. en la maior consternación, para decir a V. M. que el Principe está cada dia peor de cabeza, y que por consecuencia esto va todo perdido, porque aquellas figuras estan cada dia mas absolutas, y que es llegada la ocasión de V. M. acudirme a mi, y a sus nietos; como V. M. verá por carta inclusa del Marqués de Ponte de Lima, porque la priesa y el segreto no da lugar a mandar un papel firmado por toda, o quasi toda la Corte, que ellos me ofrecieron, para que se lo mandase a V. M. esto se remedia mandando V.M. una intimación de que quiere que yo entre en el despacho y que no le acepta replica, por si la diere, la respuesta sera con las armas en la mano, para despicar las afrentas y desaires que V. M. sabe que el me está continuamente haciendo, y para amparar a sus nietos, ya que no tienen un padre capas de cuidar en ellos V. M. perdone la confiansa que tengo, pero es este el modo de evitar que corra mucha sangre en esto reino, por que la Corte quiere ya sacar la espada en mi favor, y tambien el pueblo;

Digitized by Google

da sua inteligencia. Com nove anos apenas e já desposada, ficou memória do exame a que a sujeitou perante a côrte seu mestre, o padre Felipe Scio de S·

porque se ve por factos imensos, que está con la cabesa perdida ; asi le pido a V. M. haga el dicho verdadero, ha de hacerlo luego, y yo haré entonces con que el mismo enmiende muchas cosas, porque le mieto miedo amenazandole con que se lo he de decir a V. M para que me ayude, ya que el no quiere hacer lo que es de razón, y bien del Reino ; y ahora le pido a V. M. que me eche su bendición y a los chicos.

Queluz 13 de Agosto de 1806.

A los Reales Pies de V. M.
Carlota Joaquina»

P. S.-La carta es escrita a D. Bernardo de Lorena.

(Autografo)

(*Archivo Historico Nacional*. Estado. Legajo 2.600

Señora :

«Mamá mia de mi coraçón, de mi vida y de mi alma. Voi a los Pies de V. M. llena de la maior afflicción a decir a V. M. que es llegada la ocasión de que V. V. M. M. acudan, a mi, a mis hijos, y a todo esto reino porque el Principe está con la cabeça perdida quasi del todo ; asi le pido a V. M. que haga con que Papá dé pronto remedio, por el modo que yo pido, porque es el unico modo de hacerse en paz, yo Mamá mia me rifiero a la carta de Papá, porque estoy escribiendo a toda a prisa por no ser vista, asi le pido a V. M. que tenga compasión, y que me eche su bendición, y a los chicos.

Queluz 13 de Agosto de 1806.

A los Reales Pies de V. M.
Carlota Joaquina»

(Autógrafo)

(*Archivo Historico Nacional*. Estado. Legajo. 2.600)

Mafra 5 de Agosto de 1806

Musarçedas do coracão não te custará muito persuadir-te

Digitized by Google

Miguel das Escolas Pias, mais tarde bispo de Segóvia Durou esse exame quatro dias, durante os quais a princeza foi interrogada sobre varios pontos do Velho e Novo testamento, geographia, cosmographia, latim, tradução do castelhano e vice-versa, commentarios de Cesar, varias obras de Cicero, etc., res-

de q.ª. tenho mil saudades tuas, dos nossos bons amigos, a quem era bem necessario falar; mas visto ser impossivel remeto a presente pelo Dr. Vicente q.ª certamente é portador seguro. O nosso Homem está cada dia pior, e pouco falta para se declarar completamente alienado; ja todos dizem claramente q.ª. elle não pode ver a nossa Divinidade tutelar e q.ª. todas as jornadas que inventa é para ter motivos aparentes de estar mais tempo ausente. Nenhum negocio serio vai a presença do dito Sr. os biltres gentão do maior valimento e servem sempre os seus afilhados, seja ou não justo. Outro dia nomeou-se um criado para o infante D. Muiguel contra a opinião da Princeza, e fazendo justas objecçoes foi-lhe respondido assim quis eu. Averiguou-se a razão de tanto empenho e soube-se q.ª tudo isto tinha sido por q.ª o tal criado era afilhado do Sr. Francisco. Historias d'este genero ha milhares, sabida huma é escusado repetir as outras.

Parte un expresso para Paris e segundo todas as propobilidades, he con alguma cousa relativa a este nosso caso. He absolutamente necessario que a Princeza o saiba e q.ª se cuide a tempo, em reparar qualquer golpe que possa vir por este lado. Os amigos veni-se apertados, por consequencia hão de mecher ceus e terra para escaparem, não percamos tempo e haja maior actividade O Homem certamente está louco athe o conde de Belmonte o diz; os ministros de Estado não se hão-de descuidar da Regencia, e tal vez... fação entrar n'isto a corte de Paris, he indispensavel obstar-lhe a tempo.

Digitized by Google

pondendo com todo o desembaraço e proficiencia, deixando a todos pasmados da precoce instrução que possuia,» — escreve o insuspeito Benevides nas suas *Rainhas de Portugal.* (1).

A mim parece-me q.ª a Princeza deve logo avisar de isso a eu Pay para elle mande ao seu Embaixador em Paris tome as medidas necessarias, se lá se tratar alguma cousa relativa a sua filha.

Tambem julgo conveniente tornar a instar com seu Pay para não se demore muito em dar socorro alias pode q.ª venha tarde. Parece-me que finalmente chegou a occasião da bulha mas espero en Deus havemos de sahir bem. Eu aqui ando com o maior cuidado possivel; não... a nenhum motivo de me chamar orgulhoso nem tambem cedendo o que se me deve.

Os biltres tratão-me com muita atenção por consequencia eu correspondo-lhes A manhã vamos a Peniche dizem que voltaremos no outro dia porem eu duvido... A Deos meu Bernardo.

Amigo do coração
Thomas

Se julgares conveniente, não tenho duvido en q.ª. esta suba á presença da Princeza.

(Archivo Historico Nacional. Estado, Legajo 2600).

(1) «Hontem (14 de junho de 1784) se concluiram (os exames) dando sua Alteza tão boa conta de si na instrução latina, com° na lingua franceza, concluindo tudo com a dança ingleza e varios minuetes.» Dum oficio do nosso embaixador em Madrid, marquês de Louriçal, para o ministro Aires de Sá e Melo. Arquivo do Ministério dos Negocios Estrangeiro e nota de Latino Coelho a paginas 90 do volume II da sua *Historia politica e militar, de Portugal desde os fins do XIII seculo até 1814.*

Interessante de ver é tambem o *Boletim la Real Academia de*

Digitized by Google

Quanto aos sentimentos do seu coração, permita-se-me que recorra novamente ao depoimento de Oliveira Lima. «Tambem ao que nos revela a correspondencia de Dona Carlota, não havia protectora mais desvelada. Constantemente importunando os ministros, pedia, rogava, suplicava, impunha favores para os seus afilhados, com estes constituindo uma roda sua dedicada que, mestra consumada na arte das intrigas, sabia perfeitamente quanto poderia vir a ser-lhe util para quaisquer designios. Com esses amigos era generosa na medida da sua antes magra dotação de princeza herdeira, a qual rendia nas suas mãos, porque lhe não faltava ao mesmo tempo o talento do calculo e da economia. Ainda assim, não lograva evitar ter que empenhar a sua palavra, que n'estes assumptos pecuniarios valia entretanto menos do que n'outros, sendo quasi nulo o seu credito, mesmo porque carecia de muito dinheiro para sustentar a sua categoria de soberana de facto e promover seus projectos diplomaticos.»

A meia hostilidade que a figura de D. Carlota

la Historia, correspondente a julho de 1922, em que se insere uma larga referencia á visita que em fevereiro de 1785, véspera da sua saída para Portugal, D. Carlota Joaquina fez á mesma Academia, acompanhada de sua mãi, então princesa das Asturias. Do relato da sessão de 23 de fevereiro do mesmo ano, em que D. Ramon de Guevara «*leyó la relación... del ricibimiento de la señora Infanta doña Carlota Joaquina*» extraimos algumas passagens que abonam o grau de cultura que a caluniada se-

Digitized by Google

Joaquina provoca á pena de Oliveira Lima, valoriza exatamente o reconhecimento de alguns dos seus predicados por parte do ilustre escritor brasileiro. Continuemos escutando. "No proprio modo de submeter-se a essas privações relativas, dava comtudo mostras de dignidade, porque esta era espontanea, derivava do seu caracter orgulhoso e imperioso, com faces de verdadeira rainha. Não cedia uma polegada dos seus direitos; não tolerava um menoscabo da sua posição; não deixava uma só vez de insistir pelas distinções a que tinha jus; nem perdoava o minimo desrespeito. Não raro deu a sua intransigencia nesta materia origem a questões que enchem paginas dos livros de registro da velha secretaria de estrangeiros e até tiveram repercussão nas colunas do *Times*, não duvidando o embaixador Palmela responder sob pseudónimo aos comentarios desfavoraveis ali insertos."

Tenhamos sempre bem presente para bôa interpretação da personalidade de D. Carlota Joaquina,

posa de D. João VI, realmente, possuia. Resolveu a Academia escrever uma «*Oración gratulatoria*», em comemoração «*de esta augusta honrosa visita y de la particular aplicación y aprovechamiento de Su Alteza en las primeras letras, gramatica castellana y latina, la geografia, la História de la Religión y la del Reino, con la particularidad de haber tenido el Director de la Academia el honroso encargo de confirmar en un examen privado su aprovachemiento y singulares talentos en tan tienros anos, serviendo de exemplo el cuidado de sus augustos Padres, a el que deberian imitar los particulares de todas clases...*»

Digitized by Google

que ela nascera para governar e agir com a mesma autoridade e energia duma Isabel de Inglaterra ou duma Maria Teresa de Austria. Exagerada, com desmandos de linha e pruridos excessivos de magestade, através da sua estada no Rio, não faltaram na verdade, incidentes diplomáticos a dificultar a marcha dificil do governo pelas exigencias de cerimonial que a Rainha impunha violentamente aos proprios estrangeiros, por intermedio do seu corpo de cadetes. Todavia, com que notavel aprumo D. Carlota Joaquina se retrata na carta qne dirigiu ao ministro Tomás Antonio de Vila-Nova Portugal, depois do falecimento de conde de Barca, Antonio de Azevedo e Araujo!

"*E sempre lhe quero dizer que Eu não sou capaz de pedir cousas que se me não devão; e que se a minha consciencia fôra de manga larga, que no tempo de Araujo (apezar de ser como hera), que Eu estaria a estas horas com a casa n'outra figura e com huma mezada de 200 ou 300.000 cruzados como as Rainhas D. Marianna d'Austria e D. Marianna Victoria tinhão fora a sua casa, no entanto eu não quiz nada sem ver todas as clarezas: mas elle teimou muitas vezes com Migo que dissesse o quanto hera, e que bastava a Minha pallavra, que não precisava mais nada.*»

Nas hesitações da expressão, contorna-se bem uma atitude natural de dignidade, Não admira, por isso, que o povo a amasse no seu feitio desencontrado de mãi que descalçava as chinelas para castigar as dia-

Digitized by Google

bruras dos filhos, mas que, simultaneamente, não recuava diante dos grandes gestos que impressionam e que ficam. Daí o observar Oliveira Lima: — "E' força porem crer que Dona Carlota era capaz de exibir qualidades de sedução, de certo mais intellectual que física, visto ser tão desgraciosa. Viva, espirituosa, enredadora, faceira, quando queria, até ultrapassar a decencia, o facto é que conseguiu que varios homens de merecimento jungissem num momento dado os proprios interesses aos seus, e que outros se prestassem a servi-la com zelo e dedicação." Nada melhor o prova do que a pretensão de D. Carlota Joaquina ao trono e á regencia de Espanha durante o cativeiro em Valençay de Fernando VII e do infante D. Carlos.

Mas nós não queremos avançar, sem ouvirmos ainda o insuspeito Oliveira Lima sobre os sentimentos caritativos de D. Carlota Joaquina. "Não é que fosse destituida de coração D. Carlota, — escreve o eminente historiador; pelo contrario, o seu humor caridoso era tão vivo quanto a sua indole vingativa. Marrocos conta a esse respeito uma anedocta típica. Um servente metera sem razão alguma plausivel, antes difamando-a vergonhosamente, a mulher num recolhimento, onde a deixou ao abandono e ao sofrimento. Justificando-se judicialmente e conseguindo recobrar a liberdade, a pobre pôs se a servir para se manter e valer ás duas filhinhas, obtendo por fim ser criada duma das retretes da Princeza Real. Levada de seje

Digitized by Google

para Botafogo, foi admitida a beijar a mão de D. Carlota, e tão condoida ficou esta da penuria da rapariga, que para mais andava enferma e ao mesmo tempo tão agradada dela, que lhe fez preparar logo cama e pessoalmente ordenou ao medico da Real Camara que a atendesse com todo o carinho, correndo os remedios por conta do seu bolsinho. «Foi S. A. tão extremosa neste ponto, que hia lembrar à doente as horas em que todos os dias havia de tomar os remedios, assistindo ali nessas ocasiões. Sabendo ao depois que esta tinha duas filhas pequenas e em desamparo, mandou logo busca-las, vestiu-as nobre e magnificamente com hum primoroso enxoval e pô-las a educar e a aprender em hum colégio de meninas, pagando mensalmente por sua educação 19$000.»

Tal se nos revela na sua intimidade D. Carlota Joaquina, que nós iremos ver agora em outro plano, desenvolvendo com rara persistencia os seus dotes politicos, quando esteve quasi a assumir a regencia de Espanha. Irmã de Fernando VII, prisioneiro de Napoleão, como os demais membros masculinos de sua familia, — à excepção do infante D. Francisco, — D. Carlota Joaquina trabalhou diligentemente, por intermédio do futuro duque de Palmela, — seu inimigo mortal ao depois! —, para que fosse abolido o *Acto — acordado* de 1713 que da sucessão á corôa de Espanha excluia as fémeas em beneficio dos varões, sempre que o rei defunto tivesse irmãos e houvesse dei-

Digitized by Google

tado como descendentes unicamente filhas. Trata-se duma página longa de história que, desde o circunstanciado trabalho do marquês de Villa-Urrutia — *Relaciones entre España e Inglaterra durante la Guerra de la Independencia*, aos detalhes que nos oferece D. Manuel Fernández Martin no volume II do seu *Derecho parlamentario español*, importaria para nós um largo esforço, ainda que só em resumo a tentassemos esboçar. Todo o empenho de D. Carlota Joaquina se cifrava em que as Côrtes a reconhecessem como herdeira eventual da corôa e, consequentemente, como regente de Espanha. Reuniu D. Carlota Joaquina em torno do seu nome algumas das figuras espanholas mais representativas. O conde de Flórida-Blanca, com toda a autoridade do seu passado, indicou-a num documento publico como sendo a depositária dos direitos da dinastia bourbónica. Jovellanos,— o grande Jovellanos! —, enfileira entre os seus partidários. D. Carlota Joaquina dirige-se-lhe. Jovellanos responde-lhe: — *"En medio de la angustia en que nos tiene el cautivero de nuestro buen Rey, augusto hermano de V. A. R. y la horrible guerra que su perfido opresor hace a la nación Española, justa y noblemente empeñada en defender los derechos del Trono y en conservar su independencia, ha sido para todos los españoles de gran consuelo y del aguero más feliz, ver V. A. R. tan generosamente dispuesta a auxiliar nuestros esfuerzos protegiendo una causa tan justa, y*

Digitized by Google

en cuyo triunfo se halla tan personalmente interesada.» (1) Dispunha D. Carlota Joaquina dum grupo numeroso de deputados nas côrtes de Cadiz e talvez a regencia acabasse por lhe ser deferida, se a tanto se não opuzesse terminantemente o *veto* da Inglaterra. (2)

Igual sucederia a D. Carlota Joaquina perante a sua qualidade de infanta de Espanha, ao alegar o lealismo monárquico dos vice-reinados da América-Espanhola. Chamando a si a defesa dos direitos da dinastia, esteve quasi a embarcar para o Rio da Prata e a empunhar um scetro em Buenos-Aires. Relaciona-se com tão longa e complicada intriga a nossa campanha de Montevideu Ao lado do propósito de D. Carlota

(1) A carta de Jovellanos, de que reproduzimos o trecho acima, datada de Sevilha aos 21 de Abril de 1809, vem em Samoja y Garcia-Gala, *Documentos para escribir la biografia de Jovellanos*. Madrid, 1911. Tomo II, pags. 392-393.

(2) Eis como D. Julián Rubio se exprime a pags. 15 do seu estudo sobre as simpatias e possibilidades que os projectos de D. Carlota Joaquina acharam entre os seus compatriotas : — «*En España se tenia um alto concepto de los valimientos de esta infanta, pues de lo contrario no se explica la existencia de numerosos partidarios que estabin dispuestos a aclamarla como regente de España, lo que por la oposición de la Gran Bretaña no pudo llevarse a cabo. Entre los diputados de las Cortes de Cadiz tuvo admiradores, como D. Joaquim Lorenzo Villanueva, que tenia una alta idéa de esta heroica española. Ella, en efecto, fué el baluarte en que confiaron durante más de cuatro años todos los españoles de corazón de nuestras colonias, para permanecer fieles a España y sor-*

Digitized by Google

Joaquina, com o pensamento absorvente dum governo próprio, exclusivamente seu, ha as segundas intenções de D. João VI. Capítulo ignorado da nossa história, denuncia-nos, pelo que toca a D. João VI, uma profunda e arreigada idéa imperialista. Fala Oliveira Lima:—«O imperialismo — pois que podemos com propriedade adaptar esta denominação modernisada á aspiração da extensão territorial que D. João VI acalentou e realisou, com relação ao Brazil, nas suas fronteiras norte e sul—foi nesse momento histórico e no continente americano a mola da política da casa de Bragança e motivo de temor para a casa de Bourbon.»

Esta era a razão principal pela qual o governo de Madrid nunca mostrara vontade que a côrte de Lis-

tear los horrores revolucionarios, a que desgraciadamente se vieron sometidas durante el periodo de la independencia.» Depois, a pags 67, D. Julián Rubio acrescenta: — «*No solamente trató D.ª Carlota de atraer a los hombres politicos, sino que se dirigió tambien al elemento militar, enviando cartas autografas a los generales D. José Palafox, D. Francisco Xavier Castaños, D. Gregorio de la Cuesta, conde de Cervellón, D. Juán Smith, marqués de Santa Cruz, etc, etc, pero a estos no creyó conveniente interessarlos en su favor por cuestiones politicas, juzgando que su intervención en estos negócios tendria escasa importancia; y comprendendolo asi la infanta tuvo buen cuidado de no hacer siquiera alusión a ella, y si unicamente los anima y excita a que sigan luchando denodamente contra los franceses para conseguir prontamente la liberación de la patria; ruega que se haga constar a todo el ejercito su gratitud por la causa que defienden. Estas cartas dirigidas a los generales son todas identicas. Hay que*

Digitized by Google

boa se mudasse para o Rio de Janeiro, convindo-lhe a deserção do rei, mas receiando, com justificada previsão, a concentração do poder militar e politico de Portugal na visinhança das suas possesões americanas. Por seu lado, Tomás Antonio Villa-Nova Portugal, quando em 1807, antes de declaradas por Napoleão as hostilidades e de decidida a trasladação da côrte para o Brazil, advogava a ida do Principe da Beira, recomendava que acompanhasse a regia criança força suficiente, aparentemente para prevenír ataques ultramarinos da Inglaterra, que a cordialidade das relações oficiais com a França podia então fazer antever, mas, na realidade, para, desnorteando o imperador dos Franceses, deter o auxilío espanhol prometido ao exercito invasor, oferecendo lhe a ameaça duma companha no Rio da Prata. A transcrição de Oliveira Lima mostra-nos mais uma vez a

hacer constar que entre el ejército contaba D.ª. Carlota com muy fervientes partidarios, como lo era el defensor de Zaragoza, don José Palafox, que en una de sus proclamas abogaba por la formación de una regencia en la que entrase la Infanta.»

Como curiosidade, entre os meus livros, guardo um curioso folheto. Intitula-se ele *Dictamen de Don Antonio Jose Deniz de Padron, diputado por Canarias, proponiendo para regenta del Reyno a la serenisima señora D.ª Carlota Joaquina de Bórbon, Princesa del Brasil e Infanta de las Españas...* Madrid Imprenta de Dávila, ano de 1814.

Digitized by Google

importancia da saída para o Rio, denunciada pelo historiadores nacionais como uma fuga miseravel Destaca-se assim o valor da politica americana de D. João VI, que a abdicação e o sequestro da familia real espanhola em Bayona sublinhariam singularmente. E' a altura em que se dá a intervenção de D. Carlota Joaquina, que, nas suas pretensões de princêsa da casa de Espanha aos dominios do Rio da Prata, encontrou homens de valor e de talento a abraçar-lhe a candidatura. Foi um deles, D. Manuel Belgrano, que, como Mariano Moreno, Castelli, Pueyrredon, se dispôs a obedecer, na sua fidelidade dinástica, a D. Carlota Joaquina, alcançando deste modo a independencia para a colonia, «sem sacrificio e operando uma revolução incruenta.»

Manifesta-se bem o genio politico de D. Carlota Joaquina, aquecido pelo fogo da sua ambição. Era um temperamento excepcional de mulher, a quem a intriga e o insucesso não deixaram nunca vencer. D. Carlota Joaquina, soberana no Rio da Prata, e D. João VI no Rio de Janeiro, seriam de futuro, na pessoa dos seus descendentes, um formidavel imperio sul-americano, constituido solidamente. As dilações da côrte do Rio, com muito entrave britânico á mistura, não permitiram que o instante oportuno se aproveitasse. Debaixo do directorio duma Junta, Buenos-Ayres inicia a independencia platina, e, apesar da resistencia de Montevideu, os últimos sonhos desfa-

Digitized by Google

zem-se depressa, lançando no nada a realeza ultramarina da filha de Carlos VI. (1)

Como Izabel-a-Catolica em transes dificeis, D. Carlota Joaquina define com vigor o seu perfil de rainha, vendendo e rifando as suas joias para as despesas da guerra. O marquês de Casa-Irujo, embaixador de Espanha no Rio de Janeiro, narra esse episodio da oferta das joias numa das suas cartas para o Conselho da Regencia dos Reinos de Espanha e Indias. De Montevideu, fiel á legitimidade, pediam ao marquês de Casa-Irujo 80 a 100 mil pesos, para que se pudasse organizar a resistencia contra «*los progresos de los alborotadores de Buenos-Ayres.*» O embaixador espanhol não os tinha, nem conseguiu

(1) No n.º de *O Instituto*, correspondente a julho de 1922, publica D. José Manuel de Noronha um belo artigo de critica ao livro de D Julián Rubio sobre D. Carlota Joaquina. Contra a tése de Rubio, que pretende provar que na questão da regencia, tanto de Espanha como dos vice-reinados americanos, D. Carlota Joaquina procedeu como verdadeira espanhola, D. José Manuel de Noronha consegue demonstrar que só o interesse dinástico português impelia a esposa de D João VI. Pena è que não possamos trasladar para aqui o valioso artigo de D. José Manuel de Noronha. Transcreveremos, no entanto, algumas passagens. " *Para o sr. D. Julián Maria Rubio,—*, escreve—,*a Infanta procede sempre como boa espanhola, defendendo os interesses da terra natal, ainda mesmo com sacrificio da patria adoptiva. A Junta-Central, o embaixador Casa-Irujo, todos os que se opuseram á realisação dos planos da princesa, teriam, portanto, embora na melhor fé, prejudicado a causa dos Bourbons. No aproveitamento da energia, inteligencia e prestigio de D.*

Digitized by Google

obte-los por empréstimo. Recorre á filha dos Bourbons. «*La señora Princeza Carlota,*— diz—, *a quien no pudo menos de manifestar mi aflicción y mis embargos, con aquella elevacion y sublimidad de animo que la caracterizan me tomó imediatamente por la mano y llevandome al quarto donde tiene todas sus joyas, me las abrió y presentó todas y tomando una en su mano me dixe: esta no te la pudo dar, porque es el retrato de mi marido, pero todas las demás que aqui vés y creo valen 7 ó 8 veces más da soma que necesitas, estan a tu disposición, vendelas, empeñalas, hâce lo que quieras, con tal que se socorra imediatamente Montevideu.*»

Carlota Joaquina estaria talvez a salvação territorial da Espanha.»

E D. José Manuel de Noronha prossegue: —«*Discordamos inteiramente deste modo de pensar.*

«*A esposa do Principe-Regente procedeu sempre, como boa portuguesa, no interesse da sua propria dinastia, que era a de Bragança, e não a de Borbon. Pretendeu aproveitar os direitos que lhe vinham do sangue, para ocupar o trono de seus maiores e transmiti-lo depois a um dos seus filhos. Todas as suas canceiras, todos os esforços, todos os sacrificios, tendem a este resultado. A principio obrou de concerto com o Governo Português. Mas quando viu que dest'arte a sua acção tomava o aspecto duma intervenção estrangeira, ostensivamente se afastou dos ministros de seu marido. Jamais lhe faltou, porem, o apoio deste nos momentos decisivos, a menos que a vontade inglesa não anulasse os bons desejos de Portugal.*»

Digitized by Google

Continúa o marquês de Casa-Irujo: — «*Un rasgo de magnanimidad y generosidad tan repentina como sublime, digna de aquella Isabel, gloria de las Reynas de España, me penetró de reconocimiento y de sorpresa y entusiasmo, besandole la mano prorompi en aquellas expresiones de gratitud que me inspiraba tan noble conducta...*»

Compreende-se por aqui a admiração do marquês de Casa-Irujo por D. Carlota Joaquina, de quem, num outro documento, afirmara antes «*que la señora Infanta D. Carlota ha devido a la naturaleza el talento más distinguido, que su corazón es digno de su nacimiento, lo que, apesar de lo depresion en que se halla, le ha criado un gran partido asi aqui como en Portugal y aún, si mis informes son correctos, en muchas partes de la America Española: su trato es suave e cortezano con todos; es española de corazon sin aparencias da mucha parcialidad a la nación en que vive, se impone com facilidad en los negocios, los conoce y gusta ocupar-se de ellos, dedica diariamente varias horas al gabinete, sin descuidar la educación de su numerosa familia, de que puede llamarse la primera aya: tiene ideas correctas sobre asumptos cuyo conocimiento es poco común en su sexo y es religiosa sin superstición. Tal es el verdadero retrato de esa señora condenada a la inutilidad por la intriga de los ambiciosos...*»

Haja, ou não, exagero nas palavras do marquês de

Digitized by Google

Casa-Irujo, o que é certo é que a personalidade de D. Carlota Joaquina contorna se a traços fortes em tudo quanto fica registado. Contrária aos partidos e camarilhas qne se agitavam em roda de D João VI, eis donde resultou para D. Carlota Joaquina o começo do seu descrédito como mulher. O marquês de Casa-Irujo apresenta nos D João VI dominado pelo favorito Lobato, pelo conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e por Lord Strangford embaixador inglês. Observa o publicista Rubio no seu estudo *La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America:* — «*El unico enemigo terrible para esta triple alianza fué la Infanta Dª. Carlota, y como no desconocian su superior talento y excelentes condiciones para la politica, y teniendo en cuenta que si esta Infanta hubiera estado considerada como le correspondia, hubiera dado al traste con todos ellos y con sus maquinaciones y proyetos, por eso procuraron inutilizarla, aislandola por completo, hasta mantener su absoluta separación del principe, sometiendola a un regimen de vejaciones y desprestigio, de tal suerte indigno, que incapacitaron moral y materialmente a la infanta para conseguir algún exito en los proyetos que concibió, pues opusieron a ellos una obstrucción sistemática, contribuyendo en gran manera a que se formase en toda la America del Sur la leyenda tan desfavorable a la infanta, leyenda que la represienta como el tipo de mujer in-*

Digitized by Google

trigante y ambiciosa que tan injustamente la degrada. Llegarón al extremo de inmiscuirse en su vida privada; de estas maquinaciones salió muy caluniado su honor.» (1)

Vencida pela adversidade do seu destino, sem regencia e sem scetro, D. Carlota Joaquina sente envolve-la de novo a sua triste penumbra de subalternidade. Ainda no Brasil, procura desembaraçar-se da situação humilhante em que vivia. Foi por ocasião do casamento de suas filhas, D. Maria Isabel e D. Maria Francisca, respectivamente, com Fernando VII e com o infante D. Carlos Mario Izidro, mais tarde o celebre Pretendente. Daria matéria para largas explanações essa ultima experiencia de matrimonios espanhois. Inspirou-os largamente D. Carlota Joaquina. Sua filha, D. Maria Isabel, passando, embora de leve, pelo trono de Espanha, legar-nos-ia um glorioso testemunho do seu espirito no Museu do Prado, para cuja fundação decisivamente contribuiu. Quanto a D. Maria Francisca de Bragança, é a rival temivel de sua cunhada Luisa Carlota,—a infanta de «*las manos blancas*», da bofetada histórica no ministro Calomarde. Pois se em tais matrimonios D. Carlota Joaquina logrou triunfar, não triunfou inteiramente, porque seu esposo negou-lhe licença para acompanhar as filhas á Europa. E, no entanto, nada

(1) Podem ler-se integralmente no livro de D. Julián Rubio os documentos donde são tirados todos estes recortes.

Digitized by Google

mais hostil para D Carlota Joaquina que o ambiente que a rodeava no Rio de Janeiro! Para o demonstrar, basta que recordemos um detalhe que o marquês de Lema, no seu discurso de admissão á *Real Academia de la História*, expressivamente nos confia. (1) D. Carlota Joaquina adoecera «*de gravedad en el domingo de Carnaval de 1814 con um ataque de pecho acompañado de esputos sanguinolentos. Ni su marido, el principe regente, ni sus dos hijos, ni otros individuos de la Familia Real preocuparan-se en lo más minimo por su estado...*» Tida como um trapo velho e inútil, sente-se toda a tragédia intima de D, Carlota Joaquina. E assim, ligada a um marido que aborrecia e com uma forte aspiração a queimar-lhe o peito, D. Carlota Joaquina some-se na sombra, até que a sua resolução varonil a arranque de lá, para a colocar à frente do movimento contra-revolucionário que em Portngal ha-de suster por alguns anos o espraiar insensato do Liberalismo.

(1) *Calomarde*, Madrid, 1914.

Digitized by Google

III

De regresso a Portugal, D. João VI jura a 21 de outubro de 1822 a Constituição chamada desse ano. Logo a 4 de dezembro seguinte recebiam as côrtes comunicação oficial do ministro do Reino de que, tendo a Rainha recusado prestar o mesmo juramento, El-Rei, de harmonia com as resoluções ministeriais, deliberava que ela fosse expulsa do país e que perdesse os privilegios da sua qualidade e os seus direitos de portuguesa.

Novamente a figura de D. Carlota Joaquina surje para o tablado da agitação politica, agora traduzindo e encarnando a mais profunda das nossas aspirações nacionais. Os teóricos de 1820 levavam a Portugal á ruina em nome das suas abstracções e com motivo nas suas conveniencias. Revolução de origem maçónica e entendida nos seus secretos meandros com um vasto movimento de unificação iberista, a revolução de 1820 marca o advento das influen-

Digitized by Google

cias jacobinas da França na marcha da sociedade lusitana. O que foi semelhante tentativa de alguns ideólogos sem terembelho di-lo, por exemplo, em numeros e em factos, o notavel livro «*Cartas de hum portuguêz aos seus concidadãos*», de José Acursio das Neves,—um dos precursores mais autorisados do nosso tradicionalismo politico. Aí se narra o desacato cometido na pessoa de D. Carlota Joaquina, de quem, como deputado pela provincia da Beira, José Acursio das Neves seria em côrtes um denodado defensor, até com risco da sua segurança individual.

Completamente dominado por um sinedrio de agitadores e de pedreiros-livres, D, João VI começava então, na demissão crescente da sua vontade, a longa agonia duma vida, que se tornaria depressa na agonia da propria Realeza. Não teve energia para se impôr e para evitar o insulto cuspido á face da Rainha pelo conselho do Estado. Só D. Carlota Joaquina manteve a linha da sua dignidade com desassombrada altivez.

Iniciou-se a comedia com a apresentação duma nota subscrita por três ministros, na qual se ponderava a D. Carlota Joaquina que, estando a findar o praso fixado para se prestar o juramento á Constituição, El-Rei ordenava que, se a Rainha não cumprisse a lei até ao proximo dia 4 de dezembro, incorria na perda da sua gerarquia e na expulsão para fóra do reino.

A nota era de 22 de novembro e assinavam-na

Digitized by Google

Felipe Ferreira de Araujo e Castro, ministro do Reino, Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro dos Estrangeiros, e Inacio da Costa Quintela, da Marinha. Introduzidos já de noite á presença de D. Carlota Joaquina, sucedeu que um deles, ao intimar-lhe a nota insolente, se perturbou na leitura, prendendo-se-lhe a voz na garganta. Com todo o sangue frio a Rainha «teve a bondade de chegar com a sua propria mão mais para o pé dele uma luz, para que podesse ler melhor», — conta Acursio das Neves. E depois de ouvir o mandado terminante, que atrevidamente lhe comunicavam, com a mesma serenidade respondeu — «*Que já havia mandado dizer a El Rei que não jurava que tinha assentado nunca jurar em sua vida, nem em bem, nem em mal: o que não era nem por soberba, nem por odio às Côrtes; mas porque assim uma vez o tinha dito, pois uma pessoa de bem não se retratava; e por ser uma pessoa doente, que bem sabia a lei, e conhecia a pena que ela impunha; e que estava disposta para isso.*»

Em vista da recusa de D. Carlota Joaquina, o ministro Felipe Ferreira de Araujo e Castro dirigiu a D. Carlota Joaquina, em nome do Rei, uma carta, de que foi portador o marquês de Valada, preguntando-lhe para que país era seu desejo retirar-se. Resposta da D. Carlota Joaquina: — «*Hontem pelas 10 horas da noite recebi por mão do marquês de Vallada a intimação que Filipe Fer-*

Digitized by Google

reira me fez da parte de El-Rei, á qual devo responder o seguinte: 1.º Que eu já fiz a minha solemne e formal declaração de que não jurava e agora torno a retificar. 2.º Que estou prompta a executar o que El-Rei me mandar em virtude da lei, porem sou obrigada a representar que eu sou muito doente e ainda mais do que se pensa, e é de direito natural a conservação da vida. Estou bem certa que El-Rei nem o governo não hão de querer que eu vá morrer por esses caminhos, pois estamos no rigor do hinverno e não me atrevo a emprehender a jornada sem passar a força delle; e para mostrar a todos que eu não entro absolutamente em coisa nenhuma, estou prompta para me retirar para a minha quinta do Ramalhão com as minhas duas filhas (as quais hão de ser sempre inseparaveis de mim) até que o tempo permita principiar a minha jornada para fora do reino. A minha intenção é hir para Cadix por mar; por ser mais suave, atendendo á falta de saude e forças que tenho. Queluz, 28 de Novembro de 1822. A Rainha.»

Baseava-se a exigencia do juramento a D. Carlota Joaquina na circunstancia de ela ser possuidora de bens nacionais. Discutiu-se o assunto em conselho de Estado, vencendo o parecer de Felipe Ferreira contra o de José de Silva Carvalho, que entendia a Rainha dispensada de juramento por não exercer função pública alguma. Embora eivado de todos os preconceitos liberalistas, Fonseca Benevides, nas suas

Digitized by Google

Rainhas de Portugal, observa a este respeito, sinceramente impressionado:—«É justo reconhecer que se Carlota Joaquina tinha grandes defeitos, possuia tambem uma apreciavel qualidade, a coragem; pena era que tão belo atributo não fosse aplicado a melhor causa».

Tratada já de «ex-cidadã-rainha» — como se o caso se passasse em França durante os delirios macabros do Terror, D. Carlota Joaquina chegou a ter preparada a fragata *Perola*, afim de a conduzir para fora de Portugal. Em face porém, da declaração do médico da Real Câmara, João de Campos Navarro, confirmada por uma junta de medicos efectivos e honorarios do Palacio, o governo não tomou a responsabilidade da expulsão de D. Carlota Joaquina. Com data de 4 de dezembro, apareceram então dois decretos, — um em que se fazia saber «*que, pelo facto de não jurar a constituição a rainha tem perdido todos os direitos civis e politicos inherentes tanto á qualidade de cidadão portuguez, quanto á dignidade de rainha e que outrosim deverá sair imediatamente de territorio portuguez*,» — declarando-se no segundo decreto que, não podendo a rainha por estado de saude e rigor da estação, «*sair imediatamente do territorio portuguez, como devia, em observancia da lei, por não haver jurado a constituição politica da mouarchia*», ficava deferida a execução do decreto anterior, «*até que possa verificar-se, sem perigo imminente de vida, devendo re-*

Digitized by Google

tirar-se, entretanto, para a quinta do Ramalhão, acompanhada unicamente das pessoas indispensaveis para o seu serviço pessoal.»

No volume I dos *Documentos para a historia das Cortes Geraes da nação portugueza*, do barão de S. Clemente, compila-se a documentação referente a tão agitado caso. Arquivaremos aqui uma carta notabilissima, aparecida na mesma altura, como sendo da Rainha a D. João VI. Estamparam-n'a varios jornais portugueses e estrangeiros, e tamanha impressão causou que o *Diario do Governo*, de 17 de fevereiro de 1823, inseria nas suas colunas a seguinte nota oficiosa: — «*Tendo-se publicado em algumas gazetas estrangeiras, e d'ellas copiado em outras desta corte, uma carta que se diz escripta pela Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon ao seu augusto esposo, somos autorizados a declarar que aquela carta é apocrypha*»

Segue a carta, de cuja autenticidade, pela energia e pelo alto espirito que a inflamam, não é licito duvidar-se:

Senhor.— Recebi esta noute, pelas mãos dos vossos ministros, um decreto para deixar o vosso Reino. É pois para me mandar desterrada que V. M. me obriga a descer do trono, a que me chamou: de todo o meu coração vos perdôo e me compadeço de V. M. Todo o meu desprezo ficará reservado para os que vos

Digitized by Google

rodeiam e que vos enganam. Na terra do desterro, eu serei mais livre que V. M. em vosso palacio.

«Eu levo comigo a liberdade; o meu coração não está escravisado, nem jamais se curvou diante dos altivos subditos que teem usado impôr leis a V. M. e que querem forçar minha consciencia a dar um juramento que ela desaprova. Eu nunca acedi ás suas ameaças. Obedeço unicamente á voz do céo, que diz que, se o tempo da minha grandeza passou, o da minha gloria é chegado, porque de mim se dirá: — A rainha guardou inviolavel a dignidade do diadema: não deixou manchar-se o seu esplendor, e quando testas coroadas, que empunhavam o sceptro e a espada, sucumbiram, ela se manteve firme e impavida.

«Como esposa submissa eu vos obedecerei, Senhor, mas obedecerei unicamente a V. M., e só a V. M. direi que o meu padecimento e o rigor da estação tornam no momento actual impossivel a minha partida. Ainda não exigiram de vós o decreto da minha morte. Em breve partirei; mas aonde dirigirei meus passos para achar um asilo socegado? A minha patria como a vossa veio a ser victima do espirito da revolução. Meu irmão, como V. M., é um captivo coroado e em vão sua joven esposa requer o privilegio de se lamentar comigo em algum pio retiro. V. M. me não recusará a companhia de minhas filhas. Entre as leis que se vos impõem, nenhuma ha que separe os filhos de suas mães, e ainda que os meus direitos como rainha não sejam reconhecidos, os de mãe serão respeitados.

Digitized by Google

«*Ao aproximar-se a primavera, deixarei o vosso reino, a terra onde reinei e onde fiz algum bem. Irei e participarei dos perigos de meu Irmão. Eu lhe direi: Não puderam dobrar a minha resolução; estou em desterro, mas a minha consciencia está pura, pois me lembro do sangue que corre nas minhas veias. A Deus, Senhor; eu vos deixo idoso e enfermo sobre um trono vacilante. Ao separar-me de V. M., é grande a minha magoa. Vosso filho não está convosco e os malevolos põe entre vós uma barreira maior que o mar. Pende de vossas cãs uma corôa maculada. Ah! Queira aquele Senhor que reina sobre os Reis vigiar sobre V. M. e confundir vossos inimigos. Onde quer que existir a esposa que vós desterraes, hade orar por V. M.! Ela pedirá a Deus vos conceda larga vida, e, ao paiz de que é lançada fora, felicidade e paz. — A Rainha.*»

Tão bela e varonil afirmação conforma-se em tudo com o vento de protesto que no país levantou o iníquo procedimento havido contra D. Carlota Joaquina. Não ficou muda a consciencia da nação, e um testemunho subsiste que, pela sua espontaneidade, vale bem mais de quantos juizos pretenderam depois ennegrecer a esposa de D. João VI. São as *Trovas do Ramalhão*, em que um poeta anónimo serviu de voz à alma comovida do povo.

Digitized by Google

«A Quinta do Ramalhão
Ditosa se ha de chamar.
Escondeu-se dentro dela
Uma pessoa real.
A nossa Rainha-Mãe
Fugiu para o Ramalhão,
Por não querer assinar
A nova Constituição»

E o diálogo desenvolve-se, curto e incisivo :

«Dos deputados não falo,
Só de vós é que eu me queixo ;
Assinastes o decreto,
Por isso é que eu vos deixo.»
— «Dizes bem, esposa minha,
Eu chorando o assinei !
Sei o que tenho passado,
Não sei o que passarei !
No meio d'estes malvados
Sou João, não sou rei !
— Eu assinar, não assino,
Inda que torne ao degredo ;
Que eu tenho meu irmão rei
Tenho meu filho D. Pedro.
Grande magua vai comigo,
Entre suspiros e ais.
Vou cumprir o meu degredo,
Vós no degredo ficais !»

A situação de D. Carlota Joaquina é aqui marcada com um rigor de verdade, que ainda agora nos toca de perto na frouxidão internecida das pobres ri-

Digitized by Google

mas. «*Vou cumprir o meu degredo, vós no degredo ficais!*» Nada de mais certo e de mais patético! Escravizado pelas ambições que o cercavam e o mantinham em sequestro, D. João VI arrastava-se, pobre manequim coroado, numa dolorosa e constante demissão de vontade. Entretanto, a 11 de dezembro, entre apupos, José Acursio das Neves pronunciava-se em côrtes a favor da Rainha. Como se vê das *Trovas do Ramalhão*, o país comovia-se, cada vez mais divorciado da gente de 20. Mêses decorreram. Dá-se em Trás-os-Montes a insurreição de abril. E, finalmente, a 27 de maio seguinte, infantaria 23 revolta-se no castelo de S. Jorge e, com «*vivas a El Rei sem alcunha*», parte para Vila-Franca, levando D. Miguel á sua frente.

Não tardou que D. João VI, desembaraçado dos demagogos á Fernandes Tomás, caísse debaixo do dominio doutra camarilha, que o aprisionou por completo. E' o grupo de Palmela e de Pamplona, representantes duma corrente de liberalismo moderado, mas com iguais raizes na Maçonaria. Em Vila-Franca D. Miguel aceitara ingenuamente o concurso hipócrita de Pamplona, traidor ao rei e á patria, que só em 1820 se vira, por mercê da revolução, restituido aos seus bens e á sua terra. E, em face do rumo porque os acontecimentos se iam encaminhando, prepara-se a *Abrilada*, de que resultoua fuga de D. João VI para bordo da nau *Windsor-Castle* e a expulsão de D. Miguel para Viena de Austria.

Digitized by Google

A historia sectária atribúi intentos de deposição, se não de parricidio, a mais esse grande caluniado que foi D. Miguel, quando a sua acção, inspirada pela Rainha, tendia apenas a libertar o rei e a corôa da coacção injuriosa que lhe tinham imposto os elementos suspeitos do governo. Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro, amigo de D. João VI e o primeiro que lhe aconselhou saísse ao encontro do espírito liberalista por meio de reformas prudentes, descrevenos em algumas páginas esquecidas a situação de D. João VI, já depois do desterro do filho. Não passava dum triste detido, a quem a mais dura vigilancia espreitava sem cessar. A *Abrilada* fornecera para isso o ensejo desejado. Falhando por causa da intervenção do corpo diplomático, com Hyde de Neuville por principal comparsa, foi uma espada que se virou contra o «*partido apostolico*», que era o da rainha, da ordem e da patria.

Ora, ao contrario do significado com que a historia corrente falseia a *Abrilada*, o seu verdadeiro sentido é-nos revelado por uma passagem das «Instrucções do Grande Oriente Espanhol Egypcio.» Diz ela: — "Se como se deve esperar, a Rainha e seu filho se opõem á revolução, aproveitando-se da sua influencia, e trabalham contra nós fazendo demitir o ministerio, será então necessario que todos os diplomatas que pertencem á ordem e a todos aqueles que para ela entraram em espirito de sinceridade se reunam para protestar contra semelhantes medidas e para declarar em face da Europa que a Rai-

Digitized by Google

nha e o Infante lesam os direitos da legitimidade. Deve-se trabalhar para decidir os representantes estrangeiros a tomarem parte neste acto em nome dos seus soberanos...» E logo adiante: — «Se a Rainha e Dom Miguel persistem em contrariar o nosso designio de destronar o despota e de restabelecer a constituição, é de absoluta necessidade decidir o rei a banir sua esposa e seu filho da terra portuguesa, para o que se procurarão pretextos aparentes que justifiquem a proscrição, o que nos será duma extrema utilidade.» (1)

(1) *Dom Miguel de Portugal e o seu tempo*, por Hermann Kuhn. Lisboa, 1867. Segue a mesma versão o dr. Artur Herchen, professor de História na Universidade do Luxemburgo e autor do esplendido trabalho *D. Miguel I Konig von Portugal: Sein Leben und sein Regierung* (D. Miguel I de Portugal. Sua vida e o seu reinado), Luxemburgo, 1908. Está só publicado o 1.º volume, cujo quarto capítulo, *Die Abrilada*, restitúi á sua verdadeira luz tão caluniado movimento Em nota a paginas 109-110 escreve o dr. Artur Herchen:

— «No ano de 1865 as *Historischen Politischen Blatt*, volume IV, pags. 45, documentadas no texto original das *Instrucções maçonicas do Grande Oriente Espanhol-Egipcio*, impressas em Cordova, 1823, pags. 62, publicaram um sumario das *Instrucções do Grande Oriente Espanhol ao Grande Conselho de Portugal* sobre o plano secreto de perseguição contra D. Miguel e a Rainha. Reproduzimos os pontos essenciais: — *Artigo IV.* Torna-se necessario alcançar o meio de abrir a correspondencia da rainha para dar parte ao soberano Conselho e ao Grão-Mestre do que nessa correspondencia se contiver, cujo conhecimento possa ser util aos interesses da ordem. — *Artigo VI.* Carecem os nossos irmãos em Portugal

Digitized by Google

Convem trazer sempre bem lembrado que a historia de Portugal, nos primeiros quarenta anos do seculo passado, é a historia da Maçonaria. (1) São, pois, os documentos maçónicos que melhor a esclarecem e a alumiam. O excerto, produzido por Hermann Kuhn, inteira-nos suficientemente dos manejos de Hyde de Neuville na comédia da *Abrilada*. Concorda ele com a interessante noticia sobre D. Miguel, *Res lusitanæ*, do dr. Fr. Weihrich. (2)

«Consequente nos seus principios e na sua conducta,— narra-se ali —, Dom Miguel fez prender em 30 de Abril de 1824 os ministros que sustentavam relações com os refugiados em Inglaterra (referencia aos deputados que o golpe de maio de 24 obrigara ao

de atrair o diplomata P. (Conde de Palmela), que é o homem de estado que mais se inclina para o parlamento inglês Todos os outros são já inimigos da rainha e de seu filho Não temos, portanto, nada que temer, e quando chegar o momento propicio, tudo estará preparado para o restabelecimento da Constituição. — *Artigo VIII.* Aconselhamos nossos irmãos em Portugal a alimentar a discordia e a desarmonia entre D. João VI e sua esposa, e recomendamos em especial que vigiem todos os passos da Rainha a as suas conversas com o infante D. Miguel, o que tudo deverá ser feito com a maxima prudencia e perspicacia. Devemos ser postos ao facto de qualquer ocorrencia que mereça importancia »

(1) O livro de Pouget de Saint André, *Les auteurs cachés de la Révolution Française* (Paris, 1923), documenta-nos bem a acção decisiva da Maçonaria no enigma revolucionario.

(2) Luxemburgo, 1914. Tradução francesa do original alemão.

Digitized by Google

exilio e que trabalhavam contra a obra da «Vila-francada». Entre aqueles contava-se Pamplona, criatura de Napoleão durante o regimen francês. Comandante em chefe, Dom Miguel, segundo os regulamentos da epoca, estava igualmente revestido de altos poderes policiais (Beresford tinha usado dos mesmos direitos antes dele) e entendeu tomar essa resolução, que não efectivou, talvez habilmente, mas de que preveniu o rei. O rei aprovou-a e numa carta, publicada pelo diario oficial *Gazeta de Lisboa*, terça-feira, 4 de maio de 1824, *Suplemento ao numero 103*, agradeceu ao principe o seu procedimento inteligente e enérgico. Mas os diplomatas empenharam-se em favor dos seus amigos. Convenceram o rei, fraco de vontade, a uma opinião que só era deles, isto é, que o principe absorvia o poder real e pretendia destrona-lo.» (1)

O resto sabe-se. D. Miguel abalou para Viena de Austria e D. Carlota Joaquina, do convento da Estrela a que se recolhera, saíu outra vez para Queluz.

(1) A maneira como Hyde de Neuville servia, talvez inconscientemente, o jogo das sociedades secretas, é bem transparente nas suas *Memoires*, recentemente publicadas. Tambem o senhor duque de Lema y Villa-Hermosa publicou ultimamente um curioso opúsculo, fora do mercado, honrando-me com o oferecimento dum exemplar: — *Embajada de Portugal desde el año de 1823 a 1825. Relación de los sucesos ocurridos en Lisboa el 30 de Abril de 1824, extratado de la correspondencia particular del embajador de España, duque de Villa-Hermosa* (Madrid 1920). Tão ingenuamente Villa-Hermosa se deixara envolver no

Digitized by Google

Decorridos dois anos, D. João VI morre envenenado.(1) Suspeitas caíram sobre os amigos politicos da Rainha, quando hoje se conclúi que, se houve envenenamento, do campo oposto é que partiu a sentença de morte do rei. Nas hesitações da sucessão, D. Miguel regressa ao Reino, e, assumindo a regencia, as Côrtes-Gerais de 28 aclamaram-no rei, em virtude das leis do país e da escolha da nação. Doente e velha, D. Carlota Joaquina teve, nos dias derradeiros, a consolação de ver no trono o seu filho mais querido. Poupou-lhe Deus a amargura de 34, em que o seu destino seria terrivelmente jogado. O D. Pedro, que com tanto carinho invocavam as *Trovas do Ramalhão*, sendo o

ardil da Maçonaria que confessa a sua esposa : — «*Este es lo verdadero estado de las cosas, y la relación que en el artículo de Lisboa pone la Gaceta es lo más falso que se puede imaginar, pues nada es verdad, ni se reunió el Consejo de Estado, ni el Rey nombró Ministerio, ni es cierto nada de cuanto se dice. Para ti sola y lo más para Idiáguez, te diré que la causa de todo esto ha sido la Reina, pues tudo se junta para comprobalo, y aunque yo en el cumplemiento de mi deber lo digo de oficio, porque no puedo por menos ni quiero se diga en esa que lo escribo a los particulares, y así gardate por Dios dar a entender lo que sabes por mi.*»

(1) O senhor Julio Dantas, ainda que presidente da Academia e talvez por isso mesmo, não é autor que se haja de citar em coisas serias. No entanto, por excepção, desperta o nosso interesse a pequena nota *A morte de D. João VI*, publicada no péssimo e alambicado volume *Eles e elas*.

Digitized by Google

primeiro a consentir que os seus partidarios a difamassem, decerto a não pouparia ás represalias da facção vencedora!

Faleceu D. Carlota Joaquina a 7 de janeiro de 1830. Não ha muito que n'*A Nação* o senhor João Franco Monteiro inseriu uma carta duma das infantas, suas filhas, em que é descrito o seu transe final! Que lucidez de resolução, ainda ao abandonar o mundo! Nem a doença abatera os predicados superiores que, numa mulher condenada á subalternidade, deram causa a tantissimos dos seus defeitos!

E' de justiça que hoje compreendamos a sua figura, emmoldurando-a no tempo em que viveu. Não são subsistentes as mais das acusações de que é vítima. Já examinámos a seriedade que nos merece o panfleto de Presas. Oiçamos agora um testemunho insuspeito,— o de Luz Soriano, em quem as preferencias políticas não conseguem alterar de todo a imparcialidade da apreciação. «Um pouco desleixada na sua conduta, a sua irreflexão neste ponto deu azo a que o publico acreditasse que a morigeração e a conveniencia dos costumes não eram nela o apanagio das suas melhores virtudes; e seu mesmo esposo mais duma vez se queixou de que ela nunca se aproximava dele a não ser para o encher de desgostos; e estas reciprocas desinteligencias foram causa de por muitos anos viverem indispostos e separados um do outro, nos ultimos fins da sua vida. Devorada por uma ambição desmedida, levava a sua indiscrição a ponto de

Digitized by Google

atentar, no ano de 1805, contra a legitima autoridade de seu esposo.»

A politica separou, realmente, os dois conjuges, como os separava a indole e a posição. Mas o que importa é acentuar o valor que Luz Soriano confere á difamação sistemática de que D. Carlota Joaquina é alvo através da historia.

Encontra-se ás claras a manobra de que resultou a guerra movida contra D. Carlota Joaquina. Ha assuntos em que uma pêna digna, só de os tocar, fica enxovalhada. Mas, desde que a infamia persiste e está ainda longe de ceder, é bom recordar que na descendencia do falecido conde de Azambuja, segundo uma interessante nota aparecida n'*A Nação*, de 21 de novembro de 1915, se reproduz com extraordinaria nitidez o traço familiar dos seus ascendentes maternos. Era o conde de Azambuja filho da infanta D. Anna de Jesus Maria e do duque de Loulé. «O que efectivamente é curioso,— observa *A Nação* —, é que na descendencia desta Princesa (a infanta D. Anna de Jesus Maria) se caracterisa bem o tipo da Familia Real Portuguesa.»

«Seus filhos, o sr. Duque de Loulé e o sr. conde d'Azambuja,— acrescenta *A Nação* —, pareciam-se muito com seu tio o senhor D. Miguel. Os filhos de sua filha, a senhora condessa de Belmonte, todos felizmente vivos, são o perfeito retrato de seu bisavô el-rei D. João VI e o primogénito do nosso querido amigo o sr. Conde de Belmonte, igualmente

Digitized by Google

nosso amigo D. Vasco de Figueiredo Cabral da Camara, afasta-se da semelhança indisputavel de seu pai e de seus tios D. Nuno e D. Vasco, indo aproximar-se de seu tio-bisavô o senhor D. Miguel I (quando joven, segundo o retrato de Queluz), como aconteceu com os srs. Duque de Loulé e Conde d'Azambuja, filhos de uma irmã daquele augusto senhor e netos maternos de El-Rei D. João VI.» (1)

(1) Para que se faça idéa da teia de intrigas e falsidades em que a côrte de D. João VI andava envolta, aqui deixamos como amostra significativa o que a respeito do monarca o marquês de Casa-Irujo, embaixador de Espanha, informava para o seu governo, em documento secreto, datado do Rio de Janeiro aos 15 de Dezembro de 1810 :—«*El favorito Francisco Lovato* (Lobato) *es un moso de 36 anos: parece empesó a servir en alguno de los empleos subalternos, creo de la furriela, del Quarto del Sr. Principe Regente. Apesar de la obscuridad de su situación, se hiso conocer pronto por sua viveza, inteligencia y buenos modales. El origen de su favor es um misterio a que cada uno procura dar explicacines, pero la siguiente creo pueda ser la mas probable. Hace unos 3 á 4 años parece habia caido el Sr Principe en una debelidad tal que se temió hubiese tenido la misma desgraciada suerte de la Madre.' Los Señores que anticipaban esta desgracia quisieron sacar partido de ella formando uno para establecer una Regencia, y poner en ella a la Sra. Infanta Carlota. A la cabeza de este partido creo se hallaba el Conde de Vilaverde, conocido en España por el embajador Noroña, y su numero y esperanzas crecieron en términos que estuvieron mui cerca de realizar el proyecto. No sé porque casualidad halló Lovato manera de penetrar toda la intriga ; y el hecho es que la averiguó y la comunicó al Principe y a los Srs. afectos a él, en terminos que*

Digitized by Google

As leis misteriosas de sangue encarregam-se dum desmentido póstumo a quanta torpeza se atirou sobre o nome duma rainha que, repito, na sua excessiva personalidade, teve os defeitos das suas qualidades. Tal é, em face da verdadeira historia, D. Carlota Joaquina. Aprendamos a respeita-la um pouco mais e a ver na sua estranha figura, desmanchada e feia, numa hora em que tudo desabava, a única que ficou de pé, acreditando no seu direito e combatendo por ele!

Dezembro, 1918.

no podiendo dudar de su existencia, se tomarón las medidas necessarias para destruila, saliendo desterrados ocho ó diez Señores de resultas. Las que tuvo este incidente para Lovato fueron de las más felices. El Principe al principio por reconocimento y despues por lo grato que le es su compañia no puede pasarse sin él. Hay quien pretiende explicar esta intimidad dum modo poco favorable a la moral de S. A.: esta sospecha se ha convertido para con algunos en convicción a vista de que desde aquela, se halla Su Alteza completamente separado de la Sra. Princeza; pero esta circunstnncia tiene una explicación mas razonable, si como quiere suponerse hicieron creer a S. A. que la Princeza habia tomado parte en la conspiración contra él. De qualquier modo es un hecho que desde entonces han dexado de viver como Marido y Muger, y que los interesados en esta desunión no han cesado de promoverla.» (Juliàn Maria Rubio, *La Infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America*, a pags 192-193), Num ambiente assim, compreende-se que a calunia não conhecia limites!

Digitized by Google

POST-SCRIPTUM

Digitized by Google

Digitized by Google

Post-scriptum

Relendo passados quatro anos as notas que reunimos em torno do nome da rainha D. Carlota Joaquina, destinadas sómente a uma corrigenda histórica, entendemos acrescentar-lhes mais alguns esclarecimentos que ajudem a modificar a opinião corrente sobre a caluniada esposa de D. João VI. É de justiça lembrar que, na data em que nós tentavamos sucintamente a reabilitação politica de D. Carlota Joaquina, aparecia o segundo volume do interessantissimo trabalho do falecido oficial de cavalaria e professor da Escola de Guerra, sr. F. Sá Chaves,— *Subsidios para a historia militar das nossas luctas civis. (As campanhas de meu Pai).* Ainda que redigido num estilo difuso, por vezes complicado e retórico, o trabalho do senhor F. Sá Chaves impõe-se pela grandeza de animo e sabia decisão com que procura desfazer todo esse acervo das mentiras sistemáticas que, em relação aos vencidos, representa, en-

Digitized by Google

tre nós, a história de quasi um século de liberalismo desorganizador. No referido 2.º volume aborda o autor dos «*Subsidios para a história das nossas luctas civis* a questão, tão emmaranhada e sempre tão pervertida, das qualidades e procedimento de D. Carlota Joaquina. É notavel o processo empregado pelo coronel Sá Chaves, ao comparar D. Carlota Joaquina com Maria Antonieta nos aleives incessantes com que ambas fôram combatidas e difamadas.

"A historia dos *Amores monstruosos* das duas Rainhas,—esclarece—, é semelhante, apenas as causas da sua publicidade divergiram: *Lá*, edita-a a facção do presumido sucessor, o conde de Provença; *aqui*, escreve-a o terror dos moderados...» E mais adiante exemplifica convencedoramente: — «Correu por intermedio do senhor da Provença, que doze Pares tinham assinado, circularmente, um protesto, em que a legitimidade do filho da Rainha era atacada em termos formais. De facto, a demora em ordenar os festejos do costume foi tanta, que levou Maria Antonieta a exclamar:

«?! Havemos de esperar pelas festas até que o recemnascido esteja em estado de as ver e dançar nelas ? !

"Em Portugal, - continua Sá Chaves—, se faltava a ambição dum Provença, para fazer com que a aristocracia, ou parte dela, protestasse igualmente grave e solene, depois, muito depois, publicou-se a seguinte frase soez, com que, diziam, Carlota Joaquina respon-

Digitized by Google

dera ás duvidas de D. João VI sobre a paternidade da infanta D. Ana de Jesus Maria, nascida a 23 de dezembro:

— «Que contasse o tempo, que de março a dezembro iam nove mezes, e que desde janeiro a abril tinham estado em Vila Viçosa.»

Percorrer todo o 2.º volume dos *Subsidios para a historias das nossas luctas civis* é destruir por completo a infamissima babugem acumulada, com os piores dejectos da paixão politica, sobre a figura de D. Carlota Joaquina. Responde o coronel Sá Chaves, de certo modo, á interrogação levantada pelo meu ilustre amigo e insigne historiador espanhol, D. Antonio Ballesteros, catedrático da Universidade Central de Madrid, no prefácio que escreveu para a recente e curiosa monografia de D. Julián Maria Rubio,—*La infanta Carlota y la politica de España en America (1808-1812)*. Diz D. Antonio Ballesteros: «*Hay una cuestión que Rubio toca de soslayo y de la cuaquiero tratar, pues me parece, aunque de aspecto baladi en el fondo, como sintoma, de gran transcendencia. Los historiadores no han circunscrito sus ataques al terreno politico. y llevando mas allá su saña han penetrado en la vida privada de la Infanta calificando con duros trazos su conducta. Tal vez Carlota Joaquina sea otra de las victimas de la leyenda negra; contra España y lo español entonces todo*

Digitized by Google

era licito. No tengo el propósito,ni es el momento, de rehabilitar a la Infanta, como mi querido conpañero Perez de Ousman ha intentado con respecto a Maria Luisa; lo importante es la reivindicación de su politica, y ella queda patente en las paginas de este libro. Pero se me abstengo de romper una lanza en aquel sentido, deséo indicar algo muy significativo.»

E D. Antonio Ballesteros acrescenta: — *"Los historiadores adversos llegan en su enemiga a declarar que Carlota Joaquina carecia de atractivos fisicos, más, que no solo era fea sino monstruosa, repugnante. Observad lo que dice Savine, inspirado en la descripción de la duquesa de Abrantes: «La princesa del Brazil tenia apenas cinco pies en la parte mas alta de su cuerpo. Parece ser que de resultas de una caida de caballo se le habia acortado una cadera y cojeaba; tenia la espalda igualmente contrahecha en la misma dirección. El busto de la princeza era, como el resto del cuerpo, un misterio de la naturaleza, la cual se habia entretenido en deformarla. La cabeza habia podido remediar esa deformidad, pero era lo más bizarramente monstruosa que jámás pude pasearse por el mundo. Sus ojo eran pequeños y muy juntos. Su nariz, por el costumbre de la caza, y de una vida libre y errante, estaba casi siempre hinchado y rojo como de un suiso. Su boca, la parte más curiosa de esta figura repugnante, estaba guarnecida de muchas hileras de dientes niegros, verdes y amarillos, colo-*

Digitized by Google

cados oblicuamente, como un instrumento compuesto de varios canutos de diferente dimensiones. La piel era ruda y curtida y en ella abundàban los granos casi siempre en supuración, presentanao su figura un aspecto asqueroso... Los cabellos negros y de varios colores. hirsutos, sin que pudiera domar los cepillo, ni peine, ni pomada, semejaban crines.» El retrato no puede ser menos halagueño. Otros autores más benevolos, como Ciedroye, afirman que si bien no había heredado la belleza de su madre, no estaba desprovida de gracias y encantos; lo cual mal se compagina con el cuadro calamitoso trasnmitido por Savine? Que puedo haber en todo esto? Algo muy sencillo que vamos a exponer.

Por longa que seja a transcrição, não nos furtamos a concluír o fundamentado raciocinio de D. Antonio Ballesteros. Prossegue, pois, o eminente historiador:

«La fotografia que se reproduce en el libro y otras que he podido ver, no donatan hubiese sido la infanta un monstruo de fealdad. Los retratos descriptivos que se conocen proceden casi todos de las Memorias de la duquesa de Abrantes, mujer que fué de Junot, embajador de Bonaparte en la corte de Portugal. Quizá la fatuidad de Junot propalaria especies caluniosas, vertidas luego por la duquesa en sus escritos, y del retrato moral desfa-

Digitized by Google

vorable se pasaria después a la descripción física, y exagerados los defectos resultaría la Infanta un conjunto inatacable de deformidades. La causa probable, una rivalidad femenina. No juzgamos en este punto de ligero, pues la vanidad de la duquesa se manifiesta en sus mismas Memorias cuando relata las inocentes preferencias de que ella era objeto de parte de Napoleón cuando Junot era gobernador militar de París. Si prescindiéramos de las acusaciones de la Abrantes, es posible desapareciesen la neblinas que empanan la conducta privada de Carlota Joaquina, y ya tenemos advertido que el testigo tiene tacha y puede ser recusado. Con lo expuesto creo hay motivo suficiente a una rehabilitación que aquí sólo esbozamos » (1)

(1) Confirmando o juizo de D. Antonio Ballesteros, depara-se-me no *Estudo historico das relações diplomaticas e policas entre a França e Portugal*, Lisboa, 1895 por B. T. de Morais Leite Velho, a passagem seguinte, apropósito de D. Carlota Joaquina e de Laura Junot: — «*E d'ahi: que Carlota Joaquina tinha de altura, dum lado, cinco pés e de outro lado menos; olhos pequenos e desirmanados com olhares maus e escarnecedores; que tinha a boca mobilada com tres ordens de dentes negros, amarelos e verdes; cabelos rebeldes a pomada e ferros; que montava a cavalo como um homem e que com esta figura heteróclita possuia ainda o compromotedor predicado de ter o coração alambicando ternuras. Que confessava não querer amante efectivo, com medo de apanhar pancada como a mãe, que o bruto da Godoy sovava de quando em quando. E que ela ia até para Mafra pagodear com os*

Digitized by Google

Evidentemente que nem só nas *Memorias* da duquesa de Abrantes se encontra a fonte das insidías e mentiras levantadas em torno da mãi d'el-rei D. Miguel I. No entanto, é significativo o depoimento de D. Antonio Ballesteros. Se D. Carlota Joaquina não

frades e cantar com eles no coro, e de mais a mais : sacrilegio! na quaresma.»

Tudo isto, porque a futura duquesa de Abrantes sentira ciumes de D. Carlota Joaqina, acusando-a de propôr uma entrevista amorosa a Junot, por ocasião da sua embaixada a Portugal.

«*Mas o que parece exacto*, — prossegue Leite Velho —, *é que esta explosão de ciumes surgia depois da saida de Lisboa, pois que enquanto aí esteve, as relações com D. Carlota foram muito amaveis, porque, estando gravida, quando estava para deixar Lisboa, convidou para madrinha do esperado fruto conjugal a propria e identica D. Carlota Joaquina e para compadre o principe regente D. João, do qual nunca escrevera cousa que lhe pudesse ser injuriosa, antes, que era bom homem e apenas* bête. — *Conta ela tambem que D. Carlota lhe oferecera o* cordão de Santa Isabel, *e que se a futura duquesa não pôde ornar-se com esta alta e ambicionada distinção, foi porque Napoleão não consentira, não a tendo a Imperatriz. Eis porque a gentil duquesa não pôde usar a fita côr de rôsa e branca, que ela tanto gostava de ver na encantadora duquesa de Cadaval.*»

E Leite Velho pondera, coincidindo com D. Antonio Ballesteros : —«*É mister não confiar em historiadores apaixonados como estava a embaixatriz, quando escreveu a objurgatoria contra D. Carlota, porque, segundo escreve o principe Giedroye, testemunha ocular, suposto ela não poder chamar-se bonita, não era de todo feia, e era muito espirituosa, extremamente bem educada, e até cultora de latinidades.*» (Obr. cit., pags. 381-82).

Digitized by Google

devia grandes extremos á formosura, de maneira alguma essa exiguidade de dotes físicos a tornava uma bruxa de Goya,— exprimamo-nos assim! —, como o pretendem as pinturas despeitadas de Laura Junot. De resto, o mencionado escritor militar, sr. Sá Chaves, comenta as apreciações da duquesa de Abrantes no tom em que as reputa o autorizado catedrático da Universidade Central de Madrid «A duquesa de Abrantes... era excessivamente apaixonada,— escreve,— e levava-se em demasia a ver as coisas e os homens através dos seus sentimentos e o que uma vez tinha imaginado, não experimentava em o afirmar nem hesitação nem escrupulo.»

Vale a pena insistir em tal aspecto da questão,— a feadade de D. Carlota Joaquina—, porque é quanto basta para se ver a inteira discordancia entre a opinião mantida pela história-sectaria e a que se verifica na história imparcial, baseada exclusivamente nos documentos, sem qualquer prevenção de partido. Eis como informava para Lisboa o marquês de Louriçal em data de 15 de Novembro de 1787, quando se negociou o casamento do futuro D. João VI com a neta de Carlos III:—«A senhora infanta é magra. muito bem feita de corpo, todas as feições são perfeitas, dentes muito brancos, e como não ha muito tempo teve bexigas, ainda se não desvaneceram de todo as covas delas, é branca, corada, muito viva, muito atinada, e tem havido grande cuidado na sua educação.» Ajusta se o esboço cortezão do mar-

Digitized by Google

quês de Louriçal com os retratos existentes no *Museu do Prado*, de D. Carlota Joaquina ainda infanta de Espanha. Um, de autor desconhecido, tem o n.º 2440 e outro, de Mariano Salvador Maella, o n.º 2418. Aí D. Carlota Joaquina, se não possúi beleza que destaque, está, contudo, cheia duma franca e atraente simpatia. Endureceram-se-lhe com o tempo as feições, — o seu desmazelo irreprimivel contribuiu fortemente para o abandono com que mais tarde se apresentava. E se D. Antonio Ballesteros acha uma resaltante negação das palavras da duquesa de Abrantes no retrato que ilustra o livro de D. Julián Maria Rublo,— *La infanta Carlota Joaquina y la politica de España en America*, não obstante, dos que conhecemos, é o que mais as parece confirmar. O aludido retrato, que ilustra tambem o magnifico estudo do sr. Oliveira Lima, — *Dom João VI no Brasil* —, reproduz uma gravura de Aguilar sobre pintura de Troni.

Suponho que não me julgarão agora batendo-me pela formosura de D. Carlota Joaquina! Se insisto em semelhante ponto, é para qne mais uma vez se constate o muito que,— mesmo nos mais miudos detalhes —, a «lenda-negra» se encarniçou a ennodoar uma das raras inteligencias que em Portugal fizeram face com denodo á obra da Revolução. Convem recordar sempre, para que se avalie da consciencia com que D. Carlota Joaquina combatia o Liberalismo, que por sua ordem expressa se traduziu e imprimiu a bula

Digitized by Google

de Leão XII, *Quo graviora mala*, em que são condenadas as sociedades secretas.

Temos em frente o expressivo folheto. Intitula-se:—*Bulla do Santissimo Padre Leão XII contra os pedreiros livres. mandada publicar pela piedade e decidido amor á Religião e ao Throno da muito alta e augusta Imperatriz e Raynha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon*, Lisboa, na Regia Tipografia Silviana, anno de 1828. E para que a duquesa do Abrantes, com D. José Presas e as *Instruções Maçónicas* do *Grande Oriente Hespanhol-Egipcio*,— origem de quanto deforma a verdade da história em relação a D. Carlota Joaquina —, se julguem definitivamente na sua embusteirice sistemática, lembremo-nos da scena que Beckford nos conta do seu encontro com D. Carlota Joaquina nos maravilhosos jardins de Queluz. (Sousa Viterbo, *Artes e Artistas em Portugal*, 2.ª edição, pags. 258-259). Quem sabia viver rodeada de alegria e de encanto, não podia ser nunca o mixto de hediondez e sujidade que Laura Junot nos inculca!

Prosperam felizmente os estudos destinados a restabelecer a figura de D. Carlota Joaquina em toda a veracidade das suas linhas. A monografía de D. Julián Maria Rubio, os dois volumes do coronel Sá Chaves e a exaustiva *Vida e reinado de D. Miguel I rei de Portugal* pelo catedrático da Universidade de Luxemburgo dr. A. Herchen, derramam já a luz bastante para que a ninguem seja permitido persistir

Digitized by Google

de bôa fé num erro de apreciação, com tanto de injusto, como de insubsistente. Orgulhamo-nos com sincera satisfação mental de haver, na pequenez do nosso esforço, ajudado a romper a teia, com tanta diligencia urdida durante quasi um seculo. E' possivel que ainda um dia voltemos ao assunto com a amplitude que ele nos merece. Por agora limitamo-nos a desanuviar um pouco a memoria duma mulher, indubitavelmente superior, a quem D. Antonio Ballasteros chama «*una alma hermana de aquellos piqueros de Bailen que humillaron las aguilas triunfadoras en los campos andaluces*»

Digitized by Google

Digitized by Google

APENDICE

Digitized by Google

Digitized by Google

Ainda Gomes Freire

Uma nova peça se traz ao processo de Gomes Freire. Mas se ela confirma o supliciado de 1817 na plena evidencia do seu crime, coloca-o tambem e, soberanamente, na dignidade christã do arrependimento. Trata-se da carta dirigida por fr. Diogo de Melo e Menezes, que recolheu a última confissão de Gomes Freire, a D. Miguel Pereira Forjaz. Não comentaremos o singelo e impressionante documento! Inédito até agora, o seu original achava-se em poder dos possuidores do arquivo do conde da Feira. Cedido, porém, porem préstimo, ao falecido escritor militar Claudio de Chaby, parece que se extraviou com a sua morte, não sendo mais restituido. Por uma feliz previsão fôra antes reproduzido numa copia devidamente autenticada. E' essa copia, existente nos papeis do senhor D António de Almada e Lencastre, morto recentemente, que trasladamos para aqui, gra-

Digitized by Google

ças á generosidade do nosso bom amigo António Rodrigues Cavalheiro, cuja dedicação aos problemas controvertidos da nossa historia se abona por uma sólida e bem detalhada cultura. Segue a carta, que destrói por completo o descrédito acumulado sobre o nome de D Miguel Pereira Forjaz, ao mesmo tempo que nos revela em Gomes Freire um outro homem, — um homem inteiramente renovado pela purificação interior.

Copia — *Ill.mo e Ex.mo Sr.* = *Mandado eu pela Providencia Divina á Fortaleza de São Julião da Barra a fim de assestir a Gomes Freire de Andrade para derigir seu espirito e soccorrer as suas necessidades espirituaes, ao que dei principio na noite do dia 15 do corrente, logo depois de lhe ser lida a sentença de pena ultima: e havendo hoje concluido esta obra com visivel auxilio de Deus N. S., sensivel aproveitamento daquelle meu dirigido filho em Jesus Christo, e plena consolação da minha alma: he do dever do meu Sagrado Ministerio não me demorar um só momento em pôr na Repeitavel* (sic) *Presença de V. Ex.a as supplicas que elle hontem de manhãa depois da confissão Sacramental, e pouco antes de receber o Sagrado Viatico, prostrado diante de Deus banhado em lagrimas de verdadeira compunção, anciosamente me*

Digitized by Google

incumbio para V. Ex.ª, as quaes supplicas são do theor seguinte.

Amigo por quem Deus por sua Misericordia foi servido consolar tanto o meu espirito nestes ultimos instantes da minha vida, e por quem me enviou a sua Divina Luz para ver a importancia do negocio da salvação, não vos esqueça cumprir por mim tudo que for necessario para que me não perca.

Ide, não esqueça, falai a D. Miguel Pereira Forjaz, pedi lhe pelo amor de Deus, a quem brevemente vou dar contas, que me perdoe as malignidades, e calumnias com que o tenho offendido mais que a nenhuma outra pessoa, sendo certo que hei offendido a muitas.

Esta recommendação, Ill.mo Ex.mo Snr. hoje mesmo me tornou a lembrar antes de sair do Carcere para o patibulo: o que tudo lhe prometti cumprir: e agora peço eu com os olhos arrazados de lagrimas a V. Ex.ª pelas chagas de N. S. J. C. o perdão para aquella alma concontricta (sic) *e encaminhada para o ceo. E logo que o cançaço, vigilias e angustias destes tres mortificados dias deixarem o meu espirito agora tão consternado e abatido irei pessoalmente, como devo, receber o despacho d'esta tão justa petição, o que espero da Respeitavel Pessoa de V. Ex.ª a quem Deus guarde muitos annos =Real Mosteiro de Belem 18 de Outubro de 1817. =De Vossa Ex.ª Att.º e humilde capellão = Fr. Diogo de Mello e Meneses =*

Digitized by Google

Reconheço o sinal supra. Lisboa 27 de Novembro de 1822=Em testemunho de Verdade= logar do signal publico = Martiniano José Vicente =

No sobrescripto = Ao Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Miguel Pereira Forjaz, do Conselho do Governo dos Negocios da Guerra dos Estrangeiros e da Marinha. G. D.s m.s a.s = De Fr. Diogo de Mello e Meneses

Está conforme, 28 de Fevereiro de 1885.

Raphael Eduardo d'Azevedo Basto.

(palavras riscadas)

O original d'este documento fica em meu poder por cessão, sem perda de posse, da Ex.ma Snr.a D. Maria Anna Ximenes d'Azevedo e Silva, possuidora do cartorio do Conde da Feira, onde o mesmo documento estava incorporado. Lisboa 28 de Fev.ro de 1885 — Raphael Basto.

No sobrescrito, dentro do qual se acha esta copia, lê-se: —

Copia da celebre carta de Frei Diogo de Mello e Menezes, confessor de Gomes Freire a D. Miguel Pereira Forjaz. — Em poder do General Chaby (?) (D. Manuel Almada).

Digitized by Google

* * *

E, por curiosidade unicamente, trasladamos para aqui do volume recente (1921) de Francisco Serrano, *Romances e canções populares*, a letra e a nota respeitantes a uma canção intitulada *O Zabumba*:

«E' uma marcha militar, divulgada entre o povo certamente pelos inimigos do martir patriota Gomes Freire, com o proposito de o ridicularisar.

Ouvi-a a meu avô, haverá cincoenta anos, em Mação, onde era muito cantada.»

Bum — bum — bum. Lá vem o Zabumba,
Bela vida militar!
Já lá rufam os tambores!
Já lá tocam a marchar!

Soldados de Gomes Freire
São tantos como os mosquitos;
Uns servem d'alcoviteiros,
Outros para levar escritos.

Bum — bum — bum. Lá vem o Zabumba, etc.

Soldados de Gomes Freire,
Bonecos de papelão,
Não servem p'ra defender
Portugal, nossa Nação.

Digitized by Google

Apesar do senhor Francisco Serrano considerar a referida canção como divulgada «pelos inimigos do martir patriota Gomes Freire,» é, ou não é, um expressivo documento?

Digitized by Google

ERRATAS

Por culpas, que não são nem do autor nem de editor, falta a este livro a necessaria uniformidade ortográfica. Abundam tambem, pelo mesmo motivo, os erros tipográficos. Corrijimos os seguintes:

Pag.	Onde se lê	Leia-se
XI	Condições	condições
XXI	Aproposito	A proposito
XXII	perdõe-se lhe	perdõe-se-lhes
5	para não serem perjuros, para não	por não serem perjuros, por não
7	çapateiros dous alfayates	çapateiros & dous alfayates
12	ocidental tanto como oriental	tanto ocidental como oriental
18	estrote	estrofe
19	percorreram-se	percorram-se
48	infeita-se	enfeita-se
55, nota	Cerenfort con a	Ce renfort con-

Digitized by Google

Pag.	Onde se lê	Leia-se
76	A conspiração de 1812	A conspiração de 1817
101	deaes	ideaes
119	Patria que seu	Patria que seus
136	só pela democracia	só pela burocracia
149	nos fermentos	no fermento
150, nota	*subordina-lo*	*subordinalo*
186	jardins de Dues	jardins de Deus
204, nota	*concernand*	*concernant*
204, nota	*blessé en*	*blessé au*
250	Sakspeare	Shakspeare
251	Tal é virtude	Tal é a virtude
257	mais de tres seculos de	mais de dois seculos
269	de inibição	da inibição
299	cearismo	cesarismo
316	racionava	raciocinava
338	D Carlota Joaquina perante	D. Carlota Joaquina, ao alegar
338	ao alegar	perante
371	*cua*	*cual*
373	*domar los*	*domarlos*
383	cedido, porém, porem	cedido, porem por empres-

A pagina 120 falta a palavra «*designação*» e no final das pags. 121 e 188, respectivamente, as datas «*Setembro, 1918*» e «*Agosto, 1918*».

Digitized by Google

INDICE

Ao Princípio era o Verbo IX
Meditação de Aljubarrota 3
O drama de Fialho 19
Gomes Freire (revisão dum processo) 45
O verdadeiro Antero 91
Monarquia e República (esboço duma teoria) 125
O rei Fernando 143
Oliveira Martins 159
Alcácer-Kibir 177
Teoria da Nobreza 191
Os nossos Reis 237
O «copiador» de Junot 277
A Ordem-Nova 295
D. Carlota Joaquina 319
Post-Scriptum 369
Apendice 381

Digitized by Google

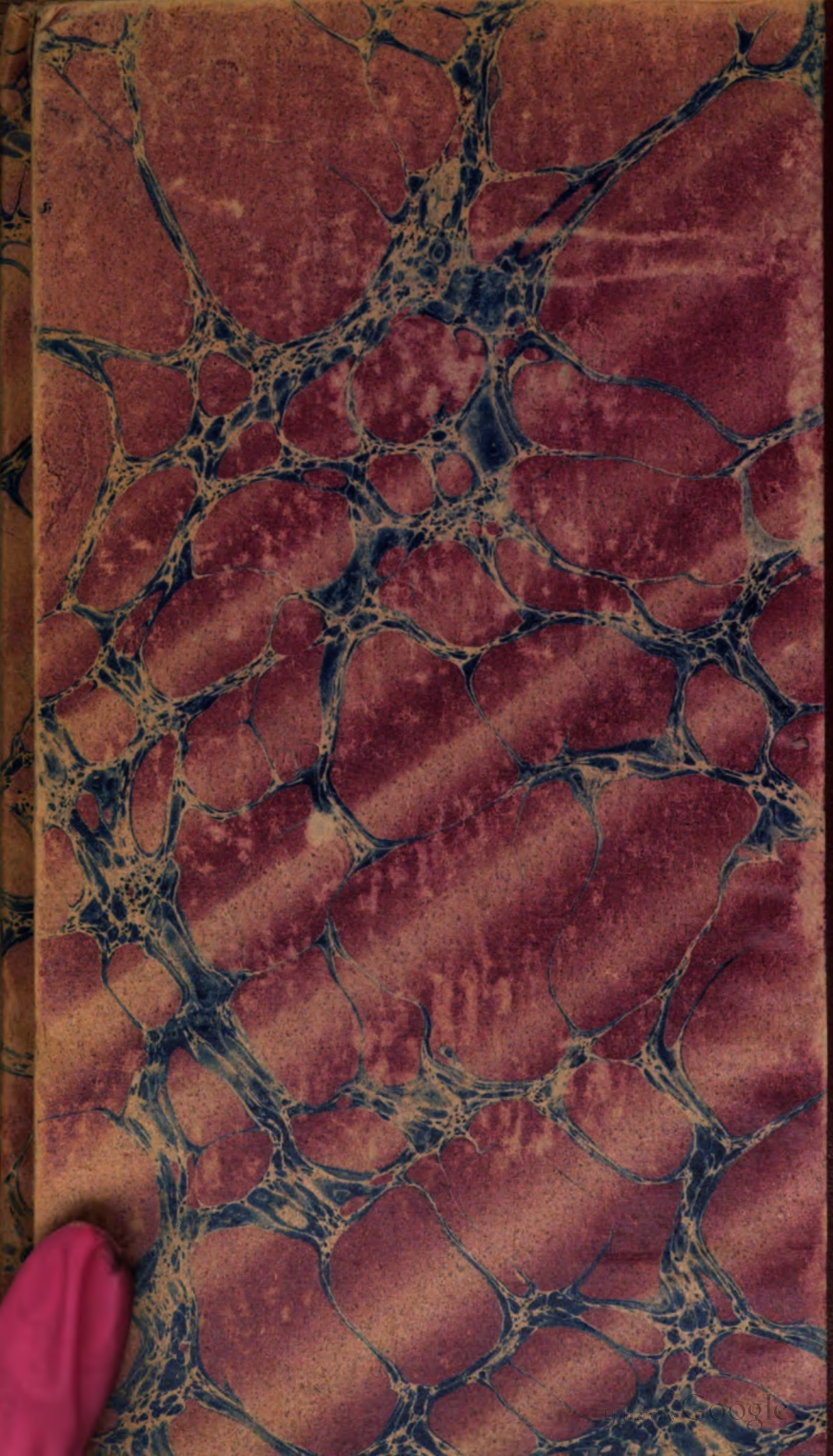
Este livro acabou
de se imprimir aos 16 de Setembro de 1924
na Imprensa Lucas & C.ª,
Rua do Diario de Noticias, 59 a 61

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 02763 8165

Digitized by Google